

Habitação: Privilégio ou Direito?

Bairro da Boavista: uma nova perspectiva da habitação social

Bárbara Mateus Loureiro

Mestrado em Design de Interiores
Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
[Orientadora] Doutora Cristina Costa Gomes [Co-Orientador] Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues
Lisboa | 2017

FICHA TÉCNICA

Dissertação apresentada na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva para obtenção de grau de mestre em **Design de Interiores**.

| **Título** | Habitação: Privilégio ou Direito?

| **Subtítulo** | Bairro da Boavista – uma nova perspectiva da habitação social

| **Orientadora** | Doutora Cristina Costa Gomes

| **Coorientador** | Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues

| DEDICATÓRIAS |

Aos meus pais,

pelo apoio incondicional e constante durante este processo difícil, por nunca me deixarem desistir, pelas palavras amigas, pelo investimento, mas acima de tudo por serem dos poucos a acreditarem na viabilidade deste projecto.

Obrigada!

| AGRADECIMENTOS |

Aos meus orientadores, professores e amigos, Doutora Cristina Costa Gomes e Arquitecto Pedro Rodrigues, antes de mais por terem aceite ajudar-me e orientar-me nesta dissertação. Pelo apoio, paciência, motivação e força que me deram durante todo este processo. Por me guiarem desde o início e serem o meu Norte quando o cansaço mais se fez sentir. Pelas palavras amigas que me deram motivação para a concretização deste trabalho, mas acima de tudo, pelo tempo dispensado para estarem comigo. Não posso deixar de agradecer ao Mestre Arquitecto David Carvalho pela ajuda preciosa, apoio e entusiasmo que mostrou por este tema desde o início.

Aos meus pais, mais uma vez, não só pelo investimento, mas pela confiança que sempre depositaram em mim e por me incentivarem a lutar pelos meus objectivos, pelo apoio e ajuda constante ao longo de todo o meu percurso académico. Ao meu namorado, por muito *cliché* que pareça, foi o meu grande pilar. Quem me ouvia, discutia ideias e me ajudou em tudo o que precisei e que também nunca me deixou desistir. À Rita, minha colega, amiga, ‘irmã’, pela ajuda durante o projecto, pelas ideias trocadas como sempre fizemos durante o nosso percurso académico, sem ela teria sido muito mais difícil.

À GEBALIS, mais precisamente à Marta Santos, que se disponibilizou para me receber, esclarecer dúvidas, acompanhar e apresentar o bairro da Boavista. Ao engenheiro Pedro Tomás, por me esclarecer relativamente às reabilitações dos fogos municipais e materiais usados. À Sara Martinho Simões, que me disponibilizou e facultou toda a informação a que teve acesso do bairro em estudo.

Ao Hugo Agostinho e Néelson Alves que fizeram os possíveis para que tivesse acesso às plantas das diferentes tipologias do bairro da Boavista. Mas, apesar de todos os esforços, não se chegou a conclusão de onde estariam as plantas. Neste princípio, tenho, principalmente, que agradecer aos moradores que me deixaram visitar a sua habitação da qual foi feito o levantamento, pelo meu pai e o meu tio, permitindo que tivesse uma base de trabalho, e esclarecer algumas dúvidas percebendo as suas necessidades. Contudo, a pedido dos moradores, a morada do apartamento em estudo, bem como o nome dos seus ocupantes, não são identificados no presente trabalho.

| RESUMO |

Com a intenção de dar realmente a conhecer a profissão que é o/a *designer* de interiores, frequentemente associada a um grupo social mais favorecido, procurou-se mostrar outra vertente desta actividade. Quebrando preconceitos associando o *designer* de interiores à habitação social. Neste trabalho pretende-se estudar a habitação social incidindo no caso estudo, o Bairro da Boavista (Monsanto).

Numa altura em que o país se encontra a atravessar uma crise económica difícil, os bairros sociais são grandes focos de tensão social pela concentração de população, socialmente homogénea e culturalmente heterogénea. Estes bairros encontram-se descaracterizados e em condições deficientes, como tal é importante perceber as necessidades básicas e adaptá-las aos interiores, reabilitando assim, estes espaços.

Neste projeto desenvolve-se o estudo de uma solução plausível para a habitação social. A proposta-modelo no bairro da Boavista, adaptável a outros bairros e às suas particularidades, procura sensibilizar não só a sociedade para a importância da reabilitação destes bairros, mas também mudar a maneira como estes são vistos, tentando alterar o estigma negativo ao qual estão associados e levar a cabo a inclusão social, ajudando também os moradores a ter outros cuidados com as suas habitações, provando a importância do *design* e do belo no nosso quotidiano.

Palavras-chave | Bairro da Boavista | Social | Habitação | Flexibilidade | Rentabilidade

| ABSTRACT |

With the purpose of fully present the activity of interior designer, frequently associated with a higher social group, we wanted to expose a different perspective of this job. Against all prejudgements associating interior designers to public housing. In this paper we pretend to study social habitation, focusing on *bairro da Boavista (Monsanto)*.

In a time that the country is going through an economic crisis, social neighbourhoods are outbreaks of social tension by concentration of population, socially homogeneous and culturally heterogeneous. We find this type of neighbourhoods demeaned and in poor conditions, therefore is important to get to know the basic needs and adapt them to the interiors, rehabilitating this areas.

In this project it is developed the study of a plausible solution for social habitation. The model proposed in *bairro da Boavista* is adaptable to other neighbourhoods and their peculiarities, trying to sensitize, not only the society for the importance of the rehabilitation of this neighbourhoods, as well as changing the way their seen by others, trying to modify the negative stigma they are associated with and bring off the social inclusion, helping the residents to have other care with their apartments, proving the importance of design and beauty in our daily lifes.

Keywords | Bairro da Boavista | Social | Habitation | Flexibility | Profitability

| LISTA DE ACRÓNIMOS |

CML	Câmara Municipal de Lisboa
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
RGEU	Regulamento Geral de Edificações Urbanas
PDM	Plano Director Municipal
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
PER	Programa Especial de Realojamento
PIMP	Plano de Intervenção a Médio Prazo
CME	Câmara Municipal de Évora
CRIL	Circular Regional Interna de Lisboa
PUB	Plano de Urbanização da Boavista
DGSPH	Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional
PSP	Polícia de Segurança Pública
BIP-ZIP	Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

I ÍNDICEI

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	X
ÍNDICE DE TABELAS	XIII
LISTA DE DESENHOS TÉCNICOS	XIII
INTRODUÇÃO	1
1 ENCONTRO COM A HISTÓRIA	7
1.1 UMA VISÃO GERAL: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA EUROPA	9
O Caso Britânico	12
Transformações nas condições de vida	13
Movimentos migratórios e o desenvolvimento das cidades	16
A Cidade Industrial	23
1.2 UMA VISÃO PARTICULAR: PORTUGAL NO SÉCULO XIX	35
Formação de zonas industriais	39
Mobilidade da população	40
Habitação em Portugal	41
Alterações urbanísticas na capital	44
Habitação e Bairros Operários	50
2 HABITAÇÃO POR DIREITO?	55
2.1 HABITAR A NOVA CIDADE	57
Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa	60
2.2 NECESSIDADES DA NOVA CIDADE	67
Bairros Sociais em Lisboa	68
3 FAMÍLIA E HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA	75
3.1 EXPERIÊNCIAS HABITACIONAIS	77
Em Portugal	80
3.2 UMA NOVA SOCIEDADE	83
Relação da família com a casa	84
3.3 O ESPAÇO INTERIOR HABITADO	87

Objectos: uma leitura de afectos	88
3.4 IMPORTÂNCIA DO BELO	91
Psicologia da cor	92
4 DESIGN DE INTERIORES NO SÉCULO XX.....	95
4.1 REDIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS	97
Flexibilidade Espacial	100
4.2 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIDADE	103
Mobiliário flexível.....	104
5 ESTUDO DE CASOS: HABITAÇÃO SÉCULO XX	107
5.1 CASO FRANCÊS: MARSELHA	109
O Projecto.....	114
Os Interiores	117
5.2 CASO PORTUGUÊS: ÉVORA	121
O Projecto.....	124
Os Interiores	125
6 O PROJECTO: ENTRE O PRIVILÉGIO E O DIREITO	129
6.1 MEMÓRIA DESCRITIVA.....	131
O Conceito.....	131
A Problemática.....	133
O Bairro.....	135
6.2 O PROJECTO.....	143
O Modelo.....	143
A Proposta de Interiores	147
Estudo dos espaços.....	155
Estudo do mobiliário	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
BIBLIOGRAFIA	219

| ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS |

Fotografia 1 Fundição de ferro em blocos, Herman Heyenbrock (1890).....	9
Fotografia 2 Ceifeiras, Silva Porto (1893).....	10
Fotografia 3 A Salmeja, Silva Porto (1884).....	10
Fotografia 4 Mapa da densidade populacional em Inglaterra entre 1701 e 1911	12
Fotografia 5 Trabalho infantil nas fábricas do século XIX	17
Fotografia 6 <i>The hand that will rule the world - One Big Union</i> , Ralph Chaplin (1917)	18
Fotografia 7 A vida nas ruas de Londres, estudo sociológico de John Thomson (1877)	20
Fotografia 8 Plano de Paris por Haussmann	22
Fotografia 9 Locomotiva a vapor - as máquinas que fizeram a revolução	23
Fotografia 10 Panorama da poluição da cidade industrial inglesa Halton, Cheshire, Inglaterra no século XIX	24
Fotografia 11 Quarteirão de <i>Dumbell Houses</i>	26
Fotografia 12 <i>Slums</i> em Providance Place, Londres (1909).....	26
Fotografia 13 Ruas de Londres, Gustave Doré.....	26
Fotografia 14 <i>Company Town</i> em Roebling, New Jersey	27
Fotografia 15 Plano para <i>Bournville</i> por George Cadbury	28
Fotografia 16 Plano da Cidade Linear, Espanha (1890).....	28
Fotografia 17 Palácio de Cristal, Joseph Paxton (1850).....	30
Fotografia 18 Plano de <i>Voisin</i> para Paris, Le Corbusier (1925)	32
Fotografia 19 Estação ferroviária de Alcântara Terra	37
Fotografia 20 Zonas em Lisboa com mais de 5000 habitantes.....	39
Fotografia 21 Planta cv. esq. nº 10 da Rua Ilha do Príncipe.....	43
Fotografia 22 Alterações no mapa de Lisboa - crescimento da cidade	45
Fotografia 23 Entrada do Passeio Público	47
Fotografia 24 Avenida da Liberdade (1879).....	48
Fotografia 25 Planta de Lisboa (publicada em 1871 com sobreposição das alterações feitas até 1911).....	49
Fotografia 26 Bairro da Fábrica de Fiacção e Tecidos Lisbonense	523
Fotografia 27 Bairro da Fábrica de Fiacção de Tecidos Lisbonense	523
Fotografia 28 Vila Rodrigues	523

Fotografia 29 Bairro Grandela.....	523
Fotografia 30 Vila Berta.....	53
Fotografia 31 Vila Sousa.....	53
Fotografia 32 Bairro operário em Lisboa	58
Fotografia 33 Casal Ventoso (1938).....	61
Fotografia 34 Bairro das Minhocas (1939).....	61
Fotografia 35 Encosta sobre a Rua do Arco Carvalhão (1940).....	61
Fotografia 36 Vale de Alcântara - Santa Ana (1940)	61
Fotografia 37 Esquema de acesso aos bairros clandestinos.....	63
Fotografia 38 Relação dos locais de trabalho e habitação	63
Fotografia 39 Bairro Social do Alto da Ajuda (1945)	69
Fotografia 40 Bairro Social do Arco do Cego	69
Fotografia 41 Interior de uma casa económica, bairro da Boavista	71
Fotografia 42 Edifícios <i>Weissenhof</i> de Mies van der Rohe, Estugarda, Alemanha (1927)	77
Fotografia 43 Cozinha de Frankfurt, Margarete Schutte-Lihotzy	78
Fotografia 44 <i>Karl Marx-Hof</i> , Viena, Karl Ehn	79
Fotografia 45 Conjunto Habitacional de Josef Hoffmann, Viena (1932).....	80
Fotografia 46 Olivais Sul - Célula C, Vítor Figueiredo.....	81
Fotografia 47 Torre de Habitação, Olivais Norte, Nuno Teotónio Pereira.....	81
Fotografia 48 Refeição em família, <i>Unité d'Habitation</i> , Marselha	85
Fotografia 49 Caracterização da habitação	86
Fotografia 50 Modo Funcionário de Viver, Catarina Botelho (2008)	87
Fotografia 51 Casa de Pablo Picasso, Cannes (casa fenomenológica).....	90
Fotografia 52 Psicologia da cor (emoções)	92
Fotografia 53 Cores aconselhadas por divisão da casa.....	93
Fotografia 54 <i>Kitchen Box</i> , Joe Colombo (1963)	105
Fotografia 55 Visiona 1, Joe Colombo (1969).....	105
Fotografia 56 <i>Cabriolet-bed</i> , Joe Colombo (1969)	105
Fotografia 57 Duas perspectivas da <i>Total Furnishing Unit</i> , Joe Colombo (1971).....	106
Fotografia 58 <i>Weissenhofsiedlung</i> , Estugarda, Alemanha (2004 - fotografia aérea) .	109
Fotografia 59 <i>Unité d'Habitation</i> , Nantes – Rezé.....	110
Fotografia 60 <i>Unité d'Habitation</i> , Berlim.....	110
Fotografia 61 <i>Unité d'Habitation</i> , Briey-en-Fôret.....	110

Fotografia 62 <i>Unité d'Habitation</i> , Firminy.....	110
Fotografia 63 Centro comercial, <i>Unité d'Habitation</i> , Marselha.....	111
Fotografia 64 Restaurante, <i>Unité d'Habitation</i> , Marselha.....	111
Fotografia 65 <i>Unité d'Habitation</i> , Marselha.....	113
Fotografia 66 Maquete da estrutura da <i>Unité d'Habitation</i> de Marselha	115
Fotografia 67 Modulor.....	116
Fotografia 68 Esboço da agregação das células	117
Fotografia 69 Perspectiva de dois apartamentos	117
Fotografia 70 Corte e plantas de dois apartamentos.....	117
Fotografia 71 Escadas de acesso ao piso de cima.....	118
Fotografia 72 Duplo pé direito da sala de dia.....	118
Fotografia 73 Sala de dia e cozinha (piso inferior).....	118
Fotografia 74 Quarto de casal (piso superior)	118
Fotografia 75 Mobiliário integrado na <i>Unité d'Habitation</i> de Marselha.....	119
Fotografia 76 Flexibilidade de ampliação de espaço nos quartos das crianças (em cima e ao meio)	120
Fotografia 77 Espaço reduzido da cozinha (passa	120
Fotografia 78 Planta do bairro da Malagueira	121
Fotografia 79 Fases de construção do bairro da Malagueira	122
Fotografia 80 Bairro da Malagueira, Évora.....	123
Fotografia 81 Aqueduto do bairro da Malagueira	125
Fotografia 82 Esquema de ampliação das vivendas no bairro da Malagueira.....	127
Fotografia 83 Transformação espacial através do mobiliário, apartamento <i>Batipin</i> (28m ²), Itália.....	131
Fotografia 84 Dimensão do bairro da Boavista	132
Fotografia 85 Degradação e vandalização no bairro da Boavista.....	133
Fotografia 86 1ª fase de construção, casas de fibrocimento e madeira, bairro da Boavista (1940)	137
Fotografia 87 Casas de alvenaria em banda contínua, bairro da Boavista (1969).....	138
Fotografia 88 Moradias de alvenaria em banda, bairro da Boavista (1975).....	139
Fotografia 89 Bairro da Boavista.....	141
Fotografia 90 Bairro da Boavista.....	142
Fotografia 91 Esquema das áreas habitacionais	143
Fotografia 92 Hierarquia proposta das divisões do andar modelo	156

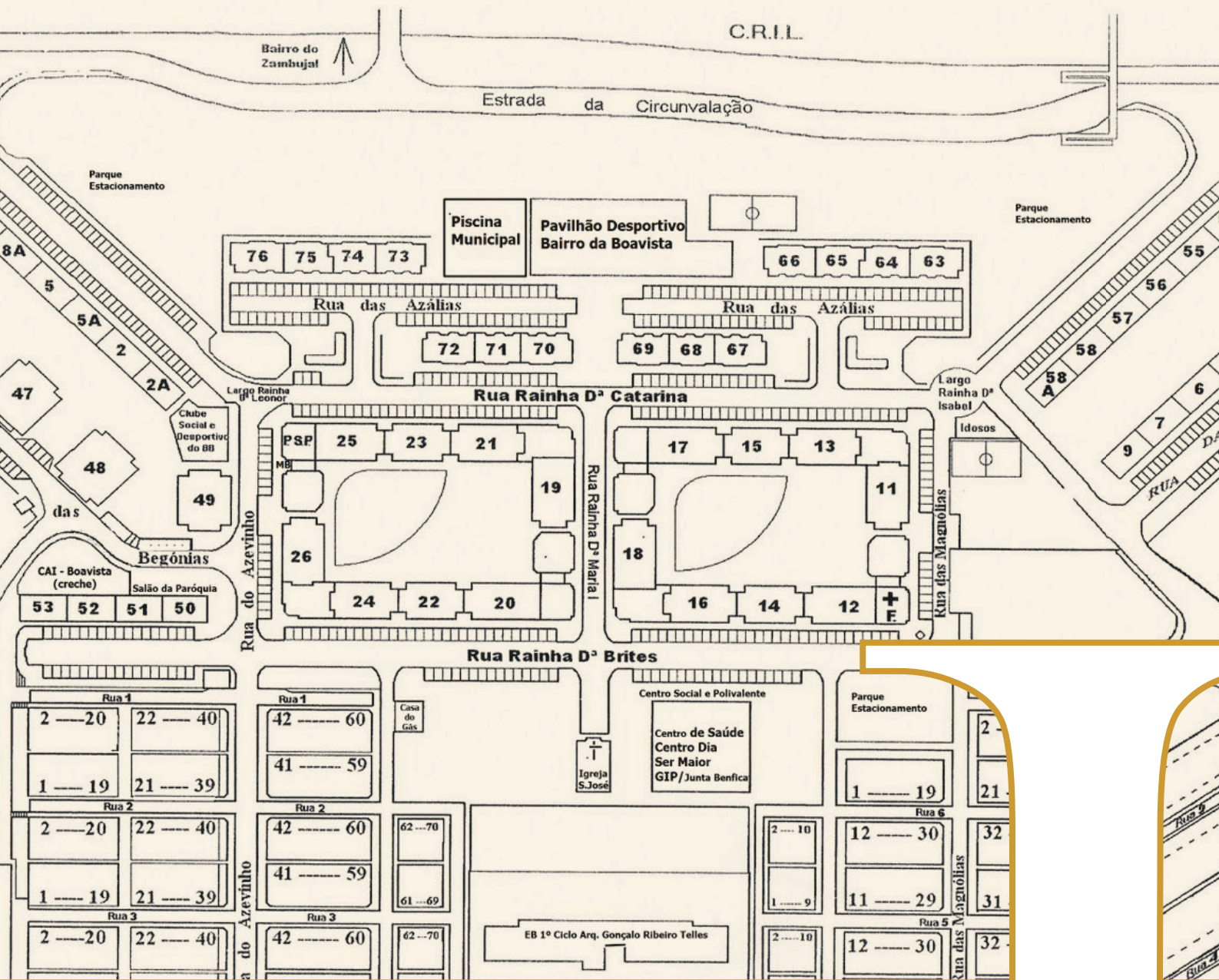
Fotografia 93 <i>Hall</i> de Entrada	157
Fotografia 94 Cozinha	158
Fotografia 95 Perspectiva da Sala de Estar Sala de Jantar e Cozinha durante as três fases	159
Fotografia 96 Sala de Estar Sala de Jantar Cozinha (1ª fase) Fonte: Simulação em 3D da autora.....	160
Fotografia 97 Sala de Estar Sala de Jantar Cozinha (2ª fase)	161
Fotografia 98 Sala de Estar Sala de Jantar Cozinha (3ª fase)	162
Fotografia 99 Cozinha	163
Fotografia 100 Lavandaria.....	164
Fotografia 101 Quarto de Casal	167
Fotografia 102 Quarto de Casal	168
Fotografia 103 Quarto 1 (representado na 3ª fase)	171
Fotografia 104 Quarto 1 (representado na 3ª fase)	172
Fotografia 105 Quarto 2 (representado na 1ª fase)	175
Fotografia 106 Quarto 2 (representado na 1ª fase)	176
Fotografia 107 Quarto 3.....	179
Fotografia 108 Quarto 3.....	180
Fotografia 109 Instalação Sanitária (privada).....	183
Fotografia 110 Instalação Sanitária (social)	184
Fotografia 111 Móvel de Conter Divisória.....	188
Fotografia 112 Escritório	193
Fotografia 113 Estrutura do Escritório	194
Fotografia 114 Estrutura do Berço	201
Fotografia 115 Berço Assento Arrumação.....	202
Fotografia 116 Estante	207

| ÍNDICE DE TABELAS |

Tabela 1 Número de habitantes em Inglaterra e no País de Gales entre 1700 e 1831..	16
Tabela 2 Caminhos-de-ferro na Europa.....	38
Tabela 3 Total de fogos por tipologia do bairro velho de lusalite	136

| LISTA DE DESENHOS TÉCNICOS |

Desenho 001 Planta Original Cotada e Planta de Alterações (esc. 1:50)	145
Desenho 002 Planta Proposta e Planta de Tectos e Iluminação (esc. 1:50).....	151
Desenho 003 Planta de Equipamento (esc. 1:50)	153
Desenho 004 DPP Sala de Estar Sala de Jantar Cozinha e Cortes AA' BB' CC' (esc. 1:50)	165
Desenho 005 DPP Quarto de Casal e Cortes AA' BB' CC' (esc. 1:50)	169
Desenho 006 DPP Quarto 1 e Cortes AA' BB' CC' (esc. 1:50).....	173
Desenho 007 DPP Quarto 2 e Cortes AA' BB' CC' (esc. 1:50).....	177
Desenho 008 DPP Quarto 3 e Cortes AA' BB' (esc. 1:50)	181
Desenho 009 DPP Instalações Sanitárias Cortes AA' BB' (IS Privada) Cortes AA' BB' (IS Social) (esc. 1:50)	185
Desenho 010 Móvel de Conter Divisória (esc. 1:10).....	189
Desenho 011 Pormenores Técnicos do Móvel de Conter Divisória (esc. 1:1)	191
Desenho 012 Escritório (esc. 1:10).....	195
Desenho 013 Cortes Escritório (esc. 1:10)	197
Desenho 014 Pormenores Técnicos do Escritório (esc. 1:1)	199
Desenho 015 Berço Assento Arrumação (esc. 1:10)	203
Desenho 016 Pormenores Técnicos do Berço Assento Arrumação (esc. 1:1).....	205
Desenho 017 Estante e Pormenores Técnicos da Estante (esc. 1:10 1:1).....	209



Introdução

| Mapa do Bairro da Boavista

| Fonte: Blog Bairro da Boavista

A escolha do tema “Habitação: Privilégio ou Direito?” deveu-se, acima de tudo, à percepção das condições em que se encontra o parque habitacional dos bairros sociais e à vontade de evidenciar a importância da intervenção do *designer* de interiores e como o seu trabalho se pode adaptar aos vários grupos sociais, desde que se percebam as suas necessidades e preocupações.

O título representa a ambivalência existente actualmente no mercado. Com isto quer-se dizer que: o ‘Privilégio’ pertence a uma parte da população que se encontra em habitações com melhores condições; enquanto que o ‘Direito’ refere-se a um grupo populacional, que pelas dificuldades económicas em que se encontra, não tem possibilidade de adquirir casa própria, recorrendo à habitação municipal, que infelizmente não possui as melhores condições habitacionais. Visto estarmos a falar de habitação, não deveria existir esta dualidade, privilégio ou direito, mas, sim, igualdade em termos qualitativos.

O principal objectivo desta dissertação é alterar o estigma negativo a que os bairros sociais estão associados, desenvolvendo um projecto-piloto adaptável aos vários bairros. Assim, de forma a atingir estes objectivos, foram aprofundados vários temas de maneira a perceber: a origem e evolução do problema habitacional; as necessidades da população; e os modos de vida. Este estudo visa criar habitações que evoluam com a família e se adaptem a cada agregado familiar, provando, a importância do *designer* de interiores na criação de espaços funcionais e flexíveis.

A actividade de *designer* de interiores tem sido associada aos grupos sociais mais privilegiados, promovendo a ideia de futilidade. Muitos desconhecem o que esta actividade realmente acarreta, isto é o seu lado funcional e organizativo. Como tal, tornou-se fulcral dar a conhecer o que este profissional trata, além da parte decorativa.

A escolha do tema recaiu precisamente nesta necessidade, de mostrar outra vertente desta profissão, numa perspectiva algo inédita que passa pela ligação a um caso de estudo com uma população mais desfavorecida. Os que não têm possibilidade de possuir casa própria recorrem à habitação de custos controlados, o que representa uma das formas de responder às dificuldades das famílias cuja situação económico-financeira não permite o acesso a uma habitação sem o apoio do Estado. A grande maioria destas habitações encontra-se sem condições, por falta de manutenção e também de cuidado por parte do proprietário, daí a necessidade de uma intervenção.

O estudo debruçou-se sobre o bairro da Boavista. Depois de uma análise feita a alguns bairros sociais e programas de reabilitação, considerou-se que este era um bairro onde têm sido implementados vários programas com sucesso, para além de não ser conhecido por uma caracterização dramática, como acontece com outros bairros.

O bairro social é o sítio da não escolha, contudo, não implica que os seus moradores não usufruam das condições ditas normais nas suas habitações. A ligação do *designer* de interiores à habitação social, vem mostrar uma vertente mais útil desta profissão, a organização e economização espacial, bem como as relações socio-espaciais. Uma profissão que ganha um papel secundário, até por uma questão orçamental, ganha aqui um papel fulcral, pela rentabilização espacial e a criação de ambientes apaziguadores, tendo em conta as áreas diminutas destas habitações e os ambientes característicos dos bairros. Sendo a casa o primado da necessidade individual, torna-se essencial estar em condições, independentemente do público e do estrato social a que pertence. É onde regressamos ao final de cada dia, onde nos refugiamos. É um direito e não um privilégio. Surge assim a necessidade de adaptar um parque habitacional, com algumas décadas de existência, às novas exigências da sociedade.

Existe já um vasto leque de projectos onde flexibilidade e rentabilização espacial são palavras de ordem, porém, na sua grande maioria estes conceitos são também levados ao extremo, o que implica em muitos casos um valor acrescentado. Algo que tem de ser contornado neste projecto, por se tratar de um parque habitacional municipal. Em Portugal já está a ser levado a cabo um projecto pela Gebalis, algo semelhante: o projecto *Life*, que procura promover nos fogos municipais condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, promovendo o conforto e a segurança aos seus moradores. Um dos apartamentos que beneficiou deste projecto localiza-se precisamente no bairro em estudo. Mas, num ponto de vista geral, as reabilitações feitas, até agora, em bairros sociais, como é o caso do programa ‘Aqui há mais bairro’ também da Gebalis, são maioritariamente aos edifícios no geral, e em alguns casos verificam-se intervenções em fracções vazias para novas atribuições, menosprezando por vezes as que se encontram ocupadas.

Em termos de *design* de equipamento e equipamento integrado, os nomes que saltam à vista são precisamente os de Joe Colombo e Ron Barth, que pensam o

mobiliário de maneira a oferecer mais do que uma solução, economizando a área utilizada, ideal para espaços pequenos. Pensam o mobiliário quase como uma máquina que permite com a sua transformação a transformação do espaço onde se encontra, permitindo que a mesma divisão responda a várias necessidades. Este é precisamente o conceito que se procura levar para a criação do andar modelo deste projecto.

Várias teses abordam também a questão da habitação social e a preocupação de adaptação às necessidades das famílias, mas poucas oferecem uma solução prática para o problema.

Com esta dissertação procurou-se, acima de tudo, criar um novo conceito de habitar numa situação fora do vulgar, de maneira a provar a adaptabilidade do *designer* de interiores a qualquer cliente e situação económica, e mudar a maneira como este é visto na nossa sociedade. Neste caso, a trabalhar com orçamento reduzido, pondo à prova a sua criatividade, mostrando outra faceta que muitos desconhecem.

O tema da habitação social surgiu precisamente para quebrar barreiras e preconceitos, por representar o oposto a que associam o *designer* de interiores. Neste seguimento, e para um melhor entendimento da habitação social, procurou-se estudar e aprofundar o seu conceito, as diferentes fases da sua história e, acima de tudo, compreender a intervenção por parte do Estado e os principais bloqueios da promoção pública. Assim sendo, a partir deste estudo procurou-se avaliar as necessidades da habitação, de maneira a desenvolver um projecto fidedigno.

Após perceber as necessidades destes bairros e dos seus moradores, tornou-se necessário conferir à habitação a capacidade de evoluir, isto é, permitir uma maior durabilidade de maneira a assegurar o futuro dos seus habitantes. Daí a importância da flexibilidade que possibilita esta evolução, surgindo como resposta aos problemas. Deste modo, procurou-se evidenciar como a utilização de estratégias de flexibilidade permitem variações criativas na habitação, que vão de encontro às exigências durante a sua ocupação.

Em fase de projecto, pretendeu-se então desenvolver uma proposta de um andar-modelo para uma habitação unifamiliar, a ser aplicado nos vários bairros sociais. Acima de tudo, procurou-se fornecer um conjunto de soluções práticas e estratégias para resolver o espaço. Proporcionando uma habitação adaptada à família contemporânea,

facilitando a mutabilidade do espaço, isto é, uma habitação evolutiva adaptando-se às várias etapas da vida. Uma proposta também de *design* integrado com soluções adequadas a cada espaço e função.

Inicialmente é feito um enquadramento teórico do tema em análise, de maneira a contextualizá-lo e estabelecer conceitos. Ao longo deste enquadramento procurou-se completar com exemplos ilustrativos de modo a esclarecer o que é referido no texto, assim como citações de maneira a complementar a informação.

Através dos casos de estudo, procuraram-se referências para o desenvolvimento do projecto. Para tal, foi necessário seleccionar obras que fizessem alusão a projectos de habitação mínima e ao conceito de flexibilidade, ou seja, que apresentassem hipóteses adequadas para o estudo. Apesar de intervenções diferentes, o objectivo é mútuo: resolver da melhor forma a habitação, de modo a proporcionar um espaço com qualidade e conforto. Nesta parte específica, encontram-se palavras-chave destacadas para uma compreensão mais directa.

Seguidamente, na fase prática, desenvolveu-se um projecto que se adequa e responde às necessidades do ciclo de vida de uma família-tipo contemporânea. Com a capacidade de se adaptar a outros agregados familiares e habitações sociais com programas específicos.

Concluindo, nesta dissertação, foi levado a cabo um questionário, incluído em anexo, de maneira a comprovar como é visto o *designer* de interiores na nossa sociedade e o estereótipo a que os bairros sociais estão associados.



Encontro com a História

1.1 | Uma visão geral: Revolução Industrial na Europa | 9

1.2 | Uma visão particular: Portugal no século XIX | 35

| Revolução Industrial: Inglaterra no século XIX

| Fonte: www.historiaambiental.org

1.1| Uma visão geral: Revolução Industrial na Europa

A revolução industrial na Europa designa uma época decisiva para o desenvolvimento da humanidade porque foi acompanhada por um conjunto de mudanças que tiveram lugar entre os séculos XVIII e XIX – 1760 a 1830.¹ O século XIX é bastante complexo, é um século de charneira, um período de embate na industrialização e de forte crescimento demográfico. Modificações sociais importantes determinaram profundas transformações nas cidades e a sua adaptação a necessidades de infraestruturas, equipamentos, habitação e novas exigências espaciais.²

O termo ‘revolução’ implica uma rapidez de mudança, sendo este conceito talvez mais aliciante de ser utilizado precisamente pelas transformações rápidas e até violentas que se assistiram neste período. No entanto, a designação ‘revolução industrial’ abrange um leque de mudanças não só industriais, mas também sociais e intelectuais.³



Fotografia 1 | Fundição de ferro em blocos, Herman Heyenbrock (1890)

Fonte: socialscienceexplorer.org

¹ Thomas S. Ashton, *A Revolução Industrial*, 6ª ed., Mem Martins, Publicações Europa- América, s.d., p.

² José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 6ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 203.

³ Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 22.



Fotografia 2 | Ceifeiras, Silva Porto (1893)
Fonte: Matriz Net



Fotografia 3 | A Salmeja, Silva Porto (1884)
Fonte: Matriz Net

A designação de revolução industrial - simbolizada pela máquina a vapor – é usada por grande número de historiadores, de tal forma se vulgarizou que seria pretensiosismo tentar substituí-la. (Ashton)

Antes da industrialização, as sociedades eram maioritariamente constituídas por aqueles que sobreviviam cultivando a terra e criando animais. Foi precisamente neste período pré-industrial que se registaram mudanças na estrutura agrária, transformações necessárias à industrialização. A população rural encontrava-se vinculada ao feudo, ou seja, eram obrigados a realizar os serviços e cumprir as obrigações que lhes eram incumbidas pelos senhores – feudalismo⁴. Eram autorizados a usar uma pequena porção de terra para a sua subsistência e da sua família, pois a maior parte do que produziam destinava-se a abastecer os senhores e a sua corte.

As comunidades agrícolas possuíam poucos apetrechos, utensílios e animais de tracção, não eram detentoras de qualquer conhecimento técnico ou científico, o seu conhecimento baseava-se única e exclusivamente naquele que foi sendo adquirido ao longo dos anos e de sucessivas gerações. Trabalhavam com baixo nível de reservas e sempre vulneráveis a qualquer capricho por parte da Natureza. Nestas condições, em que se encontravam, pouco podiam produzir, para além da mera subsistência, a maior

⁴ Feudalismo – modo de organização social, político e cultural baseado no regime da servidão, onde o trabalhador rural era o servo do grande proprietário de terras, o senhor feudal. Este sistema perdurou em toda a Europa durante a Idade Média, entre os séculos V a XV, imperou dentro do feudo, onde se produzia o necessário para o consumo da comunidade. O trabalho servil envolvia uma série de obrigações entre as quais pagar ao senhor com mercadorias ou prestação de serviços pelo uso das terras.

parte do excedente servia para abastecer as actividades essencialmente improdutivas da classe senhorial dirigente e da instituição eclesiástica.

Era necessário um esforço colectivo por parte da população rural, que exigia também a junção dos aranhos e animais de tracção, para preparar a terra e tornar os campos aptos ao cultivo. Os trabalhos colectivos uniam os aldeãos num esforço comum para extraírem o que podiam de uma Natureza avarenta. Assistia-se a um sacrifício da liberdade individual. (Kemp)

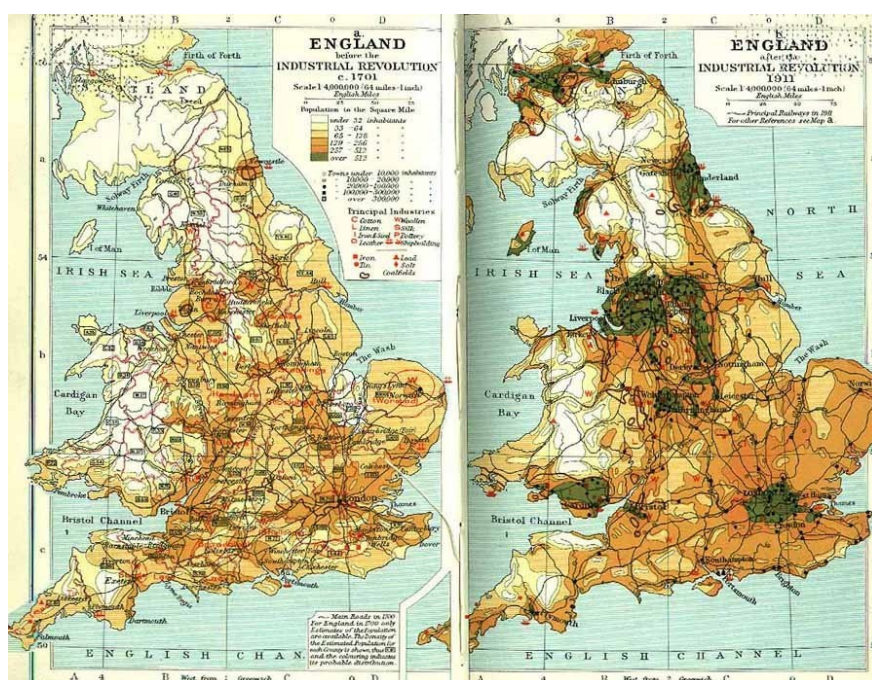
O pouco capital à disposição das comunidades campesinas dificultava em muito a vida rural. Os animais, que tinham uma função fulcral, existiam em número limitado pela ausência de forragens de Inverno, sendo a estes que cabia não só fornecer os alimentos e puxar os pesados arados, necessários ao trabalho da terra argilosa, como também ajudar a manter a fertilidade das terras. Apesar de nada disto chegar para manter as sementeiras contínuas nos campos amanhados, metade ou um terço da terra tinha que ficar em pousio todos os anos a fim de recuperar alguma da sua fertilidade.

Traçado este esboço do que era a estrutura da vida rural europeia, podemos perceber as fontes de tensão entre as reivindicações e pretensões dos senhores e a luta dos camponeses de maneira a poderem ficar com uma maior parte do que produziam. Os camponeses procuravam mudar a situação em que se encontravam, que os condenava à servidão e ao pagamento de uma porção excessiva da sua produção ao senhor feudal.

Antes de mais, para que a industrialização da Europa seja entendida, há que ter em linha de conta o caso britânico, pode-se até dizer que este funciona como modelo do desenvolvimento industrial. Porém, não se pode chegar à conclusão do processo de industrialização britânico se este for analisado isoladamente. Assim sendo, a importância histórica que a revolução industrial britânica exerceu implica que seja mencionada.

O Caso Britânico

A Grã-Bretanha foi a pioneira dos países industriais, o palco para a transformação de uma economia agrária tradicional numa sociedade urbana assente na tecnologia da máquina. Pode-se agora afirmar que Inglaterra foi abençoada por uma série de factores físicos, sociais e culturais que se revelaram favoráveis para a industrialização. Terão sido estas condições que colocaram este país em vantagem ao resto da Europa. No entanto, todos os processos de industrialização tiveram características em comum, que implicava a existência prévia de um ambiente sociocultural favorável, bem como os recursos físicos necessários. Obviamente que o resto dos países, pela sua industrialização tardia, não tiveram que passar exactamente pelo mesmo processo que a Grã-Bretanha, tendo saltado algumas etapas do processo de industrialização. Foi esta a sua principal vantagem para diminuir o atraso que os separava do país pioneiro. A industrialização britânica surgiu, também, numa conjuntura particular do capitalismo^{5,6}.



Fotografia 4 | Mapa da densidade populacional em Inglaterra entre 1701 e 1911

Fonte: www.reddit.com

⁵ Capitalismo – é o sistema socioeconómico no qual os meios de produção (terra, fábricas, máquinas) e o capital (dinheiro) são propriedade privada. Antes do capitalismo, o sistema predominante era o feudalismo, cuja riqueza vinha da exploração das terras e do trabalho dos servos. No capitalismo toda a mercadoria se destinava para venda e não para uso pessoal e o proletariado, precisamente a maioria da população recebia um salário em troca do seu trabalho.

⁶ Tom Kemp, *A Revolução Industrial na Europa do século XIX*, Lisboa, Edições 70, s.d., p. 17 – 21, 51 – 55.

A Inglaterra beneficiou das suas condições naturais. A existência da navegação nesta ilha estreita possibilitou a navegação costeira, servindo muitos lugares, para além da própria costa.⁷

Basicamente a revolução industrial significou a mudança da ferramenta pela máquina. No período anterior a produção era toda feita artesanalmente, tendo sido substituída pela máquina a vapor. Porquê Inglaterra? Era um país que possuía muitas reservas de carvão mineral, ou seja, era detentora da principal fonte de energia para que as máquinas e as locomotivas trabalhassem. Para além de que a burguesia inglesa tinha capital suficiente para abrir fábricas, financiá-las, comprar toda a maquinaria necessária, matéria-prima e, claro, contratar empregados.⁸

Transformações nas condições de vida

Como pudemos verificar no século XVIII a maioria dos britânicos ganhava a vida a trabalhar a terra, e como tal as suas condições de vida e de trabalho dependiam fortemente das configurações do subsolo e do clima. O processo de evolução da sociedade rural sofreu modificações internas, resultantes das pressões dos senhores e dos camponeses, no entanto esta constituía a menor das forças para a evolução desta sociedade. As transformações e a sua eventual desintegração devem-se a forças extremas, como o crescimento das cidades e do comércio, expansão da economia monetária e desejo dos senhores aumentarem os seus rendimentos. Todas estas mudanças proporcionavam oportunidades para o progresso individual e levaram também à extinção da propriedade feudal.⁹

Os senhores, assumindo conscientemente que a terra era fonte de lucro comercial e um bem vendável, expulsaram os camponeses das propriedades de maneira a poderem fechar os campos – *enclosure*¹⁰. Este sistema foi adoptado precisamente porque a terra

⁷ Peter Mathias e John A. Davis, *As Primeiras Revoluções Industriais*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda., 1998, p. 128.

⁸ <http://revolucao-industrial.info/>

⁹ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 54 – 56.

¹⁰ A *enclosure* foi um processo que se deu com alguma frequência ao longo do século XVIII quando os terrenos livres, baldios ou simplesmente abertos, que se encontravam preparados para as necessidades de uma comunidade que produzia para a sua própria subsistência eram vedados, ou seja, quando adquiriam proprietário ou explorador agrícola individual que tinham capacidade financeira para investir na grande produção agrícola. É nada mais nada menos que a divisão das grandes propriedades em pequenas parcelas – parcelamento. Em certos lugares este movimento possibilitou um aumento considerável na produção.

se encontrava ‘gasta’ devido ao ritmo constante de produção, como tal, os senhores que procuravam sempre obter mais lucro optaram por este sistema de parcelamento.

Os camponeses tornaram-se assim num grupo de gente sem terra, e a forma como tinham sido espoliados das terras que trabalhavam e os problemas sociais levantados pelo súbito aparecimento de gente desenraizada e sem meios de subsistência foi, talvez, a primeira chamada de atenção para os reformadores. O encerramento das propriedades foi um exemplo monumental da injustiça social perpetrada pelos ricos em relação aos pobres, que obrigou os camponeses a procurar subsistência através da venda da sua força de trabalho. Pode dizer-se que houve uma divisão da população rural porque muitos camponeses sem terra e trabalho no campo acabaram por migrar para as cidades, outros, pelas oportunidades oferecidas pelo crescimento da procura das cidades, foram encorajados a cultivar para o mercado.

A agricultura caracterizada pelo campesinato que produzia para o próprio lar e consumo local foi substituída por uma agricultura comercial que começou a produzir, em parte, para o mercado. Surgiram traços de uma agricultura capitalista, uma classe de agricultores e camponeses a produzir para o mercado e um número crescente de trabalhadores assalariados, recrutados entre aqueles que não tinham terra, ou cuja terra não era suficiente para a subsistência familiar. (Kemp)

O sistema de parcelamento foi adoptado com o propósito de responder, não só ao crescimento das cidades mas também do comércio, como tal foram necessárias algumas alterações na estrutura agrária, procurando aumentar a produção, pelo que se assistiu também a uma revolução na agricultura. As mudanças que foram acontecendo simultaneamente na indústria puderam estimular os melhoramentos técnicos e até mesmo uma reorganização na esfera agrícola. A reforma agrária foi nada mais que uma resposta a tudo o que se estava a passar fora da agricultura, parece ter sido a pressão da procura e as possibilidades de obter lucro a satisfazê-la que apressou as transformações no mundo rural.

No entanto também teve aspectos negativos, como por exemplo, no caso dos terrenos dedicados à pastagem, como requeriam menos mão-de-obra levou a uma vaga de desemprego agrícola. Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 45.

A introdução de novas sementeiras, a difusão de melhoramentos técnicos e a possibilidade de dispor de novos apoios ao cultivo, como melhores apetrechos, máquinas e até mesmo fertilizantes artificiais permitiram à agricultura fornecer um contributo próprio e específico ao crescimento económico. A produtividade foi favoravelmente afectada pela inovação.

O aspecto mais saliente da história social deste período, ou seja, que faz a distinção dos anteriores, é precisamente o rápido crescimento da população. Porém, o aumento da população nada se deve a alterações na taxa de natalidade, que foi elevada mas constante, nem ao afluxo de gente de outros países, visto que parte da população inglesa deixou o seu país para procurar vida no ultramar. (Ashton)

No século XVIII chegaram à Europa umas quantas sementes novas, como por exemplo a batata, que permitiram um grande aumento da produção de alimentos numa extensão de terra, efeitos que se repercutiram num aumento da população. Passou a haver possibilidades de acudir à subsistência de mais pessoas, realizou-se uma melhoria da alimentação e um fornecimento mais regular de alimentos melhorou a resistência à doença.¹¹ O aumento da superfície cultivada e um maior interesse pela drenagem dos pântanos e águas estagnadas, a transformação dos terrenos baldios em solo arável, a demarcação da terra com o fim de a tornar mais produtiva, tanto para a agricultura como para a criação de gado foram transformações na agricultura, juntamente com a introdução de novas culturas, que ajudaram a melhorar as condições de vida da população.

A baixa de mortalidade foi o motivo do aumento do número de habitantes, nas quatro primeiras décadas do século XVIII. O abuso do *gin*, a baixo preço, e períodos intermitentes de fome contribuíram fortemente para a perda de vidas. Vários factores foram responsáveis pela redução da taxa de mortalidade, tais como a introdução das colheitas de tubérculos que possibilitaram a alimentação de mais gado nos meses de Inverno, facilitando o fornecimento de carne fresca todo o ano, uma maior resistência dos indivíduos às doenças pela alteração dos hábitos alimentares, diminuição de perigo

¹¹ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 56 – 63.

de infecção com o aumento de cuidados de higiene pessoal e também a substituição de materiais de construção que reduziu o número de epidemias.¹² O processo da melhoria do ambiente, através da saúde pública, foi longo e demorado, somente visível aquando da descida do índice de mortalidade infantil a partir de 1899.¹³

Tabela 1 Número de habitantes em Inglaterra e no País de Gales entre 1700 e 1831

Fonte: Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 23.

1700	5.5 milhões
1750	6.5 milhões
1801	9 milhões
1831	14 milhões

Durante o século XIX uma série cada vez maior de melhorias técnicas ficou à disposição dos agricultores europeus e como a rede de transportes se alargou, a especialização e a produção para o mercado tornaram-se num fenómeno generalizado. Desta forma a industrialização acabou por produzir o seu impacto na agricultura e esta, aos poucos, foi-se tornando “industrializada”.¹⁴

Movimentos migratórios e o desenvolvimento das cidades

A sociedade inglesa assiste, na segunda metade do século XVIII, a uma mobilidade social que alcançou o grau mais alto que em qualquer outra época anterior e talvez posterior.¹⁵ A vida difícil dos campos, o facto de muitos camponeses se encontrarem sem trabalho, terra e meios de subsistência e a criação de empregos na indústria levaram a que no século XIX fossem à procura de melhores condições de vida e trabalho para as cidades.¹⁶ O crescimento populacional foi outro factor que levou à

¹² Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 24 – 27.

¹³ Peter Mathias e John A. Davis, *op. cit.*, p. 208.

¹⁴ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 67.

¹⁵ Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 38.

¹⁶ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 64 – 67.

migração para as cidades, contudo foi a reorganização da agricultura que, acima de tudo, levou à deslocação dos trabalhadores agrícolas, que encontraram novos interesses económicos nas cidades, especialmente em Londres.¹⁷

No final do século XIX a extensão do êxodo rural¹⁸ levantou problemas e preocupações generalizadas, acontece que este se tratou de um processo demorado e irregular que deixou uma larga proporção da população presa ao sector agrário que se mantinha atrasado e ineficaz. Muitos camponeses com pequenas fazendas e sem capital ou conhecimentos técnicos conseguiam apenas sobreviver numa base de subsistência, também porque alguns membros da família trabalhavam em troca de salário. A massa do campesinato era fortemente afectada pelas consequências de uma má colheita, que significavam uma menor procura de trabalho.¹⁹

Foi durante este século que a população conseguiu crescer e torna-se cada vez mais urbanizada, com um número cada vez menor de pessoas dedicadas à produção agrícola. A produção manufacturada começou lentamente a ser mecanizada na Inglaterra desde finais do século XVIII. No entanto, terá a industrialização elevado ou baixado o nível de vida dos trabalhadores?²⁰



Fotografia 5 | Trabalho infantil nas fábricas do século XIX
Fonte: www.historiaemcartaz.blogspot.pt

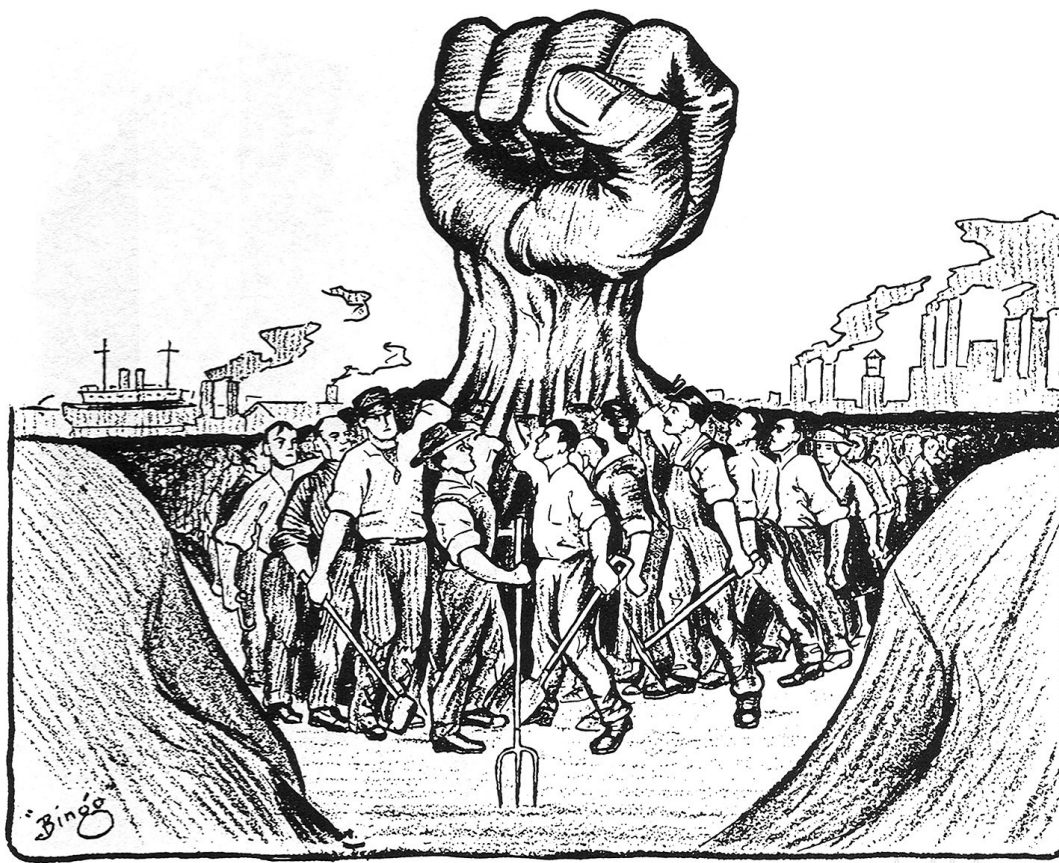
¹⁷ Peter Mathias e John A. Davis, *op. cit.*, p. 185 – 206.

¹⁸ Êxodo Rural é o termo pelo qual se designa a migração da população do campo para as cidades à procura de melhores condições de vida.

¹⁹ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 65, 66.

²⁰ Peter Mathias e John A. Davis, *op. cit.*, p. 209 – 220.

Como muitos empresários procuravam lucrar mais, o operário era explorado sendo forçado a trabalhar até quinze horas por dia em troca de um salário baixo. Para além de que mulheres e crianças eram também obrigadas a trabalhar para poderem sustentar as suas famílias. Perante esta situação alguns trabalhadores revoltaram-se com as péssimas condições de trabalho oferecidas. Foi nesta época que surgiram movimentos com o objectivo de defender o trabalhador, que durante este período perdeu conhecimento do processo de fabricação, passando a executar apenas uma etapa do processo.²¹



Fotografia 6 | *The hand that will rule the world - One Big Union*, Ralph Chaplin (1917)
Fonte: www.laborarts.org

²¹ <http://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>

Esta exploração nos salários do proletariado, os horários do dia de trabalho, a falta de segurança e higiene nos locais de trabalho e nas habitações, a inexistência de apoio à velhice e na doença, assim como na contratação de mulheres e crianças com salários inferiores foram fruto da revolução industrial, do liberalismo²² e do capitalismo. Com o tempo o proletariado adquiriu consciência de classe e descobriu a necessidade de se organizar em associações sindicais e de lutar pelas suas reivindicações. Foi em Inglaterra que apareceram os primeiros movimentos, devido às *trade unions*²³. O Estado, cada vez mais pressionado, passou a ter um papel cada vez mais interventivo nos campos da saúde, do trabalho, da educação e da cultura.

Era como se as pobres massas da humanidade estivessem presas a uma carruagem que eram obrigadas a arrastar por um caminho acidentado e arenoso. Na carruagem, instalados em confortáveis lugares de onde nunca desciam, encontravam-se os membros prósperos da sociedade, desfrutando da paisagem e discutindo os méritos da equipa que os puxava. (Relph)

A ‘questão operária’ transformara-se no principal problema social do século XIX e o movimento operário começava a organizar-se, o que se traduzia num crescendo de greves e manifestações. Vibrantes de actualidade, estes acontecimentos enchiam as páginas dos jornais, que se encontravam em constante expansão no século XIX, levando

²² O liberalismo é uma doutrina político-económica e sistema doutrinário que se caracteriza pela atitude de abertura e tolerância a vários níveis. Na sua origem defendia não só as liberdades individuais mas também a dos povos. Foi também a ideologia política da burguesia (liberal), que amparada por esta ideologia conseguiu conquistar uma posição predominante durante o século XIX. O liberalismo esteve intimamente relacionado com o capitalismo e foi a base do desenvolvimento económico industrial do século XIX, especialmente da expansão económica de Inglaterra em todo o mundo. O propósito do liberalismo social era defender os direitos humanos e as liberdades civis dos cidadãos contra possíveis actos de opressão do Estado.

²³ *Trade Unions* ou sindicatos eram associações de trabalhadores que se juntaram para proteger a integridade do seu comércio, melhorar os padrões de segurança, e conseguir uma maior remuneração e benefícios, tais como cuidados de saúde e melhores condições de trabalho. O sindicato através da sua liderança negocia com o empregador, em nome dos seus membros, contratos de trabalho. O objectivo mais comum destas associações ou sindicatos era precisamente manter ou melhorar as condições de trabalho, o que podia incluir a negociação de salários, regras de trabalho, procedimentos de reclamação, regras que regiam para contratar, demitir e promover trabalhadores, benefícios, segurança do trabalho e políticas. Durante a revolução industrial, os trabalhadores tornaram-se mais activos na política, por volta de 1800, pedindo melhores condições e salários. No caso de serem negados os trabalhadores recusavam-se a trabalhar.

as notícias a um número cada vez maior de pessoas, assim o interesse pela actualidade foi ganhando terreno.

O que eu entendo por socialismo é um estado da sociedade em que não deveria haver nem ricos nem pobres, nem patrões nem operários, nem ócio nem excesso de trabalho, nem intelectuais sem capacidade intelectual, nem operários descontentes; numa palavra, em que todos os homens viveriam em condições de igualdade, resolveriam eficazmente os seus problemas e teriam total consciência de que prejudicar um seria prejudicar todos. (Morris, 1984)



Fotografia 7 | A vida nas ruas de Londres, estudo sociológico de John Thomson (1877)
Fonte: www.theguardian.com

As invenções sucederam-se rapidamente umas às outras e a produção aumentou enormemente graças à grande quantidade de trabalhadores utilizados.²⁴ A produção em larga escala exigia a divisão do trabalho e ferramentas especializadas, assim como um sistema organizado de transporte e comércio, visto que as comunicações internas de Inglaterra estavam muito longe de satisfazer as necessidades dos industriais. As estradas, dependentes de consertos, eram na maioria das vezes impróprias para tráfego. Quando se fizeram as vedações surgiu a oportunidade de ampliar e corrigir as ligações entre as aldeias. Para mercadorias mais volumosas, pesadas ou frágeis o seu transporte era feito por rios ou mares, que ofereciam condições mais baratas e seguras. A dependência em relação ao mar, devido ao transporte das mercadorias, levou a um maior povoamento nas regiões costeiras, havendo um adensamento populacional ao longo das margens, como tal, foi a distribuição dos recursos naturais que orientou em larga medida a distribuição geográfica da população.

Nesta época assistiu-se a uma melhoria significativa nas cidades, as mais importantes foram pavimentadas, dotadas de esgotos e água corrente, o desenvolvimento do conhecimento da medicina e da cirurgia, o número de hospitais e dispensários²⁵ aumentaram, e a maior atenção dada à destruição dos lixos e ao conveniente enterramento dos mortos, foram factores que permitiram uma melhoria das condições de vida.²⁶

O êxodo rural, o aumento demográfico das cidades – pela melhoria generalizada das condições de vida – e o crescimento do proletariado fabril levaram ao aumento das cidades. Umas feitas de novo, outras intensamente reformadas, apresentavam largas avenidas arborizadas, quarteirões delineados, cujos edifícios de cinco e seis pisos mostravam uniformidade nas fachadas. Um exemplo a ter em conta é a cidade de Paris renovada por *Haussmann*. No entanto o desenvolvimento contínuo das cidades e dos mercados não teria sido possível se não houvessem fornecimentos rápidos.²⁷

²⁴ Fernando Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*, 6ªed., Lisboa, Editorial Presença, 2006, p. 145.

²⁵ Dispensários eram os estabelecimentos onde eram dados cuidados e medicamentos, gratuitamente, aos doentes pobres que podiam ser tratados no domicílio.

²⁶ Thomas S. Ashton, *op. cit.*, p. 25, 66 – 70.

²⁷ Tom Kemp, *op. cit.*, p. 61.



Fotografia 8 | Plano de Paris por Haussmann
Fonte: www.arthistoryarchive.com

As linhas férreas eram usadas desde o século XVIII, para a actividade mineira e para as pedreiras, mas com a produção a aumentar e a necessidade de fazer chegar os produtos a um maior número de habitantes, foi criada a primeira linha férrea de tracção por locomotiva para uso comercial, que deu origem à locomotiva a vapor e aos caminhos-de-ferro, dando início à revolução de transportes, da qual Inglaterra foi pioneira. Inicialmente o comboio serviu apenas áreas com grande desenvolvimento industrial e comercial, zonas com maior densidade habitacional e desenvolvimento agrícola.

Acreditou-se que o comboio era a razão da civilização e do progresso. De facto, contribuiu para o desenvolvimento da economia com a produção, comércio e circulação dos produtos industriais e agrícolas; para a formação de novas cidades e alteração urbanística e arquitectónica de cidades antigas. Com a construção de infra-estruturas como pontes, viadutos, túneis, apeadeiros e gares, tudo para melhor receber o comboio e todas as suas implicações; com o fornecimento constante e rápido de produtos e pessoas às cidades, zonas industriais e rurais, encurtando as distâncias; com a mobilidade geográfica e social da população dado o baixo custo das deslocações; e com o aparecimento de novos empregos e profissões.



Fotografia 9 | Locomotiva a vapor - as máquinas que fizeram a revolução
Fonte: www.historiaemcartaz.blogspot.pt

As grandes cidades europeias do século XIX foram marcadas por profundas alterações urbanísticas, adaptando-se aos avanços tecnológicos e ao crescimento demográfico. Foram transformadas em grandes metrópoles devido à industrialização, ao desenvolvimento do comércio e dos serviços e ao empreendimento mais revolucionário do século – os caminhos-de-ferro. Do esquema viário e urbanístico fez parte a construção da estação do caminho-de-ferro; a gare, que passou a ser vista como a porta da cidade, para onde convergiam largas vias e avenidas, que permitiam o escoamento rápido de um tráfico intensificado pelas constantes chegadas dos comboios, pelos transportes públicos, pelos automóveis de uma população endinheirada e pelo bulício da população. As cidades com gare cresceram económica, social e culturalmente, pois permitiam também a chegada de notícias de todos os cantos do Mundo, tornando-o cada vez mais pequeno e comunicativo.

A Cidade Industrial

A Natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos. (Vidal de la Blanche) Tudo o que afecta o homem afecta a cidade, as suas necessidades básicas e a sua religião são factores que influênciam em muito a organização das cidades. (Goitia)

A última modificação fundamental que as cidades sofreram nos tempos modernos foi ocasionada pela complexa série de acontecimentos que foi a revolução industrial, embora não tenha sido estritamente industrial, como se comprovou, mas foi também uma revolução na agricultura, nos meios de transportes e de comunicação e nas ideias económicas e sociais.

Anteriormente as indústrias têxteis estavam situadas ao longo dos rios, distribuídas longitudinalmente. Agora com a máquina a vapor podia efectuar-se a concentração em torno de um ponto, as fábricas, que por sua vez eram agrupadas em lugares determinados, impulsionando o crescimento das cidades industriais. As pessoas eram atraídas pelo desenvolvimento industrial das grandes cidades, fazendo aparecer os primeiros centros fabris. O desenvolvimento urbano foi afectado pela revolução industrial em larga escala, as fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano, eram colocadas nos pontos mais convenientes para o seu serviço, mesmo que isso significasse a destruição de locais que conservassem uma beleza natural, eram implantadas nos lugares mais amenos e com maiores recursos naturais para facilitar as comunicações.



Fotografia 10 | Panorama da poluição da cidade industrial inglesa Halton, Cheshire, Inglaterra no século XIX
Fonte: www.historiaambiental.org

Ao mesmo tempo que as fábricas ganham destaque na cidade industrial, eram construídos os chamados bairros operários, em virtude da necessidade evidente de albergar mão-de-obra. Um dos factores mais importantes exigido pelo novo sistema de produção em massa era o fornecimento do trabalho humano, tratado nesta fase inicial do industrialismo quase como uma mercadoria. Era necessário ter à disposição um grande *stock* humano, quanto mais desprotegido e miserável melhor, visto que o seu trabalho podia ser contratado em condições mais favoráveis para o patrão. Assim tornou-se importante para a indústria instalar-se próximo de grandes centros populacionais, tirando vantagem destes membros desprotegidos da sociedade.

Os *slums*²⁸, desenvolvidos com condições de vida verdadeiramente ínfimas, foram precisamente uma das marcas negativas da cidade industrial, procuravam albergar o maior número de habitantes, muitos deles viviam sem luz nem ventilação. Defendia-se o critério mais seco do utilitarismo, tirava-se maior partido do solo, prescindindo de espaços livres e pátios, procurando aproveitar o terreno ao máximo. A esta solução desumana seguiram-se outras com pequenos pátios intermédios, as *Dumbbell Houses*, que não passavam de um pequeno alívio a uma situação grave que subsistia. Nos arredores das cidades, onde as condições de vida eram atroz e onde a concentração operária atingia proporções muito elevadas era lógica, a revolta social como um aumento assustador dos índices de mortalidade.

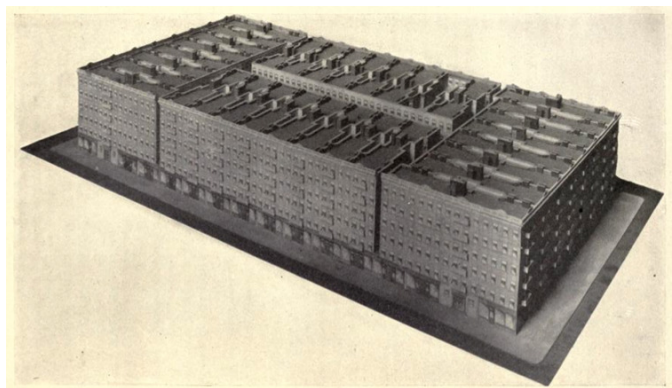
O século XIX, ao mesmo tempo que trouxe a revolução industrial, preparou também a revolução social, que apesar de não ter rebentado da forma catastrófica que Marx²⁹ pensava, manteve-se sempre como uma ameaça para a sociedade até que estas

²⁸ Outro componente da cidade industrial, os *slums*, eram as ‘colmeias’ onde o instrumento homem era conservado durante a noite, para voltar a ser utilizado no dia seguinte nas fábricas. A cidade, nesta época, era única e exclusivamente uma máquina de produção. Os *slums* eram caracterizados pelas suas casas iguais e monótonas, estritamente calculadas com base no rendimento económico do trabalhador. Este foi apenas um dos aspectos negativos que começaram a caracterizar a cidade do século XIX, os subúrbios industriais onde se amontoava a classe operária.

²⁹ Karl Marx foi um filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista, descrito como uma das figuras mais influentes da História. Passou grande parte da sua vida em Londres. Foi uma figura significativa na Associação Internacional dos Trabalhadores. As suas teorias sobre a sociedade, a economia e a política – marxismo – sustentaram que as sociedades humanas progredem através da luta de classes: conflito entre uma classe social que controla os meios de produção, a classe trabalhadora que fornece a mão-de-obra para a produção e o Estado que protege a classe dominante, embora fosse apresentado como um instrumento que representava o interesse comum de todos. Marx argumentava activamente que a classe trabalhadora devia realizar acções revolucionárias organizadas para derrubar o capitalismo e provocar mudanças socioeconómicas.

condições infra-humanas foram sendo melhoradas graças à actividade das *Trade Unions* e dos sindicatos. Procuravam melhorar as condições do proletariado, de maneira a proporcionar uma vida mais humana e saudável.

O homem contempla agora o campo como um arredor, como algo distante e subordinado. A partir deste instante, há duas vidas: a vida dentro e a vida fora da cidade. (Goitia)



Fotografia 11 | Quarteirão de *Dumbell Houses*
Fonte: www.deschats.blogspot.pt

Acima:

Fotografia 12 | *Slums* em Providance Place, Londres (1909)
Fonte: www.bl.uk

Fotografia 13 | Ruas de Londres, Gustave Doré
Fonte: www.cineclubearmarural.blogspot.pt

Houve também industriais esclarecidos e sensíveis às condições de vida dos trabalhadores que acharam que eles próprios tinham o dever de corrigir os males de que haviam sido causa. Um dos primeiros foi Robert Owen, que planeou uma cidade onde se combinava a actividade industrial com a agricultura que se autossustentava, uma antecipação às cidade-jardim³⁰, de Ebenezer Howard, do século XX. Com estas fundações procurava-se atenuar a recordação penosa do que eram chamadas as *Company Towns*³¹, que constituíam uma das consequências mais tristes do período industrial. Os que nelas habitavam, para além de não terem quaisquer direitos civis, encontravam-se submetidos à tirania de um agente da empresa, do qual dependiam para todas as suas necessidades.



Fotografia 14 | *Company Town* em Roebling, New Jersey
Fonte: www.thehistorygirl.com

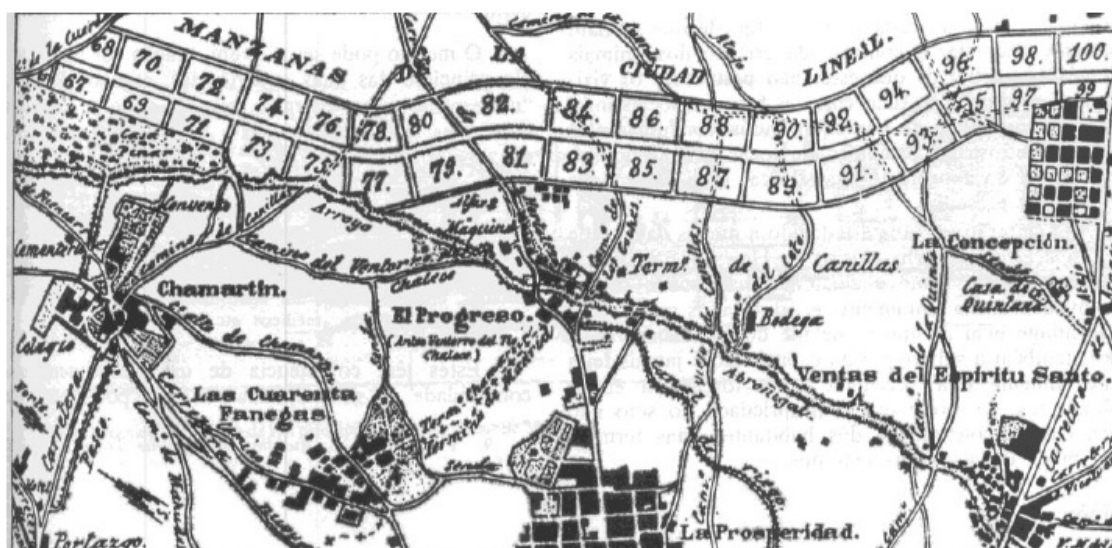
³⁰ Formas urbanas de baixa densidade e moradias unifamiliares nos subúrbios, que se formaram nos finais do século XIX como alternativa à concentração dos centros urbanos e às suas deficientes condições de salubridade. Era uma proposta para resolver simultaneamente o congestionamento das cidades e o isolamento da vida rural, respondia também às convicções sobre a necessidade do contacto com a natureza. Constituiu um novo modelo de organização social, económica e territorial. Era auto-suficiente, pois a maior parte do terreno era usado para cultivo e uma pequena parte para a cidade propriamente dita. Traduziu-se num conjunto de vivendas em largos espaços arborizados, onde as habitações deixaram de contactar com a rua barulhenta e buliçosa.

³¹ Cidades Empresariais (tradução da autora) são locais onde praticamente todas as lojas e habitação são propriedade de uma empresa, normalmente situadas em locais remotos de maneira a 'prender' os moradores/trabalhadores.



Fotografia 15 | Plano para Bournville por George Cadbury
Fonte: www.bournvillevillagecouncil.org.uk

O congestionamento e as condições de vida cada vez mais precárias das cidades modernas, principalmente nas fortemente industrializadas, que eram constantemente invadidas pelo fumo das fábricas, ameaçadas pelos perigos de uma circulação intensa, sem sossego por causa dos ruídos da civilização mecanizada, conduziram em todo o mundo a uma nova valorização dos ambientes campestres e da vida suburbana, exemplo disso é a Cidade Linear, em Espanha.³²



Fotografia 16 | Plano da Cidade Linear, Espanha (1890)
Fonte: www.teoriadourbanismo.wordpress.com

³² Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, p. 144 – 155.

As classes privilegiadas fogem das zonas invadidas pela indústria e pelo comércio e vão fixar-se numa periferia cada vez mais afastada, no meio de um ambiente campestre onde o céu está limpo e o fumo das fábricas é substituído pelo fumo poético das nuvens.

(Goitia)

Na segunda metade do século XIX a fuga aos males da cidade industrial, as possibilidades oferecidas pelos transportes e a disponibilidade de espaço vão permitir a localização de empreendimentos habitacionais de baixa densidade na periferia das cidades. Novos meios de transporte permitem a ligação dos centros urbanos e locais de emprego à periferia, onde o solo barato permite o subúrbio como alternativa à concentração urbana.³³

A morfologia da cidade da era da técnica adopta a quadrícula, por motivos de economia utilitária. Esta técnica representou na Grécia um triunfo do racionalismo. Foi graças a esta quadrícula que o aproveitamento dos terrenos era máximo. Na Grécia, em Roma e na América espanhola os traçados em quadrícula monótonos e indiferenciados eram compensados pela existência de centros cívicos dominantes como a ágora, o foro e a praça maior. Porém, no século XIX o mesmo traçado estende-se árido e igual sem centros dominantes nem espaços livres, as ruas eram iguais para serem igualmente cotadas, quando a repartição do terreno era diferente era porque havia uma função dominante.³⁴ A repetição da quadrícula até à exaustão sem preocupações urbanísticas ou estéticas produziu um tecido habitacional monótono, de extensas ruas, desprovido de qualquer intencionalidade estética.³⁵

O problema estético, neste período, é secundarizado em relação à sua essência: a causa social. Foi a partir do grande crescimento demográfico das grandes cidades industrializadas que nasceu uma nova preocupação com o urbanismo: a necessidade de alojamento de milhares de trabalhadores, todo o sistema de transportes, as formas de adaptação aos novos modelos de vida, a necessidade do aproveitamento do espaço que

³³ José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 6ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 206.

³⁴ Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, p. 19.

³⁵ José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 208.

esteve na origem da construção em altura e que exigiu uma revisão dos sistemas, dos processos e dos modelos construtivos vigentes.

A partir de finais do século XVIII o ferro³⁶ começou a ser usado em vários tipos de construção, quer pela sua plasticidade quer pela sua resistência. Construíram-se as primeiras pontes, acompanhando a revolução dos transportes. Assistiu-se na segunda metade do século XIX ao aparecimento de inúmeros outros edifícios em ferro e vidro, para além do Palácio de Cristal de Joseph Paxton, como mercados municipais, galerias comerciais, fábricas, jardins de Inverno, mansões particulares e vilas operárias. O ferro e o vidro eram empregues em módulos standardizados, prefabricados e apenas montados no local. A modernização dos sistemas e das técnicas permitiu a crescente construção em altura, até ao nascimento dos característicos arranha-céus.



Fotografia 17 | Palácio de Cristal, Joseph Paxton (1850)
Fonte: www.picasaweb.google.com

³⁶ Sob a forma de barras em secção de “I”, ligadas por tiras metálicas criavam estruturas construtivas resistentes, fáceis de montar e adaptáveis a todas as dimensões e formas. Novos sistemas construtivos foram-se aperfeiçoando, permitindo uma muito maior rapidez na edificação e a construção em altura. Os novos processos e materiais mostraram-se mais funcionais e resistentes, simultaneamente embarateceram e tornaram mais rápidas as construções. A vasta aplicação deste material deve-se à facilidade do seu manejoamento, à rapidez da sua montagem e à economia dos meios. Vulgarizou-se, passando a ser usado exclusivamente ou quase exclusivamente, até ser substituído nas primeiras décadas do século XIX pelo betão armado.

O aparecimento dos bairros residenciais trouxe como consequência o aumento progressivo dos volumes edificados.³⁷ Na compreensão da paisagem urbana moderna encontram-se quatro influências fundamentais e estritamente relacionadas: a arquitectura modernista, as inovações tecnológicas, o planeamento urbano e o desenvolvimento social.³⁸

O que caracteriza a cidade contemporânea é a sua desintegração. Não é uma cidade pública à maneira clássica, não é uma cidade camponesa e doméstica, não é uma cidade integrada por uma força espiritual. É uma cidade fragmentária, caótica, dispersa, a que falta uma figura própria. É constituída por áreas indescritivelmente congestionadas, com zonas diluídas pelo campo circundante. (Goitia)

A cidade, até então, desenvolvia-se por extensão de loteamentos e de construções, e não pela organização do espaço urbano. Foram as urbanizações planeadas pelos industriais, numa tentativa de corrigir os males que causaram e a situação social e sanitária da população, que motivaram o pensamento urbanístico e higienista do século XX.³⁹

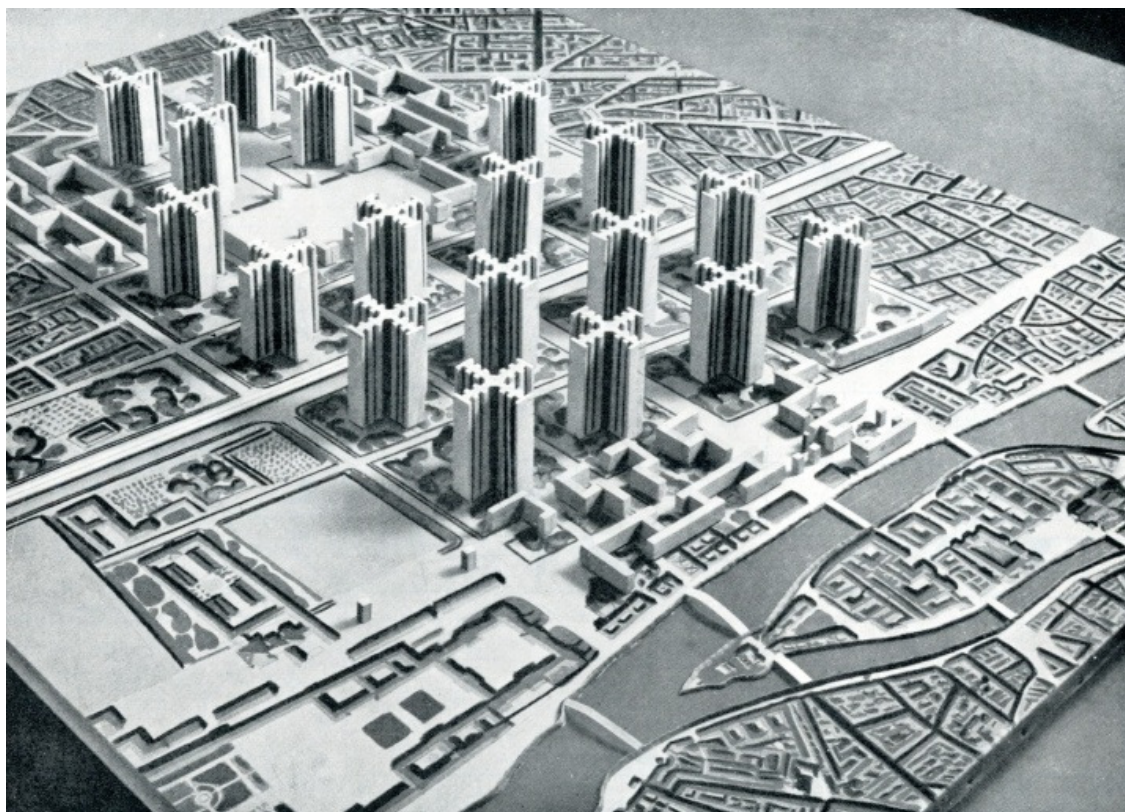
Nos primeiros trinta anos do século XX um número de procedimentos e ideias para melhorar as condições de vida urbana foram reunidos num sistema coerente, denominado ‘planeamento da cidade’. Inicialmente foi concebido como meio de oferecer grandes soluções a todos os problemas urbanos, ou pela reconstrução radical para embelezamento da cidade ou pela construção de cidades-jardim completamente novas. Cedo se tornou claro que tais soluções utópicas só iriam ser introduzidas em escala limitada e os urbanistas, sendo pessoas práticas, reduziram as suas miragens à concepção de bairros residenciais de qualidade, foram estes que deixaram marcas nos traçados e nas formas das cidades modernas.⁴⁰ O período moderno produziu uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística da cidade.

³⁷ Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, p. 161.

³⁸ Edward Relph, *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70, s.d., p.

³⁹ José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 208.

⁴⁰ Edward Relph, *op. cit.*, p. 51.



Fotografia 18 | Plano de *Voisin* para Paris, Le Corbusier (1925)
Fonte: Pinterest

A formulação da ‘cidade moderna’ com todas as suas transformações históricas compreende um grande número de experiências e formulações teóricas. Existe, porém, um denominador comum a todas estas experiências, realizações e formulações teóricas: as necessidades habitacionais, motivadas pela guerra, industrialização e outros fenómenos sociais. Houve, então, a necessidade de fornecer casas em condições de higiene e salubridade. Foram precisas habitações, bairros, novas cidades e reconstrução de centros urbanos, em quantidades e ritmos nunca antes conhecidos.

O urbanismo moderno foi inicialmente um urbanismo habitacional, porque o alojamento e a área habitacional conduziram à construção de novas tipologias. O alojamento era visto como a célula-base da organização da cidade, pois através de sistemas de agregação desta unidade-base foram atingidas tipologias habitacionais como o bloco, a banda, a torre, o complexo, a moradia, que por sua vez eram dispostas no terreno em função das necessidades higiénicas, insolação, arejamento e acessos. Toda a cidade é pensada em função desta unidade-base e do seu agrupamento em hierarquias superiores. A preocupação de dar casa a toda a população, ou pelo menos chegar ao maior número de habitantes, colocou a habitação no centro das preocupações da

urbanística. É o alojamento que organiza o edifício e a agregação de edifícios que forma conjuntos habitacionais, num processo de colagens sucessivas, ou seja, o agrupamento de células habitacionais determina a forma do edifício, e o agrupamento de edifícios determina a forma do bairro. A relação estrutural da cidade moderna é então alojamento – edifício – bairro – cidade.

É facto que as classes menos favorecidas não podem pagar uma casa sem a intervenção do Estado, o que obriga a pensar o alojamento como um problema de mínimos, dado que qualquer acréscimo se traduzia em injustiça social. (Lamas)

As diferentes actividades como o trabalho, a indústria, os escritórios, são excluídas do tecido residencial. A cidade passa a dividir-se em quatro áreas elementares: trabalho, lazer, circulação e habitação. O funcionamento da cidade constitui um vector fundamental do planeamento, caso extremo foram os postulados da Carta de Atenas⁴¹ que obrigaram a isolar, separar e arrumar as principais funções na cidade: habitar, trabalhar, lazer (cultura do espírito e do corpo) e as deslocações necessárias ao desempenho destas actividades. A lógica funcionalista zonifica a cidade por funções e determina a concepção urbana por sistemas independentes.⁴²

A revolução industrial ocorrida na Europa contribuiu para a nova visão da arquitectura e urbanismo do final do século XIX e início do século XX em Portugal.

⁴¹ Foi no congresso de 1933 dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), que foi redigida a Carta de Atenas, no entanto foi divulgada apenas oito anos após ter sido redigida. Trata-se de um texto mais dogmático e polémico do que analítico e demonstrativo, no qual foram formuladas exigências e estabelecidos os critérios para a organização e gestão das cidades, sobre o planeamento urbano moderno. Influenciou em grande medida o desenvolvimento de cidades europeias.

⁴² José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 297 – 342.

1.2| Uma visão particular: Portugal no século XIX

Não se deve pensar fazer de Portugal um país de indústrias, que nunca poderão competir com as dos países estrangeiros. É a agricultura a nossa legítima função de trabalho. (...) É perigoso erro económico fazer a industrialização de um país quando lhe faltam as apropriadas condições. (Anselmo de Andrade)⁴³

O desenvolvimento industrial em Portugal não foi, desde o último quartel do século XVII até finais do século XIX, comparável ao dos grandes países capitalistas da época – Inglaterra e França⁴⁴. A actividade industrial no nosso país atingiu um elevado grau de decadência, especialmente depois das invasões francesas, a situação em Portugal era de facto de grande atraso, tendo em conta que os progressos industriais do exterior mal chegavam ao nosso país.

Até perto de 1875 o desenvolvimento económico foi muito lento: as forças produtivas eram escassas, faltavam capitais, dominava a concorrência da indústria estrangeira, e quanto muito, eram ampliadas antigas oficinas e aproveitavam-se quedas de água para obter força motriz. Quando o progresso industrial se acentuou apareceram as primeiras máquinas a vapor, começaram a surgir fábricas afastadas dos cursos de água e nasceram novas indústrias⁴⁵.

Se a indústria mineira e, a partir dela, a indústria em geral se encontravam pouco desenvolvidas, isso devia-se, antes, a um conjunto numeroso de factores, difíceis de eliminar, sim, mas não irremovíveis: deficiência da rede de transportes, escassez de capitais, falta de quadros técnicos de engenharia, tibieza do espírito de iniciativa entre os capitalistas, despesas muito elevadas com administração e pagamento de impostos, etc... (Eugéne Ackermann)⁴⁶

⁴³ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal – Da Monarquia para a República*, Nova História de Portugal Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 115.

⁴⁴ Nos EUA e na Alemanha o progresso só se acentua depois da revolução industrial inglesa se encontrar em franco progresso.

⁴⁵ A aplicação do maquinismo e o uso da força motriz do vapor só se inicia verdadeiramente depois de 1835. Até lá quanto muito assistiu-se a um avanço de uma indústria ainda artesanal e manufactureira. Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 4ª ed., Porto, Editora Limiar, 1978, p. 36.

⁴⁶ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 115.

O primeiro surto de industrialização verificou-se sobretudo na região de Lisboa, onde se montavam, tal como nas suas redondezas, unidades fabris que empregavam maquinismos e motores movidos a vapor. Porém o desenvolvimento da economia do nosso país não acompanhou o ritmo de progresso dos grandes países produtores do Mundo.

A economia capitalista só começa a progredir francamente nos começos do século XX, só então a maquinofactura se começa a alastrar e a predominar, começando assim a desenhar no mapa económico do nosso país as grandes manchas das zonas industrializadas. É depois de 1869 que a indústria se começa a estabelecer no nosso país, tendo as primeiras máquinas aparecido por volta de 1860, marcando um índice de desenvolvimento para finais do século que não deixa de ser assinalável.

Trata-se definitivamente de um país submetido a um lento processo de industrialização. Parece certo que os maiores entraves ao nosso desenvolvimento se revelaram pelo domínio de amplos sectores da vida nacional, por parte do estrangeiro, pelo baixíssimo nível de vida da população operária e claramente pelo atraso técnico-produtivo que se refletiu no quadro do comércio externo. Tudo isto definiu uma estrutura de carácter atrasado.

Só quando a massa dos consumidores de artigos industriais cresce é que a indústria se pode realmente desenvolver. Em Portugal esta evolução só é notória para lá de meados do século XIX.⁴⁷ Foi precisamente durante este século que a população portuguesa conheceu um período de marcada expansão demográfica – entre 1861 e 1890.⁴⁸ Mas, foi na década de 1921-30 que se verificou a mais pronunciada aceleração do crescimento populacional, até aí registada. A combinação de uma elevada fertilidade e um declínio acentuado da mortalidade, determinou uma taxa de crescimento que se iria manter pela década seguinte. Simultaneamente esta década ficou também marcada

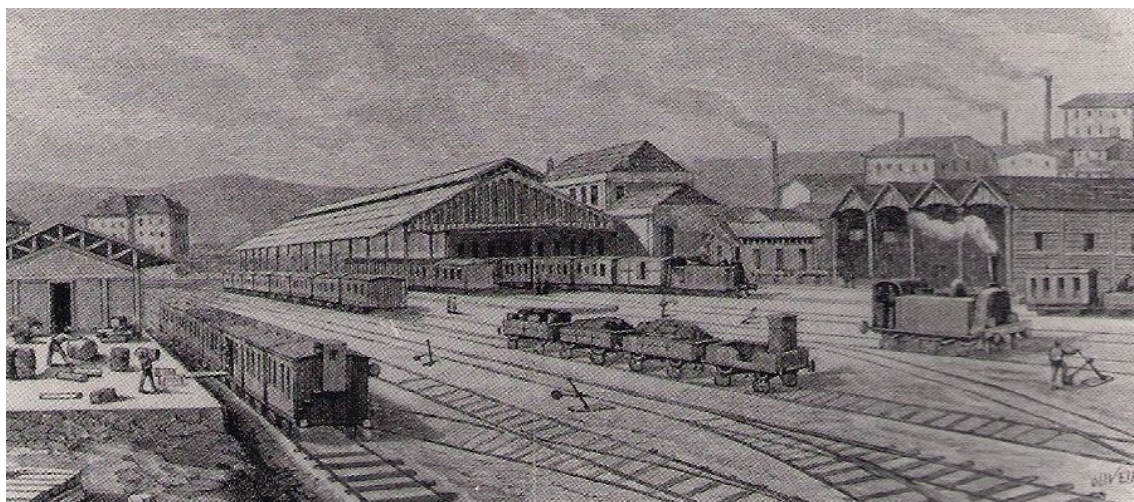
⁴⁷ Armando Castro, *op. cit.*, p. 41 – 49, 77, 78, 97.

⁴⁸ Registando uma taxa de crescimento anual muito próxima da registada noutros países europeus, que a partir do início desde século experimentaram aquilo que se tem chamado de ‘revolução demográfica’ e entraram numa fase de crescimento contínuo e acelerado.

pelo crescimento acelerado de todos os centros urbanos do país, tendo-se verificado em todos algum crescimento, em maior ou menor grau.

A indústria portuguesa tornou-se numa realidade em 1900 e o seu crescimento muito superior ao da agricultura. Pode-se então concluir que a indústria nacional, longe de se desenvolver por um processo de concentração em largas unidades fabris, seguiu o caminho da proliferação e disseminação de pequenas unidades, pobres em capital e em apetrechamento moderno⁴⁹.

O crescimento da produção de artigos para venda no mercado, acompanhado da correspondente expansão dos transportes, tornou-se um facto em Portugal a partir de meados do século XIX, tendo destruído as pequenas unidades económicas dispersas. Características da economia auto abastecedora do artesão e do agricultor e da economia de fabrico para o âmbito restrito da sua região e satisfação directa das necessidades da sua população. Tudo isto foi substituído pela produção para o mercado, que deixou de ter por limites a produção local. O mercado tornou-se nacional e depois mundial, tendo como objectivo de produção, o lucro. Foi toda esta evolução que acabou por conduzir ao urbanismo.



Fotografia 19 | Estação ferroviária de Alcântara Terra
Fonte: www.portugalmemoria.blogspot.pt

⁴⁹ Porém não existia uma grande indústria, a média de operários por estabelecimento não ia além dos 28. Até à entrada de Portugal na I Guerra Mundial o crescimento da sua indústria não se mostrou excecional, apesar de se registarem aumentos consideráveis, tanto no número de operários como no de estabelecimentos fabris, de ano para ano. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 14, 123 – 131.

Relativamente ao desenvolvimento dos transportes e ao alargamento do sistema transportador, este era indubitavelmente a condição indispensável para a existência de uma produção em larga escala.

No entanto, só em 1853 se construiu a primeira linha férrea que ligava Lisboa a Espanha. Este atraso colocou o nosso país cronologicamente na cauda dos países europeus.⁵⁰ O progresso no tráfego do caminho-de-ferro é um dos melhores índices de desenvolvimento do comércio e um óptimo indicativo da consolidação e alargamento do mercado interno.⁵¹ A rede ferroviária foi construída com o propósito prioritário de ligar as capitais de distrito e de estabelecer contactos directos e regulares com o estrangeiro. Neste último aspecto dependeu claramente das preferências espanholas e da rede do país vizinho, anterior à portuguesa, cuja rede se foi alargando a pouco e pouco, a um ritmo deveras lento.

Tabela 2 | Caminhos-de-ferro na Europa

Fonte: Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 147.

Inglaterra	1821
França	1822
Espanha	1847
Portugal	1853

Ao começar o século XX o caminho-de-ferro imperava em todo o mundo e constituía o elemento-base da rede de transportes e de comunicações.⁵² No que respeita à rede rodoviária também o seu desenvolvimento se acentuou a partir de meados do século XIX,⁵³ pois a estrada continuava a desempenhar um papel de relevo, sobretudo à escala local e nas ligações entre o caminho-de-ferro e os povoados dele distantes.

O mesmo não aconteceu com as ligações marítimas, que apesar da excelente situação geográfica do nosso país, não tinha de todo uma estrutura portuária suficiente.

⁵⁰ Em Inglaterra a construção dos caminhos-de-ferro iniciara-se cerca de 32 anos antes.

⁵¹ Armando Castro, *op. cit.*, p. 53, 54, 98 – 100.

⁵² Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 146 – 151.

⁵³ Armando Castro, *op. cit.*, p. 102.

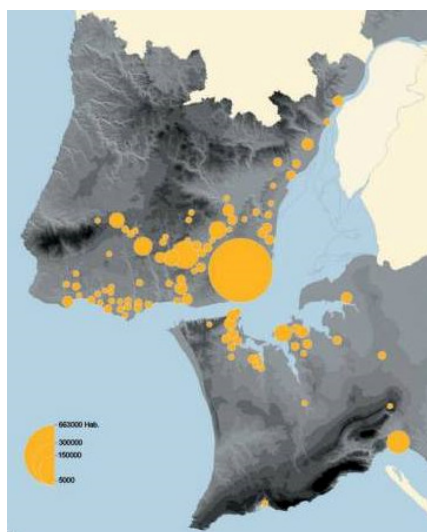
Lisboa, Porto e Leixões não estavam convenientemente apetrechados para o comércio e para as comunicações com outros países da Europa.⁵⁴

Formação de zonas industriais

A maquinofactura surgiu na Europa em finais do século XVIII, porém no nosso país começou a desenhar-se apenas para lá de 1830, e só para finais do século é que se tornou numa realidade, transformando radicalmente a estrutura económica.⁵⁵ Só quando a maquinofactura atingiu um certo desenvolvimento é que se estabeleceram em Portugal as condições necessárias para a existência de um proletariado relativamente concentrado e numeroso e para o aceleração do processo de ‘esmagamento’ da pequena produção industrial autónoma.

Apesar de a industrialização não ter atingido entre nós a magnitude e projecção comparável à dos outros países europeus, não permitindo sequer referirmo-nos a Portugal como um país industrializado, é porém notório um grande desenvolvimento de certos ramos industriais.

O alargamento das forças produtoras, a formação das grandes empresas e a transformação dos processos de trabalho pela utilização de máquinas, cada vez mais potentes, originaram a formação de grandes núcleos populacionais, o desenvolvimento das cidades e a concentração dos operários em redor dos estabelecimentos fabris.



Fotografia 20 | Zonas em Lisboa com mais de 5000 habitantes
Fonte: Alexandre Carlos Grilo Domingues e Nuno Pires Soares, “População”, in *Consolidação e Maturidade demográfica de uma área metropolitana*, Lisboa, [s.n.], s.d.

⁵⁴ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 151 – 156.

⁵⁵ Deu um impulso formidável à técnica de produção, suprimiu o trabalho manual e assentou a produção em novos princípios.

A melhor prova da industrialização é precisamente a redução da percentagem da população dedicada às lides agrícolas e a percentagem populacional dedicada à actividade industrial aumentar. A população industrial forma-se a expensas da agrícola, através da emigração do campo para os centros urbanos e industriais. Este processo demográfico começou a intensificar-se em Portugal logo nos finais do século XVIII e foi em meados/finais do século XIX que se registou um aumento na população das principais cidades da época – Lisboa, Porto e Évora.

Esta transformação implica a criação de condições para o desaparecimento das diferenças entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, impondo-se uma transformação lenta mas radical entre estes dois ramos de produção. O progresso da industrialização afasta uma população crescente do campo e dá à população industrial, apesar de tudo, um nível de vida superior ao do camponês.

Mobilidade da população

Um dos traços mais característicos da revolução industrial é a diminuição da população rural, pois é na indústria onde predominam as relações económicas mais desenvolvidas, relativamente à agricultura, que se encontrava ainda presa a formas feudais.

Embora não se disponha de dados concretos acerca da população industrial ao longo do século XIX é fácil concluir que o seu desenvolvimento se acentuou sobretudo a partir de meados do século, quando a maquinofactura se começou a tornar uma realidade. O desenvolvimento de novos centros de produção e o definhamento de outros originou uma corrente migratória, que fluía constantemente do campo para a cidade, do país para o estrangeiro e, de forma irregular, de centros fabris para centros fabris – movimento menos acentuado que o do campo para centros industriais – e até de país para país – emigração e imigração. O desenvolvimento técnico e dos meios de comunicação e transporte facilitaram a formação e oferta de mão-de-obra pela proletarianização do camponês e do pequeno produtor industrial.

Vivem nos arredores (Valongo, Bouças, Maia e Gaia) mais de 4250 e vêm trabalhar para a cidade toda a semana, vêm aos bandos na segunda-feira, com a saca com a broa para a semana. Vivem durante ela comendo caldo, ao sábado regressam para passar o domingo com a família, que, entretanto, cuida da lavoura e da engorda dos bois.
(comissão responsável pela realização do Inquérito de 1881)

O crescimento do proletariado ao longo do século XIX explica-se por diversos fenómenos: além dos trabalhadores rurais que deixam de estar estritamente subordinados ao senhor através de diversos tipos de obrigações pessoais, a corrente de assalariados engrossa. O progresso trazido pela revolução industrial promoveu também o progresso da especialização profissional, tornando possível a multiplicação das actividades profissionais.

O poder e a atracção dos grandes centros industriais e urbanos, a mobilidade da população, o desaparecimento da dependência pessoal e das relações feudais e patriarcas, a concentração da produção e os progressos técnicos, todos estes factores afectaram claramente a maneira de encarar a vida e os problemas por parte das grandes populacionais.⁵⁶

O que caracterizava a urbanização portuguesa, além do reduzido peso da população urbana era a sua elevadíssima polarização em torno de dois centros, Lisboa e Porto, havendo uma tendência para uma macrocefalia centrada em Lisboa, que veio a agravar-se com o tempo.

Habitação em Portugal

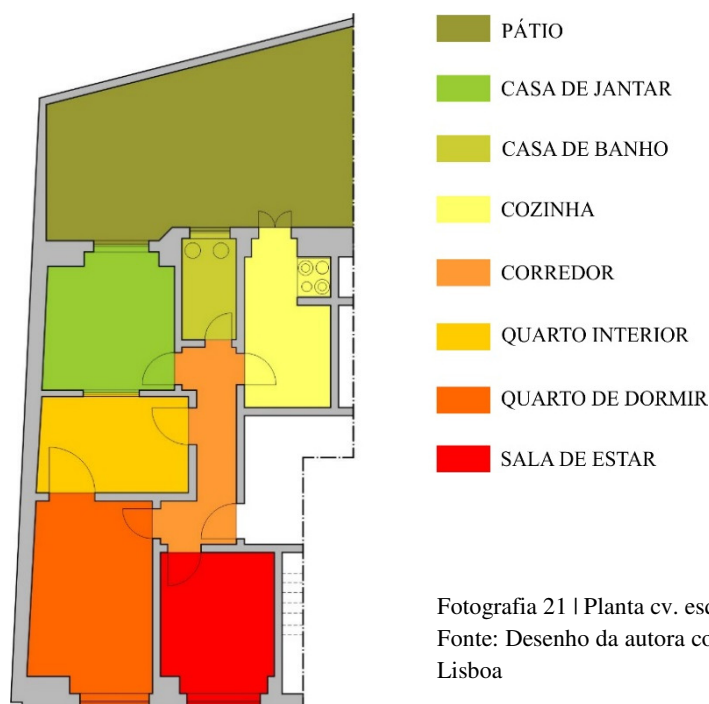
A partir de meados ou finais do século XIX acelerou-se em Portugal, nomeadamente nas grandes cidades, a construção de prédios para habitação, subdivididos em andares⁵⁷ para alugar. Todo este movimento tinha a sua explicação no surto demográfico da época, especialmente em Lisboa, onde o surto de construção civil foi considerável.

⁵⁶ Armando Castro, *op. cit.*, p. 51 – 75, 165 – 168.

⁵⁷ Regra geral cada andar tinha dois lados, o direito e o esquerdo, que representavam as unidades de aluguer e se destinavam cada qual a um fogo. Estas habitações eram geralmente alugadas ao semestre.

A construção sistemática e contínua de fogos de habitação, ao longo de várias dezenas de anos, permitiu definir um modelo que passou a caracterizar o andar residencial de Lisboa, e mais tarde de todo o país. Claramente não havia uniformidade completa, pois os andares variavam consoante o número de divisões, a categoria do prédio e a época de construção. Todavia, foram mantidos certos princípios básicos, que possibilitaram a análise da estrutura da habitação citadina, que se passa a numerar:

- | O corredor de ligação pelo qual tinham acesso, regra geral, a todas as divisões da casa, tornando-as independentes umas das outras. Os corredores eram, por norma, estreitos e escuros, recebendo apenas iluminação através das bandeiras de vidro das portas de acessos às várias divisões. Consoante o tipo de casa, poderiam ser longos e direitos ou quebrados em segmentos angulosos.
- | O número e a especialização das divisões, pois uma casa tinha em média entre seis a oito divisões, pelas quais eram distribuídas as salas, os quartos de dormir, a casa de jantar e as arrecadações. Contando ainda com uma cozinha, uma casa de banho, uma despensa e um recanto com pia, muitas possuíam ainda uma varanda envidraçada nas traseiras.
- | A localização das várias divisões era talvez das características mais importantes e que não era feita ao acaso. A casa de jantar situava-se por norma perto da cozinha, nos fundos da habitação. As salas situavam-se regra geral junto à porta da entrada, do lado da rua principal. A casa de banho distanciava-se da entrada, localizando-se com frequência perto da cozinha e da casa de jantar. Esta e a divisão destinada à sala de estar eram maiores do que qualquer outro dos compartimentos da habitação.
- | O modelo residencial lisboeta era também marcado pela dupla entrada. Para além da porta principal, que se tinha acesso pelo patamar de uma escada vinda da porta do prédio, havia também uma porta de serviço, que dava por norma para a cozinha ou para a varanda envidraçada. Esta última porta tinha ligação pela escada de ferro, localizada no exterior, comunicando por sua vez para a rua.
- | Todas as divisões se caracterizavam por tectos altos, exigidos pelas noções de higiene e de saúde da época, com caixas de ar amplas, bandeiras de vidro no alto das portas.



À especialização de funções de cada divisão de uma habitação correspondia também uma especialização do mobiliário, começando a serem fabricados conjuntos de mobiliário para quarto, casa de jantar, sala e de escritório, além de apetrechos próprios para cozinhas e casas de banho. Mobiliário para uma casa convenientemente custava caro, tendo em conta a moda de inícios do século que exigia casas muito cheias e paredes onde os espaços vazios fossem poucos. Como tal não faltavam elementos decorativos na própria estrutura da habitação, no caso dos tectos que eram decorados com relevos em estuque.

Por fim há que mencionar a incorporação de uma casa de banho própria no conjunto da habitação. Trata-se de um melhoramento importante e generalizado nas grandes cidades em inícios do século XX.⁵⁸ A adaptação de casas de banho às habitações antigas foi morosa e incompleta, até porque a própria rede de abastecimento e escoamento individual tardou em se alargar aos bairros mais populares. No campo dos inventos e dos aperfeiçoamentos, a habitação do primeiro terço do século XX, foi favorecida também pela electrificação⁵⁹.

⁵⁸ Note-se que a existência de canalizações e de esgotos estavam ainda longe de tocar a maioria dos portugueses, mesmo nas principais cidades.

⁵⁹ A generalização da electricidade dizia respeito também ao aquecimento de locais, ao aquecimento de água e outras tantas aplicações como é o caso dos frigoríficos. No entanto, grande parte da população

Alterações urbanísticas na capital

A capital portuguesa é uma cidade de crescimento moroso que não acompanhou o surto de desenvolvimento das grandes metrópoles. (Valdez dos Santos)⁶⁰

O crescimento de Lisboa no século XIX dá-se mais tardiamente que em outras capitais europeias. Na segunda metade deste século a nossa capital enfrentou necessidades de crescimento e criação de uma imagem de modernidade adequada ao papel de uma capital europeia.⁶¹ Tanto em Lisboa como no Porto rasgaram-se novos arruamentos segundo planos determinados, preenchidos pouco a pouco pela construção de prédios de andares de altura variável, intercalados por moradias unifamiliares.⁶² Podemos agora verificar que toda a história de Lisboa está escrita no seu corpo.

Cidade ‘manta de retalhos’ será Lisboa. Retalhos cujos padrões vêm do relevo e de outras características do sítio, da iniciativa dos que a constroem, da vontade dos que mandam, da cultura dos que a desenham e, sobretudo, do quotidiano dos que a habitam ou habitaram.

A localização privilegiada à beira rio, a fauna, a flora e a água abundante favoreceram a fixação humana na região de Lisboa.⁶³ Foram alojadas cerca de 35 000 pessoas em novos edifícios, apesar de que muitas outras edificações tiveram que ser construídas de maneira a adaptar Lisboa à sua nova dimensão e ao novo ritmo, complexidade e condições especiais de vida. A transformação foi vasta e profunda. Paralelamente foi também preciso assegurar trabalho, abastecimentos, transportes,

continuava a iluminar-se e aquecer-se usando combustível, nomeadamente petróleo ou azeite. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 14, 635 – 641.

⁶⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *O terceiro mundo contra o Portugal Ultramarino (1951-1960)*, História de Portugal Vol. XVII, Lisboa, Editorial Verbo, s.d., p. 234.

⁶¹ José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 221.

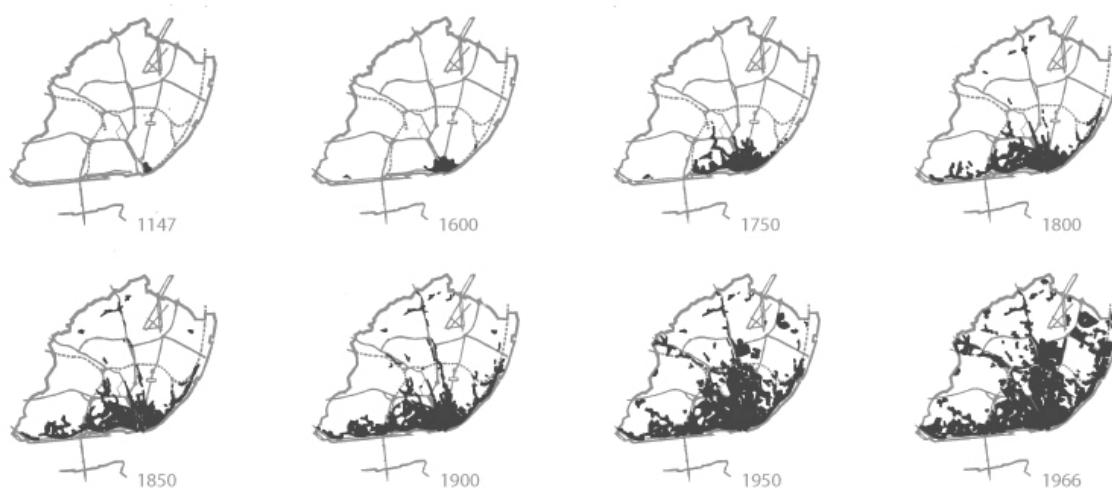
⁶² Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 635.

⁶³ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987, p. 12 – 14.

diversões, assistência, adaptar a rede viária a novos tipos de veículos e ajustar a cidade a novas condições de vida de uma população que aumentava exponencialmente.

Lisboa, que até cerca de 1920 cresceu sem nervosismo, foi, a partir desta época, compelida a crescer apressadamente e a fazer face a situações complexas, que não estava preparada para dominar. Acudiram conforme puderam com diligência e boa vontade, mas faltaram os técnicos especialistas, os meios, a experiência e até a largueza de visão necessária para agir com dinamismo esclarecido e flexível que as circunstâncias exigiam.

Esta cidadezinha modesta, mas alegre e com carácter, pitoresca, dispersa, amenizada por quintas e hortas, deu lugar a um aglomerado urbano extenso e compacto, rico de milhares de novos edifícios e orgulhoso da sua feição progressiva. (Francisco Keil Amaral)



Fotografia 22 | Alterações no mapa de Lisboa - crescimento da cidade
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Foi só em 1938 que a CML, organismo a quem compete a orientação do crescimento da cidade, contratou o seu primeiro urbanista, apesar de que nem em 1966 havia um plano aprovado para dar unidade e sentido ao desenvolvimento da urbe. Fizeram-se esforços dignos de nota, sendo que os mais espectaculares se assistiram durante a passagem de Duarte Pacheco⁶⁴ pela CML e pelo Ministério das Obras Públicas. Realça-se porém o facto de terem sido descurados factores humanos e sociais, cuidados a ter em conta logo em fases preliminares do planeamento e da construção das expansões urbanas.

Uma cidade não deve crescer apenas em número de edifícios e em área, acumular centenas de milhares de habitantes, limitando-se a construir prédios salúbres e de bom aspecto, a alargar a rede viária, a melhorar os transportes colectivos e os abastecimentos. Contudo, socialmente, o crescimento urbano a um ritmo acelerado requer cuidados que foram esquecidos com demasiada frequência e desagradáveis consequências. (Francisco Keil Amaral)

Basta um grande desenvolvimento industrial e uma intensa troca de produtos com países progressivos para serem lançados, em novos rumos, as actividades e as aspirações dos homens para que se passasse a modernizar a cidade.

Os aglomerados urbanos são como que uma concretização plástica da História, da organização social e política, das condições económicas, das condições de vida, da cultura, dos progressos técnicos e das aspirações daqueles que a construíram e usaram, ou usam. (Francisco Keil Amaral)⁶⁵

⁶⁴ Duarte Pacheco foi engenheiro e um dos políticos mais marcantes do século XX. Durante os anos que presidiu ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações e à CML, não só planificou como executou obras que trouxeram tanto Lisboa como Portugal para o século XX. Ao seu nome ficaram ligadas, entre muitas outras, obras emblemáticas como os ‘Novos Bairros Sociais’ de Alvalade, Encarnação, Madre Deus e Caselas; as auto-estradas Lisboa-Vila Franca de Xira e Lisboa-Estádio Nacional; a marginal Lisboa- Cascais; a Estação Marítima de Alcântara; o aeroporto de Lisboa; o Estádio Nacional; a Fonte Luminosa; o INE; a Casa da Moeda e a organização da Exposição do Mundo Português. A acção de Duarte Pacheco estendeu-se praticamente a todos os aspectos do quotidiano e foi fundamental para o desenvolvimento de Portugal, alterando muito mais que a paisagem nacional, modificou principalmente o tecido económico e social, revolucionando o nosso país nas mais diversas vertentes, como obras públicas, transportes, comunicações, solidariedade social, ensino e cultura.

⁶⁵ Francisco Keil Amaral, *Lisboa, uma cidade em transformação*, Torres Vedras, Publicações Europa-América, 1969, p. 14 – 16, 221, 222.

No Passeio Público⁶⁶ foram sendo introduzidas profundas alterações conferindo-lhe um papel de grande relevo social na vida lisboeta do século XIX,⁶⁷ entretanto demolido para a abertura da futura Avenida da Liberdade. Uma “larga avenida, alameda, ou ‘boulevard’” indispensável à grandeza da cidade, uma operação urbanística das maiores consequências, sendo que as estruturas tradicionais da urbe exigiam uma renovação, que foi praticada através de um corte na malha urbana no sítio considerado mais apropriado.

No alto da avenida, que não se desejou dar continuação, encontravam-se terrenos vazios em altilive, mais tarde conhecidos como o Parque da Liberdade, que foi sendo ajardinado com projectos sucessivos, mais tarde baptizado de Parque Eduardo VIII.⁶⁸ Concluída, em 1866, esta avenida veio estruturar o crescimento da cidade ligando a Praça dos Restauradores ao Marquês de Pombal.⁶⁹



Fotografia 23 | Entrada do Passeio Público
Fonte: Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p.

⁶⁶ O Passeio Público foi mandado construir pelo Marquês de Pombal após o Terramoto de 1755, que apesar de se denominar Passeio Público era inicialmente delimitado por muros grossos, mais tarde gradeados, com entradas apenas a norte e sul, por onde passavam os membros da alta sociedade. Mais tarde esses muros foram derrubados para que toda a gente pudesse circular no Passeio. Mas com o desenvolvimento industrial impunha-se uma nova ordem na circulação de pessoas e veículos e com a expansão da cidade para norte foi essencial a abertura de uma nova artéria na capital.

⁶⁷ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 21.

⁶⁸ José-Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 63, 67.

⁶⁹ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 21.



Fotografia 24 | Avenida da Liberdade (1879)

Fonte: www.mubi.pt

Depois da reconstrução pombalina, foram criadas pela primeira vez novas ruas, inteiramente inventadas, atravessando sítios tradicionais numa indiferença moderna.⁷⁰ As bases do crescimento da nossa capital foram, precisamente, a ‘avenida’⁷¹ de gosto *haussmanniano* e o quarteirão regular, como tal seria ocioso negar a influência que os exemplos de Paris e Barcelona exerceram. No entanto, Lisboa não vai renovar o ‘casco’ antigo, como Paris, mas sim organizar a sua expansão, cuja forma urbana se vai delinear à base de quatro elementos que criaram uma nova imagem estética para a capital: o traçado, a praça convergente, o quarteirão e a malha reticulada.⁷²

Em 1906 afirmava-se que a área de Lisboa se tinha ‘dilatado por mais de um milhão de quadrados’: ‘trinta ruas, quarenta ruas, cinquenta ruas, apareceram como por encanto iluminadas, arborizadas, edificadas’, com desenvolvimento de ‘hábitos de conforto e de luxo’. (José-Augusto França)

⁷⁰ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 67.

⁷¹ O perfil das avenidas introduz modificações sensíveis relativamente ao *boulevard* parisiense, como por exemplo a arborização que passa para as faixas centrais, criando passeios pedonais, melhor adaptados às condições locais e à estrutura habitacional.

⁷² José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 221 – 224.



Fotografia 25 | Planta de Lisboa (publicada em 1871 com sobreposição das alterações feitas até 1911)
Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

A electricidade ‘chegou’ à nossa capital por volta de 1878, com um primeira instalação no Chiado, seu centro vital. Mas a Avenida, novo foco do seu quotidiano, iluminou-se em 1889, o resto das ruas e casas a partir de 1902.⁷³

A transformação da cidade, (...) conquanto não possa comparar-se à de outras cidades de países maiores e mais dinâmicos do que o nosso, foi enorme. (Francisco Keil Amaral)

As cidades explodiram em novos bairros, ou em subúrbios de vida mais em conta, para os elementos de menores proventos. Assim sendo, a partir de certa altura o crescimento da cidade tornou-se essencialmente suburbano. É necessário reconhecer que os povoados nos arredores de Lisboa se expandiram em função da sua proximidade à capital e numa interligação cada vez maior com a mesma e com os seus problemas. Hoje em dia a maioria destes arredores são pouco mais do que dormitórios da capital.

⁷³ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 71, 76.

A vida nos pequenos povoados próximos de Lisboa tinha certos encantos e apreciadores, mas quando estes foram ‘tomados de assalto’ por numerosos lisboetas que procuravam rendas mais baratas, rapidamente perderam a sua relativa autonomia, a sua tranquilidade e os seus encantos provincianos. Os terrenos livres rapidamente se acumularam de prédios maciços, compactos, alinhados, de porte e feição citadinos, porém apesar de tudo isto os pequenos povoados não se transformaram em autênticas cidades, mas sim nos ditos dormitórios de Lisboa.

*Tal como fomos, como somos, como pensamos, como vivemos – assim se apresenta a nossa terra.*⁷⁴

Habitação e Bairros Operários

O desenvolvimento da maquinofactura implicou para os trabalhadores, principalmente nos grandes países industriais como Inglaterra, terríveis condições de trabalho, porém não foi só em Inglaterra. Este fenómeno foi notório na generalidade dos países à medida que a indústria progredia, como longos horários de trabalho, a utilização da força de trabalho de crianças de idade diminuta⁷⁵, sem garantias de higiene e de defesa contra acidentes industriais.

Desde os seis anos, as crianças carregam pesos brutais que as atrofiam fisicamente.
*(comissão responsável pela realização do Inquérito de 1881)*⁷⁶

O processo de industrialização só arrancou verdadeiramente em Lisboa na segunda metade do século XIX, com a construção de fábricas ao longo da marginal⁷⁷. A

⁷⁴ Francisco Keil Amaral, *op. cit.*, p. 19 – 25, 35, 227.

⁷⁵ O facto dos preços da força de trabalho feminino e infantil serem muito inferiores aos salários dos adultos do sexo masculino facultava lucros mais elevados.

⁷⁶ Armando Castro, *op. cit.*, p. 75, 168 – 172.

⁷⁷ Para ocidente, desde a Boavista a Pedrouços, prolongando-se pelo Vale de Alcântara; para oriente, desde Xabregas ao Poço Bispo, penetrando pelo Vale de Chelas. Nesta fase, que se prolonga até à

existência de terrenos planos, em geral resultantes de aterros, as ligações fluviais, e mais tarde as ferroviárias, justificaram esta localização.⁷⁸ Com o crescimento dos centros industriais aumentou a concentração populacional,⁷⁹ sendo que o grosso do operariado se concentrou em Lisboa e no Porto.⁸⁰

Outra parte da população industrial é constituída por trabalhadores assalariados rurais que as dificuldades da vida do campo e a atracção do salário industrial e da vida citadina trouxeram para as zonas urbanas, especialmente antigos pequenos proprietários expropriados e ainda os trabalhadores industriais, cujo número cresce devido ao próprio crescimento da população dos centros urbanos. (Armando Castro)⁸¹

Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento industrial, acentuou-se a corrente migratória para a capital, a procura de trabalho nas novas fábricas, nos serviços e nos transportes. No entanto, este surto demográfico não encontrou resposta na oferta de habitação.⁸²

A esmagadora maioria da classe trabalhadora vivia em casas que dispunham de condições mínimas de higiene, arejamento e iluminação. À imagem do que se passava noutras cidades europeias do século XIX, as grandes aglomerações urbanas em Portugal registavam um agravamento das condições de habitação e de higiene, desde alojamentos sobrelotados, acumulação de lixos, à contaminação de águas. Muitas famílias viviam aglomeradas numa ou duas divisões, embora não faltassem também as que dispunham de melhores alojamentos. Antes da República só algumas empresas mais progressivas se preocuparam com a questão das habitações operárias.⁸³

primeira década do século XX, foram os têxteis, as moagens e os serviços públicos que produziram os exemplos mais interessantes de arquitectura industrial.

⁷⁸ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 26.

⁷⁹ Armando Castro, *op. cit.*, p. 193.

⁸⁰ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 206.

⁸¹ Armando Castro, *op. cit.*, p. 193.

⁸² Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 28.

⁸³ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 22, 213, 637.

*Quanto às condições gerais de salubridade da habitação, é suficiente dizer que o número máximo de compartimentos não excedia geralmente três ou quatro, sendo frequente encontrarem-se habitações com um ou dois compartimentos, nos quais viviam, na maior promiscuidade, famílias inteiras.*⁸⁴

Para além da sobreocupação dos bairros populares e das construções abarracadas que se alastravam na periferia, as populações operárias e dos serviços só podiam encontrar alojamento nos chamados ‘pátios’. Tratava-se de situações pontuais e variadas. Com o incremento da industrialização e a necessidade de segurar o pessoal mais qualificado, algumas empresas têxteis tomaram a iniciativa de construir habitações junto dos locais de trabalho⁸⁵. Entretanto o aumento da procura levou construtores e investidores a lançarem-se na produção sistemática das conhecidas vilas operárias⁸⁶. Espalhadas pela cidade e escondidas da via pública, estas vilas foram ocupando terrenos desvalorizados da periferia, na proximidade de zonas industriais.⁸⁷ Porém, estes bairros operários existiam em números diminutos que só conseguiam alojar uma pequena parcela da população industrial.⁸⁸

· página seguinte ·

A cima:

Fotografia 26 | Bairro da Fábrica de Fiação e Tecidos Lisbonense

Fotografia 27 | Bairro da Fábrica de Fiação de Tecidos Lisbonense

Ao centro:

Fotografia 28 | Vila Rodrigues

Fotografia 29 | Bairro Grandela

⁸⁴ Armando Castro, *op. cit.*, p. 195.

⁸⁵ São exemplos significativos o bairro da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, a Vila Cabrinha, a Vila Flamiano, e o Bairro Grandella, este último já dos primeiros anos do século XX.

⁸⁶ Exemplos a destacar são a Vila Sousa na Graça, e o conjunto da Vila Bagatella e Pátio Monteiro nas Amoreiras.

⁸⁷ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 28, 29.

⁸⁸ Armando Castro, *op. cit.*, p. 194.



Fotografia 30 | Vila Berta



Fotografia 31 | Vila Sousa

Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

Mais uma vez parece que acordámos tarde, que só agimos para remediar, em vez de o termos feito em tempo oportuno para precaver e orientar. (Francisco Keil Amaral)⁸⁹

⁸⁹ Francisco Keil Amaral, *op. cit.*, p. 25.

A renda mensal era muitas vezes incompatível com as posses dos trabalhadores, em muitos casos os bairros operários eram habitados por famílias de classe média, precisamente por causa das rendas elevadas.⁹⁰

Porém, estes bairros/vilas de iniciativa privada não chegaram a acompanhar o ritmo do desenvolvimento da industrialização em Portugal. As iniciativas por parte do Estado só começaram devido à pressão cada vez maior da questão social.⁹¹

De há muito reclamada a intervenção desta entidade, só começou realmente por volta de 1919 com a construção dos chamados bairros sociais.⁹²

⁹⁰ Armando Castro, *op. cit.*, p. 195.

⁹¹ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 213.

⁹² Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 29.



Habitação por direito?

2.1 | Habitar a nova cidade | 57

2.2 | Necessidades da nova cidade | 67

| Bairro da Fábrica de Fiação de Tecidos Lisbonense

| Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

2.1| Habitar a nova cidade

Acompanhado por um desenvolvimento industrial tardio, o processo de urbanização em Portugal aconteceu já em pleno século XX, mais precisamente durante o Estado Novo⁹³, período em que se dá a grande afluência da população às cidades.⁹⁴ Como já vimos, em Portugal não houve revolução industrial propriamente dita, como tal os problemas do proletariado urbano não foram tão agudos como nos outros países europeus.⁹⁵ Porém, a população na nossa capital duplicou em cerca de um século,⁹⁶ e foi o surto de industrialização, que se fez sentir nos maiores centros urbanos, que levou à constituição de uma classe de proletários urbanos para a qual não existiam quaisquer estruturas de acolhimento.

As carências de alojamentos e dos equipamentos complementares constituem (...) um dos mais graves problemas da sociedade portuguesa. Constituem um grave problema humano e uma forte condicionante do progresso económico e da própria institucionalização democrática do país. (F. Ferreira)⁹⁷

Estas migrações internas vieram exercer uma pressão acrescida no parque habitacional, que dificilmente conseguiu responder à procura de alojamento pelas camadas populacionais mais desfavorecidas, resultando em situações críticas

⁹³ A partir de 1928 começaram a constituir-se as bases do Estado Novo português, uma nova ordem política, institucional, social, económica e mental, apoiada num forte nacionalismo. Termo que se generalizou após o fim da ditadura militar, em 1931, para caracterizar o regime português sob a égide de António Salazar e da Constituição de 1933. Em termos urbanísticos, este período correspondeu à edificação de habitações sociais, ocupando vastas áreas da cidade.

⁹⁴ Pedro Janarra, *A política urbanística e de habitação social no Estado Novo – O caso do Bairro de Alvalade de Lisboa (entre o projecto e o concretizado)*, Lisboa, 1994 (Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, texto policopiado), p. 33.

⁹⁵ Maria Júlia Ferreira, *Habitação Social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Lisboa, 1988 (Trabalho para a prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado), p. 13.

⁹⁶ Luís Guimarães Lobato, *O problema da habitação em Lisboa – subsídios para o seu estudo*, in Separata da *Técnica*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1950, p. 1.

⁹⁷ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 13, 37.

vivenciais.⁹⁸ A construção de vilas operárias ficou longe de resolver os problemas habitacionais de parte significativa da população operária de Lisboa. Este afluxo populacional acarretou problemas também ao nível urbanístico, o que forçou os vários poderes públicos a uma reação quanto à ‘gestão’ da cidade.⁹⁹

A vila operária pode ser considerada como ‘habitação social’ pois na ausência de um programa de habitação social, deve ser vista como um ensaio de solução, cristalizada num tempo e conservando o seu sentido nesse tempo. (Maria Júlia Ferreira)

O facto de a produção de prédios rendimento¹⁰⁰ se destinar à classe média solvente significa que os preços praticados estavam fora do alcance dos novos cidadãos, que de uma maneira geral dispunham apenas da sua força de trabalho como fonte de rendimento.¹⁰¹ Juntamente com o agravamento progressivo do valor das rendas, motivado pelas especulações de alguns, pioraram as condições de habitação das populações urbanas.¹⁰²



Fotografia 32 | Bairro operário em Lisboa
Fonte: www.historiamemo.blogspot.pt

⁹⁸ Fernanda Manuela Morais Baptista, *Paisagens espontâneas e o desejo por novas formas de habitar: o desafio dos bairros clandestinos*, Lisboa, 2001 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado), p. 31.

⁹⁹ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 34, 70.

¹⁰⁰ Bairro Camões e de Campo de Ourique.

¹⁰¹ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 13 – 19.

¹⁰² AAVV, *A habitação em Portugal*, Lisboa, Neogravura, 1963, p. 10.

A produção habitacional foi sempre escassa¹⁰³ e a sua produção legal teve uma evolução irregular processando-se por progressos pontuais, não sendo detectável qualquer evolução estrutural significativa.¹⁰⁴ Foram as facilidades económicas do país, no período de 1930-40, e a criação de legislação própria para o fomento da indústria de construção civil, que promoveram um desenvolvimento substancial.¹⁰⁵

Até finais dos anos 60, o imobilismo reinante na sociedade portuguesa fazia com que as carências fossem mais de natureza qualitativa do que quantitativa: más condições de habitabilidade, fogos de padrões reduzidos, falta de infraestruturas e de equipamentos, e uma acentuada degradação dos edifícios por ausência de uma política de conservação. (António Fonseca Ferreira)¹⁰⁶

A falta de alojamentos para a classe popular e as más condições de higiene e salubridade que se faziam sentir geraram descontentamento entre os moradores. A situação de partilha, superlotação e a insalubridade dos fogos era grave e levaram a cabo um inquérito¹⁰⁷ sobre as condições de salubridade das vilas, das quais:

- | 32 foram consideradas habitáveis com 363 habitações para 918 habitantes
- | 45 passíveis de melhoramentos com 550 habitações para 1225 habitantes
- | 35 completamente irrecuperáveis com 293 habitações para 1225 habitantes¹⁰⁸

Este conjunto de circunstâncias, bairros sem higiene e sem conforto, número elevado de famílias que viviam em condições de promiscuidade e superlotação verdadeiramente condenáveis, conferiu uma importância nacional ao problema de habitação, cuja solução satisfatória não podia ser obtida sem uma intervenção directa do

¹⁰³ A taxa média anual de crescimento da população era de 12 000 habitantes, no entanto a taxa média anual de construções andava na ordem das 2 000 habitações.

¹⁰⁴ António Fonseca Ferreira, “Política(s) de habitação em Portugal”, in *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº6, Porto, Edições Afrontamento, 1988, p. 54.

¹⁰⁵ Luís Guimarães Lobato, *op. cit.*, p. 2.

¹⁰⁶ António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 56.

¹⁰⁷ Feito entre 1902 e 1905.

¹⁰⁸ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 20, 21.

próprio Estado.¹⁰⁹ Como tal, as condições de habitabilidade e de saúde dos trabalhadores começaram a ser encaradas com um novo olhar por parte das entidades empregadoras, numa perspectiva semelhante às condições de trabalho.¹¹⁰

A agravar a situação uma corrente quase permanente do campo para os grandes centros urbanos, em grande parte de gente de poucos meios que procura os grandes centros na ânsia legítima de melhorar a sua situação. Quer dizer, mais gente e menos casas para essa gente. E como não havia, porque de facto não havia, outra maneira de arranjar um abrigo ao alcance da sua bolsa, vai nascendo uma nova cidade de lata clandestina. (Fernando Jácome de Castro)¹¹¹

Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa

Com a concentração de actividades em Lisboa, o desenvolvimento urbanístico não conseguiu absorver o êxodo das populações rurais, o que originou o crescimento dos seus subúrbios, causando uma progressiva separação entre o local de trabalho e o de habitação. Este despovoamento do centro da capital acentuou-se aquando dos preparativos para a realização da Exposição do Mundo Português¹¹², em 1940.¹¹³

O concelho de Lisboa dispunha de um vasto parque habitacional, embora diminuto para as necessidades da população, não só pela falta de habitações como pelas disponíveis apresentarem valores in comportáveis para a grande maioria.¹¹⁴ Parte da população encaminhava-se assim para a periferia onde ocorria um surto construtor,¹¹⁵ os chamados bairros de lata. Estes aglomerados de construções precárias encontravam-se inicialmente nos arredores dos centros populacionais, mas rapidamente foram

¹⁰⁹ AAVV, *op. cit.*, p. 10.

¹¹⁰ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 67.

¹¹¹ Fernando Jácome de Castro, “Bairros Económicos”, in *Problemas de Urbanização*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 208.

¹¹² Teve o propósito de comemorar a data da Fundação do Estado Português – 1140 – e da Restauração da Independência (1640), mas acima de tudo celebrar o Estado Novo. A exposição surgiu na sequência da participação portuguesa nas grandes Exposições Internacionais de Paris, Nova Iorque e São Francisco.

¹¹³ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 33, 34.

¹¹⁴ Pedro Martins e Carlos Pimenta, *A habitação em Lisboa – caminhos de uma capital europeia*, Bruxelas, Grupo Liberal, Democrático e Reformista, s.d., p. 21.

¹¹⁵ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 34.

absorvidos pelo crescimento dos mesmos suscitando graves problemas sociais e de higiene pública.¹¹⁶

Construção clandestina (feita às escondidas), ilegal (contrário à lei), espontâneo (que se desenvolveu sem cultura), selvagem (sem referências) e informal (sem regras impostas pela praxe). (Fernanda Manuela Morais Baptista)



Fotografia 33 | Casal Ventoso (1938)



Fotografia 34 | Bairro das Minhocas (1939)



Fotografia 35 | Encosta sobre a Rua do Arco Carvalhão (1940)



Fotografia 36 | Vale de Alcântara - Santa Ana (1940)

Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

¹¹⁶ AAVV, *op. cit.*, p. 10.

À falta de uma real e significativa iniciativa na construção de habitações ditas sociais, grande parte da população viu-se forçada a uma existência em condições deploráveis¹¹⁷ e entregue a si própria, criando ‘pedaços’ de cidade, bairros e casas a seu jeito. A falta de controlo permitiu a construção clandestina¹¹⁸, que surgiu como um mercado paralelo solucionando uma parte significativa das carências quantitativas mas aumentou e agravou as qualitativas.¹¹⁹ O rápido crescimento do movimento clandestino constituiu desde sempre um desafio à política urbana nacional.¹²⁰

Começa a desenvolver-se prodigiosamente a chamada ‘construção clandestina’ e são milhares e milhares de construções, algumas aparecendo com rapidez extraordinária que se vão estabelecendo. E onde? Aqui, além, sem ordem, sem método. De que natureza? Sem ar, sem água, sem esgoto e sem luz. Porquê? Porque (...) não havia maneira alguma de construir, nem lugares para isso destinados nem concelho e assistência que as fizesse melhor. (Fernando Jácome de Castro)¹²¹

A proximidade dos locais de trabalho e dos limites do concelho foram factores importantes na localização destes bairros, assim como o preço dos terrenos¹²². Foram ocupados de forma maciça e desordenada. Estas ‘urbanizações’ expandiram-se rapidamente nas áreas suburbanas, contrastando com as de iniciativa municipal, planeadas e construídas com equilíbrio e rigor, como é o caso de Olivais e Chelas.¹²³ Os bairros clandestinos formavam uma cintura que envolvia a área mais urbanizada, constituindo a periferia da cidade. Esta preferência residia também na necessidade de

¹¹⁷ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 67.

¹¹⁸ As áreas de construção clandestina eram aquelas onde se encontravam construções sem licença camarária exigida pelo RGEU. Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 16, 17. Esta definição assenta no critério jurídico, existência ou não de licença. Teresa Barata Salgueiro, *Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa*, in *Separata de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XII – 23, Lisboa, [s.n.], 1977, p. 28. Estas áreas são ilegais por não disporem de planos de pormenor, projectos aprovados, infraestruturas, equipamentos colectivos e por não obedecerem às normas sobre condições mínimas de habitabilidade.

¹¹⁹ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 43.

¹²⁰ Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 13.

¹²¹ Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p. 208.

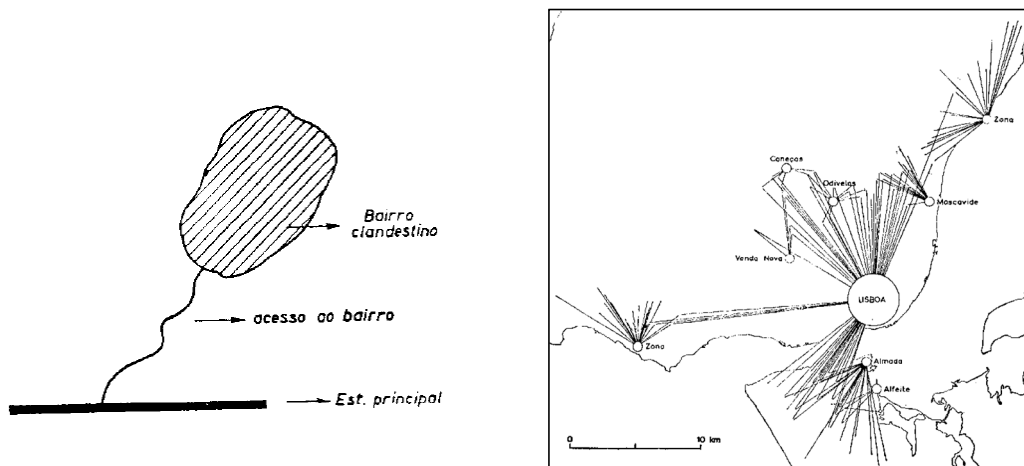
¹²² Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, p. 30.

¹²³ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 42.

escapar à fiscalização camarária, que naturalmente se exercia mais fortemente no centro do concelho e nas suas áreas mais conhecidas.

A necessidade de afastamento em relação às estradas principais, quer por motivos de segurança quer pelo baixo preço dos terrenos, mas ao mesmo tempo perto delas devido à grande dependência destas populações em relação aos transportes públicos, deram origem a formas muito típicas de ligação.¹²⁴ Neste período havia marcadamente um mercado de habitação dual: por um lado um sector legal, que produzia quase exclusivamente para o mercado de luxo, de oferta inacessível a 70% da população; por outro um sector clandestino¹²⁵ que respondia às necessidades e capacidades económicas de uma população com um certo grau de insolvência.¹²⁶

Não se julgue que a maior parte dessa gente não tem modo de vida, não tem o seu trabalho. Tem. Mas as suas posses não lhes permitem viver doutra maneira a não ser que aluguem nas Avenidas Novas uma grande casa com x divisões e se juntem dez ou mais famílias para cada uma pagar a décima parte da renda ocupando cada família um quarto. (Fernando Jácome de Castro)¹²⁷



Fotografia 37 | Esquema de acesso aos bairros clandestinos Fotografia 38 | Relação dos locais de trabalho e habitação
Fonte: Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, p. 33 e 34.

¹²⁴ Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, p. 30 – 34.

¹²⁵ Neste período foram introduzidos novos quadros jurídicos resultantes das tensões existentes, como o Fundo de Fomento da Habitação e os decretos-lei: 166/70; 576/70; 278/71; 560/71; 561/71; 289/73. Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 34.

¹²⁶ António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 57.

¹²⁷ Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p. 209.

A construção clandestina no concelho de Lisboa assumiu proporções de maior destaque em quatro zonas, que passo a enumerar:

- | Vale de Alcântara, onde se destacam os bairros do Casal Ventoso, Liberdade e Bela Flor;
- | Cidade Universitária, onde sobressaem os bairros do Alto dos Moinhos, D. Leonor, FONSECAS e Palma de Baixo;
- | Aeroporto, em que há a salientar os bairros das Galvanas, Musgueira Sul, Quinta Grande, Galinheiras, Quinta do Alto e Narigão;
- | Vertente nascente da cidade, situada ao longo da zona industrial ribeirinha, onde se salientam os bairros de S. Cornélio, Bacalhau, Curraleira, Embrechado, Chelas e Chinês.¹²⁸

Uma das características destes bairros é a mistura de usos e a diversidade de tipologias, coexistindo lado a lado a habitação unifamiliar, a habitação individual, as oficinas, o comércio e as pequenas indústrias.¹²⁹ Os tipos de edifícios que apareciam nos vários bairros dependiam de quatro factores – o tempo para a construção, a topografia, a capacidade de investimento e o desejo de lucro. Foi precisamente a rapidez exigida que fez aparecer a casa abarracada.¹³⁰

Existe a tendência de, ao falarmos em ‘clandestino’, pensarmos em degradado e associar-se esta realidade à existência de barracas. Mas, podemos contrapor com a seguinte questão: no sector legal do nosso parque habitacional, não há habitação degradada? (Fernanda Manuela Morais Baptista)¹³¹

De facto, a dinâmica dos bairros clandestinos exigia medidas muito rápidas que a administração burocratizada nunca foi capaz de realizar. Do ponto de vista social, o

¹²⁸ Pedro Martins e Carlos Pimenta, *op. cit.*, p. 47.

¹²⁹ Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 18.

¹³⁰ Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, p. 39, 40.

¹³¹ Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 18.

bairro clandestino representava para algumas famílias a possibilidade de ter casa própria; para outras, uma promoção, uma forma mais digna de habitar.

De facto, o mercado da habitação tem uma característica específica que o distingue dos outros mercados, pois a habitação é um bem que não tem substituição possível. A casa não admite substituições, mal ou bem a família tem de encontrar um tecto à medida das suas posses. (Teresa Barata Salgueiro)¹³²

¹³² Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, p. 45 – 47.

2.2| Necessidades da nova cidade

O *habitat* não constituiu preocupação por parte dos poderes públicos ao longo do século XIX, estando estes mais interessados em dotar o país de infraestruturas físicas que possibilitassem um processo de industrialização e de expansão do capitalismo, à semelhança do que sucedia nos restantes países europeus.¹³³ Foi em princípios do século XX que uma fracção da classe dominante reconheceu a necessidade de se tomar em consideração as condições de alojamento das classes trabalhadoras. No entanto, do reconhecimento do problema até à sua solução prática iria uma grande distância. A questão da habitação ficou presa nas malhas de uma rede de contradições, entre as quais as modalidades de financiamento.

Se no estrangeiro, o problema da habitação para o pobre ocupa, desde há muito, a atenção dos legisladores, no nosso país, sobre este assunto, quase nada existe ainda que traduza a acção dos poderes públicos e que dela resulte como consequência imediata. Nem directa, nem indirectamente. (...) E quase nula foi também a acção das Câmaras Municipais. (José Caeiro da Matta)¹³⁴

Já há muito que a CML se esforçava por solucionar o problema urgente da habitação.¹³⁵ Mas, a impossibilidade de um ataque frontal ao problema da construção do número avultado de novos alojamentos, não dissipou as dificuldades existentes, pelo contrário agravou o ‘mercado negro’ das rendas que não paravam de aumentar sem justificação plausível. Com o propósito de travar esta situação o Governo promulgou a chamada ‘Lei do Inquilinato’¹³⁶.

¹³³ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 60.

¹³⁴ Marielle Christine Gros, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1982, p. 91 – 94.

¹³⁵ Luís Guimarães Lobato, *op. cit.*, p. 4.

¹³⁶ Uma vez estabelecida a renda, não era admissível a elevação da mesma ou a expulsão arbitrária do locatário desde que este satisfizesse os compromissos do acordo estabelecido. AAVV, *op. cit.*, p. 10.

Bairros Sociais em Lisboa

A intervenção directa do Estado no domínio da habitação dita social fez-se através do Decreto-Lei 4137 de 25 de Abril de 1918, que pretendeu servir de modelo na resolução do problema da falta de alojamentos nos centros urbanos, pela promoção da construção de bairros de casas económicas para as classes trabalhadoras. O diploma promovia em larga escala a construção de bairros sociais de casas económicas nas cidades de Lisboa e Porto.¹³⁷

*A timidez dos nossos esforços deve ser atribuída mais ao pequeno desenvolvimento das nossas indústrias e à exiguidade do nosso capital comercial que ao esquecimento das necessidades das classes pobres. (Augusto Fuschini)*¹³⁸

Pela Portaria 1755 de Abril de 1919 o Estado adquiriu propriedades para a construção de bairros sociais de casas económicas, no seguimento de uma política de intervenção directa no domínio da habitação social.¹³⁹ Como tal, a construção dos bairros sociais foi iniciada ainda nesse ano. Desta primeira iniciativa faziam parte o bairro social da Ajuda, inicialmente destinado às classes menos favorecidas e o bairro social do Arco do Cego, erigido para as classes médias,¹⁴⁰ ambos em zonas afastadas do centro da cidade, situados próximos de terminais de transportes públicos urbanos¹⁴¹.

¹³⁷ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 78.

¹³⁸ Marielle Christine Gros, *op. cit.*, p. 97.

¹³⁹ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 81.

¹⁴⁰ Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴¹ Durante o regime republicano deu-se apenas início à edificação dos dois bairros que ficaram muito incompletos, sendo concluídos mais tarde, no Estado Novo, com a consequente alteração dos projectos iniciais. O financiamento das construções foi a base do problema. Os custos iniciais previstos em ambos os projectos foram largamente ultrapassados devido à morosidade da sua edificação, às técnicas utilizadas e aos adornos implantados em cada imóvel. Incompletos, desfasados dos propósitos iniciais de apresentar um modelo na resolução dos problemas de alojamento das classes trabalhadoras urbanas, oferecendo habitações a custos suportáveis pelos agregados familiares, em bairros bem construídos e com todas as condições e infraestruturas necessárias. Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 81, 82.



Fotografia 39 | Bairro Social do Alto da Ajuda (1945)



Fotografia 40 | Bairro Social do Arco do Cego

Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

O objectivo que presidia a esta iniciativa era o de conceder às camadas de população menos abastadas, habitações modestas com boas condições de habitabilidade e de salubridade, substituindo os bairros de barracas que proliferavam na periferia da cidade¹⁴².

Assim sendo, edificaram-se bairros de habitações sociais por toda a cidade, nos seus variados regimes e formas arquitectónicas dominantes. Mas, foi em torno do Parque do Monsanto¹⁴³ que surgiram uma série de bairros sociais de casas económicas, de casas para pobres e de casas desmontáveis da autoria de arquitectos famosos¹⁴⁴. As expressões ‘vila operária’ e ‘vila popular’ foram substituídas por ‘casas económicas’ retirando-lhes o conteúdo social implícito de ligação directa às classes sociais.¹⁴⁵

As habitações de tipo social, sob a iniciativa do Estado, ofereciam um nível de habitabilidade aceitável, variável consoante a categoria do fogo e a modalidade definida pela legislação aplicável. Estas habitações não deviam em caso algum apresentar características de luxo nem de um modo geral ultrapassar certo número de dependências além de serviços – wc, banho e cozinha. O nível mínimo da generalidade das habitações era fixado pelo RGEU¹⁴⁶.

¹⁴² Dentro do grande número de bairros construídos nesta época destacam-se pelas suas características arquitectónicas e urbanísticas o do Alvito, de linhas modernistas, conhecido inicialmente como bairro Oliveira Salazar; o do Alto da Ajuda; o de Caselas; o de Belém; o da Encarnação; e ainda o da Madre Deus, já com características do Estado Novo. De todos, o bairro do Caramão da Ajuda, era aquele que apresentava características mais modestas. Fátima Cordeiro G. Ferreira *et al.*, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴³ Aí situam-se os bairros de Caselas, Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Alto da Ajuda, Caramão da Ajuda, Casalinho da Ajuda, Alvito, Quinta do Jacinto, Boavista, Furnas e Santa Cruz de Benfica. Acreditava-se que o plano concluído circundaria completamente o Parque de Monsanto de bairros sociais de casas económicas, numa harmónica mistura de moradias unifamiliares e edifícios colectivos de dimensões proporcionadas.

¹⁴⁴ Como Couto Martins, Luís Benavente ou Paulino Montês. Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 48, 49.

¹⁴⁵ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 22.

¹⁴⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei nº38382, de 7 de Agosto de 1951, através do qual se definiam as áreas mínimas reservadas à habitação – sala comum, quartos e cozinha de acordo com o esquema. AAVV, *op. cit.*, p. 24.



Fotografia 41 | Interior de uma casa económica, bairro da Boavista
Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

A habitação não deve ser considerada como uma esmola, é preciso respeitar a dignidade dos trabalhadores. (Marielle Christine Gros)¹⁴⁷

Com a instauração do regime ditatorial e a subsequente implantação do Estado Novo surgiu toda uma nova legislação urbanística e habitacional. O Estado assumiu o papel de grande promotor e construtor de casas para os mais desfavorecidos, social e economicamente, tendo em conta que o pilar maior da sociedade no Estado Novo era a Família, e associado a esta, a noção de estabilidade social e de condição de vida. Institucionalizava-se assim a trilogia ideológica do regime: Deus, Pátria e Família. Daí a importância atribuída ao alojamento. A habitação, especialmente a habitação social ou económica, teve uma função mais político-propagandística do que propriamente de tentativa de resolução das carências habitacionais urbanas.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Marielle Christine Gros, *op. cit.*, p. 97.

¹⁴⁸ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 89, 98, 99.

Neste período houve então uma maior sensibilização com a questão da habitação e urbanização, criando-se as condições necessárias para o lançamento de novos programas. Assim sendo, em 1933 Salazar lançou vários programas de habitação social, entre os quais o programa das casas económicas, pelo Decreto-Lei 23052 desse mesmo ano.

Importa reter que, apesar das iniciativas tomadas, a participação do Estado na promoção directa da habitação foi sempre insuficiente. No entanto, para colmatar esta falha grave, o governo implementou em 1938 programas¹⁴⁹ direccionados para as famílias residentes nos bairros de lata. Novos programas de habitação social foram surgindo, alguns com o intuito de calcular a renda ideal para cada família através do rendimento mensal do agregado familiar. Apesar de todas estas iniciativas, o preço final da habitação continuava alto para a maioria da população, que não tendo outra alternativa continuava a recorrer à habitação clandestina, aos bairros de lata ou sublocação. Pode-se então concluir que a ditadura do Estado Novo também não conseguiu solucionar os problemas habitacionais ao esquecer os que mais precisavam de ser ajudados.¹⁵⁰

No final dos anos 30 foi lançado o famoso Plano dos Centenários¹⁵¹, ao abrigo do qual se expropriou cerca de 1/3 da cidade de Lisboa, procurando dar uma boa imagem do regime através da limpeza das ruas, demolindo as inúmeras construções insalubres, que proliferavam por toda a cidade, substituídas pelas casas desmontáveis, e promovendo de facto a construção dos bairros de ‘casas económicas’. Na exposição do Mundo Português podiam encontrar-se vários projectos-tipo de casas económicas.¹⁵²

A história da habitação social relata várias medidas apresentadas pelos sucessivos poderes públicos, que visavam precisamente a erradicação das barracas, como o SAAL¹⁵³. A verificação de que o PIMP não solucionava o problema do realojamento das famílias residentes em núcleos de barracas levou a CML a uma

¹⁴⁹ Programa das casas desmontáveis, programa das casas para famílias pobres, programa das casas de renda económica, programa das casas de renda limitada, entre outros.

¹⁵⁰ Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 26 – 31.

¹⁵¹ Constituiu um projecto de construção de escolas em larga escala, levado a cabo pelo Estado Novo.

¹⁵² Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 25.

¹⁵³ Programa que se destinava ao realojamento das famílias dos bairros pobres e de lata. Os edifícios para o realojamento destas pessoas eram construídos no próprio local, de forma a evitar a mudança de habitat. Este serviço durou apenas dois anos, tendo sido extinto em 1977.

tentativa de sensibilizar o governo a implementar novas medidas legais, surgindo então o PER¹⁵⁴. Os bairros sociais promovidos resultavam, como podemos ver, de uma grande fragmentação de programas e regimes.¹⁵⁵

*A história da habitação social é a história da intervenção do Estado na crise da habitação. Mas se a crise é permanente e cada vez mais intensa, será a intervenção do Estado um factor nessa crise? (Maria Júlia Ferreira)*¹⁵⁶

A variedade de regimes habitacionais e de entidades envolvidas provocaram uma dispersão de esforços e de linhas orientadoras na resolução efectiva das carências neste domínio, continuamente mal equacionado pelos diferentes poderes. O problema da habitação parece insolúvel e um fenómeno persistente historicamente. Foi a partir da 1ª República que a construção de habitações, especialmente para as classes sociais mais carenciadas, constituiu um problema premente por parte do Estado.¹⁵⁷ Porém, reconheceu-se várias vezes que os preços não eram acessíveis a grande parte da população, optando-se pela entrega aos que ofereciam garantia de pagamento ou de apoio político.

Os bairros não foram feitos para abrigar operários indigentes, foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio aos seus méritos do que como auxílio às suas condições de existência. (O Comércio do Porto – 1903)

¹⁵⁴ Programa aprovado pelo Decreto-Lei 163/93, de 7 de Maio de 1993. Tratava-se de um processo que visava a erradicação das barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Fernanda Manuela Morais Baptista, *op. cit.*, p. 47, 48.

¹⁵⁵ António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 56.

¹⁵⁶ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵⁷ Pedro Janarra, *op. cit.*, p. 90, 184, 185.

O conceito ‘habitação social’ é utilizado para designar realidades diferentes e muitas vezes contraditórias, segundo a Portaria 580/83, de 23 de Maio. Habitações sociais são as de ‘custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no diploma referido’.

Só será totalmente livre a sociedade onde cada um tenha a capacidade de escolher a sua habitação, isto é onde não haja necessidade de habitação social. (Butler)¹⁵⁸

¹⁵⁸ Maria Júlia Ferreira, *op. cit.*, p. 8 – 10, 47.



Família e Habitação Contemporânea

3.1 | Experiências habitacionais | 77

3.2 | Uma nova sociedade | 83

3.3 | O espaço interior habitado | 87

3.4 | Importância do belo | 91

| Interior de uma casa económica no bairro da Boavista

| Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

3.11 Experiências habitacionais



Fotografia 42 | Edifícios *Weissenhof* de Mies van der Rohe, Estugarda, Alemanha (1927)
Fonte: Pinterest

Com a destruição sofrida na I Guerra Mundial houve uma grave escassez de habitação, o que implicou um rápido crescimento do mercado habitacional. Foram, então, desenvolvidas novas formas de edifícios de habitação popular, que consistiam em grupos de blocos de apartamentos. Raramente com mais de quatro pisos, onde se estabeleceram padrões mínimos para cozinhas e casas de banho, procurando uma produção em massa. Ou seja, casas produzidas industrialmente usando elementos padronizados.

Os resultados práticos desses estudos foram geralmente filas de blocos de apartamentos uniformes, sem elevador, quase idênticos, todos equipados com os apetrechos domésticos a que nos habituámos, como as casas de banho incorporadas, porém nessa altura ainda considerados extraordinários.

Por exemplo, em Frankfurt, a administração municipal encorajou o arquitecto do município, Ernst May¹⁵⁹, à construção de 1500 blocos de apartamentos para trabalhadores, tendo cada um a sua cozinha funcional.¹⁶⁰ Foi a partir desta altura que começou a ganhar importância o conceito de alojamento mínimo, em termos de dimensão, conforto e salubridade. A cozinha de *Frankfurt*¹⁶¹ ficou, então, conhecida não só como uma solução economizadora de espaço, mas como o paradigma da racionalização desta nova arquitectura. No geral, a cozinha, passou a ser encarada como um espaço fortemente funcional e especializado, pois a sua redução implicou a racionalização do equipamento.



Fotografia 43 | Cozinha de Frankfurt, Margarete Schutte-Lihotzy
Fonte: Pinterest

¹⁵⁹ Arquitecto alemão que ocupou o cargo de assessor do município de Frankfurt de 1925 a 1930, durante este período planeou vários bairros residenciais: Römerstadt, Praunheim, Westhausen e Höhenblick.

¹⁶⁰ Edward Relph, *op. cit.*, p. 100.

¹⁶¹ Planeada sob os princípios de eficiência e economia, era uma cozinha pequena e confortável, num espaço de apenas 3,50m x 1,90m, mas onde se conseguiam resolver todas as tarefas domésticas. Desenvolvida por Margarete Schutte-Lihotzy, a pedido de Ernst May, era um exemplar de arrumação e aproveitamento de área. O objectivo era poupar passos através de movimentos circulares de trabalho. Diferentes dispositivos facilitavam os processos, como a lâmpada pendurada num trilho que possibilitava o deslocamento para qualquer parte da cozinha, o escorredor de pratos que se situava estrategicamente sobre uma superfície inclinada que levava a água para a pia.

<https://histaq.wordpress.com/2013/03/01/aula-7-a-cozinha-de-frankfurt-1926/>



Fotografia 44 | *Karl Marx-Hof*, Viena, Karl Ehn
Fonte: Pinterest

O século XX foi o despertar para o tema da habitação, tendo surgido o interesse por projectos em grande escala.¹⁶² Em meados dos anos 20, na cidade alemã de Dessau, Walter Gropius¹⁶³ construiu o edifício *Bauhaus*¹⁶⁴, para albergar professores e alunos da sua escola de arte e *design*. Pela mesma altura, Le Corbusier¹⁶⁵, ainda no início da sua carreira, construiu uma cidade de trabalhadores com 40 casas em Pessac, perto de Bordéus, num estilo de produção em massa. Já em Viena, nos anos 30, as autoridades socialistas da cidade ergueram blocos de apartamentos para as famílias da classe operária, sendo mais famoso o *Karl o Marx-Hof*¹⁶⁶.

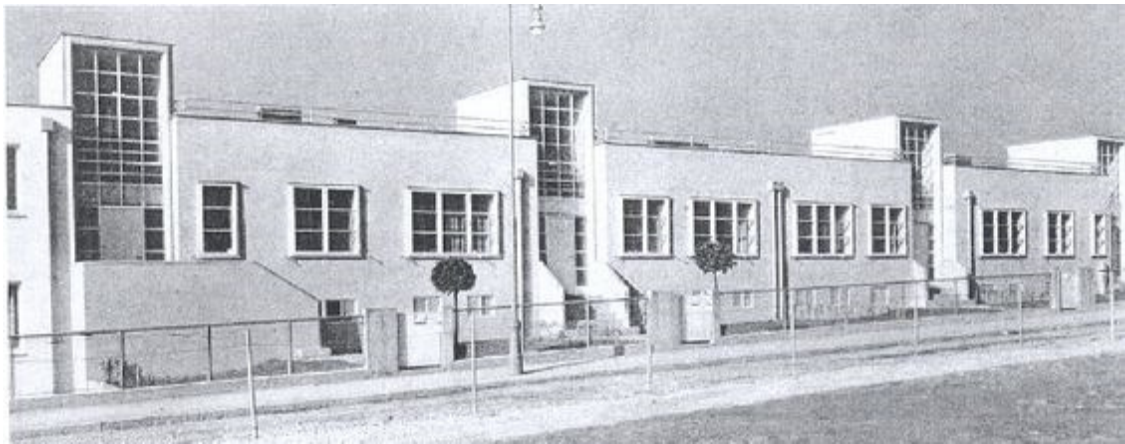
¹⁶² Ana Silva Moreira, *À procura dos novos modos de habitar*, Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa Faculdade de Arquitectura, texto policopiado), p. 12, 15, 16, 26 – 27, 29, 36, 37.

¹⁶³ Líder do Movimento Moderno, fundador da Bauhaus, foi um dos grandes arquitectos do século XX. A sua intervenção, centrada no problema da habitação mínima, foi de grande relevância devido às suas análises, sempre com vista à adequação do projecto às necessidades dos habitantes. Falava da casa como máquina de habitar. Venceu a necessidade de cada indivíduo ter o seu próprio quarto, privado e individual – valorização da individualidade.

¹⁶⁴ Escola de *design*, e subsequentemente um edifício com o mesmo nome, com oficinas, estúdios, salas de aula e um pequeno bloco de apartamentos. Os materiais usados foram o vidro, o aço, o betão, em formas angulares, com aparência funcional e modernista, tanto a organização como a disposição eram cubistas. Edward Relph, *op. cit.*, p. 98, 99.

¹⁶⁵ Arquitecto, urbanista, escultor e pintor, concebeu a casa como máquina de habitar privilegiando o seu aspecto funcional. Precursor dos estudos de sociologia da habitação no panorama português.

¹⁶⁶ Erguido em redor de um jardim público, junto a uma estação de comboios para que os moradores ficassem apenas a 15 minutos do centro da cidade. Helen Douglas-Cooper e Andrew Kerr-Jarret, *A vida quotidiana nestes 100 anos*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, SA, 2001, p. 19, 20.



Fotografia 45 | Conjunto Habitacional de Josef Hoffmann, Viena (1932)
Fonte: Pinterest

A arquitectura residencial passou então a focar-se na habitação colectiva, em vez da moradia unifamiliar isolada. Passando a ser desenvolvidos modelos planimétricos-tipo, pois não existindo um cliente concreto com exigências e gostos era imperativo projectar para o homem-tipo, o homem comum e a família-tipo. Estas teorias experimentais, de planeamento racionalista, tiveram impacto internacional no *design* de projecto de apartamentos e sobretudo da habitação social.

Em Portugal

O atraso que se fazia sentir no nosso país foi de certo modo benéfico, na medida em que permitiu aos arquitectos portugueses aprender com as experiências de outros países. Adoptando as bem-sucedidas, repudiando as falhadas e criticando programas deficientes que não correspondiam à sociedade contemporânea.

Também pelo facto de Portugal não ter registado uma migração em tão grande escala para os centros urbanos, nem ter sofrido o grau de destruição que outros países sofreram na Guerra, não enfrentou uma crise habitacional tão grave, não sendo necessário pensar o tema da habitação com a mesma premência.

No entanto, a situação habitacional que se vivia em Portugal impôs, mesmo assim, o tratamento do habitar. Ou seja, perceber as necessidades reais da população, de

modo a poder fazer adequar as novas habitações – tipos e organização funcional interior – aos novos comportamentos e aspirações sociais.¹⁶⁷

Vítor Figueiredo, nas décadas de 60 e 70 do século XX, afirmou-se com uma vasta obra na área da habitação social, com projectos de habitação colectiva a custos controlados. A sua arquitectura era simples e depurada e algumas das suas intervenções eram mesmo anónimas, ‘como se um arquitecto não tivesse passado por ali’, palavras suas.¹⁶⁸

Nuno Teotónio Pereira, também um dos pioneiros da habitação social, contestou a arquitectura do regime de Salazar e defendeu a importância de beleza e do bem-estar nos edifícios. Considerava que a época de escassez de recursos financeiros exigia ainda uma maior competência por parte dos arquitectos. Defendia que o conceito da habitação social continuaria a fazer todo o sentido enquanto houvessem pessoas ou famílias sem casa digna. Defendia também que a habitação social devia ter certas características para que não se diferenciase da restante paisagem urbana de maneira a evitar ser considerada como ‘casa dos pobres’.¹⁶⁹



Fotografia 46 | Olivais Sul - Célula C, Vítor Figueiredo

Fonte: www.arquiteturaportuguesa.pt



Fotografia 47 | Torre de Habitação, Olivais Norte, Nuno Teotónio Pereira

Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

¹⁶⁷ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 30, 35, 55, 66, 69, 77.

¹⁶⁸ <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/vitor-figueiredo/> (última consulta: 22/12/2016 às 19h53)

¹⁶⁹ <http://www.jn.pt/artes/interior/nuno-teotonio-pereira-o-arquiteto-que-defendeu-a-habitacao-social-e-combateu-o-regime-4990236.html> (última consulta: 22/12/2016 às 21h52)

3.2| Uma nova sociedade

A habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade. (Isabel Guerra)¹⁷⁰

Com a formação do capitalismo e da industrialização, a distinção social passou a ser efectuada através do rendimento, deixando para trás a organização por estados, hierarquias ou ordens, originando-se as classes sociais¹⁷¹. Sendo que, uma das características mais marcantes, desta nova estruturação social, é precisamente a incompatibilidade entre si.¹⁷²

Nas classes mais baixas, assistia-se a um quadro de uma vida familiar triste e frustrada onde a delinquência juvenil era frequente. Justificada pela qualidade do ensino, pelo ambiente familiar, pela área restrita e a falta de comodidade das habitações, que não convidavam à permanência e levavam à fuga para a rua e para distrações inadequadas.

(...) o dilema é este: devemos nós arquitectos e urbanistas aceitar a situação actual das sociedades urbanas e conceber espaços que as traduzam, ou pelo contrário, devemos encaminhá-las no sentido que do ponto de vista das nossas convicções morais se nos afigura mais justo e mais humano, com risco mesmo de incompreensões e ataques?
(Carlos S. Duarte)¹⁷³

¹⁷⁰ Isabel Guerra, “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Departamento de Sociologia, ISCTE, 1997, p. 165.

¹⁷¹ Alguns dos elementos que podem definir a estratificação social são precisamente o rendimento, o prestígio público, a linguagem, as maneiras, as preferências culturais, o vestuário, o tipo de relações familiares, tudo reunido no que Egon Bergel designa como ‘estilo de vida’. Carlos S. Duarte, “Elementos Sociológicos do Habitat Urbano”, in *Revista Arquitectura*, nº 69, Lisboa, Iniciativas Culturais Arte e Técnica, 1960, p. 24.

¹⁷² Georges Gurvitch, *As Classes Sociais*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973, p. 9, 25, 227.

¹⁷³ Carlos S. Duarte, *op. cit.*, p. 22, 24, 25, 29.

Até aos anos 30, em bairros como Alfama ou Madragoa, as práticas de vizinhança eram cimentadas por pequenos hábitos, por interesses em comum dos habitantes e pela entreatura das donas de casa. Mas, com o crescimento da capital os lisboetas tiveram de se ajustar a um aglomerado urbano maior e a um ritmo de vida acelerado, acabando por se diminuir socialmente. O crescimento intensivo transformou Lisboa numa cidade onde não era cómodo viver, cada vez com mais prédios, fábricas, automóveis e habitantes que levaram ao enervamento, fadiga, desamor, desajustamento e desamparo social.¹⁷⁴

Falamos de gente que habitava, transitava e trabalhava, mas que foi perdendo o sentido de vizinhança e cidadania, assistindo-se a famílias que se foram isolando e desagregando de uma estrutura urbana deficiente. Era a família, que enquanto grupo social, preenchia as necessidades humanas e sociais dos indivíduos. A qualidade das relações dentro do grupo familiar influenciava fortemente o modo de vida e o comportamento dos seus elementos.¹⁷⁵

Assim sendo, devido às alterações da sociedade, a família passou a ser vista como a unidade essencial da habitação. Porém, as relações intrafamiliares também se transformaram uma vez que os indivíduos, que constituíam o grupo familiar, mudaram de natureza social. Com o tempo, começou a verificar-se uma libertação gradual da personalidade dos membros da família, isto é, as divergências individuais tornaram-se cada vez mais numerosas e importantes, registando-se um fortalecimento do individualismo, com cada um a assumir a sua maneira de sentir e de pensar.¹⁷⁶

Relação da família com a casa

Independência, autonomia, privacidade, ‘estar à vontade’, são alguns dos valores atribuídos à habitação – palco da vida íntima – que representavam o desejo de possuir

¹⁷⁴ Francisco Keil Amaral, *op. cit.*, p. 17 – 19, 34, 37.

¹⁷⁵ Maria Noémia Sequeira Gomes, *A Família Contemporânea (1910-1926)*, Lisboa, 2003 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, texto policopiado), p. 41.

¹⁷⁶ François de Singly, *Sociologia da Família Contemporânea*, 4ª ed., Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2010, p. 15.

um lugar onde a autonomia da vida quotidiana fosse assegurada, permitindo um corte com a vida exterior.¹⁷⁷

Deste modo, a casa assume-se como o local onde se reúnem todos os elementos da família, um espaço essencialmente privado, que adquiriu o valor de refúgio, onde se teciam as relações afectivas. É o lugar da intimidade familiar.¹⁷⁸ Os elementos definidores do espaço doméstico passam a ser a família e as suas necessidades, usos e costumes.¹⁷⁹ O projecto da habitação baseia-se na criação de um espaço onde cada um se pode desenvolver ao mesmo tempo em que participa numa obra comum. Porém, o que importa na realidade é o facto de todo o indivíduo viver num ambiente favorável ao desenvolvimento da sua identidade pessoal.



Fotografia 48 | Refeição em família, *Unité d'Habitation*, Marselha
Fonte: Pinterest

¹⁷⁷ Maria Teresa Costa Pinto, *Modelos de Habitat, Modos de Habitar – dinâmica individual e imaginário social na promoção clandestina do habitat*, Lisboa, 1992 (Trabalho para a prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado no ISCTE, texto policopiado), p. 126, 127.

¹⁷⁸ Maria Noémia Sequeira Gomes, *op. cit.*, p. 43.

¹⁷⁹ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 18, 20.



Fotografia 49 | Caracterização da habitação

Fonte: Esquema da autora com base em: Vicente Paulino, *A casa como espaço familiar e espaço social: um estudo semiótico do espaço*, Lisboa, [s.n.], s.d.

A importância do indivíduo no seio familiar resultou na criação de espaços privados, tais como os quartos, que permitiram a diferenciação do ‘nosso espaço’ para o ‘meu espaço’. O facto de o grupo familiar existir desde sempre não significa que tenha desempenhado sempre funções idênticas ou que a relação entre os elementos tenha sido sempre a mesma.¹⁸⁰

Por tudo isto, o sentido de propriedade da casa divide-se em motivações pessoais e familiares, sendo que ambas variam conforme a fase da vida em que se encontram. No caso das pessoais, para além de descanso e ocupação dos tempos livres, os mais velhos procuram também segurança no futuro e investimento após a reforma, enquanto os mais novos procuram um suporte à actividade profissional. Já nas motivações familiares, a preocupação é, precisamente, a necessidade de alojamento para a família.¹⁸¹

Em termos de factores de satisfação com o imóvel há maior referência a atributos de carácter psíquico e social que a atributos de carácter material.¹⁸² Neste último, devemos o conforto e a higiene de uma habitação à sua capacidade de isolamento.

Toda a obra que deva perdurar tem de ser edificada com (...) conhecimento da qualidade dos materiais que nela se empregam; e onde quer que haja desprezo ou ignorância destas condições, logo a matéria se vinga (...). (Raul Lino)¹⁸³

¹⁸⁰ François de Singly, *op. cit.*, p. 8 – 13, 93, 135.

¹⁸¹ Maria Teresa Costa Pinto, *op. cit.*, p.

¹⁸² <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=201&cf=3> (última consulta: 03/01/2017 às 03h35)

¹⁸³ Raúl Lino, *Casas Portuguesas – alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, 2ª ed., Lisboa, Edição Valentim de Carvalho, 1933, p. 34, 42, 46.

3.3| O espaço interior habitado



Fotografia 50 | Modo Funcionário de Viver, Catarina Botelho (2008)
Fonte: www.catarina-botelho.blogspot.pt

A casa tem efectivamente significação social, visto que expressa a imagem que o sujeito tem de si e quer transmitir aos outros, representa por isso um estilo de vida. Deste modo, por representar uma aspiração a um estatuto ou a uma inserção social, não pode ser reduzida a certas finalidades práticas, ou seja, a uma ‘máquina de habitar’.¹⁸⁴

O alojamento é, então, símbolo do habitar livre e é, por isso, expressão de muitas e variadas formas, de muitas e complexas ideias, pensamentos e vivências, impregnado de marcas, registos, sinais e desejos de uma existência. É o espelho das vidas que a construíram, o espaço da memória e do cunho pessoal. O conceito de habitar promove e resulta das relações que o homem estabelece com os lugares. Uma ‘casa’ só o é quando o homem a habita, a impregna de valores, de emoções, de costumes, de sonhos, de cultura. É a acção sobre o espaço.

¹⁸⁴ Maria Teresa Costa Pinto, *op. cit.*, p. 102, 162, 163.

*A tua casa crescerá contigo e tu com a tua casa. (Adolf Loos)*¹⁸⁵

Como tal, entre o indivíduo e a casa estabelece-se uma relação simbólica e afectiva, extremamente importante no ciclo da vida das famílias. No entanto, mesmo no seio de uma família que partilha o mesmo alojamento, cada espaço tem funções e importâncias diferentes para os vários elementos do agregado. Cada indivíduo tem a sua imagem do espaço e apropria-se das divisões de forma distinta. Do mesmo modo que as diferentes famílias se apropriam das habitações de acordo com as suas formas de estar.¹⁸⁶

Assim sendo, a intimidade doméstica pode ser considerada em três níveis: individual, conjugal e familiar. A cada um destes domínios correspondem não só uma gestão própria como um conjunto de práticas, espaços e fronteiras, havendo uma clara distinção dos mesmos.¹⁸⁷ A casa encontra-se, então, destinada a dar uma resposta de acordo com as necessidades que o homem foi sentindo, exigindo ou construindo.¹⁸⁸

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. (artigo 65 da Constituição da República)

Objectos: uma leitura de afectos

Vista como objecto de cultura, a casa é o lugar da memória, sede da vida íntima do homem, espaço das aprendizagens mais pessoais, tópico das recordações de infância, espaço de apropriação e permanência, lugar das rotinas de intimidade, onde as pessoas

¹⁸⁵ Carlos Nuno Lacerda Lopes, *Projecto e Modos de Habitar*, Porto, 2007 (Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, texto policopiado), p. 87, 91, 93, 94, 96, 129, 135.

¹⁸⁶ AAVV, *Residir em Habitação a Custos Controlados*, Lisboa, INH – Instituto Nacional de Habitação, 2000, p. 21.

¹⁸⁷ Carolina Leite, *Eva, depois do paraíso – modos de habitar e identidade no percurso migratório*, Braga, 1998 (Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho, texto policopiado), p. 390.

¹⁸⁸ Carlos Nuno Lacerda Lopes, *op. cit.*, p.114, 120, 126.

cuidam de si próprias e constroem o seu mundo para o qual podem voltar a cada dia. Na casa é revelada a sua imagem e nela se vão construindo a si próprios.¹⁸⁹

A casa é considerada um factor de identidade, significa controlar o espaço/tempo, ser familiar a algo, investir significados e afectos, é o espaço onde se repousa do movimento e do bulício exaustivo da vida quotidiana e colectiva.¹⁹⁰ É, portanto, preciso morar condignamente para que se possa fruir a vida de um modo saudável.

A casa funciona, assim, também como elo de ligação/comunicação com os outros, com os lugares e com o passado, e, nesse sentido, o espaço insere-se num percurso pessoal fazendo parte de uma história de vida. (Isabel Guerra)¹⁹¹

A relação com os objectos pessoais, vistos como extensão do próprio indivíduo, desempenha um papel fundamental na habitação. São a nossa marca e o que torna a habitação distinta. Ocupam um espaço simbólico e afectivo, e em termos gerais, podem ser classificados em três grandes categorias: equipamentos, móveis decorativos e objectos.¹⁹²

Ao entrarmos em qualquer casa é interessante e agradável sentir que não estamos em lugar público, que se entra na casa de alguém, que a individualidade do proprietário se reflete na moldura que lhe serve de habitação (...). (Raul Lino)¹⁹³

A casa assume, assim, uma pluralidade de sentidos para os moradores, vai muito além da função de habitar. Encontra-se inserida num projecto de melhoria de vida que liga o passado, o presente e o futuro num refúgio permanente. Os significados e os usos

¹⁸⁹ <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=201&cf=3> (última consulta: 03/01/2017 às 03h35)

¹⁹⁰ Edmundo Tavares, *A Habitação Portuguesa – Casas Modernas*, Lisboa, Bertrand (irmãos), s.d., p. 15.

¹⁹¹ Isabel Guerra, *op. cit.*, p. 176.

¹⁹² Carolina Leite, *op. cit.*, p. 324, 335, 402, 403.

¹⁹³ Raúl Lino, *op. cit.*, p.33.

que possam ser conferidos à casa variam conforme o sexo, as etapas do ciclo da vida, o tempo dentro da mesma e o momento da vida.¹⁹⁴



Fotografia 51 | Casa de Pablo Picasso, Cannes (casa fenomenológica)

Fonte:Pinterest

¹⁹⁴ <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=201&cf=3> (última consulta: 03/01/2017 às 03h35)

3.4| Importância do belo

Criar um projecto é dar vida a uma ideia, por detrás da qual está sempre a importância do belo, que inspira e anima os nossos dias, levando a sentimentos de atracção e de bem-estar emocional. O belo é o que os olhos vêem e o coração sente. Ressuscita das melancolias, tinge tudo num tom que convida a sentar ou desatar a correr.¹⁹⁵ Deste modo, a beleza é estudada não só como parte da estética, mas também da cultura, psicologia social e sociologia.¹⁹⁶ Segundo Kant, a beleza não tem função além do prazer que gera. Mas, o papel e a importância que esta desempenha na vida social das pessoas confirma que é fundamental para a experiência humana.¹⁹⁷

Porém, é difícil chegar a uma definição concreta do belo, talvez por ser um tema abordado de diferentes perspectivas. No entanto, a etimologia da palavra ‘belo’ vem do latim *bellus* e significa lindo, bonito, encantador. É definido no dicionário *Houaiss* da Língua Portuguesa como algo que tem forma ou aparência agradável, perfeita, harmoniosa, que desperta sentimentos de admiração, de grandeza, de nobreza, de prazer, de perfeição. Trata-se, portanto, de um adjetivo usado para expressar algo que nos agrada.

A beleza é uma experiência, um processo cognitivo, mental ou até mesmo espiritual. Relacionada com a percepção de elementos que agradam de forma singular aquele que a experimenta, não sendo portanto uma situação objectiva. A beleza está, então, nos olhos de quem vê, trata-se de uma interpretação do observador.¹⁹⁸ O ideal de belo é o que se considera apazível, deleitoso, ameno, perfeito para o fim a que se destina, que satisfaz os nossos desejos ou prazeres.¹⁹⁹ Enquanto os filósofos relacionam a questão do belo com a arte, os psicólogos vêem-na como pura sensação de prazer. Já para o leigo é puramente uma questão de gosto.²⁰⁰

¹⁹⁵ <http://www.thinking-big.com/blog/a-importncia-do-belo> (última consulta: 16/12/2016 às 13h04)

¹⁹⁶ <http://esteticaehistoriadarte.blogspot.pt/2009/04/o-belo.html> <https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Beauty&prev=search>

¹⁹⁷ <http://science.jrank.org/pages/8445/Beauty-Ugliness-Function-Beauty.html> (última consulta: 20/12/2016 às 15h51)

¹⁹⁸ <http://www.audaces.com/br/educacao/falando-de-educacao/2015/04/15/o-conceito-de-belo-na-estetica-grega> (última consulta: 08/12/2016 às 19h52)

¹⁹⁹ <http://www.mutari.com.br/blog/curiosidades/o-que-e-o-belo> (última consulta: 13/12/2016 às 16h03)

²⁰⁰ <http://esteticaehistoriadarte.blogspot.pt/2009/04/o-belo.html> (última consulta: 16/12/2016 às 12h103)

Psicologia da cor

O belo chega-nos das mais diversas maneiras, como por exemplo, nas cores de uma habitação,²⁰¹ onde se procura promover sensações através da sua escolha. Como tal, por detrás da escolha da tonalidade de uma divisão, deve-se ter em consideração vários aspectos como o estilo do ambiente, o gosto e a personalidade do cliente mas acima de tudo as sensações que se pretendem transmitir adequadas a cada divisão, e por vezes à fase da vida. Por isso mesmo, as cores devem ser combinadas para que haja harmonia, equilíbrio e bom gosto.

Cores quentes como o amarelo, o laranja, o vermelho e a terracota, trazem luz, alegria, optimismo e também estimulam o apetite. Já o vermelho, por ser uma cor excitante, quando usada em excesso pode causar irritabilidade. No caso das cores frias, como o violeta, o azul, o cinza e o verde, são tranquilizantes e refrescantes, porém, podem também levar à depressão. O ideal é, então, combinar cores quentes e frias.



Fotografia 52 | Psicologia da cor (emoções)
Fonte: Esquema da autora

²⁰¹ <http://www.thinking-big.com/blog/a-importancia-do-belo> (última consulta: 16/12/2016 às 13h04)

Assim sendo, por meio da psicologia da cor, esta influencia-nos fortemente nos aspectos físico, mental e emocional. Embora cada um de nós responda de maneira diferente.²⁰² Mas, num ponto de vista geral, as cores quentes transmitem um sentimento de aconchego, enquanto as cores frias são usadas para acentuar uma noção de frescura, asseio e higiene.²⁰³

*Temos que confessar que a habitação é uma especialidade inesgotável em que há sempre que aprender, que descobrir, actualizar e aperfeiçoar. (Edmundo Tavares)*²⁰⁴



Fotografia 53 | Cores aconselhadas por divisão da casa
Fonte: Esquema da autora

²⁰² <https://construfacilrj.com.br/psicologia-das-cores-nos-ambientes/> (última consulta: 29/03/2017 às 00h27)

²⁰³ Raúl Lino, *op. cit.*, p. 69, 85 – 87.

²⁰⁴ Edmundo Tavares, *op. cit.*, p. 20.



Design de Interiores no século XX

4.1 | Redimensionamento dos espaços | 97

4.2 | Estratégias de flexibilidade | 103

| Romerstadt em Frankfurt de Ernst May (1928)

| Fonte: Pinterest

4.1 | Redimensionamento dos espaços

As alterações que se fizeram sentir na cidade refletiram-se na dimensão da casa, que se tornou mais pequena. Não só devido à escassez do espaço urbano, fruto do movimento migratório, mas também pela adaptação à nova família-tipo.²⁰⁵

Os diferentes hábitos e modos de vida da população levaram à necessidade de pensar a casa como um organismo aberto à mudança. Adaptável às necessidades, permitindo uma maior durabilidade no ciclo familiar. Deste modo, o processo da produção habitacional em série foi posto em causa.

Como tal, foi preciso ter em conta as futuras mudanças das necessidades dos habitantes, estimadas a partir das alterações demográficas. Por exemplo, o aumento ou diminuição do número de membros do agregado familiar na habitação, assim como o seu envelhecimento. A organização interna da célula familiar é a condicionante principal da habitação, daí a importância da sua mutação conforme o ciclo de vida de uma família.²⁰⁶

Outra condicionante, que varia de família para família, é precisamente a densidade da vida activa na habitação. As horas passadas no espaço habitacional mudam as hipóteses de como este é utilizado. São situações que se agravaram com o aumento do desemprego e/ou a possibilidade de trabalhar em casa.

Deste modo a gestão do espaço doméstico, pelas suas dimensões reduzidas, passava por uma utilização intensiva das divisões, situação que conduziu à especialização dos espaços. Isto é, a uma multifuncionalidade – polivalência – que se assumiu como característica dominante.²⁰⁷

Conforme as necessidades dos habitantes mudam, as funções de cada espaço também devem mudar, respondendo às necessidades dos indivíduos.²⁰⁸

²⁰⁵ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 11, 21.

²⁰⁶ Marco Gui Alves dos Santos, *Flexibilidade e mutação: proposta de um sistema modular flexível para habitação colectiva na Covilhã*, Covilhã, 2012 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade da Beira Interior, texto policopiado), p. V, 30.

²⁰⁷ Carolina Leite, *op. cit.*, p. 288, 309.

²⁰⁸ Marco Gui Alves dos Santos, *op. cit.*, p. 13, 67.

• Quarto •

O quarto é o espaço onde a marca da individualização tem a sua expressão mais clara. No geral, e antes de mais, o planeamento destes espaços responde a critérios etários, daí a importância da funcionalidade no seu planeamento. Ou seja, para além da função principal – dormir – podem ser desempenhadas as funções de uma sala, de um espaço de brincar (crianças), estudo (adolescentes) ou trabalho (adultos). É usado principalmente pelos moradores.

• Sala de Estar •

No caso das salas, estas são o emblema do tempo livre. A mais pública de todas as divisões, pela sua grande dimensão e localização. São, por norma, destinadas à função de receção, ocupando assim um lugar privilegiado na habitação. Deste modo, a sala desempenha a tarefa de representação do espaço doméstico para o exterior. Como tal, começaram a ser espaços onde se desenvolvia uma parte significativa das práticas de sociabilidade. Porém, tendo em conta as limitações da habitação, a sala adquire frequentemente funções profissionais.²⁰⁹ No entanto, as funções aqui desempenhadas variam conforme a dinâmica da família e do próprio espaço.²¹⁰

• Cozinha •

Já a cozinha é concebida e utilizada de forma completamente oposta à sala. Esta última tem uma lógica mais simbólica do que funcional. Destina-se a ser vista e a não ser usada. Disposta na entrada frontal da casa, por norma isolada do resto dos espaços, funciona como espaço-montra, símbolo e espelho da casa e dos seus ocupantes. É o local público por excelência.²¹¹ Já a cozinha é o foco dos serviços domésticos²¹², é concebida e vivida como palco de organização da vida quotidiana familiar, lugar de múltiplas actividades, assume o estatuto de polivalente e multifuncional por excelência.²¹³

²⁰⁹ Carolina Leite, *op. cit.*, p. 396 – 398, 400, 446 – 448, 474.

²¹⁰ Cláudia Sofia Oliveira da Silva, *Habitação mínima e evolutiva – O repensar do espaço habitacional*, Coimbra, 2016 (Dissertação de Mestrado Integrado apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, texto policopiado), p. 89.

²¹¹ Maria Teresa Costa Pinto, *op. cit.*, p. 134.

²¹² Raúl Lino, *op. cit.*, p. 50.

²¹³ Maria Teresa Costa Pinto, *op. cit.*, p. 131.

Estando a cozinha destinada a uma utilização quotidiana intensiva tem que ser um espaço prático por natureza, pois são raros os momentos em que se encontra liberta: há a preparação das diferentes refeições e o próprio momento de usufruto das mesmas, a que se seguem as tarefas de devolver à cozinha o seu estado inicial. Pode-se dizer que é um espaço que não conhece tréguas, e dos que mais alterações sofreu na habitação.²¹⁴ Pode ainda reter outras actividades como o tratamento de roupas, que na falta de um espaço próprio, pode ter lugar nas instalações sanitárias ou até mesmo nas cozinhas.²¹⁵ Como a sala se encontra desligada destas funções mais práticas, pode então assumir o papel de representação.

• Sala de Jantar •

Porém, tanto as salas como as cozinhas podem ser compostas por uma parte destinada às refeições. Isto é, conforme as dimensões, escolhe-se o local mais apropriado e que mais facilmente se pode adaptar ou receber esta função, funcionando simultaneamente como sala de jantar.²¹⁶ Desde refeições mais informais, algo desleixadas por serem realizadas pelos elementos do grupo familiar, a refeições mais formais, quando há visitas, onde se apresenta um maior cuidado.²¹⁷

• Casa de Banho •

Além da evolução do carácter do espaço doméstico, o século XVIII assiste a uma inovação no interior da habitação: o aparecimento da casa de banho como compartimento fixo e específico.²¹⁸ São divisões que respondem sobretudo a critérios de funcionalidade. Por norma, são espaços pequenos e adaptados ao número de residentes, usados em minoria por eventuais visitas.²¹⁹

²¹⁴ Carolina Leite, *op. cit.* p.

²¹⁵ Cláudia Sofia Oliveira da Silva, *op. cit.*, p. 87, 95.

²¹⁶ Carolina Leite, *op. cit.*, p. 288, 295, 398, 399, 442.

²¹⁷ Cláudia Sofia Oliveira da Silva, *op. cit.*, p. 89.

²¹⁸ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 21 – 23, 36, 37.

²¹⁹ Carolina Leite, *op. cit.*, p. 301.

Flexibilidade Espacial

Tendo em conta que o próprio espaço muda conforme a utilização que os moradores lhe dão, a flexibilidade é um factor importante na concepção de programas habitacionais.²²⁰ Permite que a mesma divisão sirva várias funções, sendo que algumas das soluções economizadoras passam mesmo por armários encastrados, permitindo uma maior economia de espaço.

Durante esta época, de procura dos novos modos de habitar, o objectivo era conseguir espaços domésticos que se conseguissem adaptar a necessidades e aspirações futuras. Habitações flexíveis, duradouras e propícias à evolução. Deste modo, a flexibilidade espacial e funcional permitia uma maior vida útil das habitações, adequando-as a vários habitantes/agregados ou ao mesmo habitante/agregado, durante as várias fases da vida.²²¹

Houve, a partir desta altura, um empenho em conquistar melhores condições de residência, umas mudando de casa, outras introduzindo naquela onde viviam as melhorias possíveis, que se traduziu na evolução das exigências funcionais do espaço.²²²

Como tal, o projecto da habitação foi sofrendo alterações até aos nossos dias, tais como o redimensionamento dos espaços – o aumento da zona colectiva e redução dos restantes espaços segundo as suas funções – e a separação e especialização dos espaços por funções e usos: técnicas/estar e zonas comuns/zonas privadas.

Tendo, então, em vista a rentabilização extrema houve uma sistematização e racionalização das funções domésticas, que passaram a estar estruturadas em três sectores: o social, o privado e os serviços. Havendo uma separação entre o público e o privado. Assim, de maneira a facilitar a vida doméstica, considerou-se como princípio orientador a distinção de três ciclos: cozinhar/comer, trabalhar/repousar e dormir/lavar-se. Passando, os compartimentos da habitação, a ser agrupados de acordo com estes ciclos, tal como a separação das funções no espaço, como a divisão dia/noite, a divisão pais/filhos e a divisão vida íntima/vida comum.

²²⁰ Cláudia Sofia Oliveira da Silva, *op. cit.*, p. 83, 95 – 103.

²²¹ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 1, 2, 10, 11.

²²² Carolina Leite, *op. cit.*, p. 288.

Que se defina como ‘habitação económica’ aquela que reúna expressamente na menor área a maior soma de condições de habitabilidade compatíveis com a dignidade humana, num mínimo de dispêndio para o locatário que usufruirá o máximo de conforto possível, abolindo-se em definitivo o preconceito que leva a criar habitações económicas (...) sem o conforto e as condições de higiene preconizadas. (Ana Silva Moreira)

Um projecto adequado, racional e funcional devia ter em conta a quem se destinava e quais as necessidades reais dos moradores. Tal como, a necessidade de economia, higiene e optimização das condições de habitabilidade e de conforto. Mas, acima de tudo, ser concebido em função da vida familiar.²²³

²²³ Ana Silva Moreira, *op. cit.*, p. 16 – 25, 38 – 49, 64 – 70, 89 – 97.

4.2 | Estratégias de flexibilidade

A flexibilidade não é antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...) é a criação de uma capacidade de ampla margem que permita diferentes e mesmo opostas interpretações e usos. (Rem Kollhas, citado por Fonseca, p.103)

Numa definição mais concreta, a flexibilidade abre todo um leque de possibilidades de apropriação no alojamento, isto é, a capacidade de se adaptar e responder às necessidades que possam surgir.²²⁴ Pode ser conseguida tanto pela criação de espaços versáteis, como pela possibilidade de alteração das características espaciais. Esta alteração pode ser feita de forma facilmente reversível, respondendo a necessidades de ciclos diários, isto é facilidade e rapidez no movimento, ou de forma mais duradoura respondendo a ciclos mais prolongados, sem nunca alterar a estrutura do fogo. Solucionando, assim, problemas a curto e a longo prazo.

De um modo geral, as estratégias para a flexibilidade habitacional são uma combinação de vários elementos, tais como móveis deslizantes, paredes desmontáveis, blocos técnicos, entre outros. Resultando numa composição entre elementos permanentes, como a estrutura e paredes técnicas, e elementos temporários. São estes, precisamente, que permitem dividir ou juntar espaços de modo a ajustar a habitação às diferentes alturas do dia e ao longo da evolução do ciclo familiar.

Porém, a flexibilidade não consiste numa mera utilização de estruturas modulares, nem tão pouco na oferta de espaços amplos, mas sim num conhecimento das condições prévias e uma capacidade de as interpretar. A implementação de soluções habitacionais flexíveis constitui uma mais-valia aumentando a vida útil do apartamento. As habitações devem, portanto, possuir características que possibilitem evoluir conforme o desejo dos moradores, ou seja, não pode ser algo estático a conduzir as nossas vidas.

²²⁴ Cláudia Sofia Oliveira da Silva, *op. cit.* p.

Le Corbusier estudou o conceito da flexibilidade particularmente ligado à habitação. Entre os seus inúmeros projectos destaca-se a *Maison Loucheur*, pela maneira como foi resolvida a dualidade dia/noite. Corbusier usou uma combinação de mobiliário rebatível e paredes deslizantes permitindo diferentes combinações na utilização da habitação durante o dia ou noite. De dia as camas rebatem-se dando espaço a uma área de trabalho, enquanto à noite, graças às paredes deslizantes, quando fechadas juntamente com as camas desdobradas, a área de trabalho transforma-se num quarto. Pode-se afirmar que neste projecto os equipamentos têm uma parte activa.²²⁵

Mobiliário flexível

Foi no decorrer do século XX, mais precisamente nos anos 60, que o *design* ganhou uma grande dimensão. Quando a peça de mobiliário começou a ser pensada como uma máquina, isto é, passou a ocupar menos espaço permitindo mais do que uma função.²²⁶

Joe Colombo²²⁷ foi uma das personalidades que marcou o *design* de equipamento. Na sua lista de criações destacam-se alguns projectos que entram para a categoria de ‘habitat do futuro’:

- | *Visiona I* (1969) – uma casa completa com mobiliário que se transforma em elementos estruturais e vice-versa. A televisão, com compartimentos na parte de cima, encontrava-se embutida no tecto por cima da cama, que por sua vez contava com arrumação própria.
- | *Total Furnishing Unit* (1971) – Colombo gostava de desenvolver projectos que inovassem e ao mesmo tempo facilitassem a vida, e este projecto é um exemplo disso mesmo. Proposta como uma máquina completa para viver, é composta por quatro unidades: a cozinha, a sala de jantar, a casa de banho e a cama, tudo num bloco de 28m².

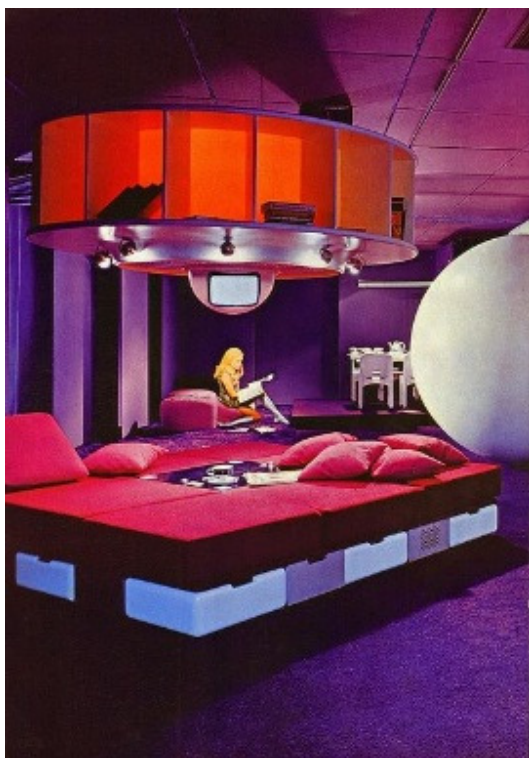
²²⁵ Marco Gui Alves dos Santos, *op. cit.*, p. 9 – 21, 31, 32, 46 - 57, 86, 121.

²²⁶ Charlotte e Peter Fiel, *Design do século XX*, s.l, Taschen, s.d., p. 4.

²²⁷ Foi um dos *designers* industriais italianos mais radicais. Herdou uma fábrica de família que usou para desenvolver testes com materiais até então não utilizados na composição de mobiliário, entre eles a fibra de vidro e PVC. Deixou uma enorme contribuição para a área do *design* de equipamento e decoração. Sempre com projectos muito à frente para o seu tempo, o seu mobiliário é conhecido pelo visual ligado ao futurismo e pelas suas características nada convencionais. Consideradas visionárias em termos de criatividade na apropriação do espaço, e visões radicais sobre o futuro do *design* no século XX. Os projectos eram conhecidos como ‘micro ambientes integrados’.

- | *Cabriolet-bed* (1969) – trata-se de uma cama que conta com uma cobertura do tipo tenda, que poderia ser fechada para uma total privacidade. Este móvel foi também projectado com um painel de controle, isqueiro, rádio e telefone embutidos.
- | *Kitchen Box* (1963) – inclui todos os produtos e utensílios essenciais a uma cozinha normal. Este módulo inclui: fogão, refrigerador, tábua de corte, tomadas eléctricas e espaço multiuso para armazenamento de mantimentos.²²⁸

Tendo em conta estes exemplos é fácil perceber que Colombo ficou conhecido por fundir objectos individuais em complexas e multifuncionais ‘máquinas de viver’, que constituíam ambientes inteiros perfeitos para viver, completamente autónomos, independentes da sua estrutura arquitectónica. Por isso mesmo deviam ser designados como equipamento e não como mobiliário. Colombo defendia a utilização destes móveis dinâmicos precisamente pela alteração dos hábitos das famílias.²²⁹



Fotografia 555 | Visiona 1, Joe Colombo (1969)



Fotografia 544 | *Kitchen Box*, Joe Colombo (1963)



Fotografia 566 | *Cabriolet-bed*, Joe Colombo (1969)

Fonte: Pinterest

²²⁸ <https://www.westwing.com.br/joe-colombo/> (última consulta: 15/04/2017 às 17h51)

²²⁹ http://www.r-and-company.com/biography_detail.cfm?designer_id=51 (última consulta: 16/04/2017 às 00h50)



Fotografia 577 | Duas perspectivas da *Total Furnishing Unit*, Joe Colombo (1971)
Fonte: Pinterest

*Temos que fazer a casa viva para nós, para as nossas necessidades, para uma nova maneira de viver mais consistente com a realidade de hoje e amanhã. (Joe Colombo)*²³⁰

O próprio apartamento de Colombo, em Milão, um espaço de apenas 90m², é composto por um elemento de jantar – refeição – frente e verso com topo giratório (A e B), uma divisória que pode ser movida ao longo de dois percursos (C), uma cama que também pode ser posicionada em duas posições (D e E), e alguns equipamentos sobre rodas e assentos transformáveis que podem ser movidos facilmente pelo apartamento (indicados a cor na imagem). O resto do espaço – armários, cozinha, casa de banho – não foi modificado devido ao existente em termos mecânicos e por isso teve de ser convencional.²³¹

²³⁰ <http://socks-studio.com/2013/10/16/joe-colombo-total-furnishing-unit-1971/> (última consulta: 16/04/2017 às 20h08)

²³¹ <http://www.design-is-fine.org/post/52462386349/joe-colombo-private-apartment-in-milan-1971-in> (última consulta: 16/04/2017 às 21h07)



Estudo de casos: Habitação século XX

5.1 | Caso francês: Marselha | 109

5.2 | Caso português: Évora | 121

| Weissenhofsiedlung na Alemanha (2004)

| Fonte: Wikipedia

5.1| Caso francês: Marselha

A Exposição de Estugarda²³² mais os estudos teóricos de Walter Gropius mostraram que blocos de apartamentos de oito a dez pisos eram preferíveis porque deixavam maiores áreas úteis de espaço livre ao nível térreo, soltas no seu terreno de implantação originando o ‘bloco aberto’²³³, isto é, edifícios de apartamentos erguidos no seu próprio espaço aberto, em vez de alinhados ao longo de ruas existentes. Claro que tem havido modificações no estilo e escala dos edifícios de apartamentos e aperfeiçoamentos nas plantas, mas as formas essenciais mantiveram-se, tais como as unidades padronizadas em quarteirões idênticos e blocos em filas ordenadas.²³⁴



Fotografia 588 | Weissenhofsiedlung, Estugarda, Alemanha (2004 - fotografia aérea)

Fonte: Wikipedia

²³² Weissenhofsiedlung é uma urbanização que foi construída para a exposição de arquitectura moderna da *Deutscher Werkbund*, em 1927, com lugar em Estugarda. Ficou conhecida pela importância que teve no estabelecimento do cânone moderno, foi um *showcase* internacional. Sob o comando de Mies van der Rohe, foi promovida a realização de habitações unifamiliares, mas também blocos de habitação geminadas ou em fileira numa área periférica da cidade. Inclui vinte e um edifícios, compreendendo 60 habitações. Participaram nomes como Peter Behrens, Walter Gropius, Le Corbusier e Pierre Jeanneret.

²³³ O bloco aberto (planta livre da estrutura) permitia que os edifícios fossem ordenados da forma que o urbanista escolhesse. Os espaços abertos eram destinados a estacionamento, jardins e zonas de recreio.

²³⁴ Edward Relph, *op. cit.*, p. 102.

As unités d’habitation são grandes edifícios modulares projectados pelo arquitecto Le Corbusier após a II Guerra Mundial. Foram construídas quatro unidades em França, e devido à fama internacional dos projectos, foi solicitado também um em Berlim.

O termo – *unité d’habitation* – significa literalmente unidade de habitação. A primeira unidade implantada e a mais famosa delas todas²³⁵ foi a da cidade de Marselha, construída entre 1947 e 1953.



Fotografia 59 | *Unité d'Habitation*, Nantes - Rezé



Fotografia 59 | *Unité d'Habitation*, Berlim



Fotografia 601 | *Unité d'Habitation*, Briey-en-Fôret



Fotografia 612 | *Unité d'Habitation*,

Firminy

Fonte: Pinterest

²³⁵ 1947 – Marselha, 1955 – Rezé, 1958 – Berlim, 1963 – Briey-en-Fôret, 1965 – Firminy.

Foi o primeiro projecto em grande escala de Le Corbusier, contratado para projectar um conjunto habitacional para a população de Marselha,²³⁶ projecto particularmente concebido para realojar as vítimas de bairros destruídos da cidade. Trabalho de uma escala sem precedentes para o autor, leva cinco anos a ser construído em vez de doze meses como planeado, por questões orçamentais.

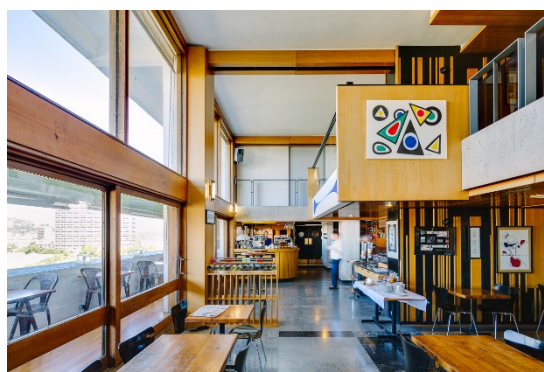
*Foi uma integração inovadora de um sistema de distribuição de bens e serviços que servem de suporte à auto habitação, que responde às necessidades dos seus moradores, e garante uma autonomia operacional em relação ao exterior – auto suficiente.*²³⁷

A *unité d'habitation* de Marselha foi o primeiro de uma série de projectos habitacionais de Le Corbusier, com foco na vida comunitária para todos os moradores, isto é um lugar para fazer compras, divertir-se, viver, socializar, ao fim ao cabo uma cidade jardim vertical. Esta ideia de cidade-jardim vertical baseou-se em levar a vila para dentro de um volume, permitindo aos habitantes espaços privados fora dos quais podiam fazer compras, comer, exercitar-se e reunir-se. Pela inovação intrínseca a este projecto foi desde sempre exemplo para a habitação colectiva para todo o mundo.²³⁸



Fotografia 623 | Centro comercial, *Unité d'Habitation*, Marselha

Fonte: www.cronologiadourbanismo.ufba.br



Fotografia 634 | Restaurante, *Unité d'Habitation*, Marselha

Fonte: www.tuomaskivinen.tumblr.com

²³⁶ <http://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier> (última consulta: 10/02/2017 às 23h35)

²³⁷ https://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Unite_d%C2%B4habitation_de_Marselha

²³⁸ <http://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier> (última consulta: 10/02/2017 às 23h35)

Existe um sem número de edifícios que remetem a tipologia desenvolvida nas unités d'habitation. A própria arquitectura habitacional multi-familiar dos anos 60 e 70 deve muito a elas, especialmente a ideia de habitação em grande escala em edifícios fita, orientadas num eixo apenas.

As *unités* são edifícios que se configuram, no geral, como lâminas com mais de 100m de comprimento por 30m de largura e cerca de 55m de altura, englobando 18 andares.

A morfologia da cidade moderna assenta em colecções de edifícios isolados, que contribuem para a cidade enquanto objectos interessantes e singulares, há que reconhecer que as suas qualidades arquitectónicas precisam de isolamento para poderem ser apreciadas. O quarteirão é assim suprimido e substituído pela *unité d'habitation*, que representa para Le Corbusier o elemento morfológico da organização da cidade, trata-se da integração no interior do edifício de funções que na cidade tradicional se localizavam em lugares próprios. A própria Carta de Atenas faz a apologia do edifício alto e isolado em lugar de destaque.²³⁹

A *unité d'habitation* foi uma nova abordagem tanto para Le Corbusier, que nunca havia feito edifícios numa escala tão importante, tanto a novas formas de criar um grande complexo residencial.²⁴⁰ Corbusier considerava cinco pontos essenciais para uma nova arquitectura, que podemos encontrar harmoniosamente neste projecto:

- I. os edifícios deviam ser construídos sobre pilares, ou pilotis, de forma a permitir o livre acesso por baixo
- II. os edifícios deviam ter jardins nos telhados porque o cimento armado e os sistemas de aquecimento central tornavam o telhado de empena obsoleto
- III. o plano térreo devia ser aberto porque as paredes de suporte já não eram necessárias
- IV. uma faixa de janelas devia correr todo o comprimento do edifício
- V. as fachadas deviam ser tratadas escultoricamente

²³⁹ José M. Ressano Garcia Lamas, *op. cit.*, p. 307 e 352.

²⁴⁰ <http://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier> (última consulta: 10/02/2017 às 23h35)



Fotografia 645 | *Unité d'Habitation*, Marselha
Fonte: Archdaily

O Projecto

UNITÉ D'HABITATION - MARSELHA

arquitecto . LE CORBUSIER

localização . BOULEVARD MICHELET, MARSELHA, FRANÇA

ano do projecto . 1952

tipo de edifício . MULTIFAMILIAR

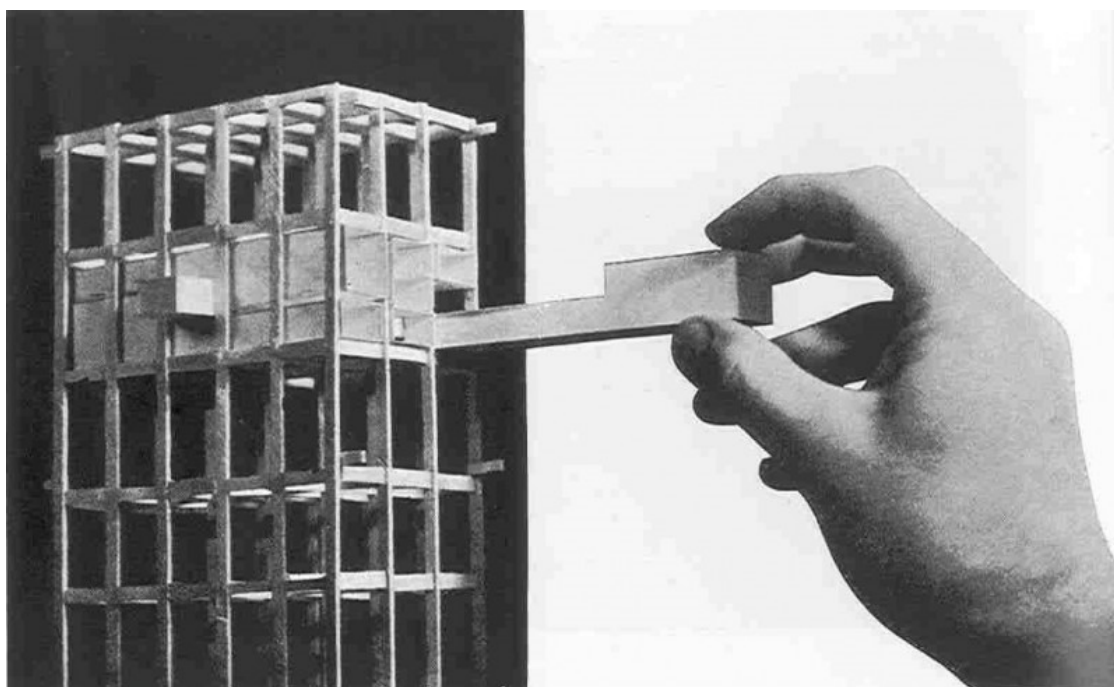
materiais . BETÃO ARMADO E VIDRO

estilo . MODERNISMO

- | Unidade arquitectónica que abriga **1600/1800 habitantes** em 18 andares
- | Edifício moderno de **grande altura** (contrariamente ao instinto natural de projectar horizontalmente para um número significativo de habitantes) – visualmente surpreendente devido à **qualidade escultural**
- | Construção de 140m de comprimento, 24m de largura e 56m de altura, com cerca de 26 serviços independentes
- | Traduz os elementos fundamentais da **arquitectura moderna**:
 - construída sobre pilotis
 - planta livre da estrutura
 - terraço-jardim
 - fachada livre (essencialmente horizontal)
- | A maioria dos **espaços comuns** não ocorria no interior do edifício mas sim inseridos na **cobertura** (terraço-jardim)
- | Projecto com uma **abordagem inovadora de organização espacial** – acomodar espaços de estar, comuns e públicos
- | Tentativa ambiciosa para reunir apartamentos, serviços comunitários e lojas no mesmo edifício

*É essencialmente **uma cidade dentro de uma cidade** – os espaços comerciais fizeram da unité d’habitation uma **cit  radi use** (cidade radiosa, tudo o que os moradores pudessem procurar estava no mesmo prédio em que habitavam).*

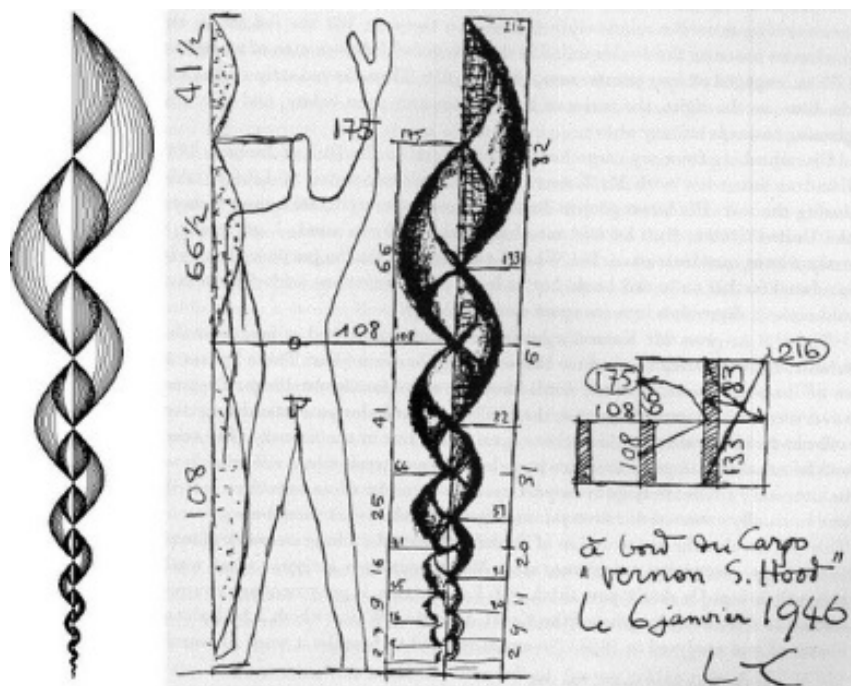
- | **Concepção estética do edifício** segue um ideário moderno: modular, rectilíneo e racional juntamente com a combinação neopl stica de cores na fachada (cores primárias)
- | Constr  da em **betão** armado aparente (material mais acessível na Europa no período pós-guerra)
- | Definida estruturalmente pelo **modo de agregação dos alojamentos**, por sua vez distribuídos em pares por tr s andares (precisando apenas de cinco corredores no total – **ruas interiores**)
- | **Pr -fabricação** dos elementos construtivos mais a **repetição dos elementos-base** em série são responsáveis pelo arranjo plástico da fachada
- | Independência da estrutura do edifício em a relação de cada uma das células habitacionais – Le Corbusier dizia que os apartamentos foram colocados na unidade de habitação como ‘**garrafas de vinho numa adega**’



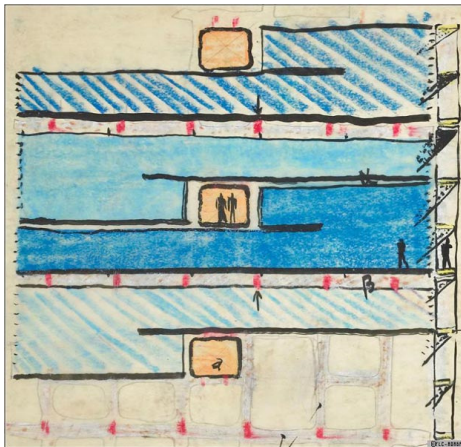
Fotografia 656 | Maquete da estrutura da *Unité d'Habitation* de Marselha
Fonte: Pinterest

- | Curiosidade: exterior semelhante a um navio (edifício parece flutuar, as janelas em fita lembram as cabines e o terraço lembra as chaminés)
- | Estudos sobre as **proporções humanas** feitos por Corbusier postos em prática pela primeira vez – **novo sistema de proporções** oposto ao sistema decimal

***Modulor** – sistema de relações métricas baseadas na distância dos membros do corpo humano de um indivíduo ‘universal’; criação do espaço ergonómico (medidas modulares de extrema importância, pois era preciso albergar um grande número de pessoas no menor espaço possível no período pós-guerra)*



Fotografia 667 | Modulor
Fonte: www.wikiarquitectura.com



Acima:

Fotografia 678 | Esboço da agregação das células habitacionais

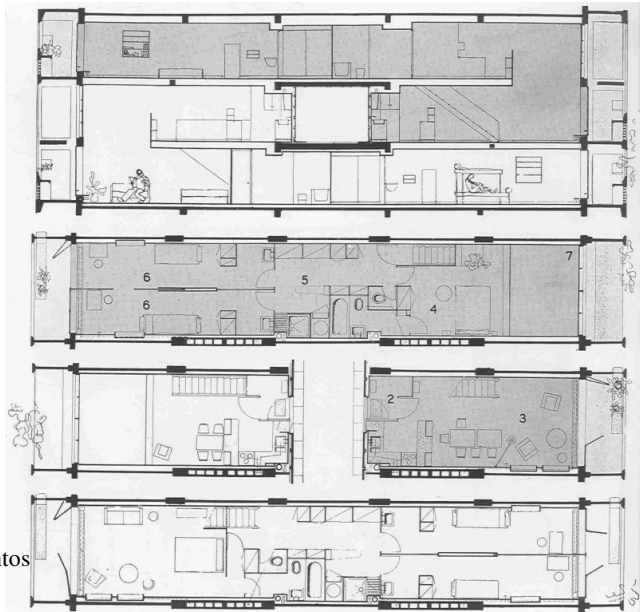
Fotografia 69 | Perspectiva de dois apartamentos

Fonte: Pinterest

A baixo:

Fotografia 680 | Corte e plantas de dois apartamentos

Fonte: www.cronologiadourbanismo.ufba.br



Os Interiores

- | Cada andar tem 58 **apartamentos duplex** acessíveis a partir de um corredor (uns acedem pela parte superior do apartamento outros pela parte de baixo – **acesso em planos alternados**)
- | 337 apartamentos ou células de 23 tipos – variam desde apartamentos de solteiro até famílias com 8 filhos
- | Cada apartamento tem 2 andares ligados por 1 escada interior – **separação do privado e do público**
- | Sala de dia com 4,80m de altura (estende-se aos 2 pisos)
- | **Organização espacial** das unidades residenciais (diferente da maioria dos projectos habitacionais) projectadas para abranger toda a largura do edifício, que implicou uma zona de estar com **duplo pé direito** – com janelas nas duas faces do prédio permitindo zonas de permanência diária e nocturna

- | **Sistema de interligação de volumes** – permitiu a inserção de mais células habitacionais (pelo facto de as estreitar resultando em **plantas longas e estreitas**)
- | Um dos projectos mais importantes de Le Corbusier e das **respostas arquitectónicas mais inovadoras** para uma edificação residencial

*Incorporou, nos interiores, princípios de **funcionalidade e economia** para melhores condições/possibilidades a grupos humanos – criação de um novo movimento mecânico, organização de funções através do design de um sistema integrado de relações (modulor).*



Acima:

Fotografia 691 | Escadas de acesso ao piso de cima

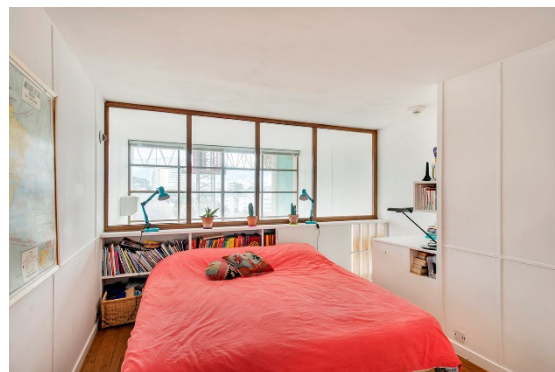
Fotografia 702 | Duplo pé direito da sala de dia

A baixo:

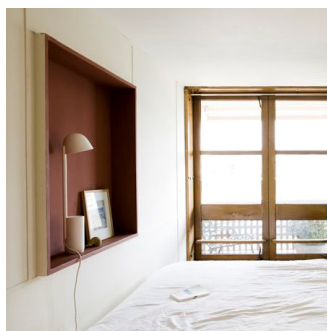
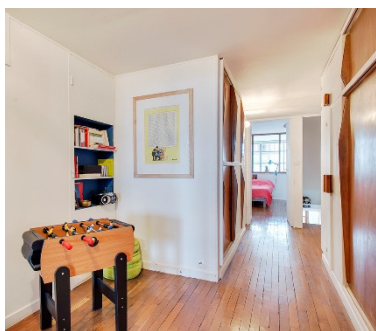
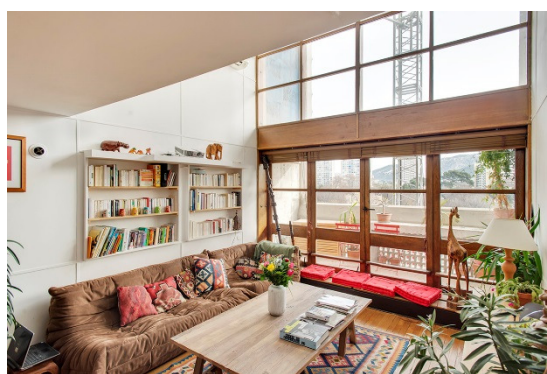
Fotografia 713 | Sala de dia e cozinha (piso inferior)

Fotografia 724 | Quarto de casal (piso superior)

Fonte: www.espaces-atypiques.com



- | Células encaradas como **máquinas de habitar** (foram projectados todos os elementos construtivos das células habitacionais juntamente com **Charlotte Perriand**²⁴¹)
- | **Mobiliário integrado** (desenhado especificamente para aquelas células) pensado em termos de **organização construtiva**, articula e delimita os espaços
- | Móveis e equipamentos da cozinha, móveis da sala e escadarias sugerem um **ideal de habitação racional, eficiente e desimpedida**
- | Mesmo de dimensões mínimas, devido ao trabalho minucioso do **mobiliário**, as células podem ser **habitadas confortavelmente** – a compactação das unidades é compensada pelo engenhoso *design* e tectos altos
- | Entrada de **luz** e **ar** (através das varandas de ambos os lados de cada apartamento) **aliviam a escala**

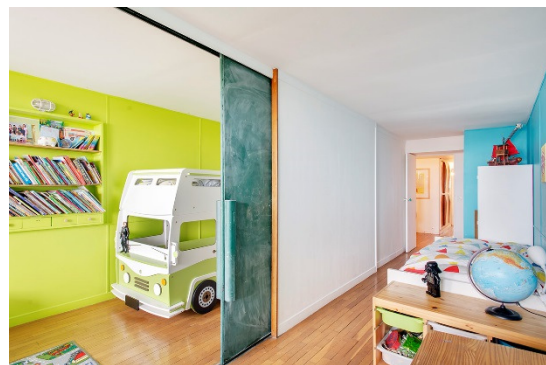
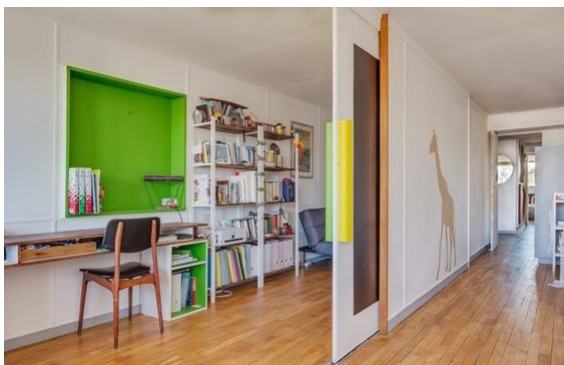


Fotografia 735 | Mobiliário integrado na *Unité d'Habitation* de Marselha

Fonte: Pinterest

²⁴¹ Arquitecta e *designer* francesa, o seu trabalho procurava criar espaços de vida funcionais na crença de que 'o melhor *design* ajuda a criar uma sociedade melhor'. Estudou *design* de mobiliário durante cinco anos – 1920 a 1925 – na Escola de *L'Union Centrale d'Arts Decoratifs*.

- | Espaço pensado para os moradores **adaptarem às suas necessidades**, como por exemplo:
 - dois quartos pequenos transformam-se num quarto grande de brincar (divididos por portas de correr)
 - equipamento da cozinha oferece uma comunicação directa, através de portas de correr, à sala de jantar que só abrem quando necessário, caso contrário parecem portas de armário quando fechadas (funciona como passa pratos)
- | Resultado de 25 anos de investigação destinados a dar aos moradores uma **liberdade individual numa organização colectiva**

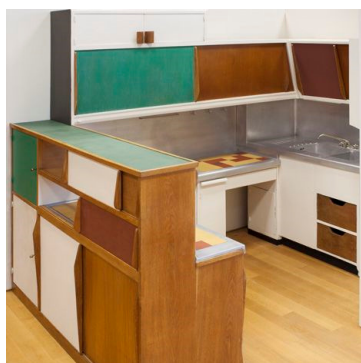


Fotografia 746 | Flexibilidade de ampliação de espaço nos quartos das crianças (em cima e ao meio)

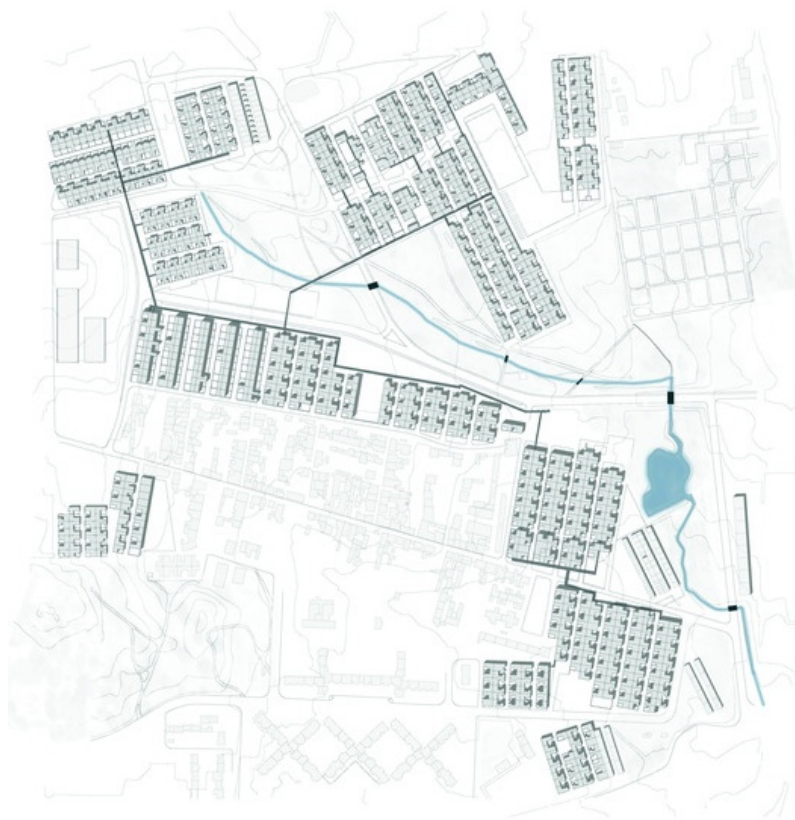
A baixo:

Fotografia 757 | Espaço reduzido da cozinha (passa pratos à direita)

Fonte: www.espaces-atypiques.com



5.2| Caso português: Évora



Fotografia 768 | Planta do bairro da Malagueira
Fonte: www.doyoucity.com

O bairro da Malagueira foi projectado a convite da Câmara Municipal de Évora no sentido de por cobro à falta de habitação na cidade, ditada pela afluência de trabalhadores rurais. Em 1976 foi posto em marcha o Plano de Expansão da Zona Oeste para o qual foram expropriados 27 hectares da Quinta da Malagueira, onde se pretendia construir um bairro original e de elevada densidade habitacional e larga mescla de classes sociais.

A escolha de Siza para este projecto foi justificada pelo seu trabalho inovador para época, influenciado pelo arquitecto Alvar Aalto²⁴² apologista do desenho de edifícios com base racional e geométricas assentes numa grande sobriedade de linhas. A única imposição pela CME era que as moradias deveriam ser unifamiliares.²⁴³

²⁴² Arquitecto e *designer* finlandês com obras exemplares na vertente orgânica da arquitectura moderna na primeira metade do século XX. Foi um dos primeiros e mais influentes arquitectos do movimento moderno escandinavo.

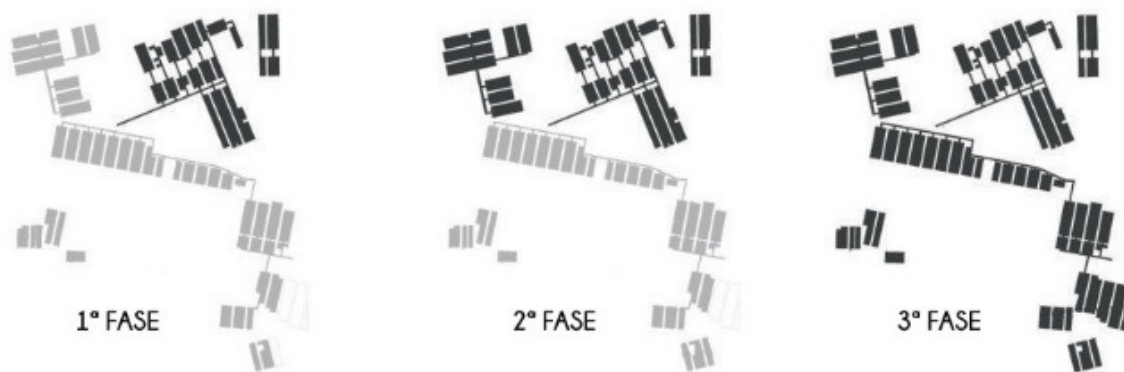
²⁴³ José Frota, “O Bairro da Malagueira”, in *Revista Évora Mosaico*, nº11, Évora, Câmara Municipal de Évora, 2012, p. 4.

A Quinta da Malagueira foi o terceiro projecto concebido por Siza Vieira no quadro de iniciativas SAAL, cuja área de implementação é a maior de toda a cidade de Évora. A concepção deste projecto foi guiada por três intenções:

- a construção de casas costas com costas ao longo de galerias de infraestruturas – aqueduto
- a adaptação a uma grelha urbana à topografia local
- a tipologia evolutiva das casas²⁴⁴

*O projecto foi dividido em vários grupos de habitações implantados em diferentes ângulos formando bairros distintos, cujos espaços intersticiais formam espaços públicos.*²⁴⁵

As unidades habitacionais foram idealizadas inicialmente para uma população de baixa renda, mas actualmente a população residente apresenta um nível de vida característico de classe média.²⁴⁶ O bairro da Malagueira foi alvo de muitas críticas por colidir frontalmente com o tipo de construções medievais ou tardo medievais que caracterizam o centro histórico.²⁴⁷



Fotografia 79 | Fases de construção do bairro da Malagueira
Fonte: www.doyoucity.com

²⁴⁴ Jean-Michel Léger e Gisela Matos, “Siza Vieira em Évora – Revisitar uma Experimentação”, in *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº9, Lisboa, Dinâmia’CET-IUL, 2004, p. 42 e 43.

²⁴⁵ <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza> (última consulta: 13/02/2017 às 20h59)

²⁴⁶ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt> (última consulta: 14/02/2017 às 00h30)

²⁴⁷ <https://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/equipamentosculturaismunicipio1/livraria-municipal/documents/mosaico11.pdf>



Fotografia 770 | Bairro da Malagueira, Évora
Fonte: Archdaily e Pinterest

O Projecto

BAIRRO DA MALAGUEIRA

arquitecto . ÁLVARO SIZA VIEIRA

localização . ÉVORA, PORTUGAL

ano do projecto . 1973 / 1977 - 2000

tipo de edifício . UNIFAMILIAR

materiais . TIJOLO / REBOUCO

estilo . MODERNISMO TRADICIONAL

- | Desenvolvido como uma comunidade suburbana na periferia de Évora
- | Bairro com **habitações em banda ou germinadas**, de grande luminosidade, prescindiu-se da telha e optou-se pelo **terraço** como forma de cobertura
- | **Aspecto geral** do bairro: diferentes alturas dos pátios e terraços resultam numa **composição tridimensional**
- | Constituída por 418 moradias unifamiliares de **dois andares**, com **logradouro** e **alta densidade** totalizando **1200 habitações** (construídas num período de vinte anos aproximadamente)
- | **Aqueduto** – elemento fulcral do projecto (objetivo de conferir identidade ao bairro e **ligá-lo simbolicamente à cidade**, destinado a albergar os canais essenciais à distribuição de água, electricidade, televisão e telefone, substituindo a tradicional rede subterrânea – **fornece serviço a cada casa**)
- | Aqueduto em betão aparente alivia visualmente da parede branca das habitações
- | Siza manteve sempre **diálogo com os futuros ocupantes** de maneira a satisfazer no essencial os seus desejos

*Entre uma posição racionalista e um cuidado pela arquitectura da casa o compromisso de Siza permitiu por um lado criar um **bairro com uma forte identidade** e por outro **respeitar os modos de habitar** numa casa.*



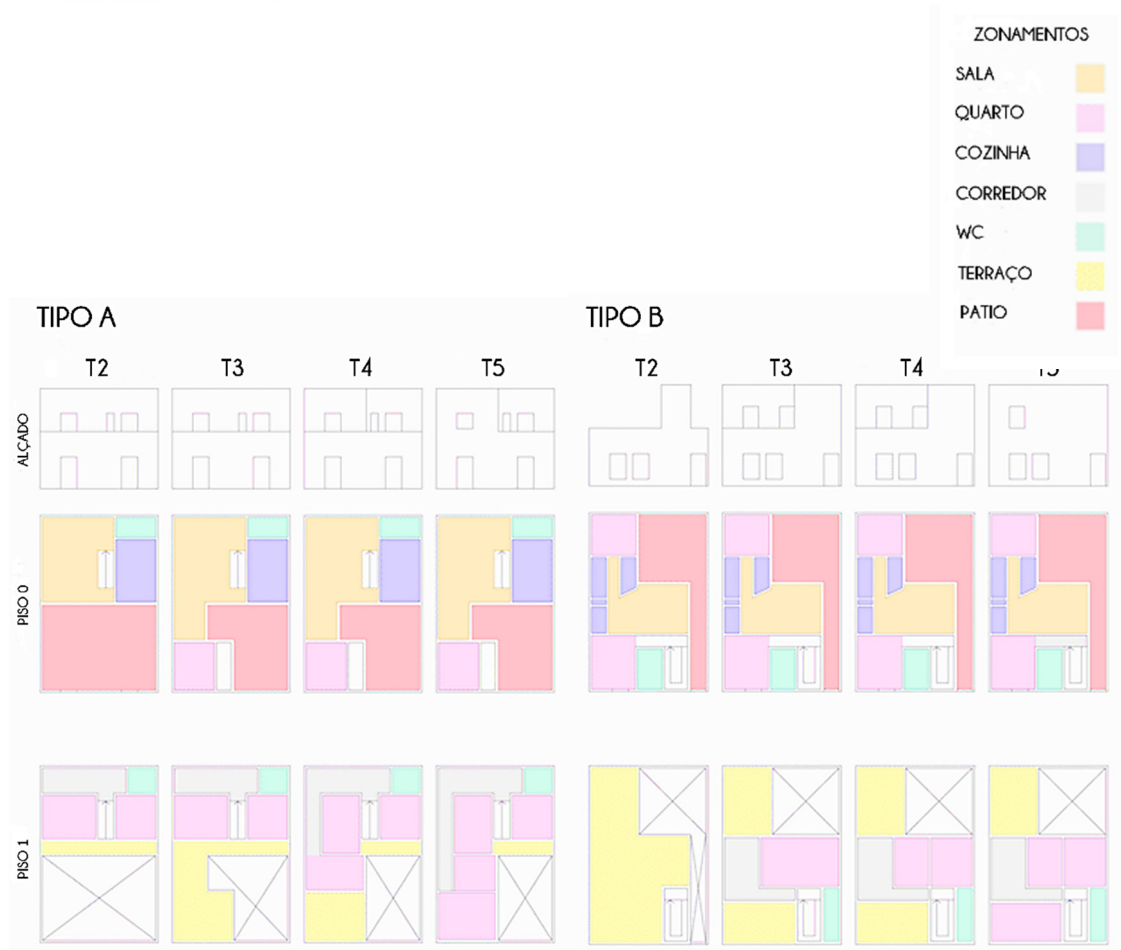
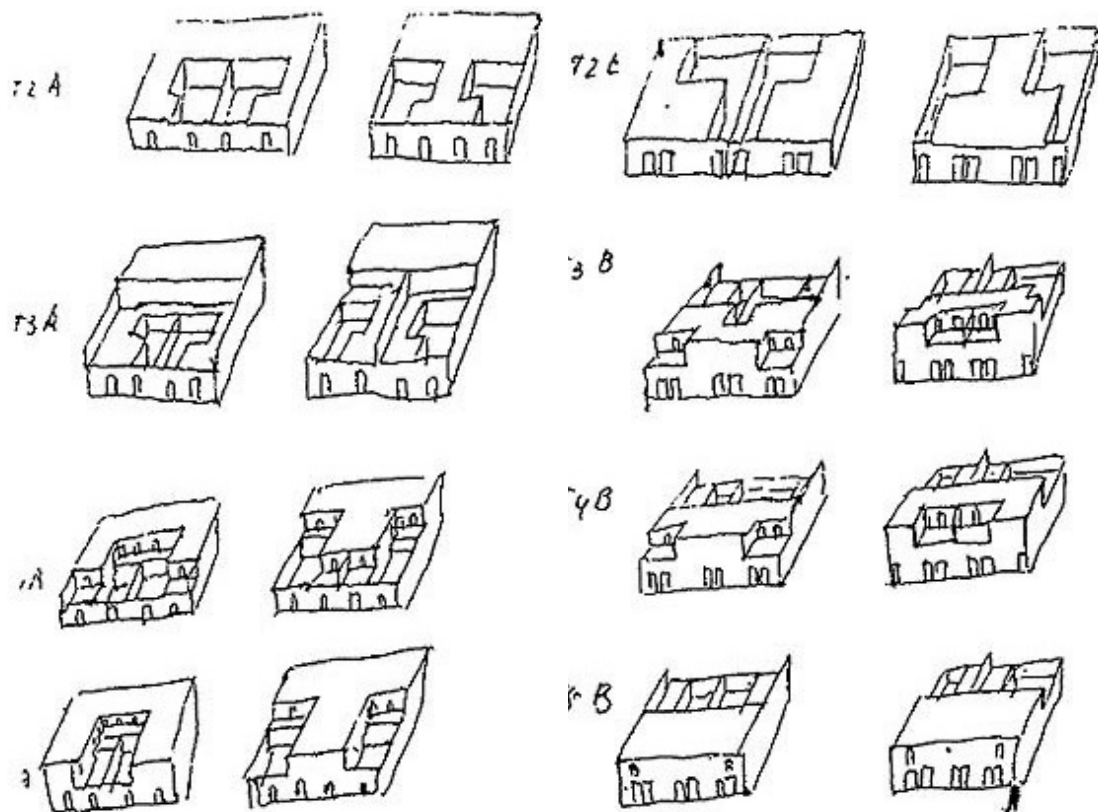
Fotografia 78 | Aqueduto do bairro da Malagueira

Fonte: Archdaily

Os Interiores

- | Residências do **tipo pátio ou átrio** com **planta em L** com dois grupos de recintos que dão a um pequeno pátio interior
- | Existem dois tipos idênticos de habitação, ambos construídos num terreno de **8 x 11m** – um com pátio à entrada (**tipo A**) outro com pátio de fundos (**tipo B**), variando do T2 ao T5

- | Tipologia com pátio à frente foi a de preferência generalizada – apenas construíram 9 casas do tipo B
- | Outras tipologias vieram enriquecer o catálogo inicial – variando em parcelas de **6 x 11m** e **7 x 11m**, contando-se **33 subtipos** de casas
- | Lotes têm na sua grande maioria **96m²** (a dimensão reduzida permite a compactação das unidades)
- | **Organização espacial interior – espaços comuns** situam-se no **nível térreo** (sala de estar, de jantar, casa de banho social e cozinha voltados para o pátio)
- | No **2º piso** situam-se os **espaços privados** (quartos, casa de banho privativa e terraço)
- | **Ampliação das unidades** é prevista em projecto pelo **aumento do número de quartos** – de acordo com as necessidades e possibilidades de cada família
- | A partir dos 2 tipos de casas-pátio o proprietário tem opções de escolha de ampliação realizadas na **medida da sua necessidade** (existem **restrições definidas** por regulamentação edificatória de maneira a evitar a descaracterização das unidades)
- | **Modificações e transformações** normalmente introduzidas:
 - colocação de uma escada exterior de acesso directo ao terraço – facilitando a tarefa de lavar e secar roupa (tanque ou máquina de lavar situam-se no piso térreo, sendo que a roupa é posta a secar no terraço)
 - supressão do espaço triangular de arrumos da sala de estar – arrumações passam a encontrar-se repartidas nos corredores, ou quartos de visita/escritórios
 - alargamento da sala de jantar nas casas tipo Ab (as mais numerosas) contribui para uma maior fluidez do espaço – **necessidades imperiosas do espaço útil** da casa
 - ampliação da casa, antecipada por Siza, através da **concepção da tipologia evolutiva**: quartos adicionados *a posteriori* – são ganhos sobre a área do terraço, isto é os quartos do T3, T4 e T5 conseguem-se sobre o terraço do T2



Fotografia 792 | Esquema de ampliação das vivendas no bairro da Malagueira

Fonte: www.doyoucity.com



O Projecto: entre o privilégio e o direito

6.1 | Memória Descritiva | 131

6.2 | O Projecto | 143

| Axonometria de um quarteirão do bairro da Boavista

| Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Boletim 54 do Departamento de Construção de Habitação, Lisboa, CML / DCH, 1996.

6.1| Memória Descritiva

O Conceito

Perante o estigma negativo a que estão associados os bairros sociais no nosso país, juntamente com a necessidade de reabilitação do seu parque habitacional, pelas condições diminutas em que se encontra a sua maioria, surge a preocupação de repensar a habitação social, propondo assim uma nova perspectiva.

Desta forma, o que se pretende com este projecto é precisamente desenvolver um modelo a baixos custos para os moradores, isto é, espaços adaptáveis ao crescimento do agregado familiar e, consecutivamente, às necessidades de cada etapa. Segue-se, pois, um conceito de flexibilidade que permita a durabilidade no ciclo de vida, através da multifuncionalidade do mobiliário, reduzindo os custos agregados à habitação para estes grupos sociais. Perante espaços com áreas diminutas e falta de arrumação, vemos como prioridade a criação de espaços funcionais.



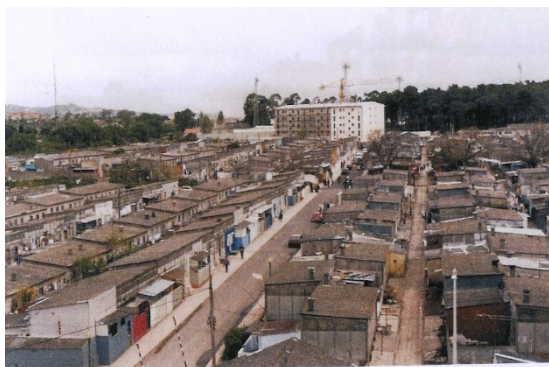
Fotografia 803 | Transformação espacial através do mobiliário, apartamento *Batipin* (28m²), Itália
Fonte: Archdaily

E o problema é assim definido: encontrar uma solução em que se procure dar o máximo de condições de vida e conforto dentro de um mínimo de despesa possível, compatível com a bolsa do ocupante. (Fernando Jácome de Castro)²⁴⁸

Tendo em conta a dimensão e a quantidade de bairros sociais em Lisboa, não poderia ser desenvolvida uma solução específica para cada apartamento, acima de tudo por uma questão orçamental. Como tal, foi escolhido um bairro – Boavista – para o qual é proposto um andar modelo, adaptável às diferentes habitações de bairro para bairro. A partir das plantas originais, procura-se mostrar como praticamente sem alterações estruturais conseguem ser criadas habitações que respondem às necessidades de uma vida, propondo ambientes tranquilos que permitam aos seus moradores morar em melhores condições.

Procura-se encontrar formas de responder a necessidades específicas e criar melhores relações socio-espaciais. No entanto, esta é uma abordagem que conhece muitas vezes restrições de tempo ou de dinheiro. Deste modo, as práticas de *design* social sobrevivem com mais frequência como programas apoiados institucionalmente.

Não tendo sido formalmente definido o *design* social, este é caracterizado por atitudes que valorizam a justiça, a igualdade, o compartilhamento, a sustentabilidade e práticas que envolvem intencionalmente questões sociais. É uma prática que valoriza as necessidades e experiências das pessoas sobre as preocupações de forma ou estética.



Fotografia 814 | Dimensão do bairro da Boavista
Fonte: Blog do Bairro da Boavista

²⁴⁸ Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p.197.

A Problemática

Estes bairros, pelo estado de degradação em que se encontram, carecem de uma intervenção profunda, desde os espaços exteriores, das fachadas e coberturas dos edifícios, às habitações. As patologias construtivas recorrentes, sendo que as mais comuns são provavelmente as infiltrações pelas coberturas e fachadas, refletem-se na degradação dos revestimentos, levando a que as habitações sejam menosprezadas pelos seus moradores.

Por um lado, estes bairros são espaços estigmatizados por serem áreas de concentração de situações sociais desfavoráveis e de grupos étnicos minoritários, onde se verificam com alguma frequência actos de vandalismo ao nível dos espaços comuns, tais como, elevadores, caixas de correio e campainhas. Por outro lado, no âmbito da habitação contemporânea, correspondem a um modelo obsoleto.

São sinónimos de discriminação negativa, por serem vistos como grandes focos de tensão social. O facto de grande percentagem dos seus ocupantes se encontrar sem trabalho ajuda a despoletar o aumento da marginalidade, vandalismo e, até mesmo, a delinquência juvenil. Comportamentos esses que acabam por ter um efeito colectivo notório, acabando por marcar negativamente os bairros a eles associados, como se as restantes famílias não tivessem um comportamento ordeiro no seu dia-a-dia. Apesar da concentração deste grupo populacional ser socialmente homogénea, o facto de ser culturalmente heterogénea acaba por acentuar problemas de socialização negativa.



Fotografia 825 | Degradação e vandalização no bairro da Boavista
Fonte: Blog da Boavista

Estudos indicam que as pessoas têm um grande prazer pela casa, mas um grande desgosto pelo bairro. (Isabel Guerra)

Como tal, as rendas são baixas simplesmente porque os rendimentos são baixos, apesar de que este facto não deveria implicar que as habitações não tivessem as condições ditas normais. É essencial que se perceba que estamos a falar de habitação, independentemente dos custos a ela associados. Estas pessoas merecem uma habitação para a qual possam voltar ao fim do dia, um espaço próprio e acolhedor, que as incentive a passar mais tempo com a família e a afastarem-se de situações problemáticas. A situação no parque habitacional social é um problema recorrente ao longo dos anos, por nunca ter havido uma solução definitiva.

As pessoas que habitam nestes espaços têm necessidades financeiras que não conseguem ser respondidas pelo mercado livre. Desta forma, vemos como é importante criar soluções que dinamizem não só estes bairros, mas também as suas habitações, tendo em conta que existem bairros que não tiveram qualquer intervenção desde que foram construídos, isto é, não foram actualizados ou melhorados. Como tal, é preciso investir na sua requalificação, de forma a que esta promova o funcionalismo e organização destes espaços.

É preciso acima de tudo que nessas casas se possa viver. Têm que ser higiénicas, têm que ter as disposições necessárias para que nelas se possa cozinhar, lavar, dormir, trabalhar e descansar. É absolutamente necessário que elas contribuam para uma vida de sã moral e decoro, satisfazendo assim uma função educativa (...). (Fernando Jácome de Castro)²⁴⁹

²⁴⁹ Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p. 198.

O Bairro

Para a escolha do bairro em estudo foram estabelecidos alguns critérios, de maneira a criar um projecto-piloto fidedigno que comprovasse a viabilidade de todo o projecto, isto é, a aceitação por parte do público-alvo. Assim sendo, a escolha assentou em quatro critérios:

- | Localização em Lisboa;
- | Pertencer ao programa BIP-ZIP²⁵⁰, visto que a preocupação deste projecto é proporcionar aos moradores melhores condições, que por falta de rendimentos não têm a possibilidade de arranjar alternativa à situação na qual se encontram;
- | Sem apresentação dramática, isto é, o ambiente vivido no bairro. Regra geral, é uma característica que marca os bairros pela negativa, devido aos conflitos e fragilidade neles vivida. Daí, um ambiente mais tranquilo ser fundamental para a valorização do projecto, visto nem todos os bairros terem o mesmo ambiente problemático;
- | Iniciativas bem aceites pela sociedade, ou seja, a existência de uma base de iniciativas anteriores bem-sucedidas, prova que o projecto tem tudo para ser bem-sucedido.

A escolha recaiu então no bairro da Boavista, localizado na freguesia de Benfica, entre o complexo desportivo de Pina Manique (a norte), o Parque Florestal de Monsanto (a nascente e sul) e a CRIL – IC 17 (a poente).

A origem deste bairro remonta a 1938, aquando da construção dos primeiros bairros sociais provisórios, entre os quais o da Boavista, cuja construção foi promovida pelo Estado Novo no Decreto-Lei 28, de 12 de Agosto do mesmo ano. Numa altura em que Portugal se encontrava numa situação pouco industrializada, estes bairros eram inicialmente compostos por casas desmontáveis com saneamento básico, arruamentos e iluminação pública, destinados a famílias que viviam em bairros insalubres.

²⁵⁰ A missão deste programa consiste na dinamização de parcerias e pequenas intervenções locais que visam a melhoria dos *habitats*, definidos em 2011, pela CML, como sendo de ‘intervenção prioritária’. São ao todo 67 zonas da cidade. As parcerias são constituídas, precisamente, por juntas de freguesia, associações locais, colectividades e organizações não-governamentais. Trata-se de uma contribuição para uma imagem positiva destes espaços, de forma a permitir e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade. O objectivo é melhorar desde o aspecto visual dos bairros, à superação de preconceitos sociais, resumindo, melhorar a vida no bairro.

O bairro da Boavista foi inaugurado a 25 de Outubro de 1941, aquando da ‘Grande Exposição dos Centenários’ – Centenário da Nacionalidade (1940) e o Centenário da Restauração (1640). Foi destinado a acolher as famílias que moravam nas imediações do Parque Florestal de Monsanto, com o propósito de serem realojadas temporariamente num bairro com melhores condições habitacionais, e a uma parte da população que habitava clandestinamente em zonas da cidade, que devido a projectos de renovação urbana foram desalojadas.

Este bairro integrou, originalmente, um total de 476 alojamentos desmontáveis provisórios, na sua maioria de fibrocimento e madeira, apenas com um piso, mas com tipologias diferentes entre si, atribuídos às famílias já mobilados. Esta zona conhecida por ‘Bairro Velho de Lusalite’ decorreu em três fases:

Tabela 3 | Total de fogos por tipologia do bairro velho de lusalite

Fonte: Esquema da autora com base em: AAVV, *Bairro da Boavista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2006.

FASES	DATA	TIPOLOGIAS	Nº FOGOS
1ª fase	1938 - 1944	T1 (15m²)	44
		T2 (20m²)	264
		T3 (24m²)	180
			488
2ª fase	1945 - 1960	T1 (15m²)	44
		T2 (20m²)	53
		T3 (24m²)	14
		T4 (28m²)	109
			220
3ª fase	1961 - 1970	T2	18
		T3	20
			38
TOTAL DE FOGOS			746

• 1ª fase (1938 a 1944) •



Fotografia 836 | 1ª fase de construção, casas de fibrocimento e madeira, bairro da Boavista (1940)
Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

Na sua génese ocorreu a fixação e montagem de 488 casas em fibrocimento e madeira, com apenas um piso, dimensões reduzidas e associadas em banda contígua, distribuídas por quatro quarteirões.

• 2ª fase (1945 a 1960) •

De um modo geral, existe uma maior semelhança entre as casas desmontáveis de carácter provisório das duas primeiras fases, visto a segunda se tratar de um prolongamento da construção já existente. Foram acrescentadas 220 casas, com os mesmos materiais, desta vez dispostas em apenas dois quarteirões. Estas habitações foram atribuídas por desdobramento às famílias mais numerosas do bairro, assim como, a outras provenientes dos bairros insalubres, como havia sido pensado inicialmente. Foi também nesta altura que foram feitas as primeiras transferências para casas económicas definitivas, em áreas mais centrais e com melhores condições.

• 3ª fase (1961 a 1970) •



Fotografia 847 | Casas de alvenaria em banda contínua, bairro da Boavista (1969)
Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

Esta foi a primeira construção em alvenaria do bairro, destinada a famílias de outras zonas da cidade, que se viram desalojadas aquando da construção da ponte Salazar, actual 25 de Abril. Apesar da melhoria dos materiais de construção, mantiveram-se as áreas reduzidas e a deficiente insonorização e impermeabilização. Contudo, foram apenas edificadas 38 casas, no terreno do campo de futebol que havia sido construído pela população em meados dos anos 40. Estas moradias são actualmente a zona mais antiga do bairro, conhecida como bairro de alvenaria.

À semelhança de outros bairros provisórios, a gestão deste bairro era assegurada por três entidades: a CML, responsável pela gestão da habitação; a Legião Portuguesa, como suporte jurídico das instituições; e pela Santa Casa da Misericórdia, como apoio socio-económico. Porém, a evolução política do país levou à diminuição do poder das instituições locais, bem como a capacidade de controlo por parte da população, levando a uma degradação dos equipamentos e à diminuição da qualidade dos serviços. Daqui resultou uma autonomia da população relativamente a funções que anteriormente eram asseguradas pelas instituições.

As casas provisórias acabaram por servir como alojamento, por mais de cinquenta anos. Tendo as necessidades de espaço levado as famílias a adaptá-las ao longo do tempo. A sua erradicação total aconteceu apenas em finais de 1996, no âmbito de três programas de construção / realojamento:

- | PUB – entre 1980 a 1984, com a construção de 230 fogos, correspondendo a 13 lotes, que foram atribuídos a famílias de uma parcela do bairro velho, cuja libertação viabilizou a construção de novas edificações no âmbito do PIMP.
- | PIMP – entre 1987 a 1999, com a construção de 735 fogos, correspondendo a 34 lotes, atribuídos também maioritariamente ao realojamento de famílias do bairro velho.
- | PER – entre 1997 a 1999, com construção de 84 fogos, o que correspondia a 7 lotes, atribuídos a famílias oriundas de outras zonas da cidade abrangidas pelo projecto PER.

Todo o processo de realojamento implicou, claramente, um grande trabalho de articulação entre as instituições do bairro, da freguesia e obviamente da população. Daí a construção ter sido desenvolvida de modo faseado, permitindo a libertação dos terrenos necessários a futuras construções. Contudo, a extinção do conhecido bairro velho foi um marco na história do bairro e nas vidas das famílias, por representar um contributo para a melhoria da imagem geral do bairro.



Fotografia 858 | Moradias de alvenaria em banda, bairro da Boavista (1975)
Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

Em 1997 a gestão do bairro da Boavista transitou da CML / DGSPH para a empresa municipal GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa²⁵¹.

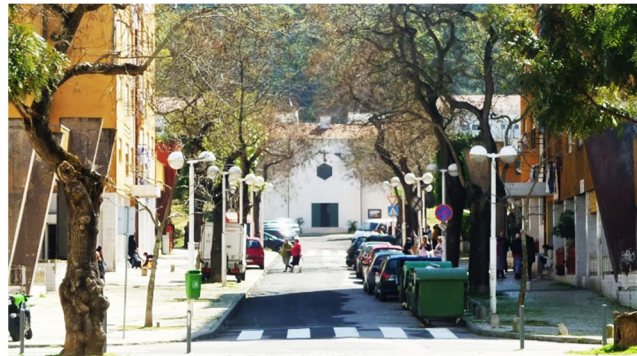
Actualmente o edificado é composto por 61 lotes, que englobam 1049 habitações e 510 moradias, totalizando 1559 fogos. O actual modelo, de construção em altura, significa claramente uma ruptura com a construção dominante no período do Estado Novo, bem como uma rentabilização dos solos e redução dos custos de construção, acompanhando simultaneamente as tendências urbanísticas. Claramente, a nova construção contrasta com o edificado da parcela mais antiga do bairro – bairro de alvenaria – não só pelo tipo de habitação unifamiliar desta parcela, mas também pelas áreas muito reduzidas e condições precárias.

Constata-se um forte enraizamento por parte das famílias, pela forte rede familiar e de vizinhança que se experiencia no bairro. Os seus elementos assumem o estatuto de ‘filhos do bairro’, manifestando não só um comportamento territorialista como de uma população fechada sobre si própria. O bairro da Boavista dispõe ainda de um conjunto de equipamentos de âmbito sócio cultural – escolas, cabeleireiro, centro de dia, berçário, capela – quer comercial – cafés, restaurantes, talhos, peixaria, padaria, minimercado, frutaria – encontra-se ainda uma esquadra da PSP.

Qualquer alteração introduzida pelos moradores nas suas habitações corresponde precisamente às necessidades de melhoria das condições de habitabilidade, na sequência do tempo de fixação nas mesmas e consequente crescimento familiar.

O bairro da Boavista foi classificado como Bairro de Intervenção Prioritária de Lisboa, integrante na carta dos BIP / ZIP aprovada em 2011, pela sua situação a nível económico, social, ambiental e urbanístico. No âmbito do concurso a Programas Integrados de Criação de Eco-Bairros, foi protocolada a candidatura a ‘Eco-Bairro Boavista + Um Modelo Integrado de Inovação Sustentável’. Este, por sua vez, integrou o projecto de sustentabilidade ambiental ‘Coopetir’, que pelo seu exemplo e metodologia colaborativa pode vir a ser aplicado a outros bairros de Lisboa.

²⁵¹ A GEBALIS dispõe de um gabinete no bairro da Boavista, a fim de assegurar uma gestão integrada e participada, bem como a manutenção do edificado e espaços exteriores.



Fotografia 89 | Bairro da Boavista
Fonte: Blog do Bairro da Boavista



Fotografia 860 | Bairro da Boavista
Fonte: Blog do Bairro da Boavista

6.2| O Projecto

O Modelo

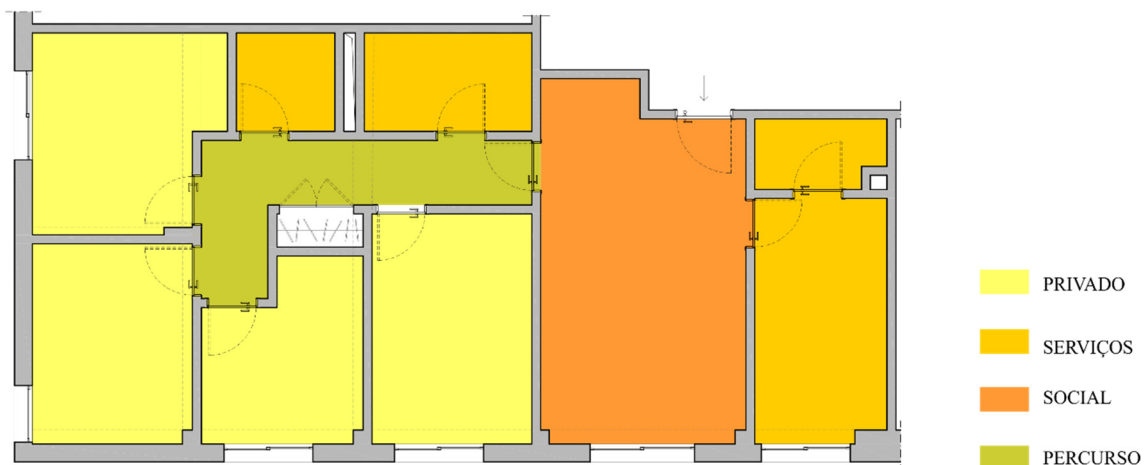
Apesar de não ser a tipologia mais comum no bairro, só foi possível o acesso a um apartamento T4. Contudo, a preocupação deste projecto é mostrar a sua flexibilidade, adaptabilidade e extensão às várias tipologias existentes. O T4 apresentado serve, assim, apenas para exemplificar o modelo em estudo. Foi desenvolvido um levantamento deste espaço, porém, pela restrição de acesso a uma das divisões, esta em particular, poderá não corresponder totalmente à realidade.

O andar usado para a execução do projecto modelo, como tantos outros, encontra-se algo danificado devido a constantes infiltrações e possivelmente mau isolamento das janelas, talvez pela falta de manutenção. Estas infiltrações manifestam-se desde a pintura das paredes, que se apresentam com manchas características da humidade, aos revestimentos do pavimento, que se encontram danificados e soltos, manifestando um factor perigoso para os moradores principalmente na presença de crianças, o que é o caso.

Numa habitação, regra geral, existem três grandes áreas que por sua vez são subdivididas, contudo, os espaços que as integram variam conforme as tipologias e dimensão de cada uma. As relações, directas e indirectas, entre as várias divisões, são fundamentais para uma boa organização funcional na habitação. Dentro deste princípio, uma das relações mais importantes é claramente a separação entre a zona social e privada, devido ao factor barulho.



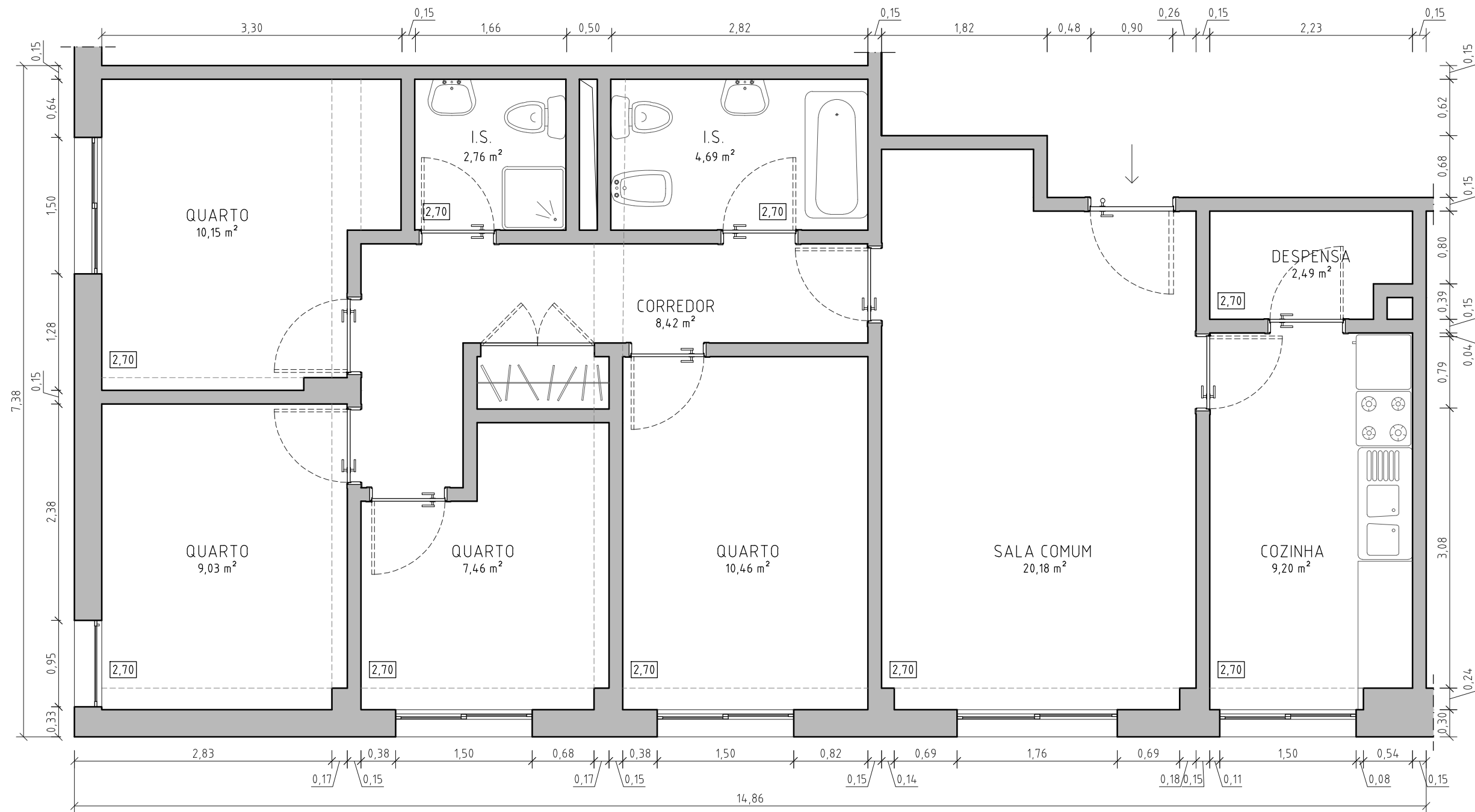
Fotografia 871 | Esquema das áreas habitacionais
Fonte: Esquema da autora



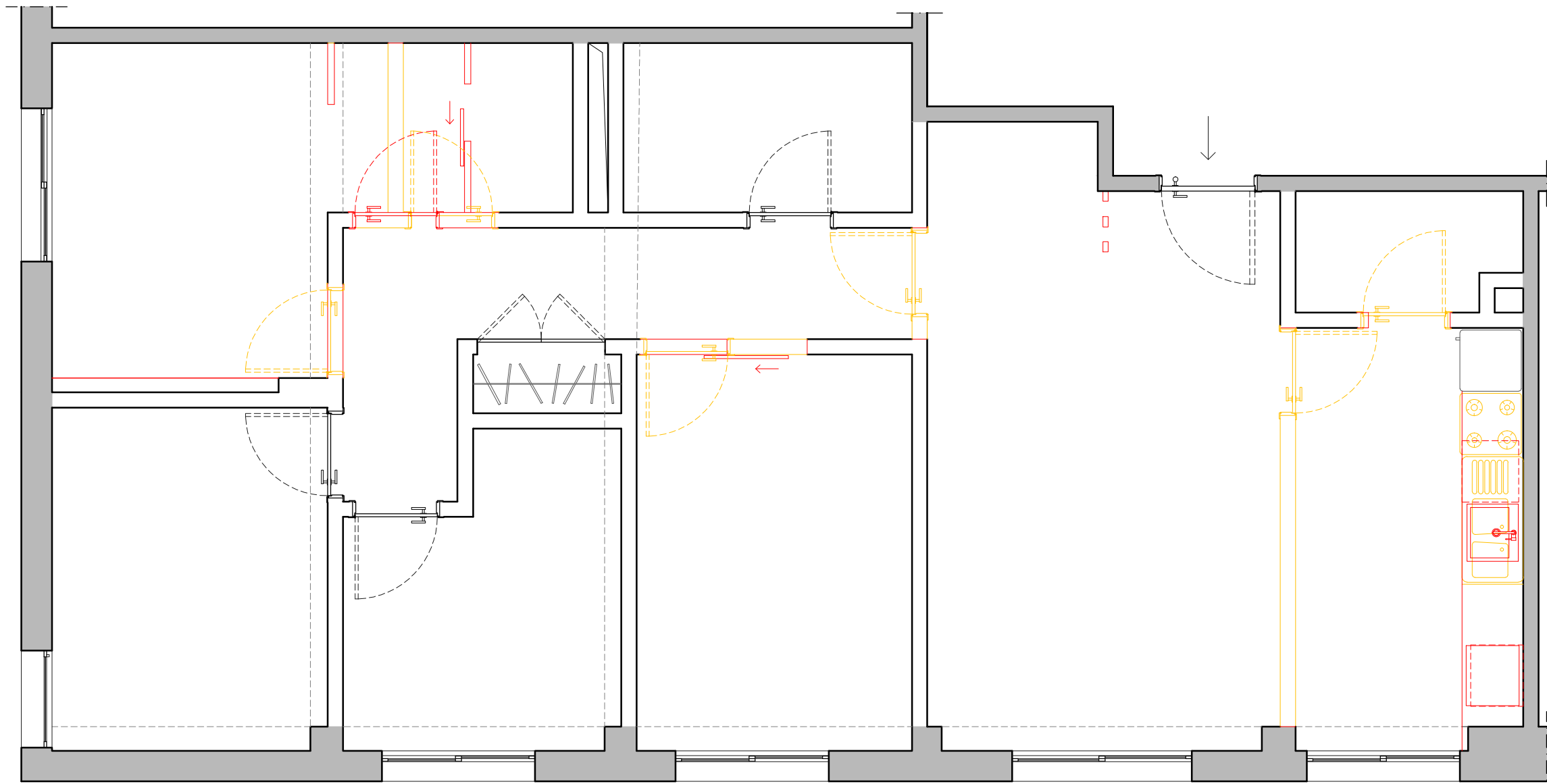
No andar modelo é notória a separação feita entre os espaços privados, que se encontram todos aglomerados no ponto oposto à área de serviço mais usada, a cozinha. A fazer esta divisão, a sala de estar, o espaço social por excelência da habitação, que neste caso em concreto faz a transição entre o privado e o serviço. Porém, as instalações sanitárias, apesar de serem áreas de serviço, funcionam também como apoio aos quartos, isto é, fazem parte da rotina dos membros da família e o facto do seu uso diário ser menos frequente que o da cozinha permite uma proximidade às áreas privadas.

O acesso a esta habitação é feito directamente pela sala de estar, que ganha também a função de *hall* de entrada, assumindo-se como uma barreira onde é feita a separação entre o espaço público – mundo exterior – e o privado – espaço pessoal. Relativamente às janelas, o facto de existir uma em cada divisão da casa, exceptuando as áreas de serviço mais privativas, como é o caso das instalações sanitárias, permite uma boa circulação de ar e acima de tudo entrada de luz natural, fulcral para espaços com áreas reduzidas.





Desenho 001.1
Planta Original Cotada



Desenho 001.2
Planta de Alterações

FUNDACO Ricardo do Espirito Santo, Silva. ESA Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESIGNO Planta Original Cotada Planta de Alteraes		FASE PROJECTO Levantamento Alteraes	
ESCALA 1:50		UNIDADE Metros	FORMATO A3+
N DESENHO 001		PÁGINA 145	
DATA Novembro 2017			

A Proposta de Interiores

“(...) procurar um conjunto harmonioso, agradável, embora muito modesto, sem pretensões, mas que pelo seu arranjo e pelo bom gosto se valorize...e tudo o mais económico possível.” (Fernando Jácome de Castro)²⁵²

Estando estabelecido o público para o qual se destina este projecto, os moradores dos bairros sociais, é determinante perceber as suas necessidades. Isto porque uma habitação pensada para uma parte da população menos favorecida claramente não pode, nem deve, ser pensada da mesma forma que uma habitação para um grupo social mais favorecido. As necessidades são completamente distintas. Neste princípio, o que torna uma habitação funcional varia conforme as necessidades em questão.

O grupo social em estudo não tem os bens materiais como preocupação primordial. Preocupa-se, sim, com o necessário para levar uma vida minimamente confortável. Porém, é importante que a intervenção a nível de interiores, desde a organização funcional à parte mais decorativa, seja pensada de maneira a levar os moradores a terem uma maior cultura visual. Sensibilizá-los para a importância de manter as suas habitações organizadas, incentivando-os acima de tudo a ganharem outra perspectiva de vida. Neste sentido, a economização espacial requer uma atenção particular, de maneira a oferecer um espaço funcional e organizado, atendendo também ao facto das áreas reduzidas deste parque habitacional.

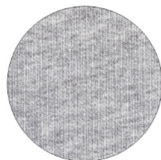
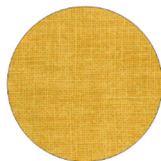
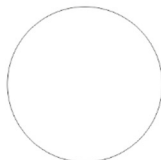
Relativamente ao ambiente vivido nestes bairros, cuja população se fecha sobre si própria, acaba por se assemelhar ao de uma aldeia, existindo até quem afirme que são sítios onde a cidade se interrompe. O ambiente frágil, marcado por situações algo violentas, torna estes espaços um pouco perigosos. Claramente que o cenário varia de bairro para bairro.

Tendo em atenção todos estes problemas, as habitações são pensadas com a preocupação de criar ambientes apaziguadores, que se conseguem não só pelos materiais usados, mas também pela escolha da paleta cromática. Para além de transformarem os ambientes, as cores têm um grande impacto nos seres humanos,

²⁵² Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p. 204.

influenciando o nosso estado emocional e consecutivamente a maneira como enfrentamos o nosso dia-a-dia. O seu uso correcto estimula, anima, aumenta o nosso desempenho e eleva a moral. Numa perspectiva mais decorativa, permite criar a ilusão de ampliar ou reduzir o espaço e a intensidade da luz.

Partindo do estudo da psicologia da cor, realizado previamente, de maneira a proporcionar ambientes harmoniosos em espaços com áreas reduzidas, optou-se pela aplicação de cores claras, tornando os espaços mais leves e visualmente mais amplos. A introdução de pequenos apontamentos de cor, em tons pastel e amarelo, teve como finalidade aquecer o espaço e acentuar a sua sensação de aconchego.



flexibilidade

PRÁTICO



funcionalidade



SIMPLICIDADE



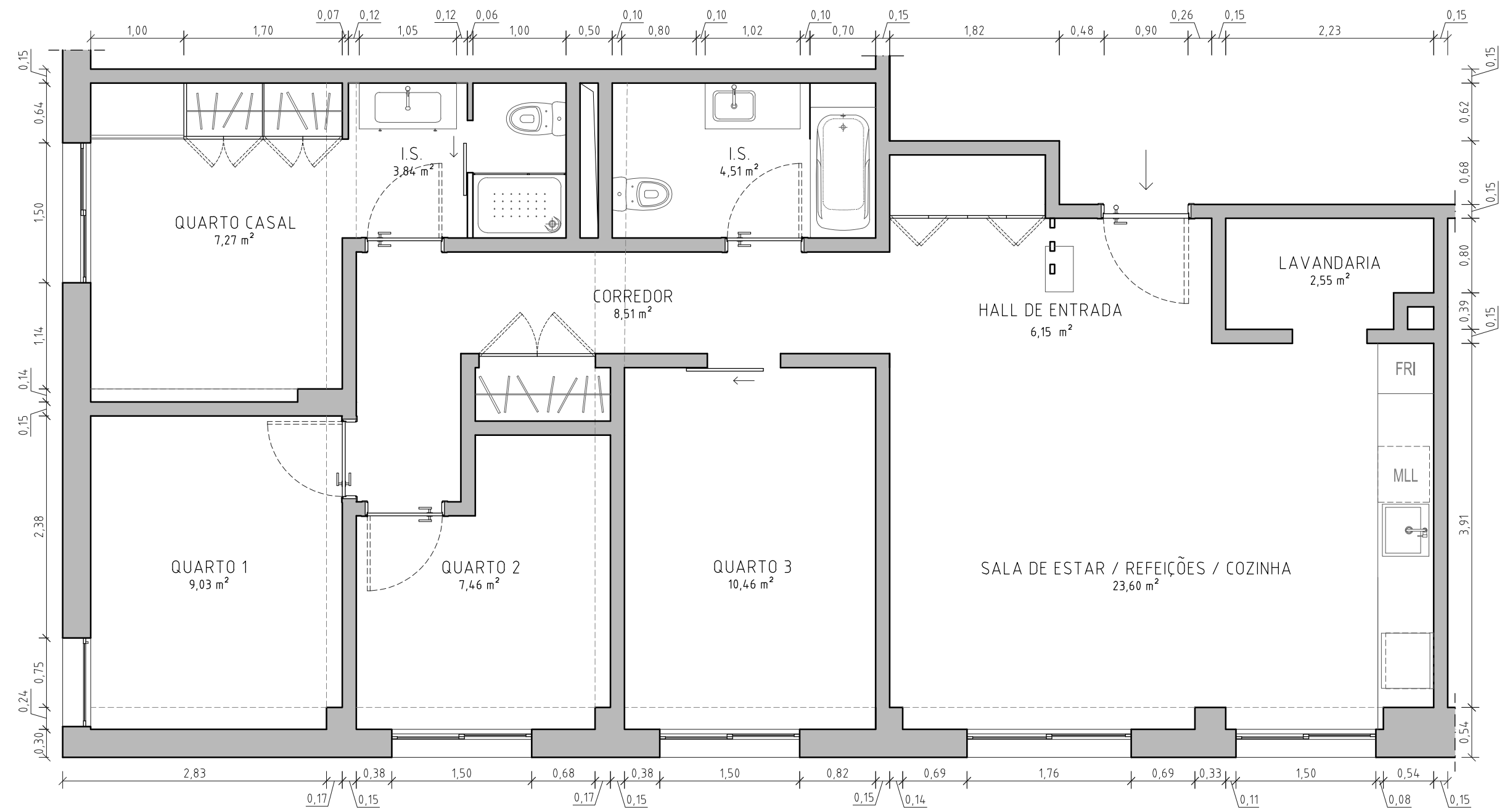
A par de tantas obrigações que a lógica impõe, muito há ainda a atender quando se procura que o aspecto da casa seja agradável, não à custa de complementos dispendiosos, mas sim pela harmonia das proporções, pela cor e boa distribuição de luz. (Fernando Jácome de Castro)²⁵³

Ambientes com baixa estimulação visual e cromática, isto é, sem cor acabam por se tornar desconfortáveis ao longo do tempo. Uma casa bem decorada, organizada e com uma correcta aplicação de cores, juntamente com uma boa iluminação, reflete-se nas personalidades dos seus moradores.

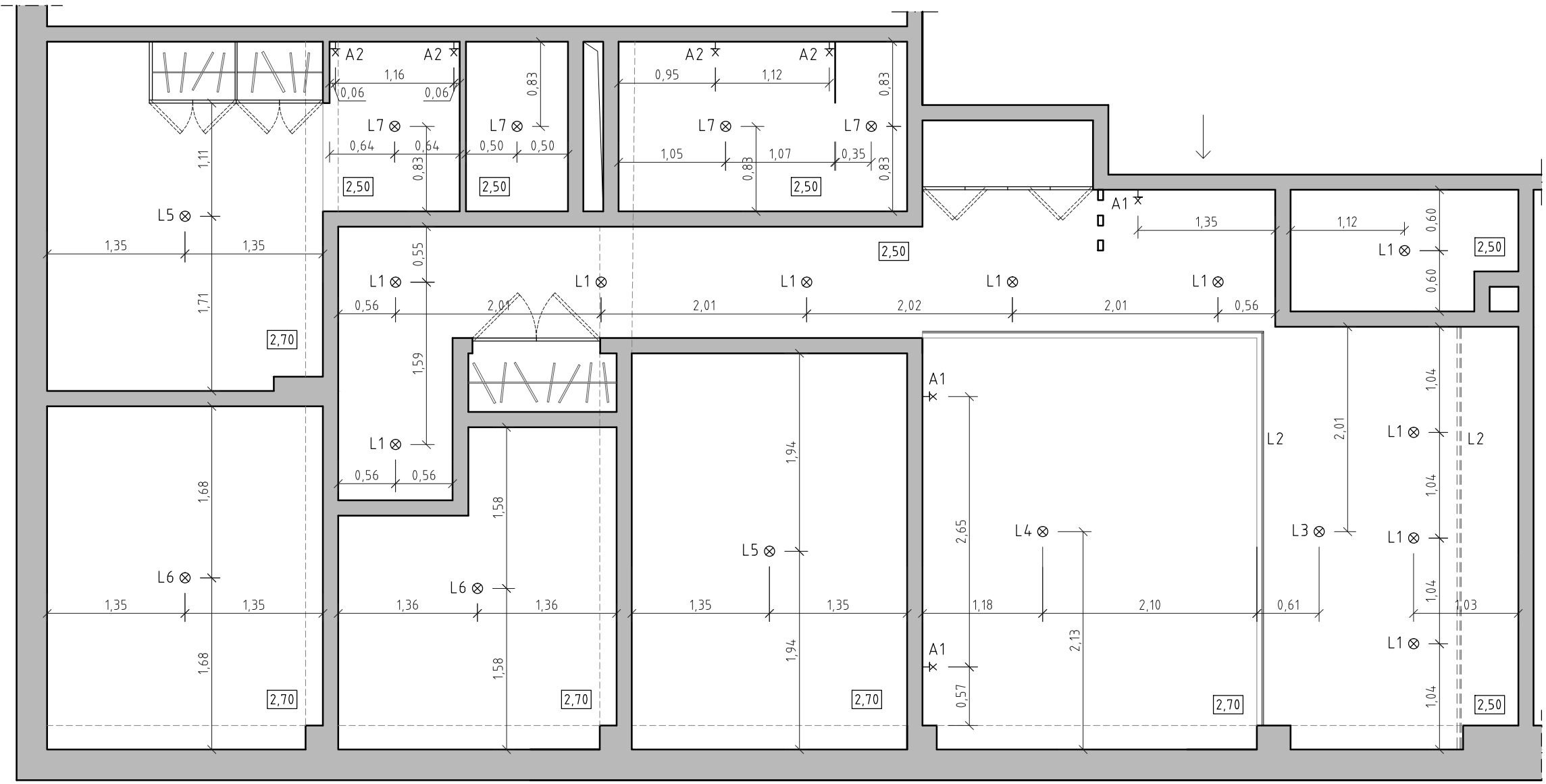
A introdução de materiais resistentes é determinante, tendo em conta a situação actual dos revestimentos destas habitações. Como tal, o que se propõe para os pavimentos é um revestimento vinílico, a simular madeira, que para além de ter uma fácil instalação, oferece uma alta resistência ao desgaste e resistência à água. Relativamente às paredes, de maneira a controlar as infiltrações, optou-se primeiramente pelo seu tratamento e a aplicação de tintas próprias.

Num apontamento mais estético, a introdução de madeiras em tons claros, no equipamento, oferece um ar confortável e clássico a estes ambientes.

²⁵³ Fernando Jácome de Castro, *op. cit.*, p. 203.



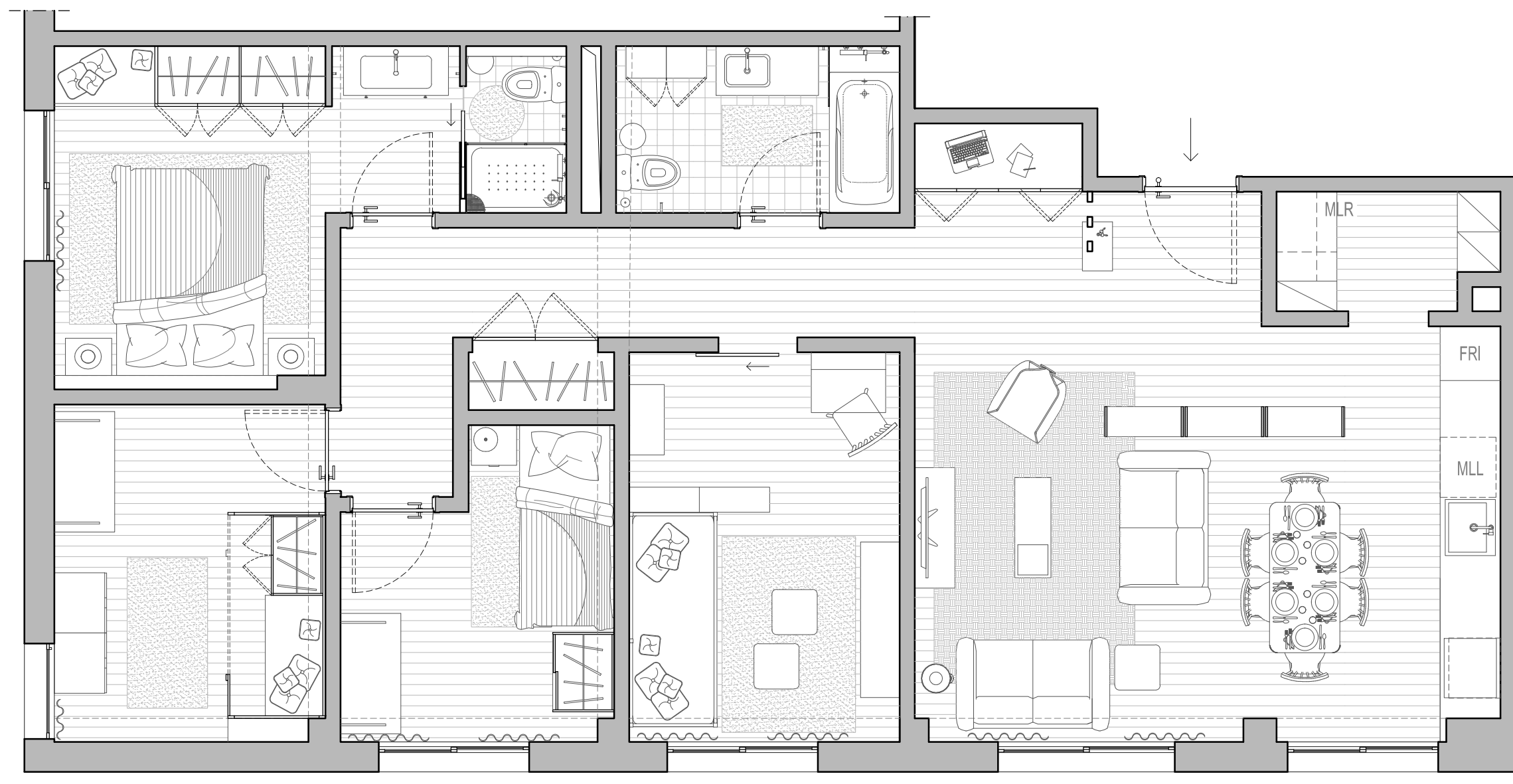
Desenho 002.1
Planta Proposta



Desenho 002.2
Planta de Tectos e Iluminação

LEGENDA ILUMINAÇÃO	
⊗ L1	Foco de encastrar Bama regulável cromado 5W LED, ref. 19104421, LEROY MERLIN
— L2	Fita LED
⊗ L3	Candeeiro suspenso Fusta, ref. 28394, LOJA DE ILUMINAÇÃO
⊗ L4	Abajur para candeeiro suspenso branco Regolit, ref. 701.034.10, IKEA
⊗ L5	Abajur para candeeiro suspenso branco, Lakheden, ref. 102.94.7.71, IKEA
⊗ L6	Abajur para candeeiro suspenso oval branco, Solleftea, ref. 103.001.21, IKEA
⊗ L7	Foco de encastrar downlight extra plano branco 6W LED, ref. 18774931, LEROY MERLIN
★ A1	Aplique de parede Hanko branco, ref. 14407960, LEROY MERLIN
★ A2	Aplique de parede Ostana branco, ref. 502.285.76, IKEA

FUNDACÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro		LOCAL Bairro da Boavista	
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESENHO Planta Proposta Planta de Tectos e Iluminação		FASE PROJECTO Proposta	
ESCALA 1:50		UNIDADE Metros	
FORMATO A3+		DATA Novembro 2017	
Nº DESENHO 002		PÁGINA 151	



Desenho 003.1
Planta de Equipamento

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas 		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro		
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista		
DESENHO Planta de Equipamento		FASE PROJECTO Proposta		
		DATA Novembro 2017		
ESCALA 1:50	UNIDADE Metros	FORMATO A3+	Nº DESENHO 003	PÁGINA 153

Estudo dos espaços

Considerando a evolução natural de uma família, tendo como referência a célula tradicional, esta é composta numa primeira fase por um casal, mais tarde pelo nascimento dos filhos, o seu crescimento e a sua saída de casa, devido ao casamento ou simplesmente por opção de vida. Outro factor a ter em conta é a probabilidade dos pais de um dos elementos do casal se juntar a si. Dentro deste princípio, é essencial que se perceba que uma habitação deve estar preparada para acompanhar estas mudanças, principalmente neste grupo social, daí a importância de criar uma habitação segundo um conceito de flexibilidade.

As transformações que atravessamos quer a nível pessoal, social, quer cultural ou económico, são condicionantes para a habitação, isto porque, conforme o morador evolui procura que a sua habitação evolua conforme as suas necessidades. As habitações não podem ser algo estático, que conduza ou limite a vida dos seus moradores. Devem, sim, estar preparadas para transformações conforme o seu desejo. Ser um espaço favorável tanto para necessidades presentes como futuras. O facto da maior parte das habitações sociais não apresentarem qualquer capacidade de evolução impede a célula familiar de crescer, ou, no caso desta crescer não haver condições para todos os elementos.

Embora cada situação familiar tenha especificidades muito próprias, a evolução do ciclo de vida de um agregado familiar tem factores comuns. Claramente pode variar o número de filhos, a diferença de idade entre eles e até mesmo a altura em que saem de casa, entre outras situações mais específicas, tais como a perda de um elemento da família, a possibilidade dos avós morarem na mesma casa e até mesmo a densidade da vida activa na habitação. Porém, o ciclo de vida é comum a todos.

Partindo deste princípio, e percebendo as diferentes necessidades, a par da evolução familiar onde as prioridades variam, foram estabelecidas três fases de vida de um agregado familiar, a partir das quais foi desenvolvido o andar modelo, resolvendo três situações espaciais distintas. Foi proposta a alteração dos espaços, através do equipamento, de maneira a responder a um vasto leque de necessidades ou gostos. Mostrando como a habitação unifamiliar pode responder ao crescimento do núcleo familiar, neste caso em três situações de vida, ou ao gosto de várias famílias.

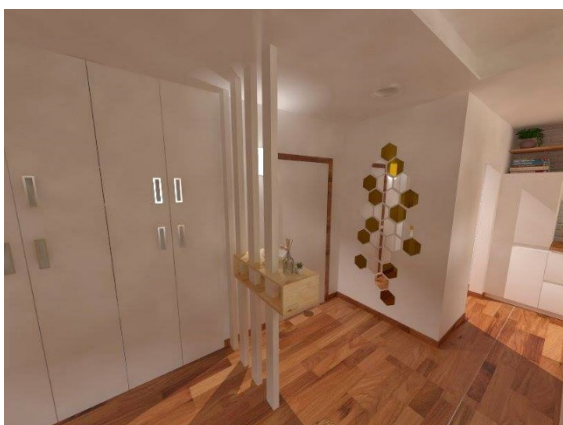


Fotografia 882 | Hierarquia proposta das divisões do andar modelo
Fonte: Esquema da autora

Ao longo das três fases há espaços que se mantêm intactos, como é o caso das zonas de serviço, que por serem compostas por equipamentos fixos não é de todo possível serem alteradas com facilidade e rapidez no dia-a-dia. Porém, há espaços, que pelo crescimento / envelhecimento das pessoas a quem estão destinados têm de ser adaptados ao longo do tempo. De maneira a perceber as alterações que os espaços sofrem e a sua capacidade de adaptação às diferentes situações de vida, foi feita uma análise mais detalhada de cada divisão:

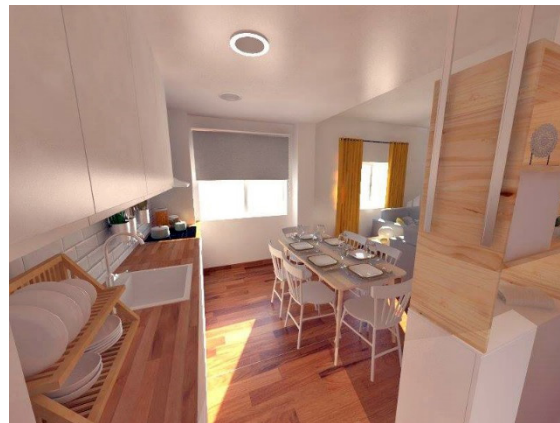
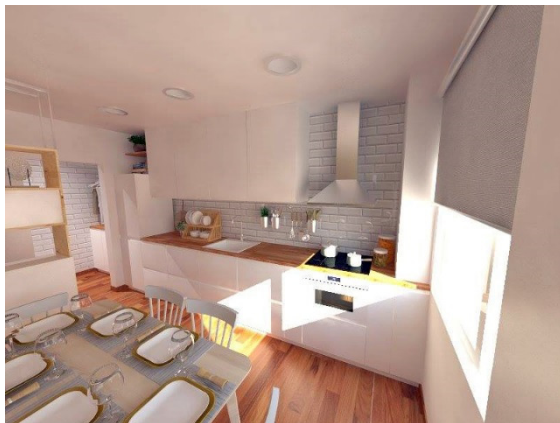
• **Hall de entrada** •

Para a entrada foi criado um separador, um género de biombo, de maneira a estabelecer uma barreira visual fazendo com que não se entre directamente para a sala de estar, delimitando o *hall* de entrada.



Fotografia 893 | *Hall* de Entrada
Fonte: Simulação em 3D da autora

• Sala de estar, de jantar e cozinha •



Fotografia 904 | Cozinha
Fonte: Simulação em 3D da autora

Pela dimensão reduzida que a cozinha apresentava originalmente, optou-se por torna-la parte integrante da sala de estar e de jantar criando, à primeira vista, um *open space*. Oferecendo um espaço amplo e bem iluminado, ideal para uma cozinha. Porém, através do mobiliário é possível estabelecer uma relação directa ou indirecta entre estas divisões, criando barreiras visuais que abrem ou fecham o espaço, conforme é necessário.

A relação entre estas três áreas é determinante para o grupo social em estudo, por serem, provavelmente, dos espaços com maior uso na habitação. A relação entre si, como se complementam umas às outras, e o papel que desempenham na vida das pessoas fez com que se tornassem no ponto central deste projecto. A flexibilidade destas três divisões é permitida através do mobiliário, mais concretamente de três estantes que podem ser dispostas no espaço, conforme os ambientes pretendidos pelos moradores.



Fotografia 915 | Perspectiva da Sala de Estar |
Sala de Jantar e Cozinha durante as três fases
Fonte: Simulação em 3D da autora

A sala de estar é o espaço de sociabilidade por excelência, o espaço que une a família e que permite a criação de laços entre os vários elementos, onde estes se juntam, brincam e partilham o seu dia-a-dia. É um espaço de reunião e convívio, que permite estar em família e receber visitas. Na primeira fase da proposta para o andar modelo, procurou criar-se uma ligação directa entre as divisões, dispondo as estantes de maneira a criar uma espécie de corredor de acesso à cozinha. A abertura total do espaço possibilita que os filhos brinquem na sala, enquanto estão sob o controlo dos pais, quando estes estão na cozinha a preparar as refeições. Nesta situação, é quando a sala se encontra com maiores dimensões, oferecendo um espaço amplo, ideal para as crianças brincarem à vontade.



Numa segunda fase, em que existe uma ligação directa entre a cozinha e a zona de refeições, permite-se que os filhos estudem ou façam os seus trabalhos perto dos pais, podendo ser ajudados, enquanto estes trabalham na cozinha. Nesta fase, a sala de estar é o único espaço social onde recebem visitas e estão em família, fazendo com que a zona de refeições seja quase exclusiva para uso familiar, pela relação directa que tem com a cozinha, não havendo uma preocupação de esconder o espaço de serviço, que regra geral, é um espaço destinado aos moradores da habitação.



Fotografia 937 | Sala de Estar | Sala de Jantar | Cozinha (2ª fase)
Fonte: Simulação em 3D da autora

Na última fase proposta, há uma relação directa entre a sala de estar e a zona de refeições, funcionando ambas como espaço de receber, isolando a cozinha como espaço exclusivamente de serviço. Tendo em conta que nesta fase os filhos já estão com uma idade mais avançada, há uma maior preocupação com o espaço social, daí a ampliação da sala de estar, integrando a zona de refeições.



Fotografia 948 | Sala de Estar | Sala de Jantar | Cozinha (3ª fase)
Fonte: Simulação em 3D da autora



Fotografia 99 | Cozinha

Fonte: Simulação em 3D da autora

Tanto na segunda como na terceira fase, apenas duas estantes compõe o espaço criando as barreiras visuais, mantendo a terceira estante no mesmo sítio durante as três fases, simulando uma espécie de corredor de acesso à cozinha.

Tendo noção que estas três divisões constituem um *open space*, tem que haver, claramente, um cuidado especial com a organização da cozinha. De maneira a evitar a transmissão de cheiros pelo resto da casa, optou-se por colocar a zona de confecção de alimentos junto à janela, ficando num ponto mais afastado da zona central da habitação.

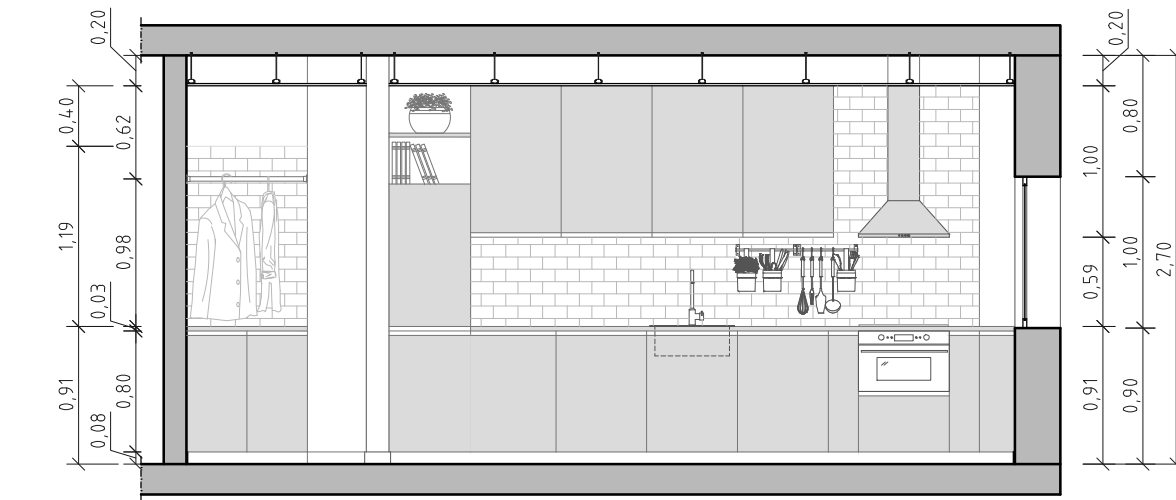
Para estas habitações, caso exista possibilidade, é também importante um espaço próprio para tratamento das roupas, libertando-se a cozinha dessa tarefa. O facto de existir um espaço específico para esta função, permite não só uma maior arrumação da habitação no geral, mas facilita, acima de tudo, a tarefa de lavagem e engomadoria da roupa. Neste espaço é também feita a arrumação dos produtos de limpeza.



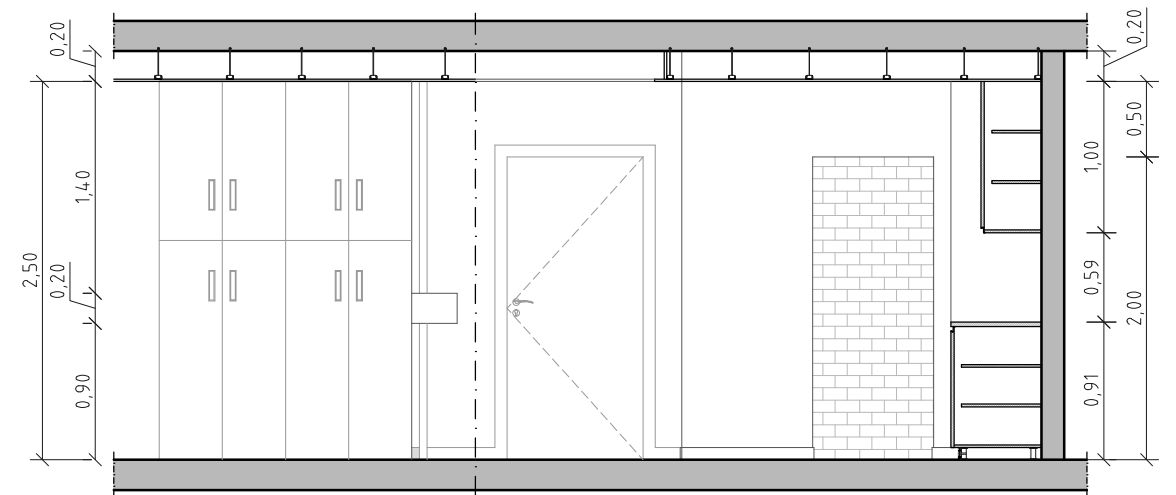
Fotografia 950 | Lavandaria
Fonte: Simulação em 3D da autora

Relativamente à escolha da cor para a sala de estar, tendo em conta a sua proximidade com a cozinha, onde o branco é a cor predominante por ser associado a um ideal de higiene, optou-se pelo amarelo. Por ser das cores mais claras e a que mais se aproxima ao branco, também por ser uma cor quente, que ilumina, aquece, anima e está associada ao poder e optimismo. Pelo seu grau de luminosidade, foi aplicada em pequenos apontamentos e em tons mais claros, à excepção dos cortinados. É uma cor que oferece uma grande energia ao espaço.

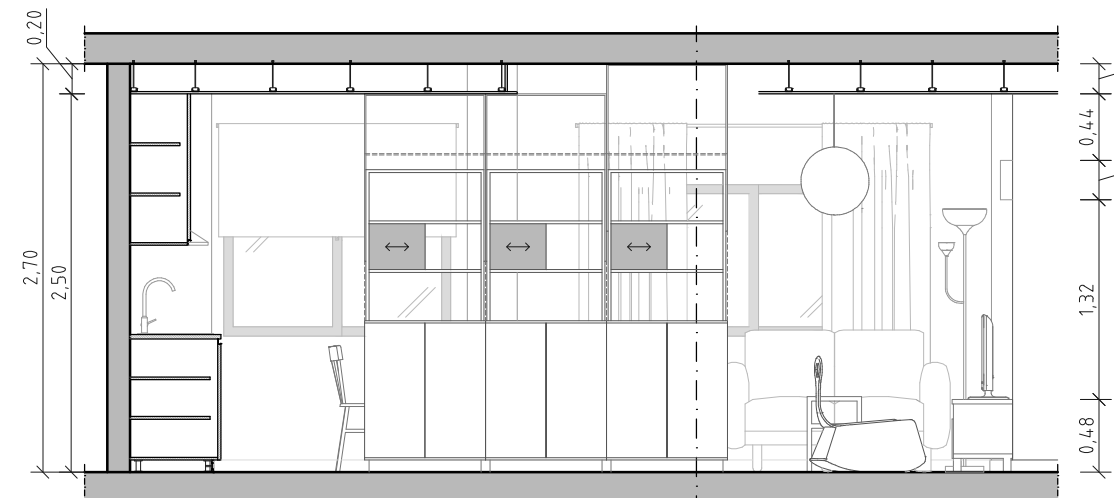
Ao nível de tectos foi feita uma demarcação, em tecto falso realçado pela sanca de luz, nas zonas de serviço – cozinha e lavandaria – e no *hall* de entrada que se estende por todo o corredor, permitindo a utilização de iluminação encastrada. Na cozinha, também se optou por uma iluminação mais direccionada para a zona de trabalho, escondida por baixo do móvel superior. Nas zonas sociais – sala de estar e de refeições – optou-se pela iluminação suspensa juntamente com apliques na parede da televisão. O candeeiro escolhido para a zona de refeições, é por si só bastante flexível, podendo acompanhar a mesa de jantar quando esta muda de posição da segunda para a terceira fase. A base é fixa ao tecto, porém a luminária pode rodar em torno da base e afastar-se ou aproximar-se conforme for necessário.



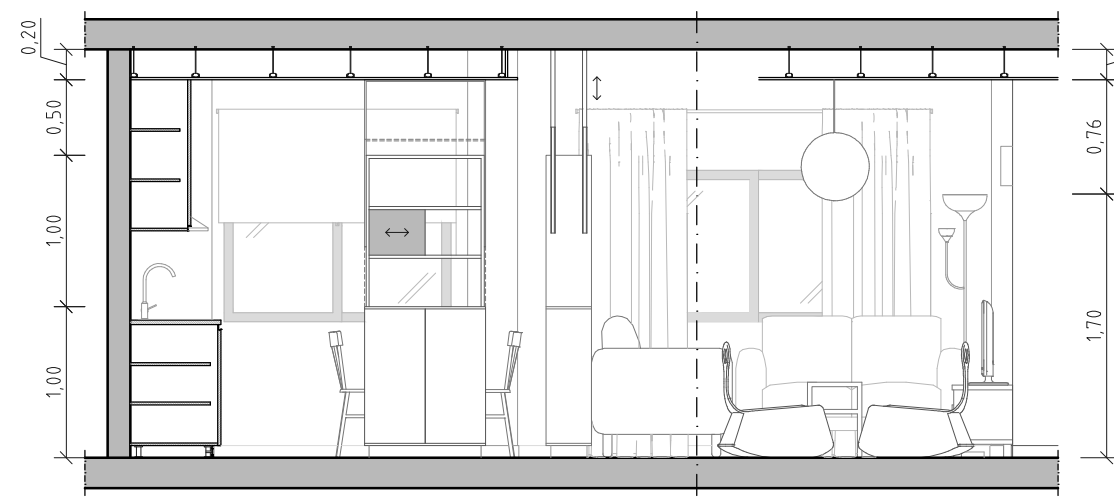
Desenho 004.1
Corte AA'



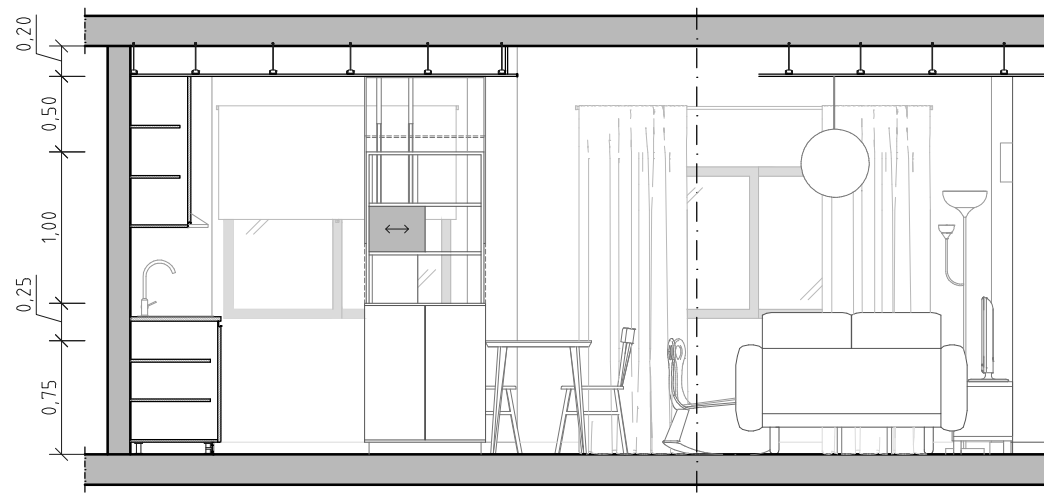
Desenho 004.2
Corte BB'



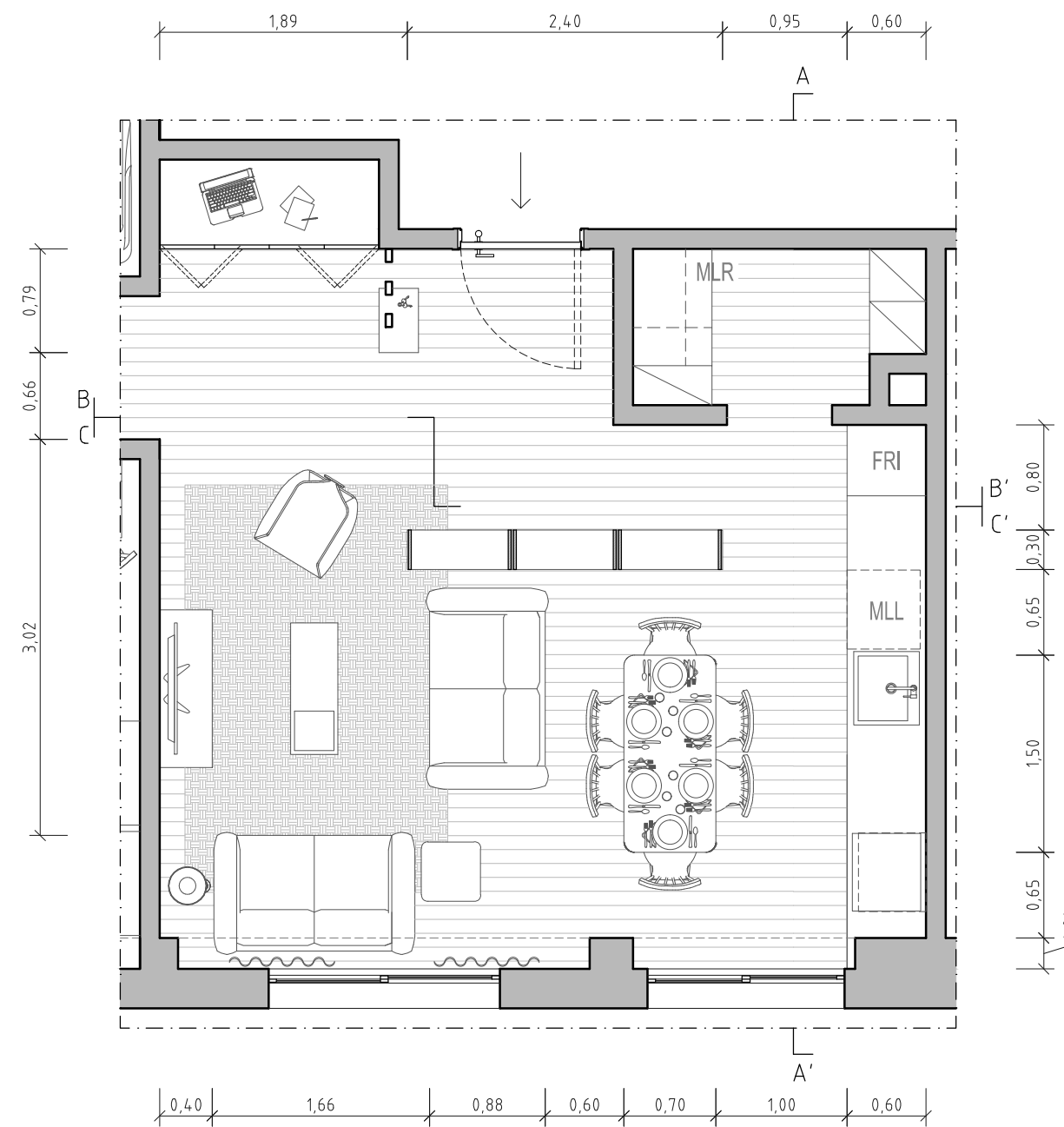
Desenho 004.3
Corte CC' (Fase 1)



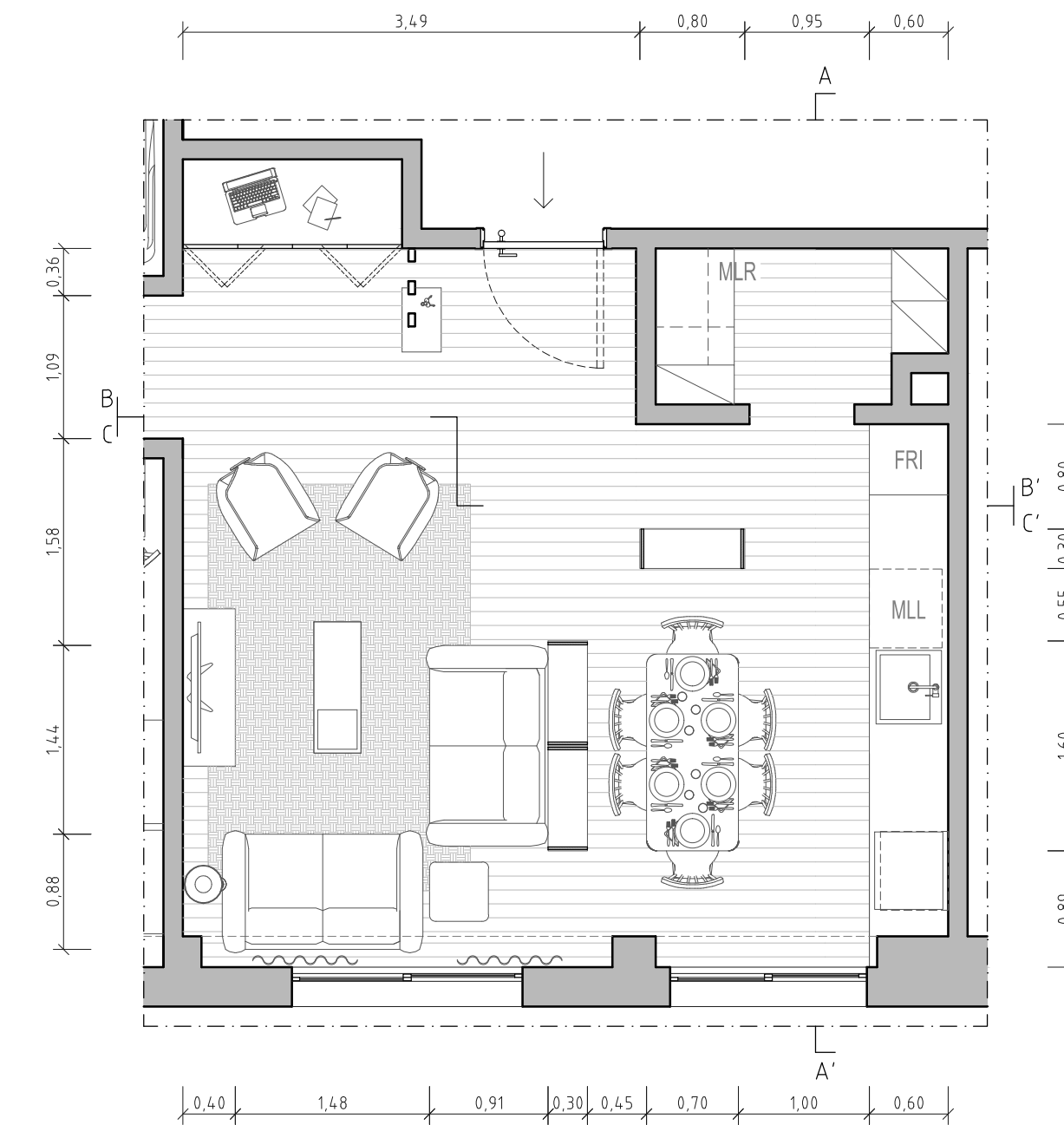
Desenho 004.4
Corte CC' (Fase 2)



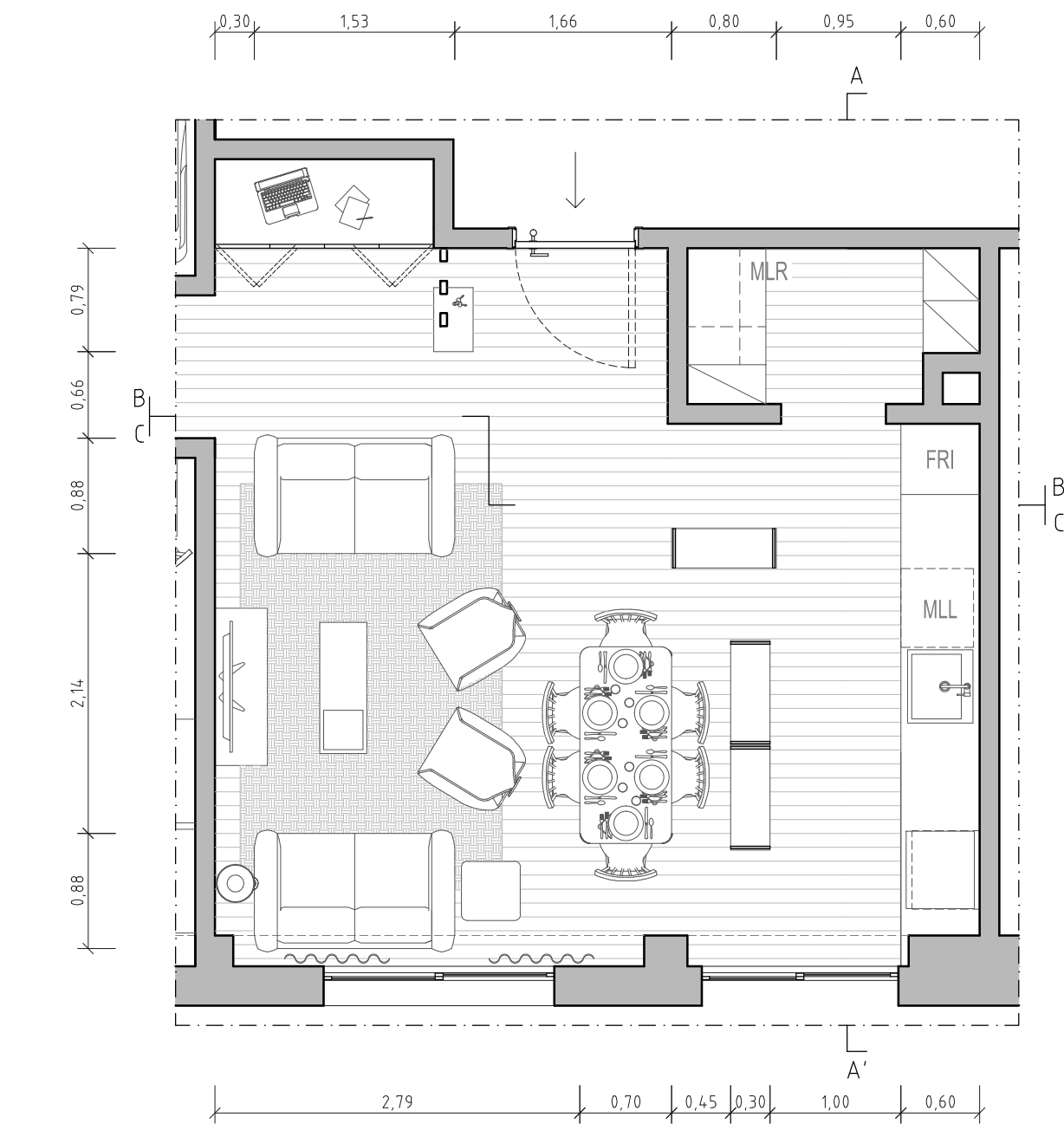
Desenho 004.5
Corte CC' (Fase 3)



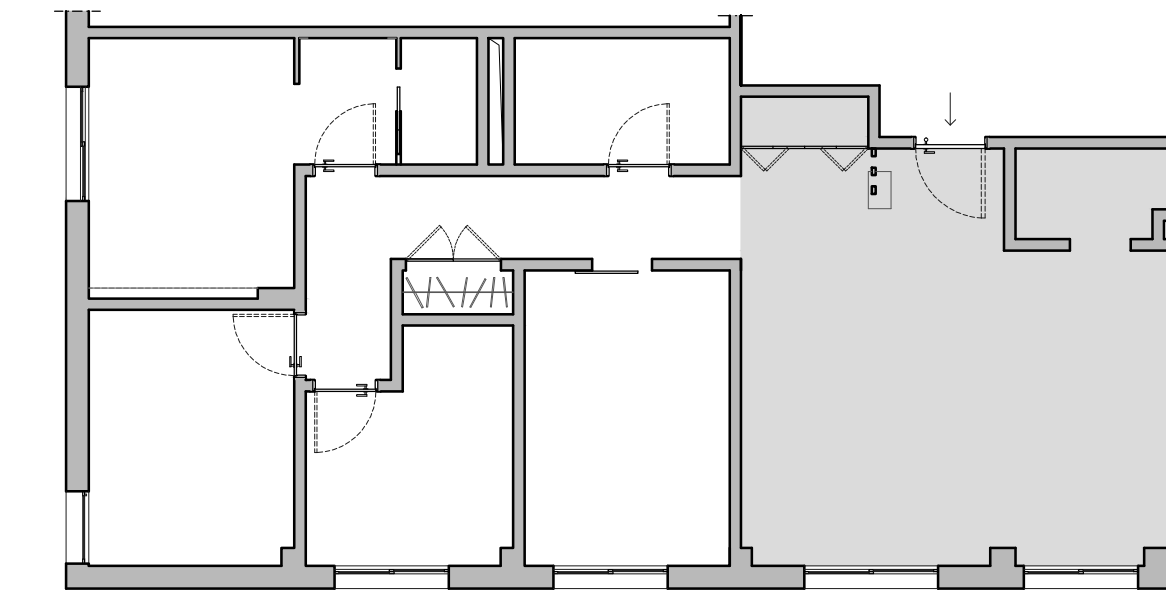
Desenho 004.6
Planta (Fase 1 - relação directa sala | refeições | cozinha)



Desenho 004.7
Planta (Fase 2 - relação directa refeições | cozinha)



Desenho 004.8
Planta (Fase 3 - relação directa refeições | sala)



Planta Geral
S/ escala

PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESIGNO DPP Sala de Estar Sala de Jantar Cozinha Cortes AA' BB' CC'		FASE PROJECTO Proposta	
ESCALA 1:50		DATA Novembro 2017	
UNIDADES Metros		FÓRMATO A3+	
Nº DESENHO 004		PÁGINA 165	

• Quarto de casal •

Na zona dos quartos, contrariamente às salas, a privacidade tem que ser assegurada. Estas divisões libertam a sala da sua função, são espaços próprios onde cada um constrói a marca da sua individualidade. É o ‘meu’ espaço dentro do ‘nosso’ espaço, que é a habitação.

O quarto de casal, por se destinar a um público-alvo adulto, é o único que está liberto de funções como brincar, estudar ou trabalhar. É o espaço de descanso e refúgio do casal, acabando por ser também um espaço de estar. Contudo, numa fase inicial há claramente a necessidade de um berço, permitindo aos pais ficarem perto do bebé por uma questão de segurança.

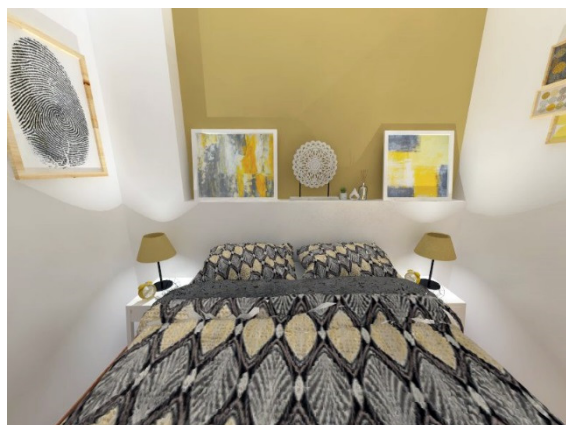
A nível da organização espacial desta divisão, o que se propõe é a criação de um pequeno espaço, na continuidade do roupeiro, que inicialmente funciona como berço. Contudo, quando esta funcionalidade deixar de ser necessária, na terceira fase, o móvel passa a ter a função de assento, criando uma pequena zona de estar.



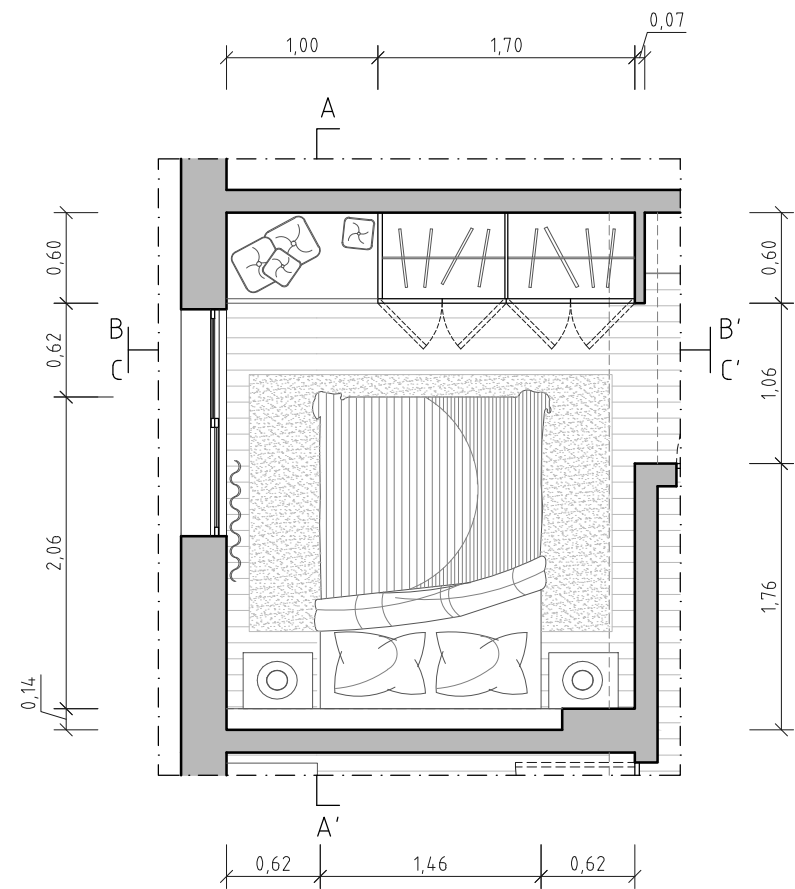
Fotografia 961 | Quarto de Casal
Fonte: Simulação em 3D da autora



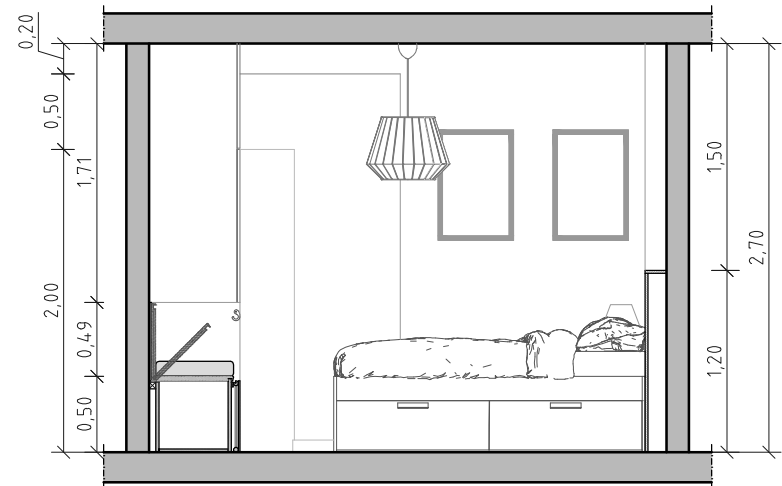
Embora as cores ideais para os quartos sejam as cores frias, que nos acalmam e ajudam a relaxar, as cores quentes também podem ser usadas, desde que sejam aplicadas com alguma cautela, por exemplo em pequenos detalhes de decoração de maneira a não causar agitação. Neste princípio, para este quarto o que se propõe é uma combinação entre o amarelo e o cinza, uma cor quente para tornar o espaço mais acolhedor, e uma cor neutra, para criar um ambiente mais sereno.



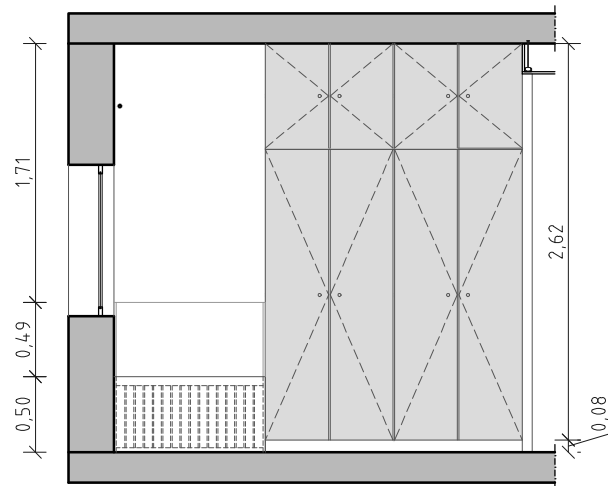
Fotografia 972 | Quarto de Casal
Fonte: Simulação em 3D da autora



Desenho 005.1
Planta



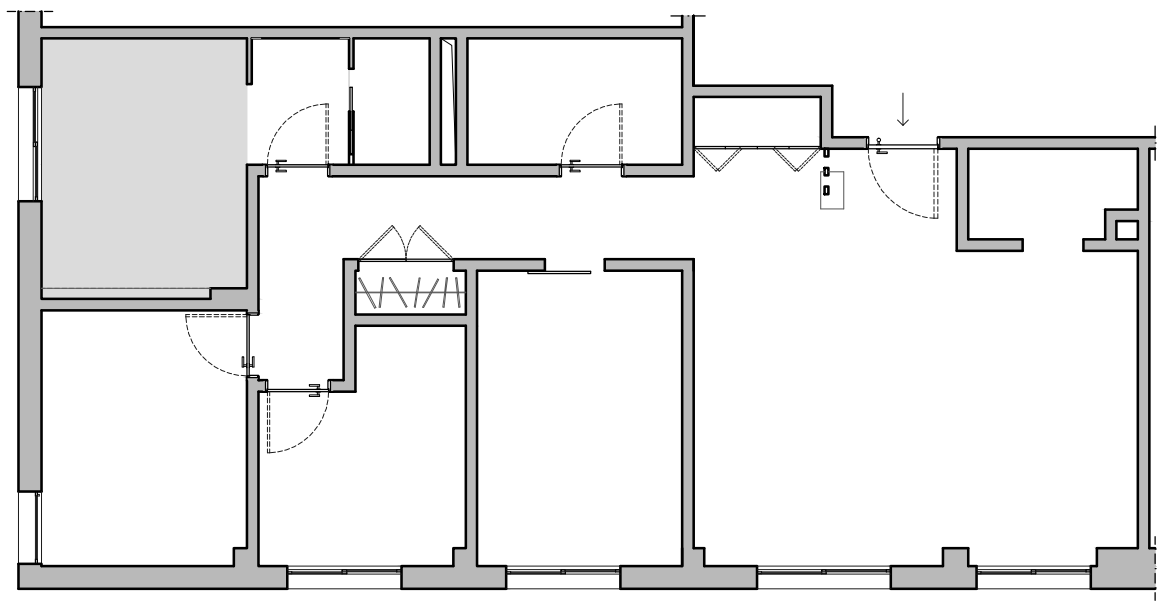
Desenho 005.2
Corte AA'



Desenho 005.3
Corte BB'



Desenho 005.4
Corte CC'



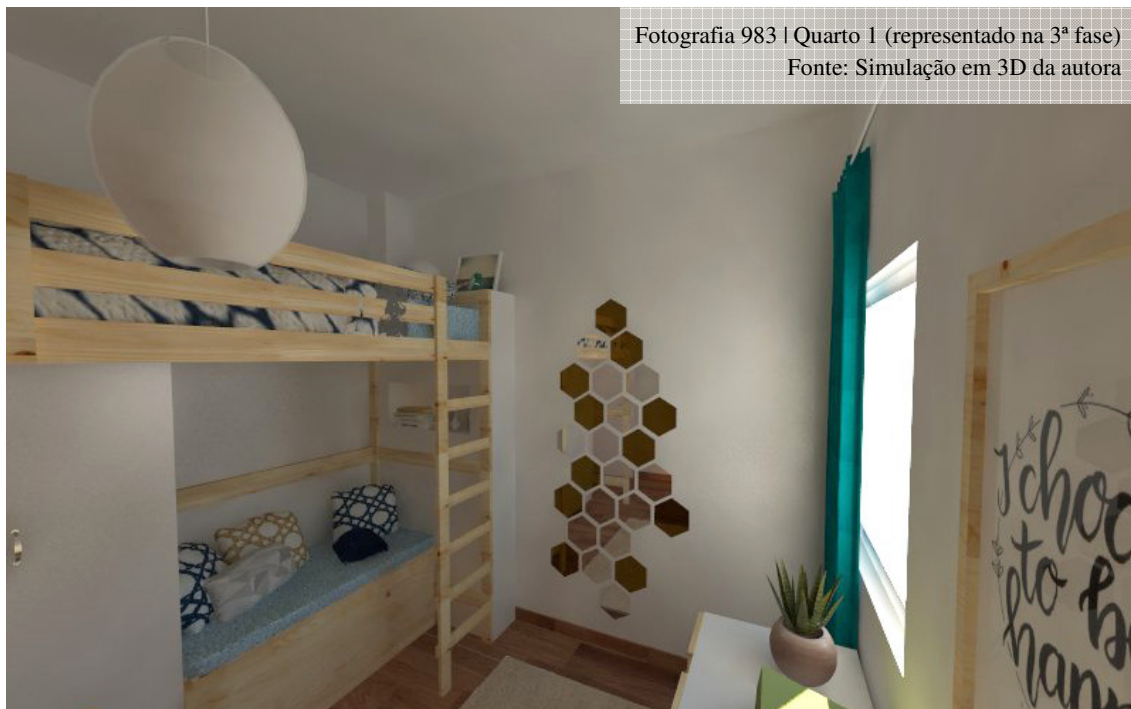
Planta Geral
S/ escala

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas			ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro				
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL			LOCAL Bairro da Boavista	
DESENHO DPP Quarto de Casal Cortes AA' BB' CC'			FASE PROJECTO Proposta	
			DATA Novembro 2017	
ESCALA 1:50	UNIDADE Metros	FORMATO A3+	Nº DESENHO 005	PÁGINA 169

• Quarto 1 •

De maneira a rentabilizar o espaço, neste quarto em particular, foi escolhida uma cama alta. E é precisamente por baixo desta cama que está o roupeiro e ainda um pequeno espaço de estar, semelhante ao do quarto de casal. Porém, este não tem a funcionalidade de berço, mas apenas de arrumação, levantando o tampo, tal como acontece no quarto de casal.

Este quarto pertence ao primeiro filho do casal, que, por ser mais velho, tem idade para poder usufruir de uma cama alta e assim se mantém durante a fase seguinte. Para mesa de cabeceira foi criado uma espécie de murete que sobe à altura da cama. Neste murete foi também criado um nicho que possibilita a arrumação de livros para a zona de estar.

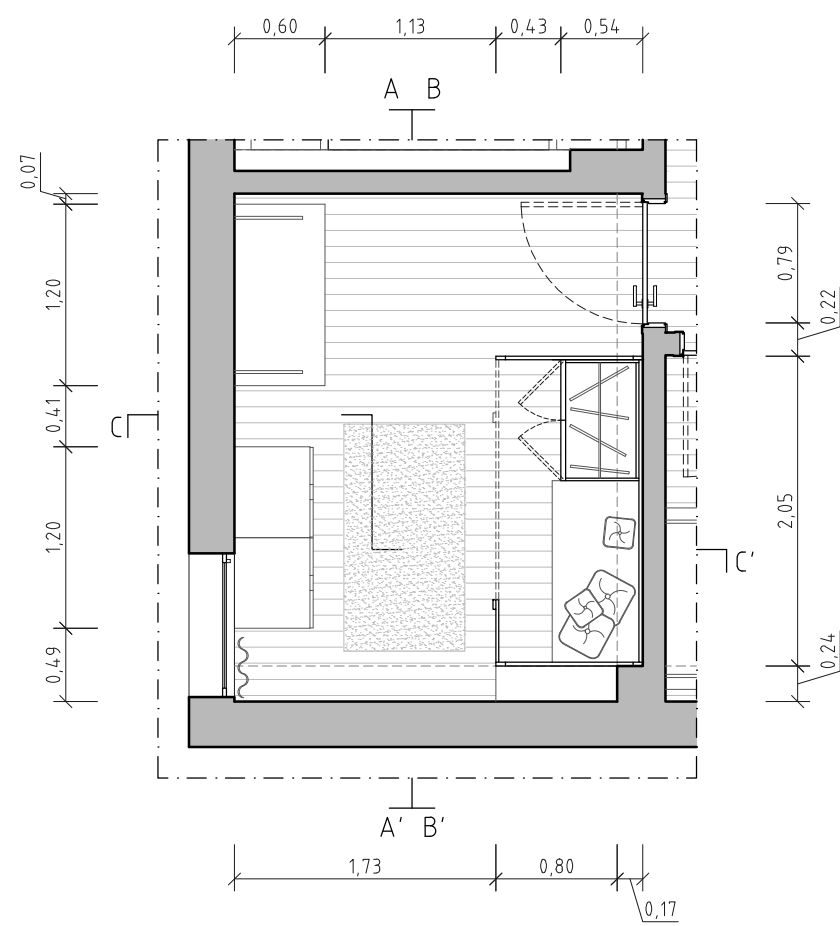


Os quartos dos filhos apesar de terem as funções comuns como dormir e descansar, recebem outras actividades como brincar e mais tarde estudar. Neste princípio, é proposta uma estante que oferece a possibilidade de brincar com as alturas das prateleiras adaptando-se às necessidades da criança / adolescente.

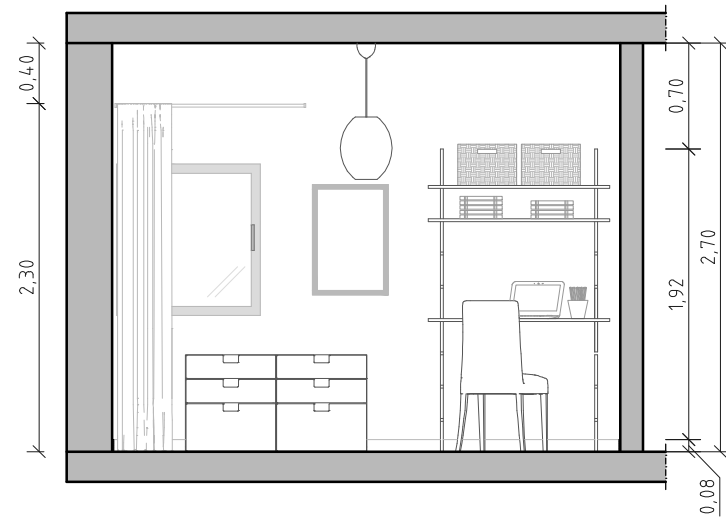
Para os quartos de criança, as cores aconselhadas diferem, por norma, conforme o sexo e a idade da criança. Contudo, tendo em conta que a máxima deste projecto é durabilidade e adaptabilidade ao núcleo familiar, não se poderia optar por cores que limitassem o espaço a rapaz ou rapariga. Como tal, as cores propostas, para ambos os quartos, adaptam-se a ambos os sexos, optando-se por um azul marinho, que por ser uma cor fria transmite estabilidade, serenidade e paz, que simboliza o bem-estar, a esperança e o equilíbrio, oferecendo um ambiente sereno e jovial.



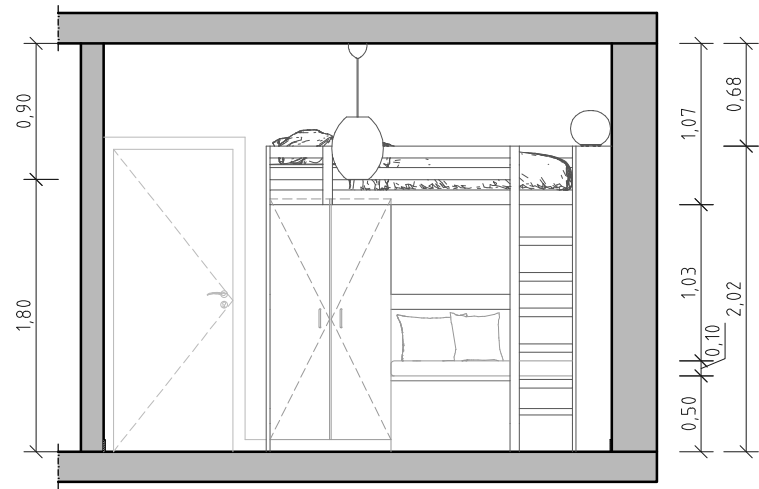
Fotografia 994 | Quarto 1 (representado na 3ª fase)
Fonte: Simulação em 3D da autora



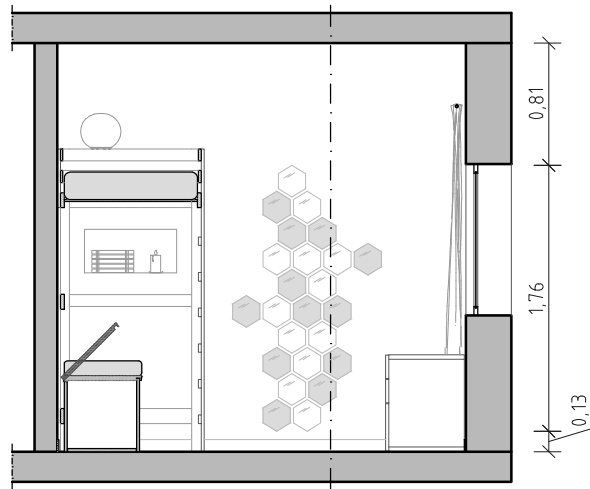
Desenho 006.1
Planta



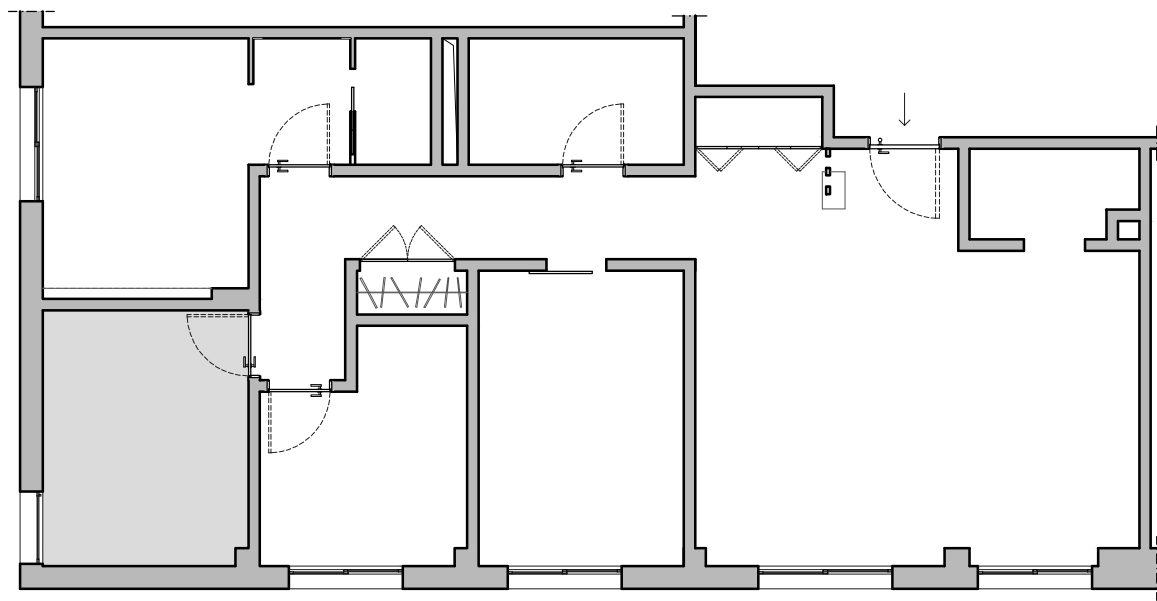
Desenho 006.2
Corte AA'



Desenho 006.3
Corte BB'



Desenho 006.4
Corte CC'



Planta Geral
S/ escala

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA		Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO	ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO	DPP Quarto 1 Cortes AA' BB' CC'		FASE PROJECTO Proposta
ESCALA	1:50	UNIDADE Metros	FORMATO A3+
Nº DESENHO 006		DATA Novembro 2017	
		PÁGINA 173	

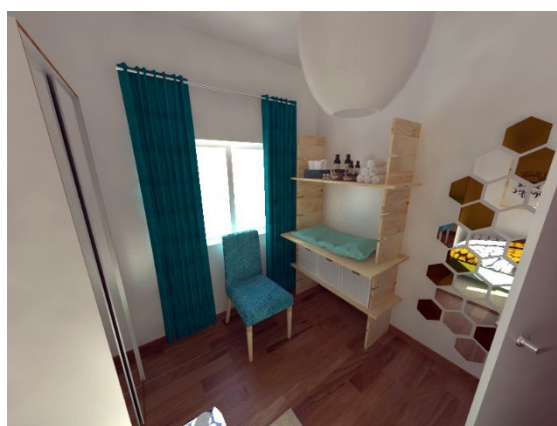
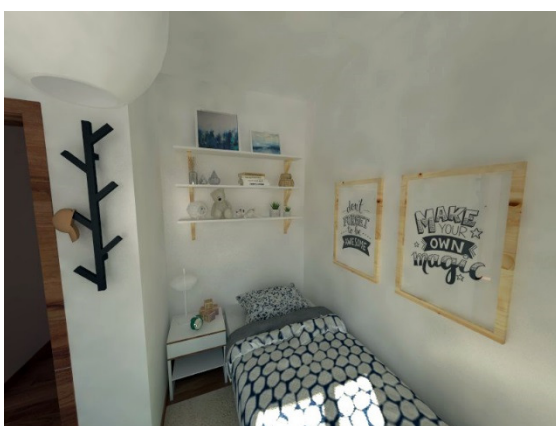
• Quarto 2 •

Atribuído ao segundo filho do casal, este quarto é usado, numa primeira fase, como quarto do bebé. Apesar do berço se encontrar no quarto de casal, é preciso uma divisão onde estejam guardadas as roupas e onde se possa tratar do bebé. Este quando crescer e deixar de dormir no berço passa finalmente para este quarto – segunda fase.

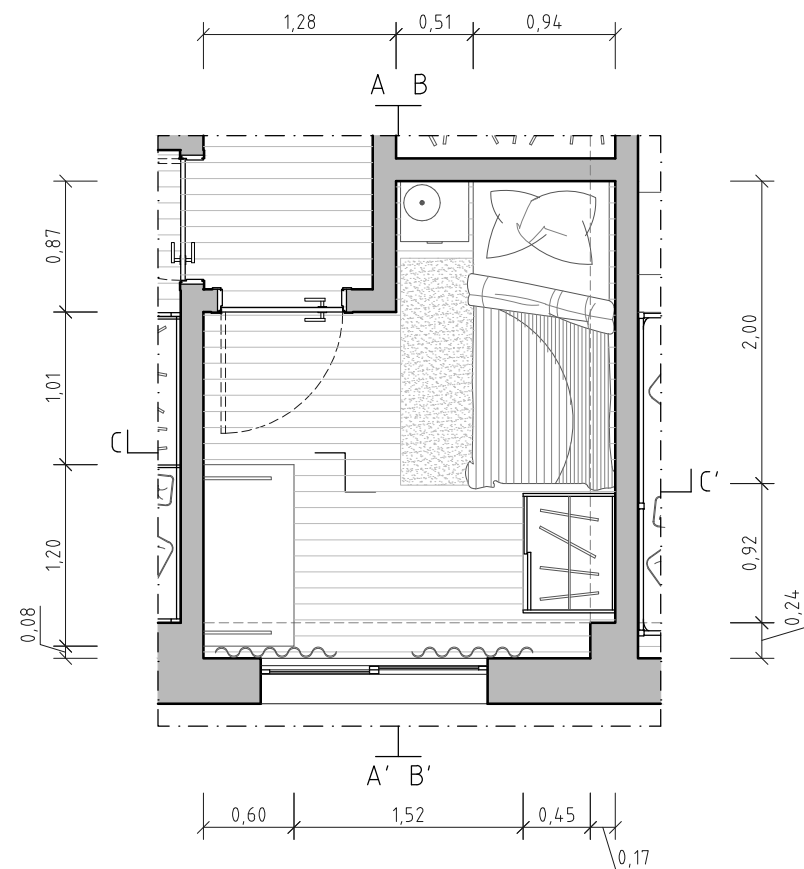
Partindo do princípio que as necessidades do quarto 1 e 2 são as mesmas, por terem um público-alvo mais jovem em fase de crescimento, são usadas estantes iguais em ambos os quartos, permitindo serem adaptadas conforme o crescimento. Relativamente à cama, neste caso, optou-se por uma cama baixa, por uma questão de segurança, tendo em conta a pouca idade da criança.



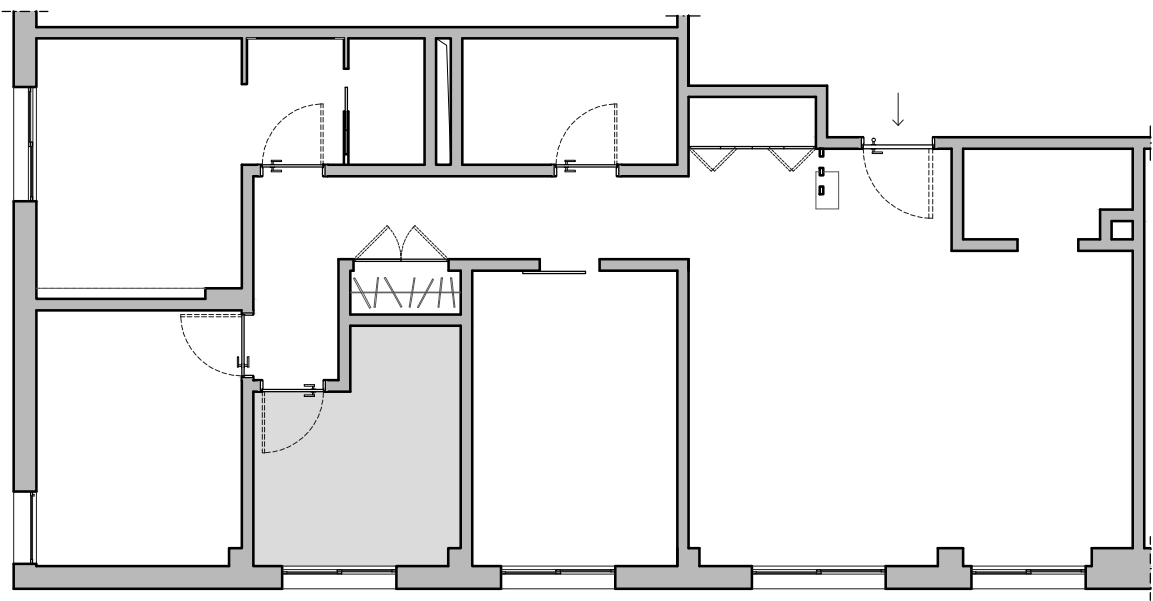
Fotografia 1005 | Quarto 2 (representado na 1ª fase)
Fonte: Simulação em 3D da autora



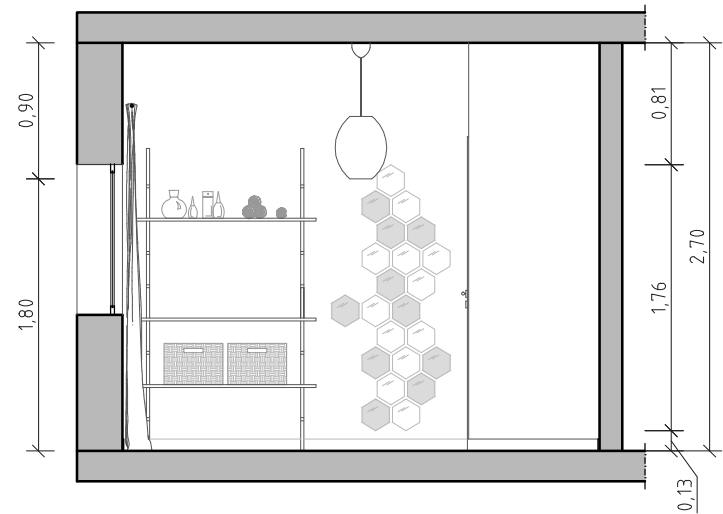
Fotografia 1016 | Quarto 2 (representado na 1ª fase)
Fonte: Simulação em 3D da autora



Desenho 007.1
Planta



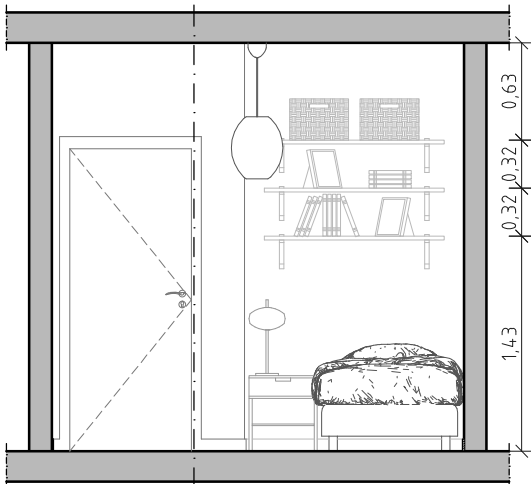
Planta Geral
S/ escala



Desenho 007.2
Corte AA'



Desenho 007.3
Corte BB'



Desenho 007.4
Corte CC'

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA		Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO	ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO	DPP Quarto 2 Cortes AA' BB' CC'		FASE PROJECTO Proposta
ESCALA	1:50	UNIDADE Metros	FORMATO A3+
Nº DESENHO 007		DATA Novembro 2017	
		PÁGINA 177	

• Quarto 3 •

Este é o quarto do(a) avô(ó), que funciona quase como um espaço auto suficiente, ou seja, é composto por uma zona de dormir / de estar e uma zona de trabalho. A cama proposta para esta divisão é quase como que um sofá cama, podendo até mesmo ser um, fazendo com que a zona de dormir rapidamente se transforme numa zona de estar, funcionando como uma espécie de sala de dia.

O espaço de trabalho nesta divisão funciona mais como um complemento, em vez de ter de se deslocar até à sala para ter um espaço onde escrever, tem o seu próprio ‘escritório’ onde pode organizar todos os seus documentos.

Tendo em conta que esta é uma divisão para uma pessoa mais idosa, esta tem a possibilidade de se refugiar no seu espaço, como se tivesse uma sala própria para estar mais à vontade. Relativamente às cores utilizadas, optou-se também por uma combinação entre o amarelo e o cinza, tal como no quarto de casal, oferecendo um ambiente mais acolhedor.

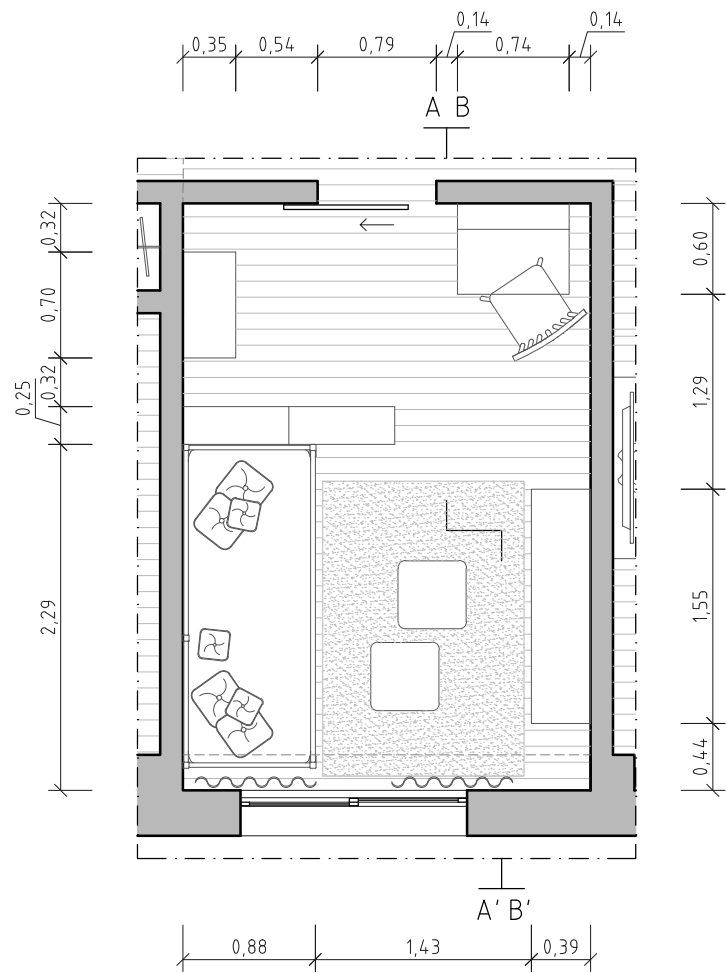


Fotografia 1027 | Quarto 3

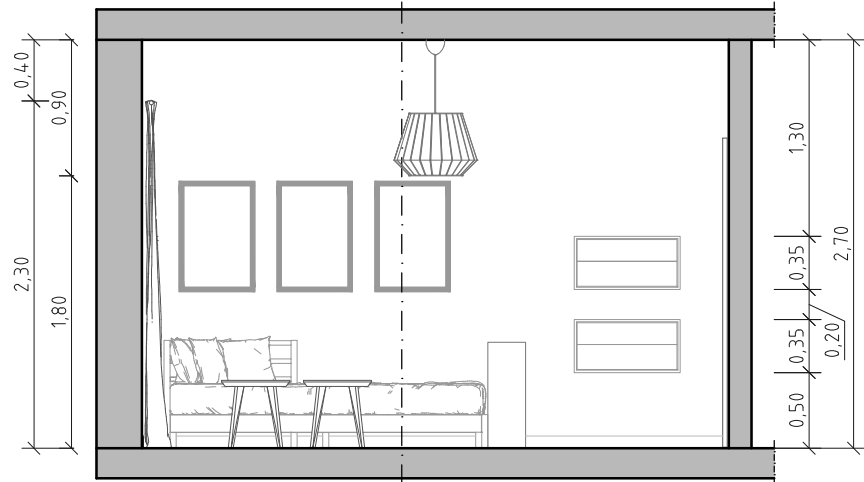
Fonte: Simulação em 3D da autora



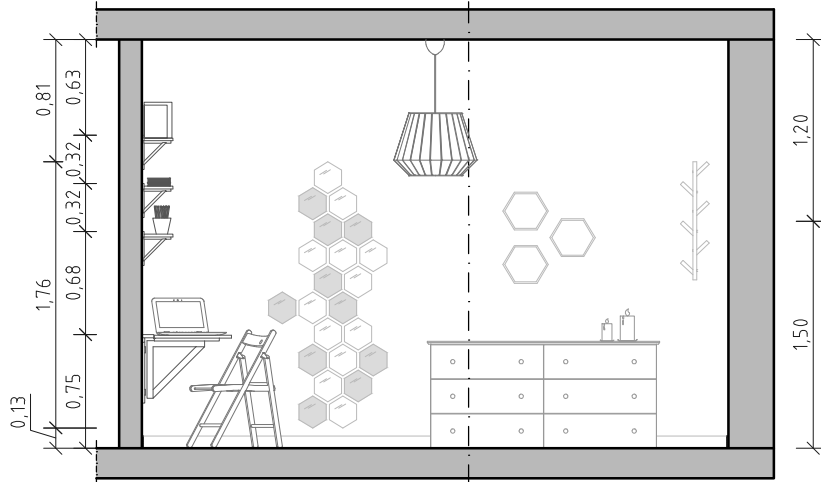
Fotografia 1038 | Quarto 3
Fonte: Simulação em 3D da autora



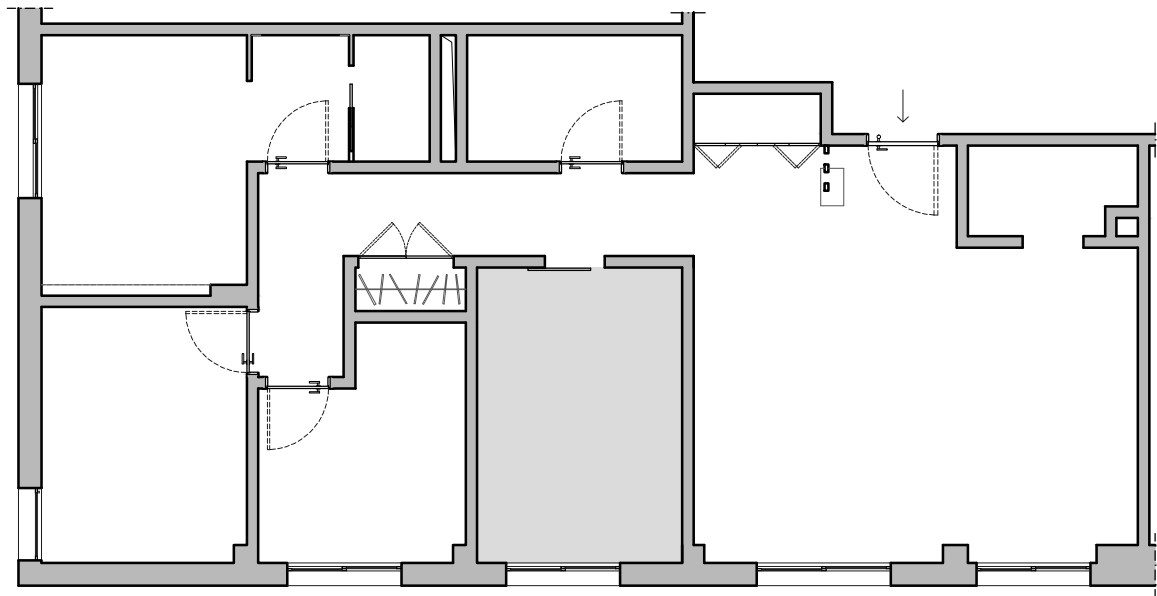
Desenho 008.1
Planta



Desenho 008.2
Corte AA'



Desenho 008.3
Corte BB'

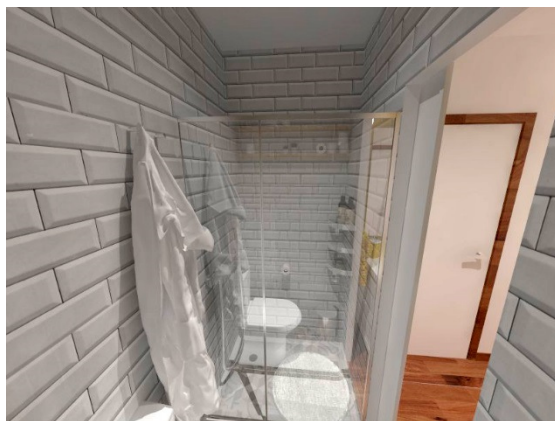
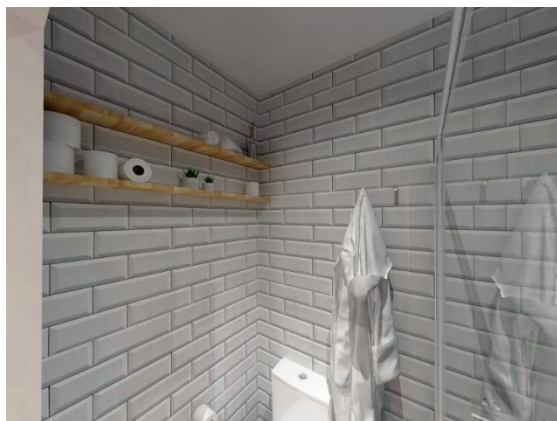
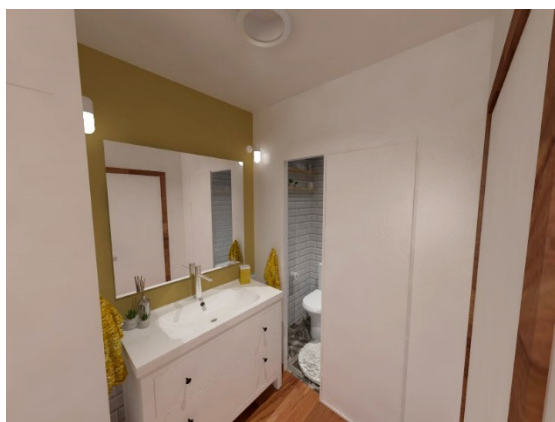
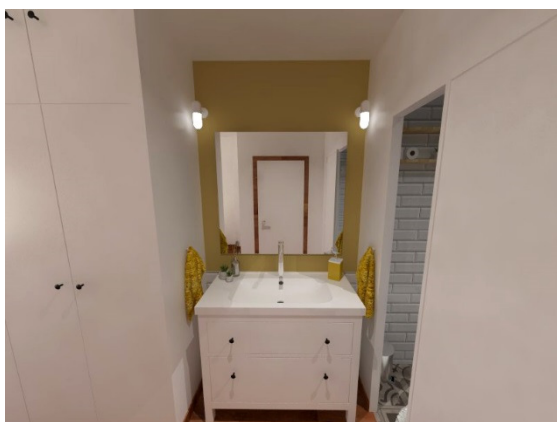


Planta Geral
S/ escala

FUNDACÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas			ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro				
PROJECTO	ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL	Bairro da Boavista
DESENHO	DPP Quarto 3 Cortes AA' BB'		FASE PROJECTO	Proposta
			DATA	Novembro 2017
ESCALA	1:50	UNIDADE	Metros	FORMATO A3+
			Nº DESENHO 008	PÁGINA 181

• Instalações Sanitárias •

Apesar de serem espaços de serviço, acabam por ser simultaneamente espaços privados, não só por serem usados maioritariamente pelos moradores, mas por ser o espaço onde cada um tem a sua higiene pessoal. Neste princípio, e tendo em conta que existem duas casas de banho nesta habitação, uma delas foi pensada de maneira a ser usada exclusivamente pelo casal, compondo assim uma suite. Assim sendo, a entrada para esta divisão é feita por uma antecâmara, que, por sua vez, dá acesso ao quarto e à casa de banho. Nesta antecâmara, pelo espaço reduzido, é onde se localiza o lavatório. Porém, optou-se por utilizar uma cómoda com lavatório encastrado, num estilo característico de quarto e não de casa de banho, de maneira a que não se perceba directamente que é uma zona de lavatório.

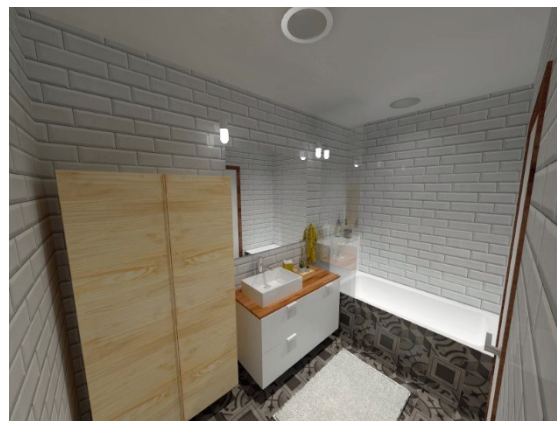
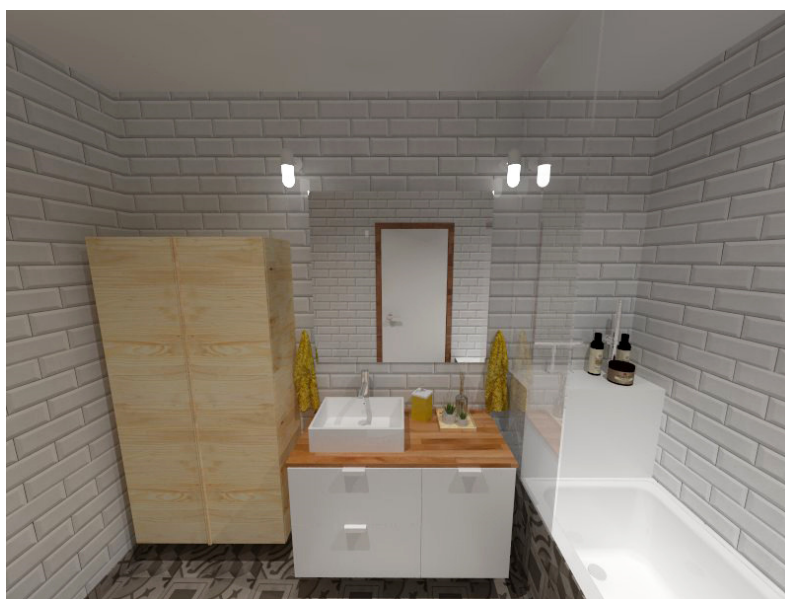


Fotografia 1049 | Instalação Sanitária (privada)
Fonte: Simulação em 3D da autora

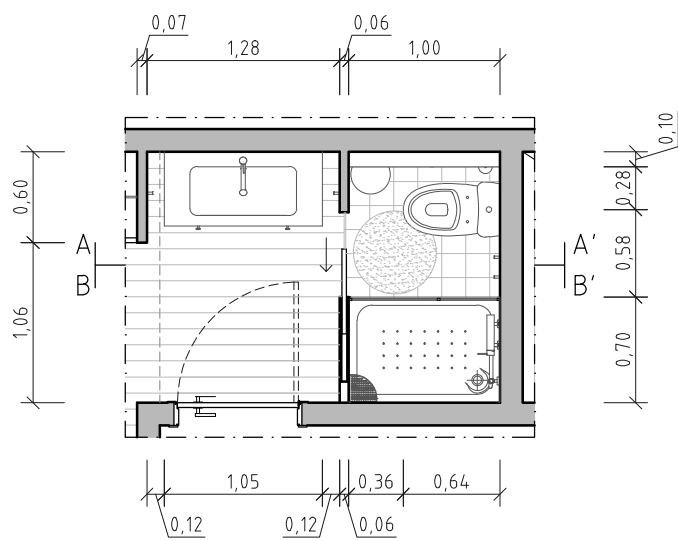
A outra casa de banho, para além de ser usada pelos restantes membros da família – filhos e avô(ó) – é também destinada a possíveis visitas. Tendo em conta que são espaços que necessitam de bastante arrumação, optou-se pela utilização de móveis altos de parede, com linhas contemporâneas, que permitissem manter esta divisão organizada e arrumada.

Para as áreas de serviço, estando estas associadas a um ideal de limpeza e higiene, regra geral, opta-se pela aplicação de cores claras, tais como tons pastel, que ajudam também a iluminar estas divisões. Para as casas de banho do projecto optou-se por uma combinação entre o branco e a utilização de madeiras, criando um ambiente elegante e acolhedor.

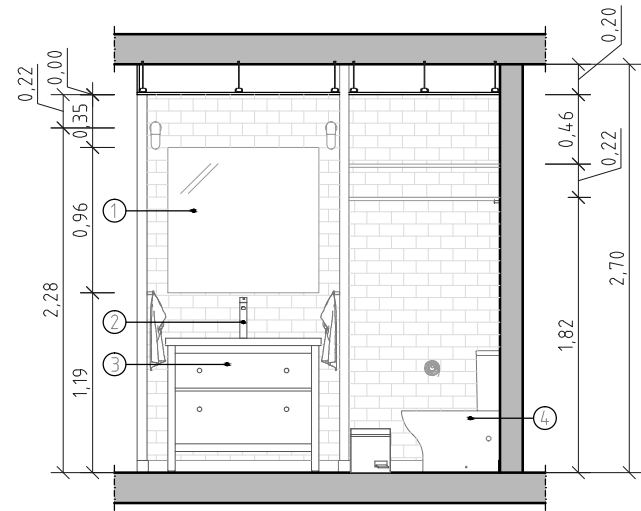
Relativamente aos tectos, optou-se pela aplicação de tecto falso permitindo a utilização de iluminação encastrada, por ser a mais indicada para estas divisões.



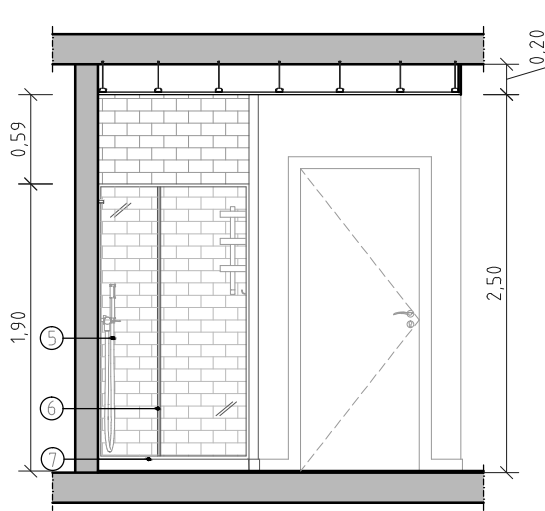
Fotografia 1050 | Instalação Sanitária (social)
Fonte: Simulação em 3D da autora



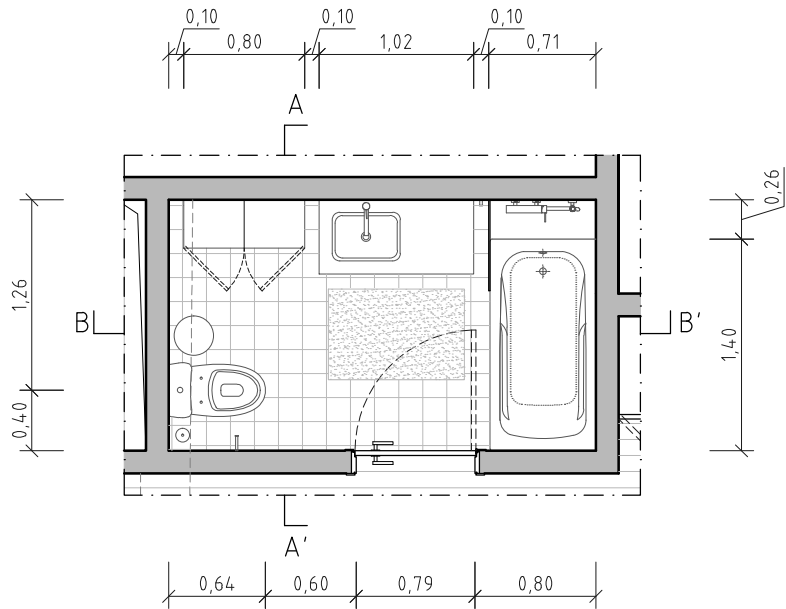
Desenho 009.1
Planta I.S. Privada



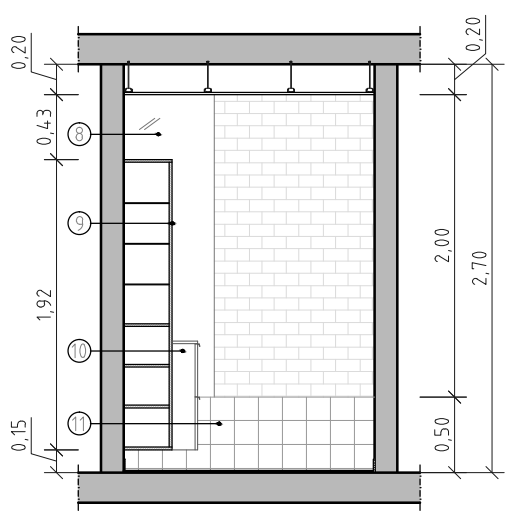
Desenho 009.3
Corte AA' (I.S. Privada)



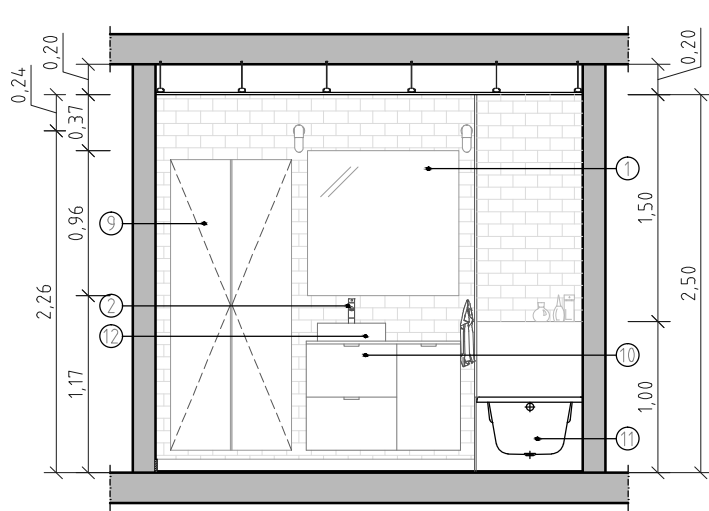
Desenho 009.4
Corte BB' (I.S. Privada)



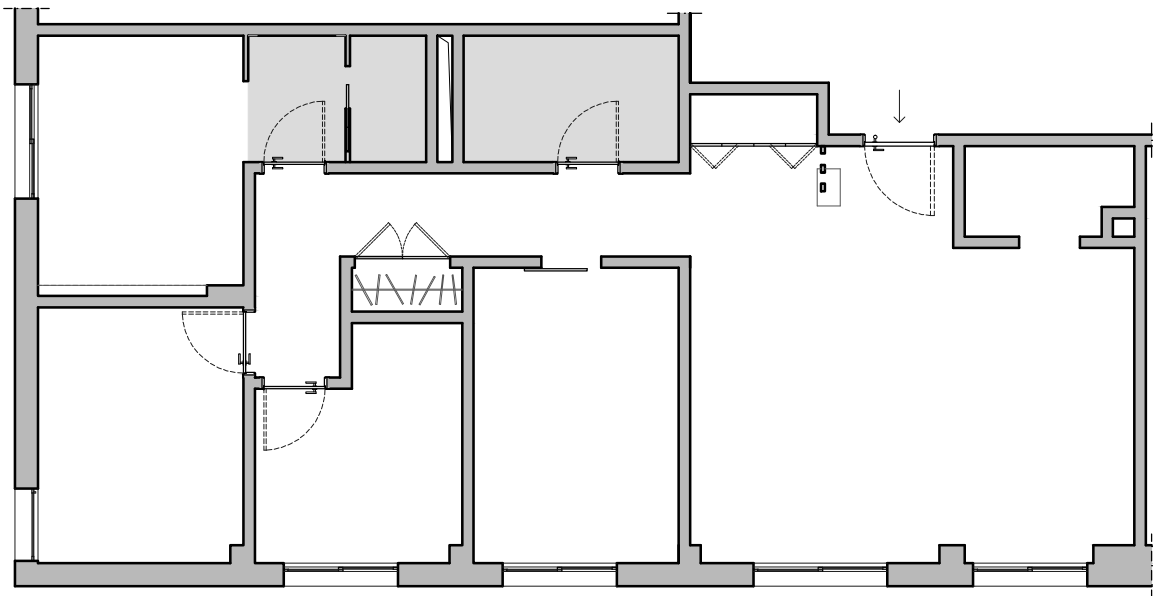
Desenho 009.2
Planta I.S. Social



Desenho 009.5
Corte AA' (I.S. Social)



Desenho 009.6
Corte BB' (I.S. Social)



Planta Geral
S/ escala

LEGENDA DE EQUIPAMENTO

- ① Espelho Godmorgon 100x96 cm, ref. 901.491.29, IKEA
- ② Monocomando de cano alto para lavatório, 25 cm, ref. TUNICL2501M0, SANITANA
- ③ Armário p/ lavatório c/ 2 gavetas, branco Hennes/Odensvik, ref. 499.031.06, IKEA
- ④ Sanita compacta BTW Pop Art, ref. PPSC4TE, SANITANA
- ⑤ Chuveiro de mão minimal circular, ref. TCMMRL01M0, SANITANA
- ⑥ Divisória de chuveiro entre paredes Step, SANITANA
- ⑦ Base de chuveiro de pousar Esfera, 100x70x8 cm, ref. B10070EFC5, SANITANA
- ⑧ Divisória em vidro
- ⑨ Armário alto Godmorgon, ref. 603.440.71, IKEA
- ⑩ Armário com lavatório 45x32 cm, branco e bambu, ref. 692.085.16, IKEA
- ⑪ Banheira Pacific 170x75 cm, ref. B17075PCN, SANITANA
- ⑫ Lavatório p/ bancada branco, ref. 303.589.36, IKEA

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORIA		Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO	ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO	DPP Instalações Sanitárias Cortes AA' BB' (IS Privada) Cortes AA' BB' (IS Social)		FASE PROJECTO Proposta
		DATA Novembro 2017	
ESCALA	1:50	UNIDADE	Metros
		FORMATO	A3+
		Nº DESENHO	009
		PÁGINA	185

Estudo do mobiliário

Partindo da análise dos espaços e ambientes propostos para o andar modelo percebe-se como é possível uma revitalização da habitação ao longo do tempo através do mobiliário. Permitindo alterações conforme a organização interna da célula familiar e as respectivas necessidades de cada elemento, criando uma interacção com o próprio espaço.

Estas necessidades estão também relacionadas com o problema das dimensões reduzidas que caracterizam este parque habitacional. Assim surge a necessidade de economização e organização espacial, conseguida não só através do equipamento integrado, mas também pela criação de sistemas flexíveis no próprio mobiliário. O resultado final é a criação de espaços sustentáveis, funcionais, práticos e, acima de tudo, polivalentes preparados para necessidades futuras.

Porém, ao projectar elementos temporários é necessário ter em conta a forma como estão ligados com o pavimento e o tecto, permitindo uma simples e funcional alteração do ambiente.

• Móvel de Conter | Divisória •

Na sala de estar, jantar e cozinha, a demarcação dos espaços é feita visualmente através de um conjunto de três móveis de conter iguais, que podem ser agrupados ou desagrupados conforme o resultado pretendido. Deste modo, foram criadas três peças, que, apesar de funcionarem como um conjunto, são peças autónomas, funcionais e flexíveis, que podem ser transportadas pelo espaço e quando dispostas lado a lado fixas umas às outras oferecendo uma maior estabilidade a todo o conjunto.

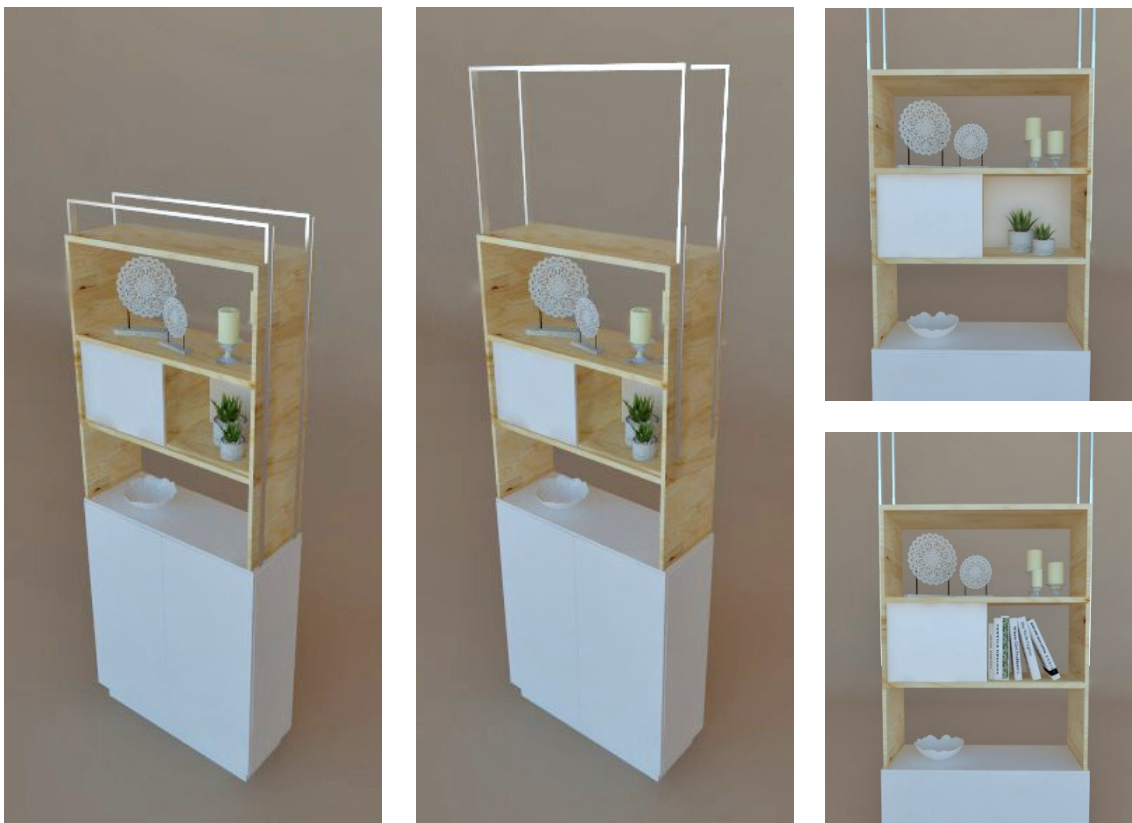
São peças com linhas rectas, compostas por uma estrutura fixa e duas superiores extensíveis, que permitem aumentar a altura de maneira a serem fixas ao tecto, por uma questão de segurança, visto serem elementos centrais e não estarem encostadas à parede.

A estrutura fixa destes móveis é dividida em três partes, o módulo inferior trata-se de um armário fechado que oferece arrumação extra à cozinha. O módulo superior, composto por várias prateleiras e um passa-pratos, útil para quando esta peça divide a cozinha da sala de jantar. Nas outras fases, pode funcionar apenas como uma prateleira. Foi ainda criado um pequeno bloco, entre prateleiras, com portas de correr de ambos os

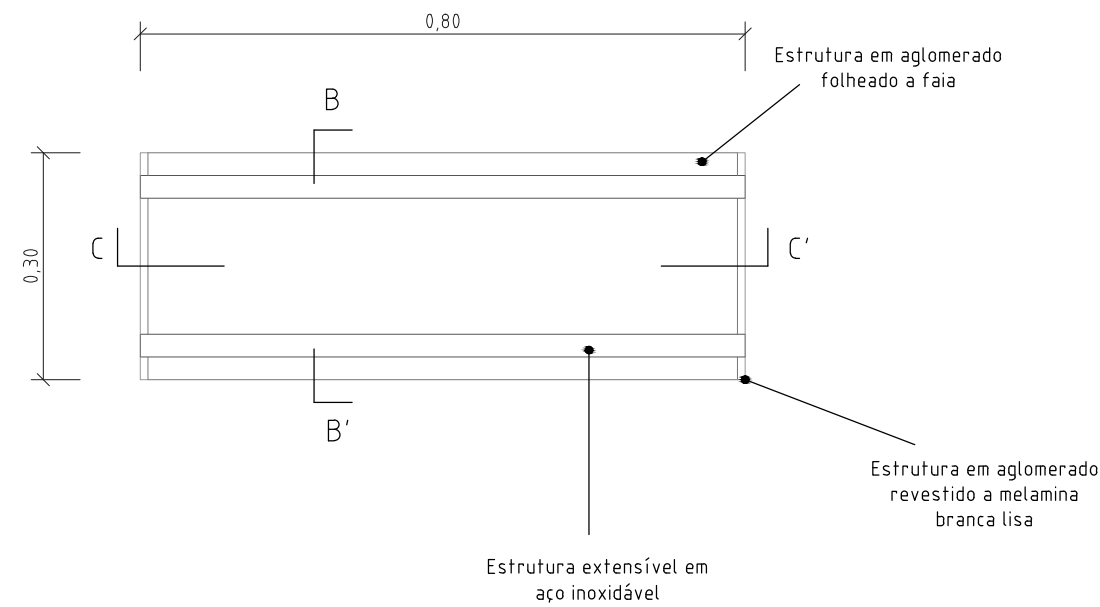
lados, com o propósito de oferecer uma pequena arrumação, no caso de ambas as portas estarem do mesmo lado, caso estejam em lados opostos – esquerdo / direito – funcionam como duas prateleiras com fundos alternados, quase como o negativo uma da outra.

Esta peça tem como função principal a divisão do espaço, daí a parte superior ser vazada para não fechar totalmente o espaço, mantendo sempre a ideia de *open space*. A mobilidade desta peça oferece a possibilidade de adaptar estas divisões ao crescimento dos membros do agregado familiar.

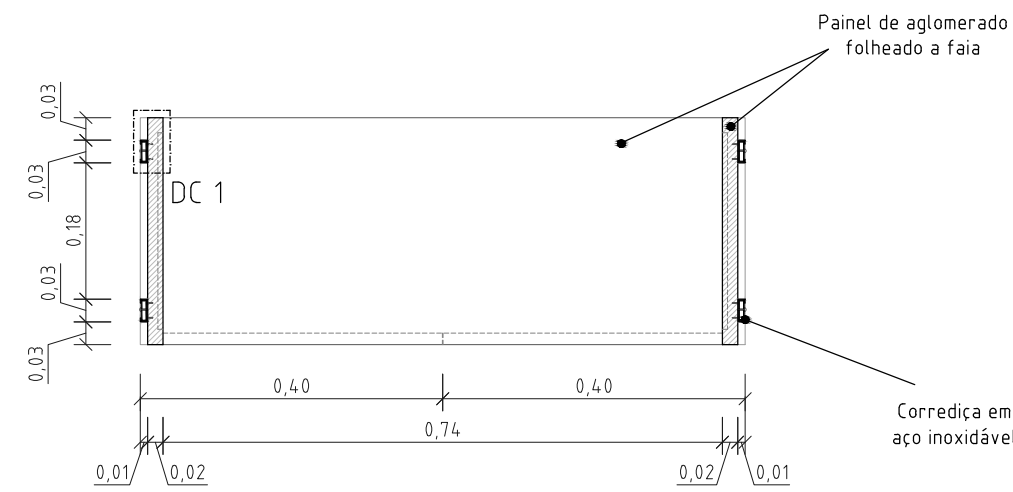
Relativamente aos materiais, optou-se pelo aglomerado de madeira revestido a melamina branca lisa e folheado a faia, mantendo o mesmo registo do ambiente do *open space*.



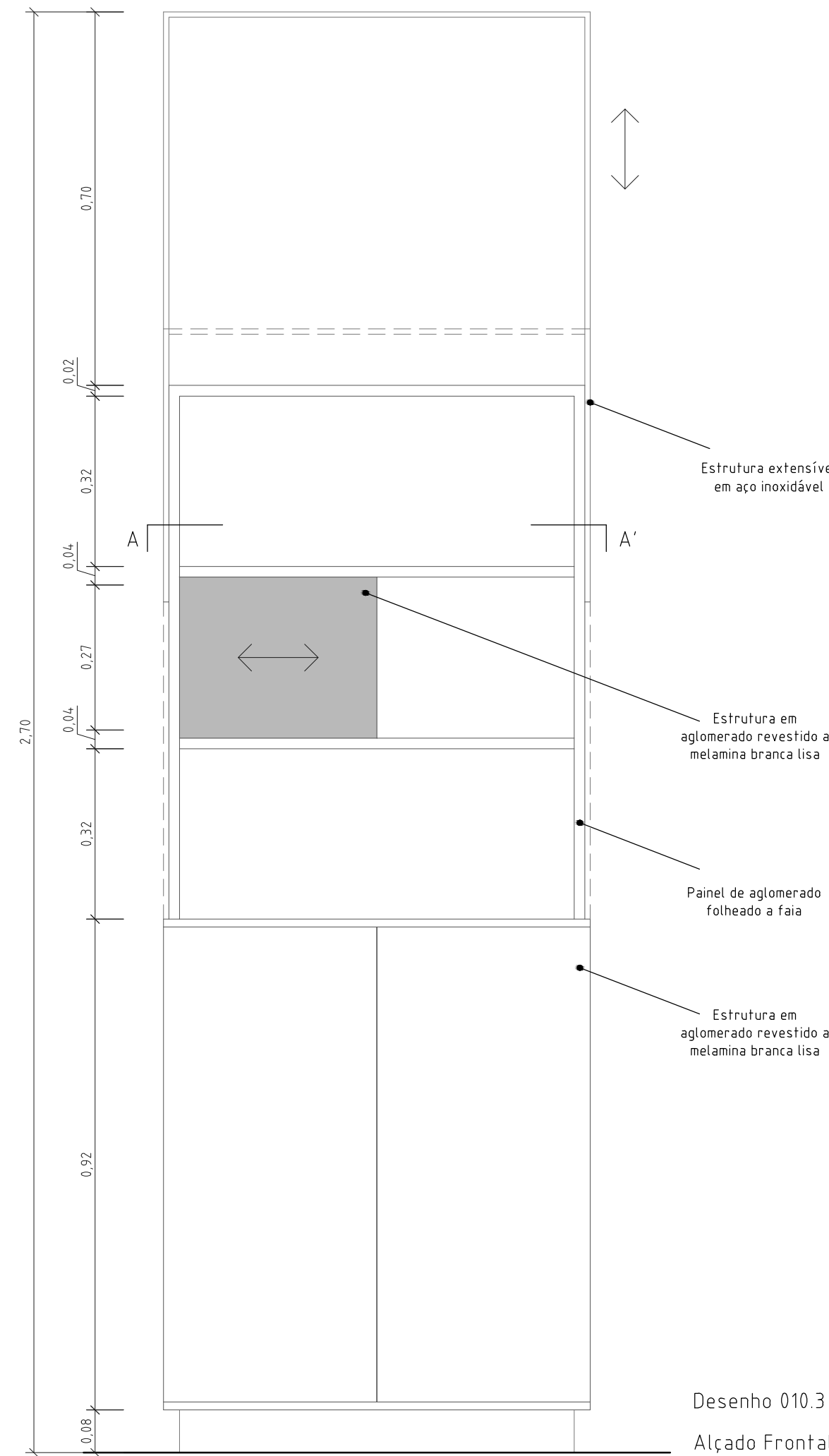
Fotografia 1061 | Móvel de Conter | Divisória
Fonte: Simulação em 3D da autora



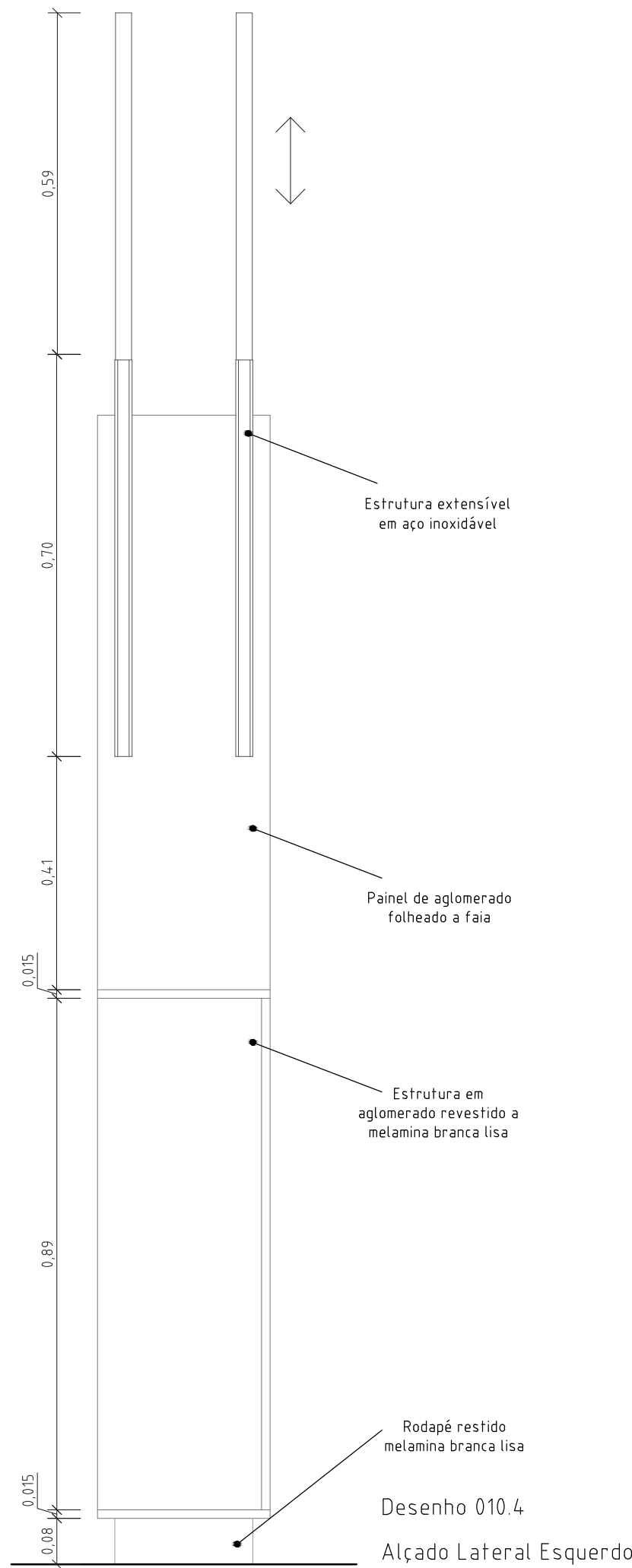
Desenho 010.1
Planta



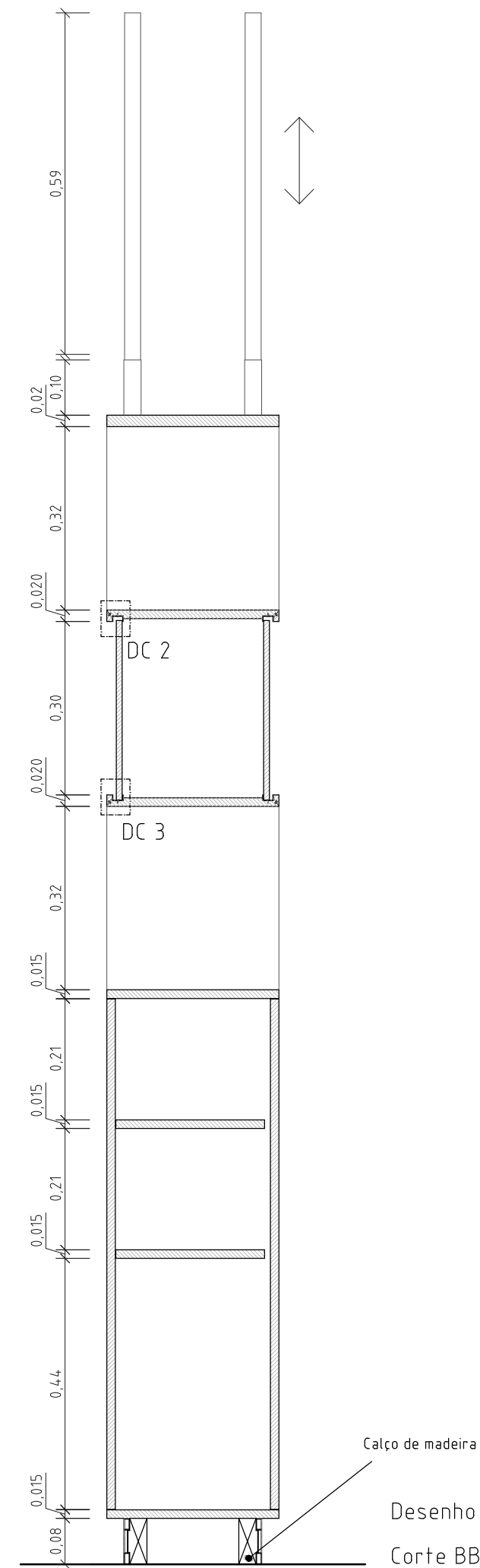
Desenho 010.2
Corte AA'



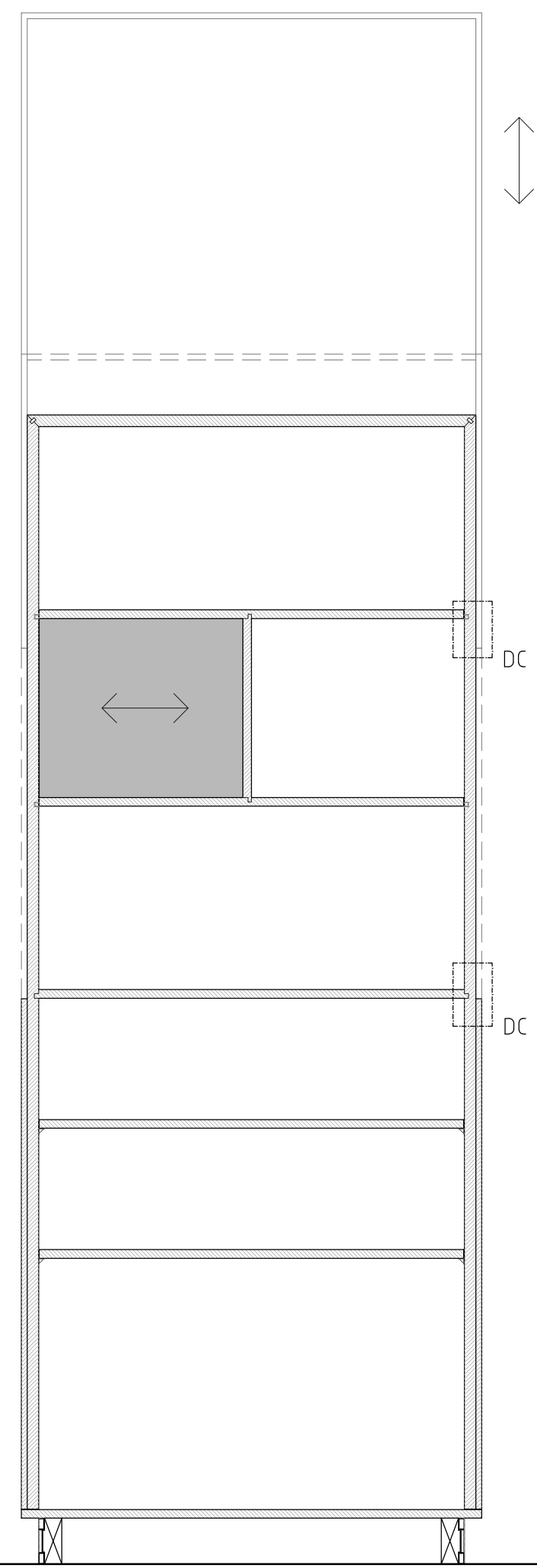
Desenho 010.3
Alçado Frontal



Desenho 010.4
Alçado Lateral Esquerdo

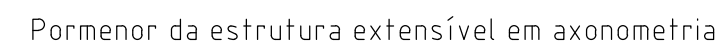
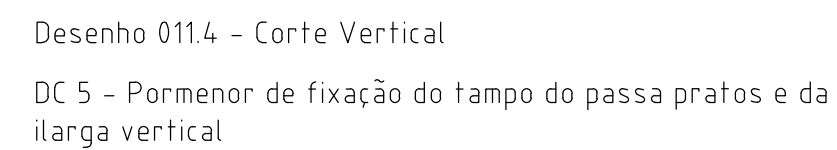
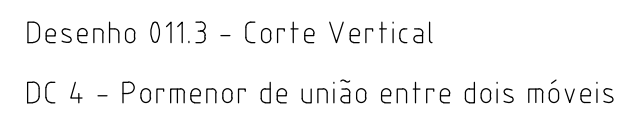
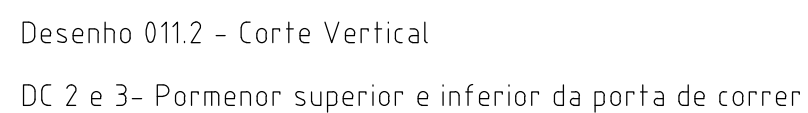


Desenho 010.5
Corte BB'



Desenho 010.6
Corte CC'

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESA Escola Superior de Artes Decorativas			ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro		
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL			LOCAL Bairro da Boavista		
DESENHO Móvel de Conter Divisória			FASE PROJECTO Proposta		
ESCALA 1:10			DATA Novembro 2017		
UNIDADE Metros			FOLHETO A3+		
Nº DESENHO 010			PÁGINA 189		



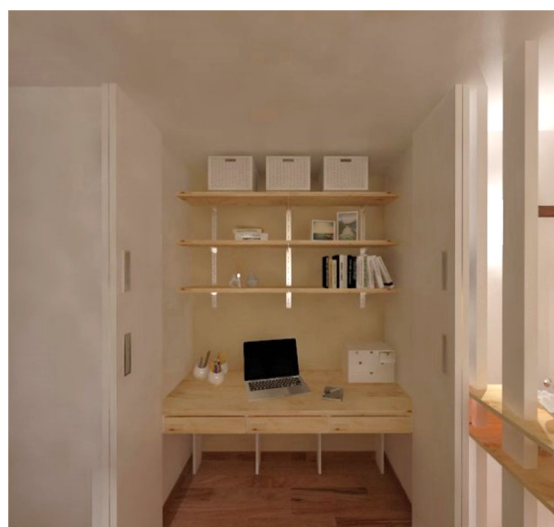
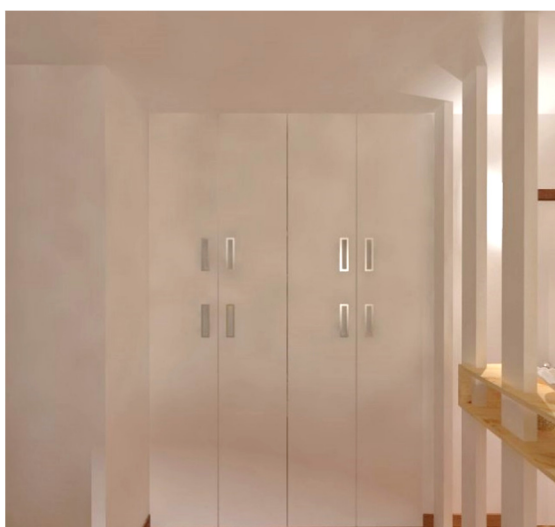
 FUNDAÇÃO Ricardo de Espírito Santo Silva. ESAA Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADOR: Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues PROJECTO AUTORIA: Bárbara Mateus Loureiro
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO Pormenores Técnicos do Móvel de Conter Divisória		FASE PROJECTO Proposta
		DATA Novembro 2017
ESCALA 1:1	UNIDADE Metros	FORMATO A3+
		Nº DESENHO 011
		PÁGINA 19

• **Escritório** •

Tendo em conta a taxa elevada de desemprego associada aos bairros sociais, pode eventualmente existir a necessidade de um espaço de trabalho em casa. Neste princípio, propõe-se um escritório escondido, com zona de arquivo e arrumação. Ao criar um espaço fechado, aparentando-se a um armário, é possível manter o espaço organizado. Isto porque, caso se encontre desarrumado, há sempre a possibilidade de esconder a desarrumação fechando as portas.

O escritório é então composto por uma zona de trabalho, a secretária, com gavetas para arrumação de pequenos materiais de escritório e prateleiras, para livros e/ou arquivo. Para a fixação das prateleiras à parede, optou-se por um sistema de calhas verticais com poleias onde estão apoiadas as prateleiras. Relativamente à secretária, esta é fixa a quatro suportes em 'L' que vão até ao chão, e que simultaneamente funcionam como ilhargas onde correm as gavetas.

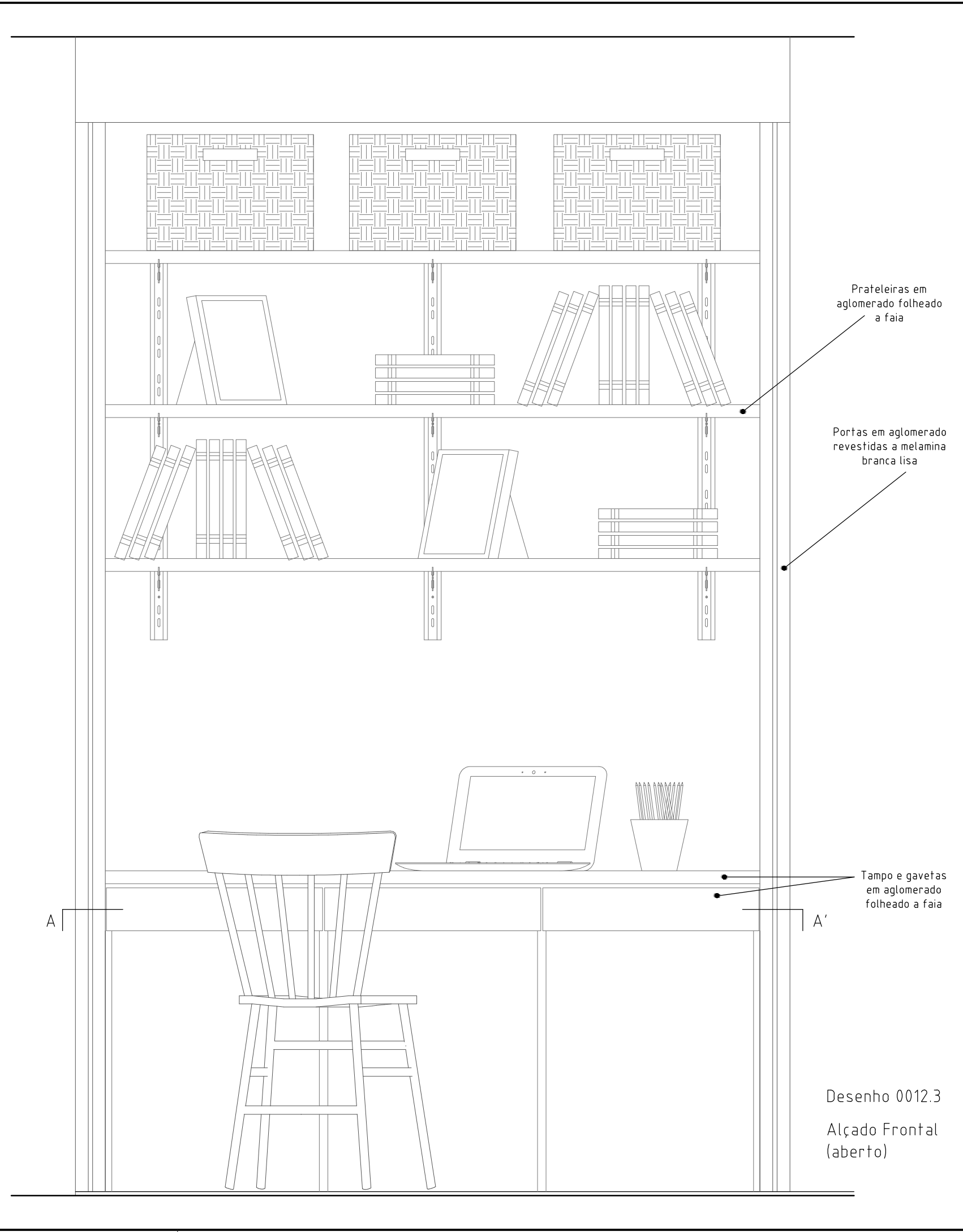
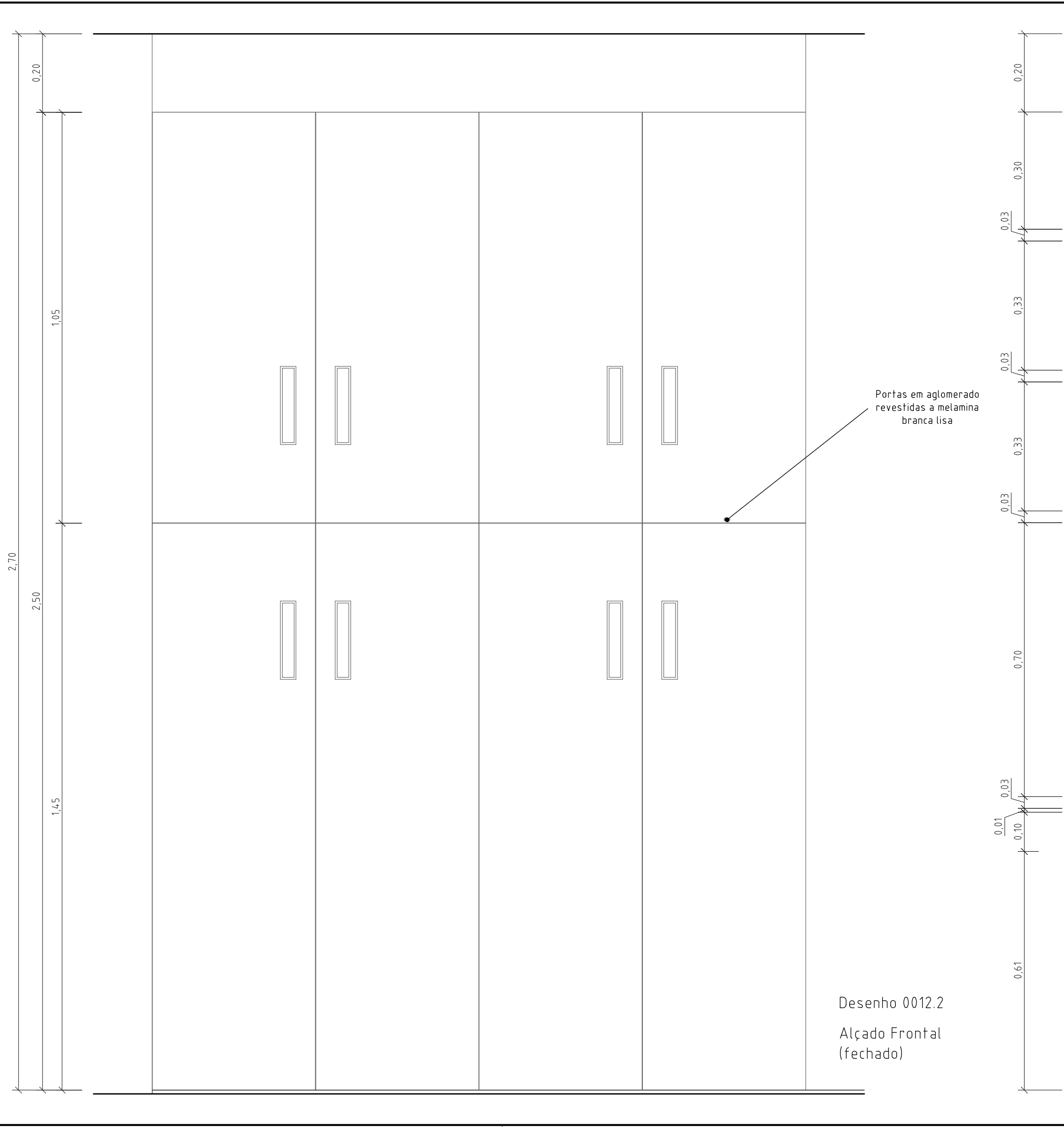
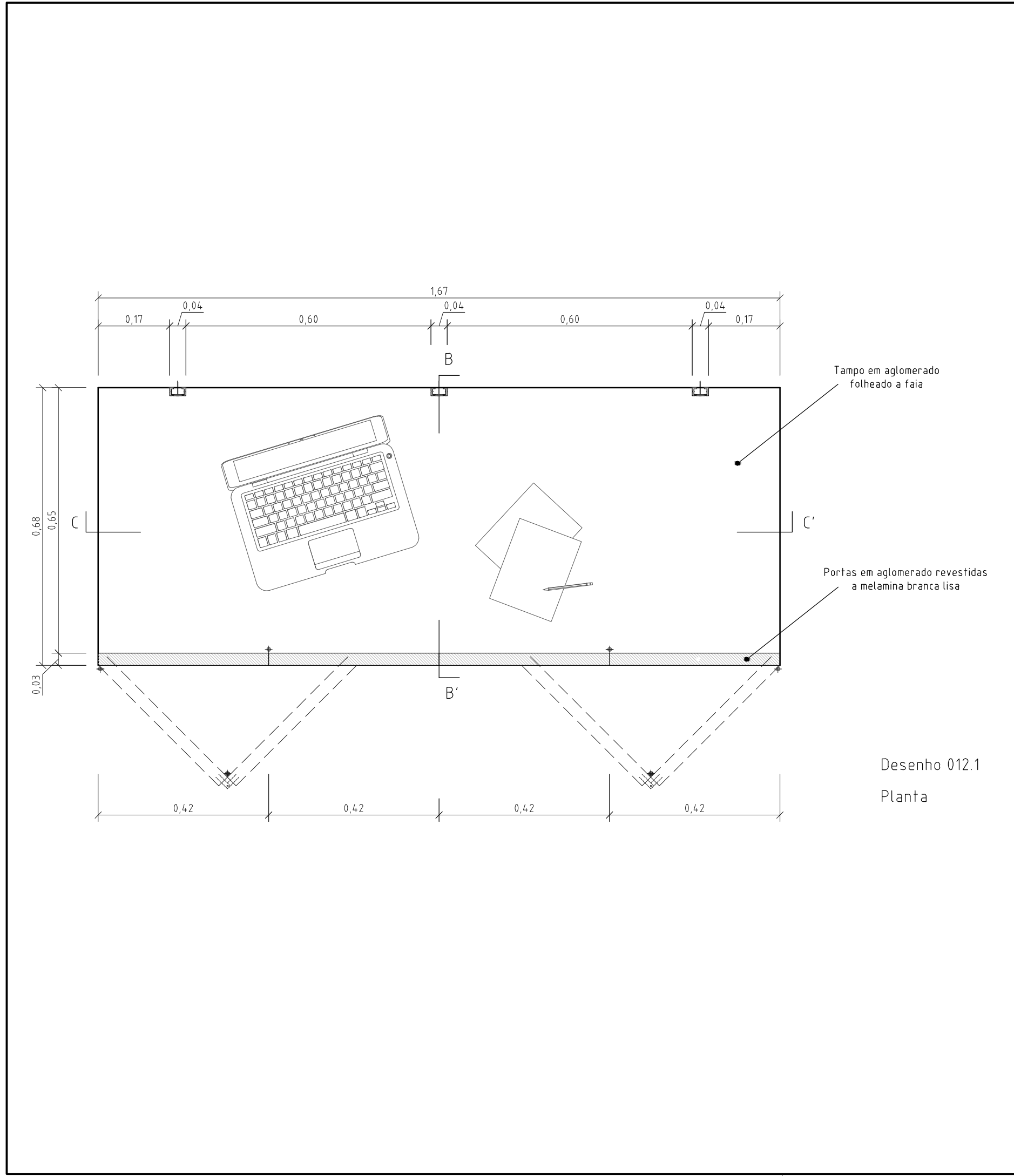
Tendo em conta o pé direito da habitação, 2.70 metros, e visto querer fechar o escritório a toda a altura, optou-se por criar portas mais pequenas para a parte superior, e portas maiores para o espaço de trabalho, de maneira a facilitar a sua utilização.



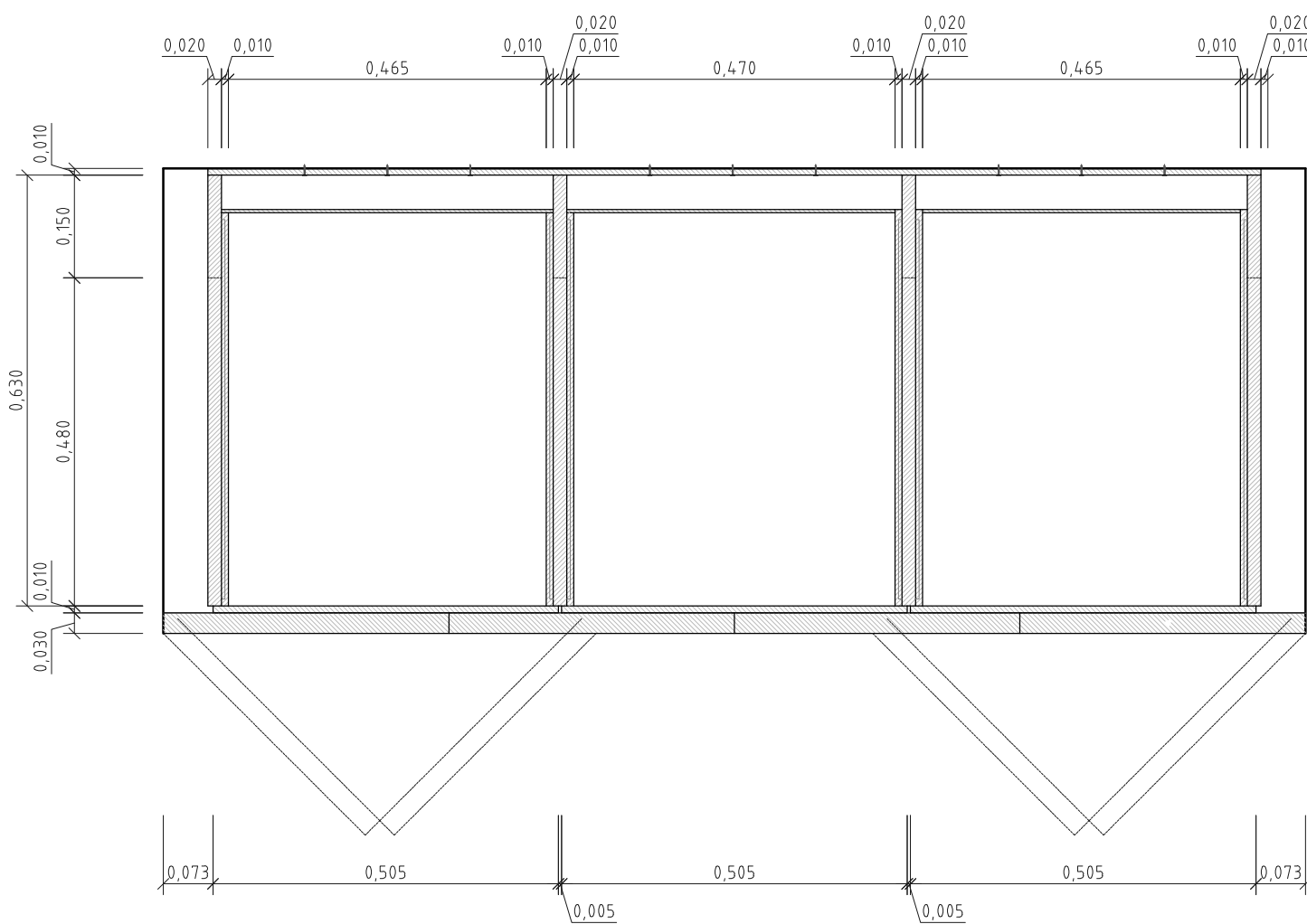
Fotografia 1072 | Escritório
Fonte: Simulação em 3D da autora



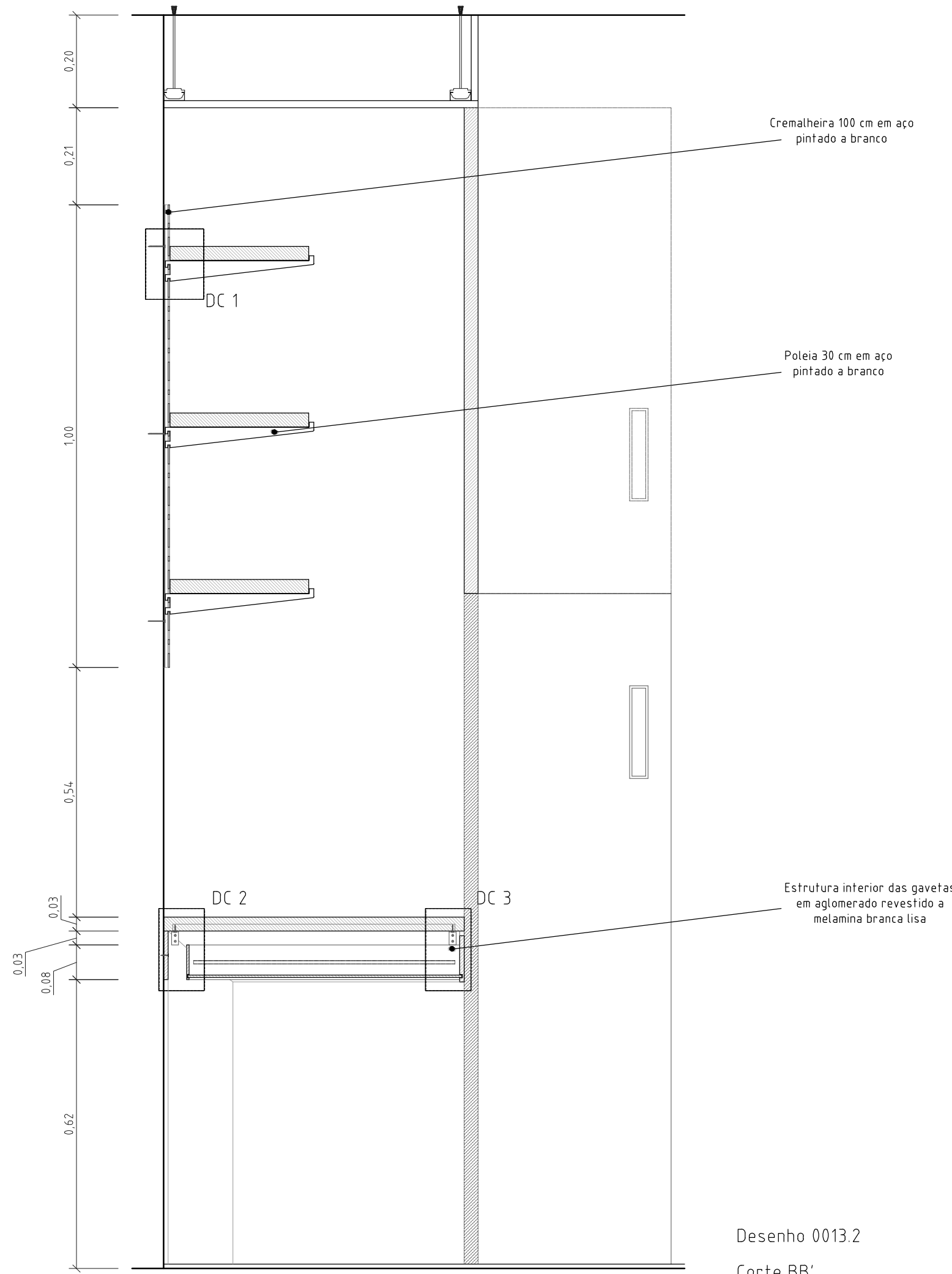
Fotografia 1083 | Estrutura do Escritório
Fonte: Simulação em 3D da autora



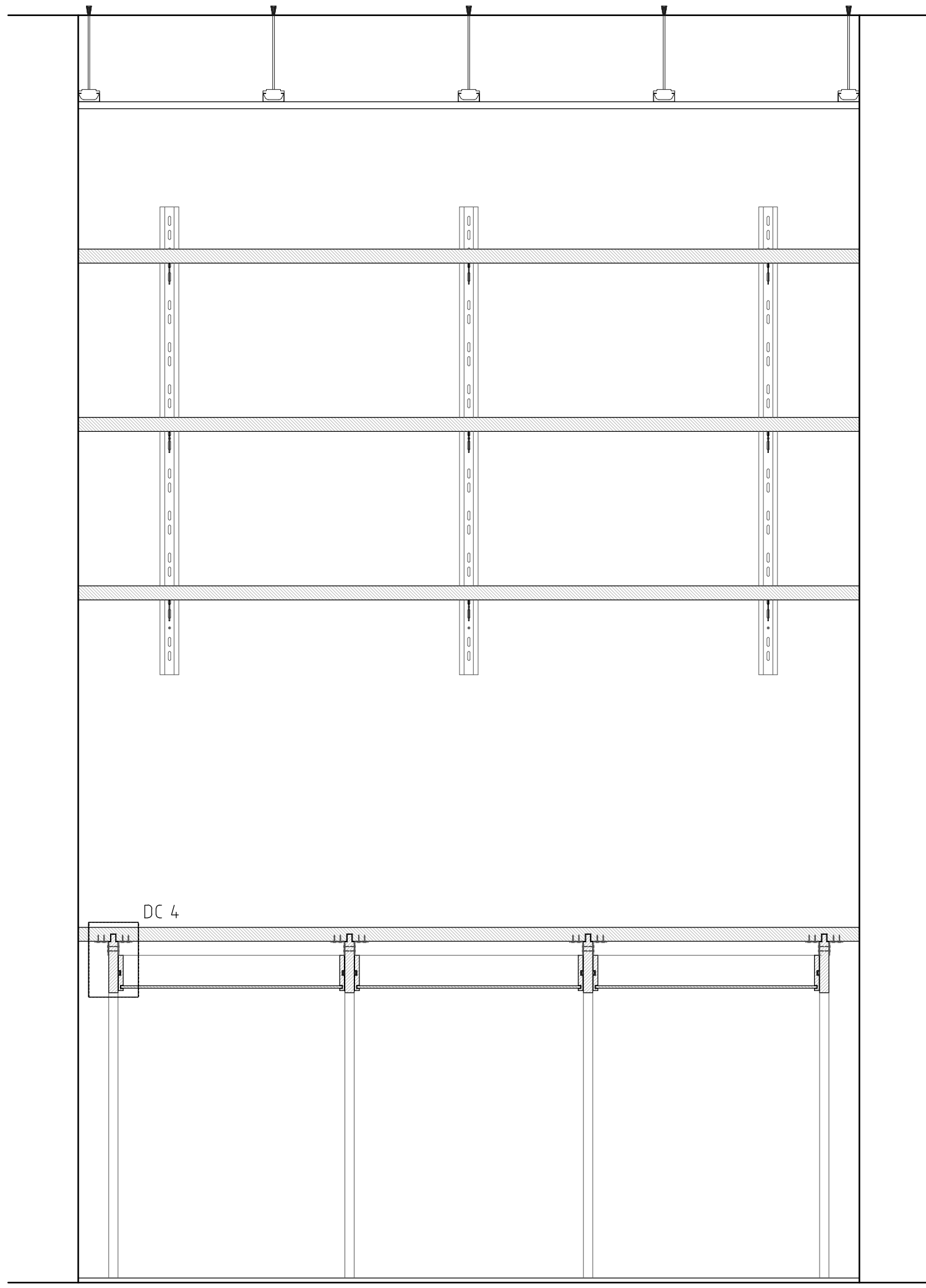
FUNDACO Ricardo do Esprito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
PROJECTO AUTORA		Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO	ANDAR MODELO PARA HABITAO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO	Escritrio		FASE PROJECTO Proposta
		DATA Novembro 2017	
ESCALA	1:10	UNIDADE	Metros
		FORMATO	A3+
		REF DESENHO	012
		PÁGINA	195



Desenho 013.1
Corte AA'

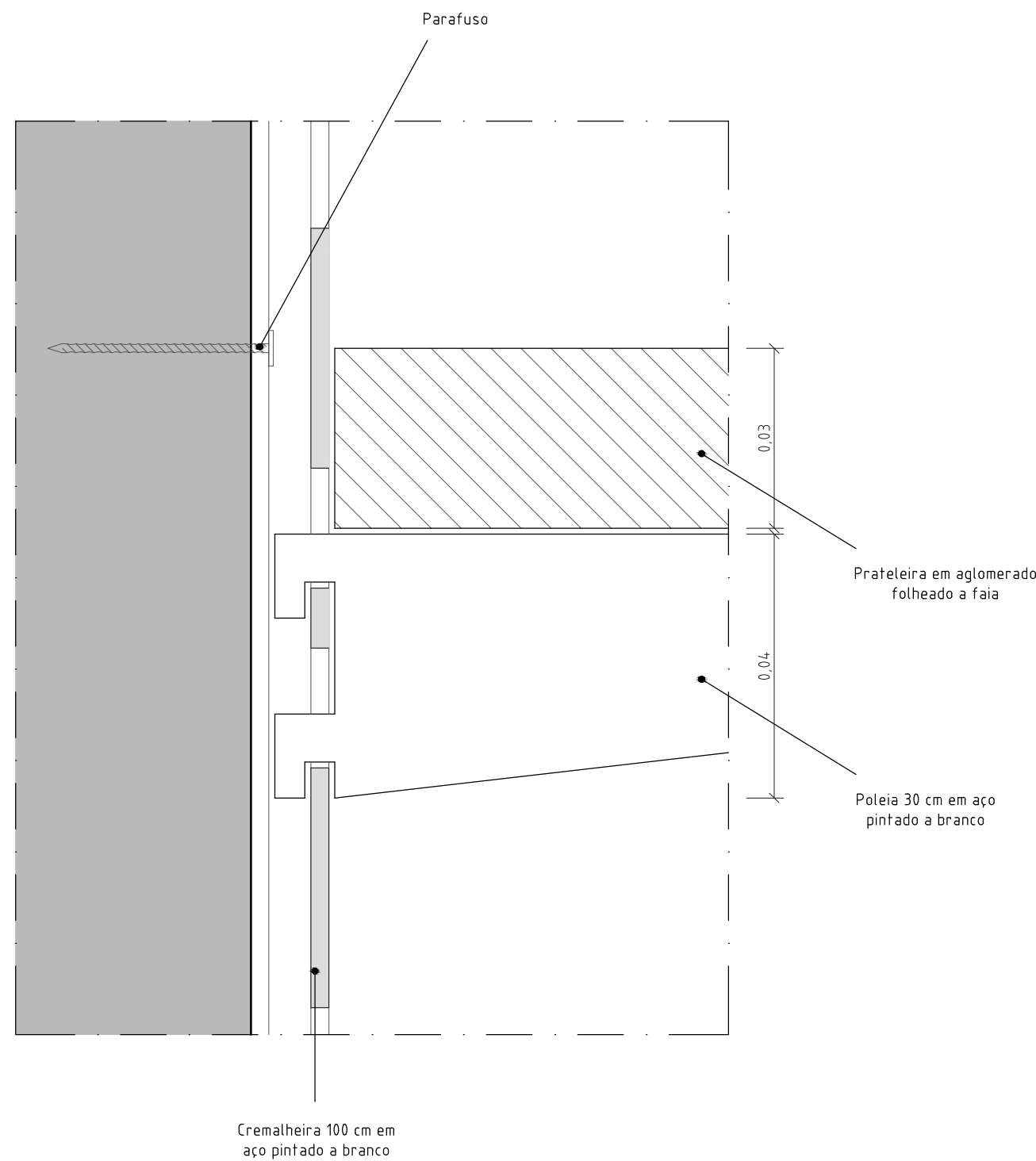


Desenho 0013.2
Corte BB'



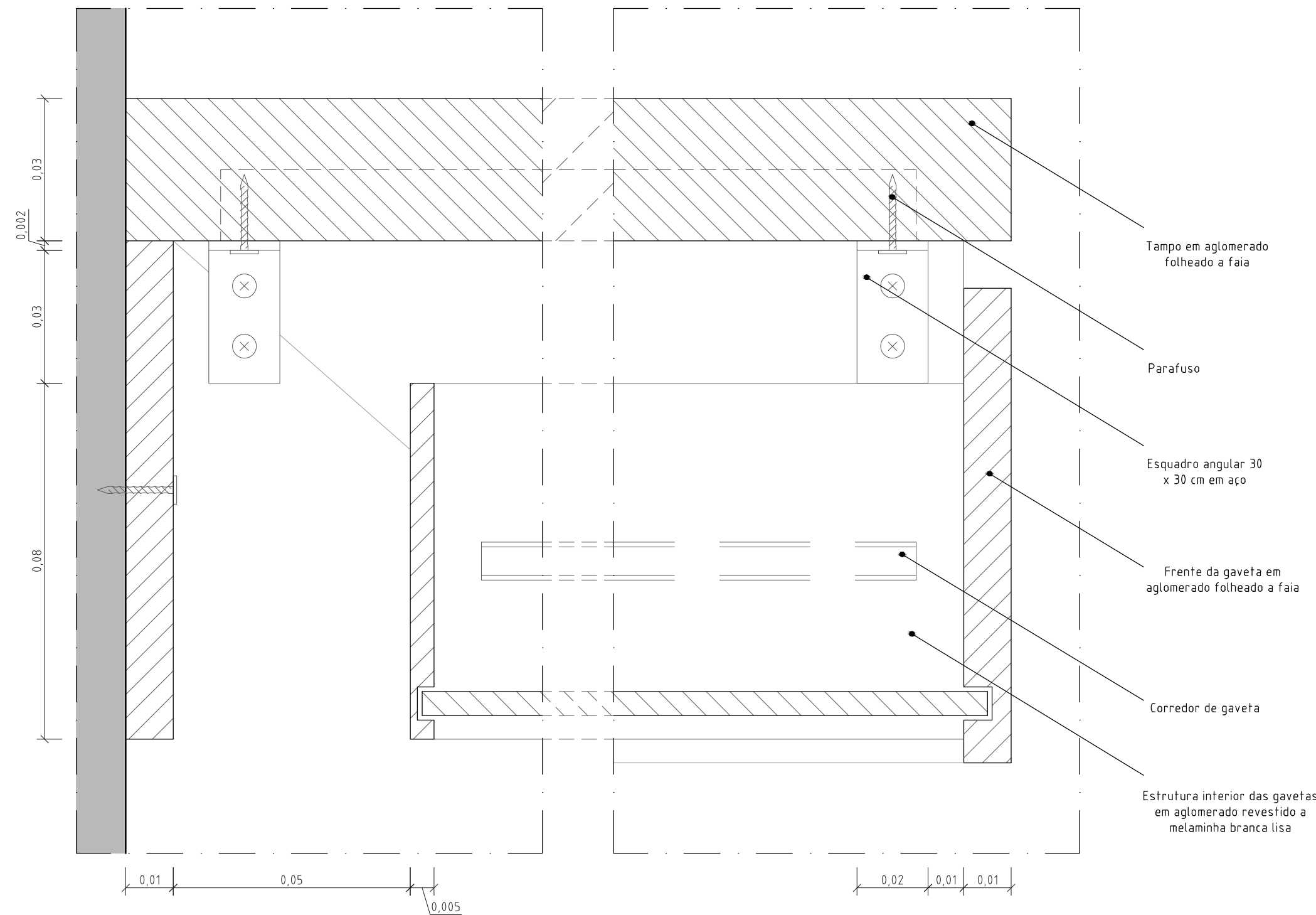
Desenho 0013.3
Corte CC'

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
ESA Escola Superior de Artes Decorativas		PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESENHO Cortes Escritório		FASE PROJECTO Proposta	
ESCALA 1:50		UNIDADE Metros	
FORMATO A3+		DATA Novembro 2017	
Nº DESENHO 013		PÁGINA 197	



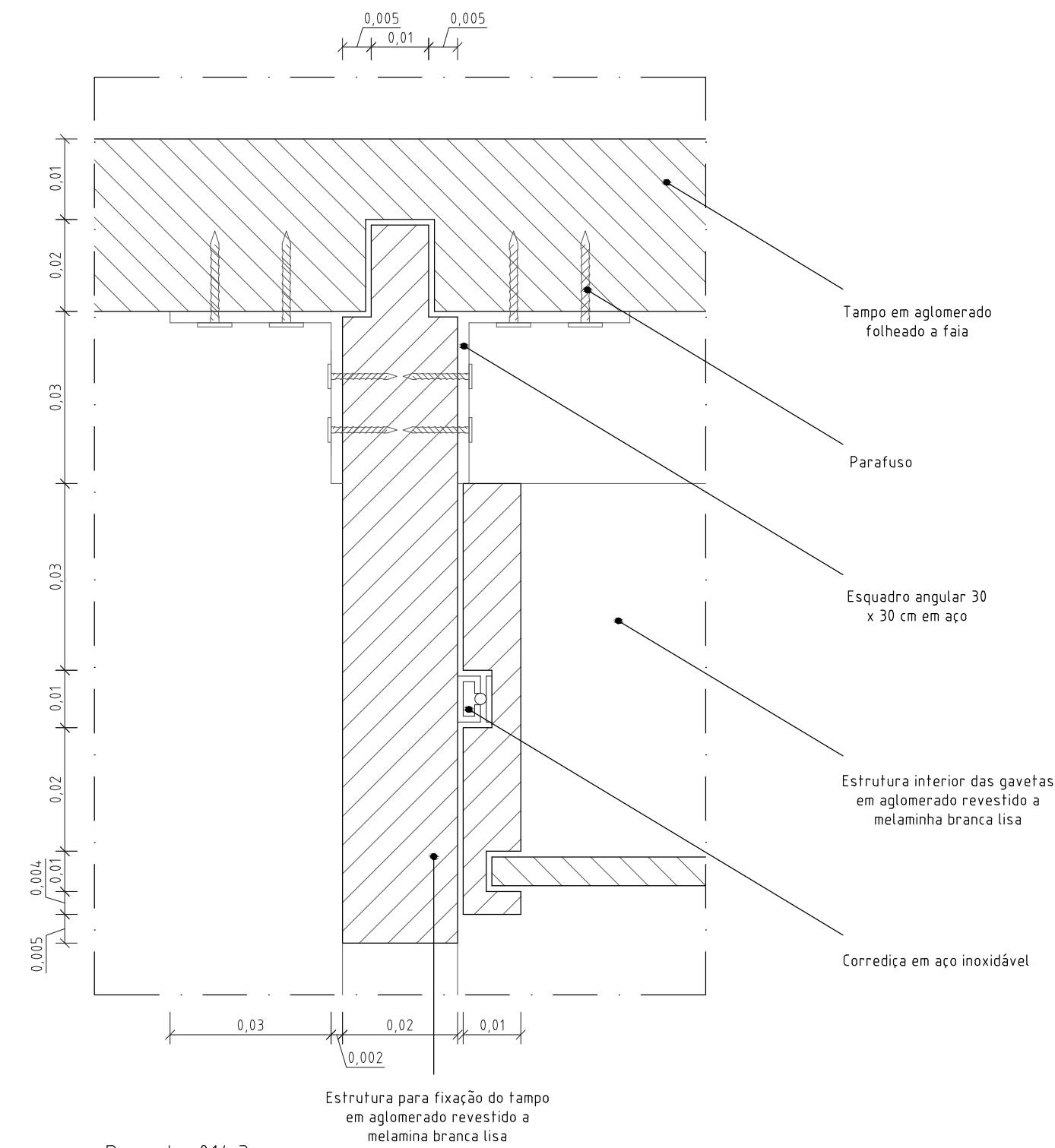
Desenho 014.1

DC 1 – Pormenor da fixação das prateleiras à parede



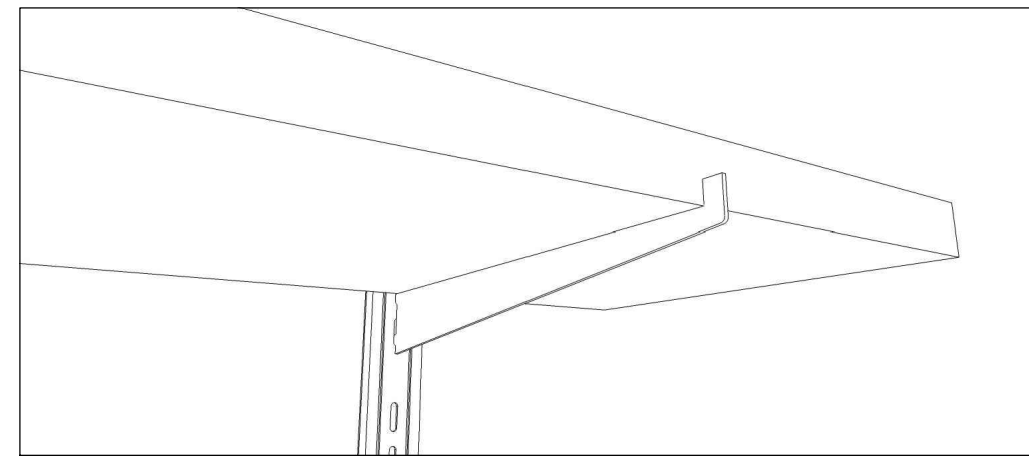
Desenho 014.2

DC 2 e 3 – Pormenor da fixação e frente da secretária



Desenho 014.3

DC 4 – Pormenor da ilharga das gavetas e estrutura de apoio do tampo



Pormenor do apoio das prateleiras em axonometria

FUNDACO Ricardo do Espirito Santo, Silva ESA Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESENHO Pormenores Técnicos do Escritório		FASE PROJECTO Proposta	
ESCALA 1:1		DATA Novembro 2017	
UNIDADE Metros		FORMATO A3+	
N DESENHO 014		PÁGINA 199	

• Berço | Assento | Arrumação •

Este berço é a prova de que a criação de sistemas flexíveis permite a transformação dos espaços. Claramente numa fase inicial é necessário um berço no quarto dos pais, contudo estas peças são usadas uma vez e depois desmontadas por não serem precisas e não ocuparem espaço. Assim sendo, de maneira a haver um aproveitamento máximo de espaço, foi criada uma peça que se adapta às necessidades das diferentes fases de vida.

Neste princípio, esta peça funcionaria inicialmente como berço, e quando esta funcionalidade deixasse de ser precisa, passaria então a ser usada como assento. Contudo, de maneira a economizar ainda mais o espaço, o assento oferece a possibilidade de funcionar simultaneamente como arrumação.

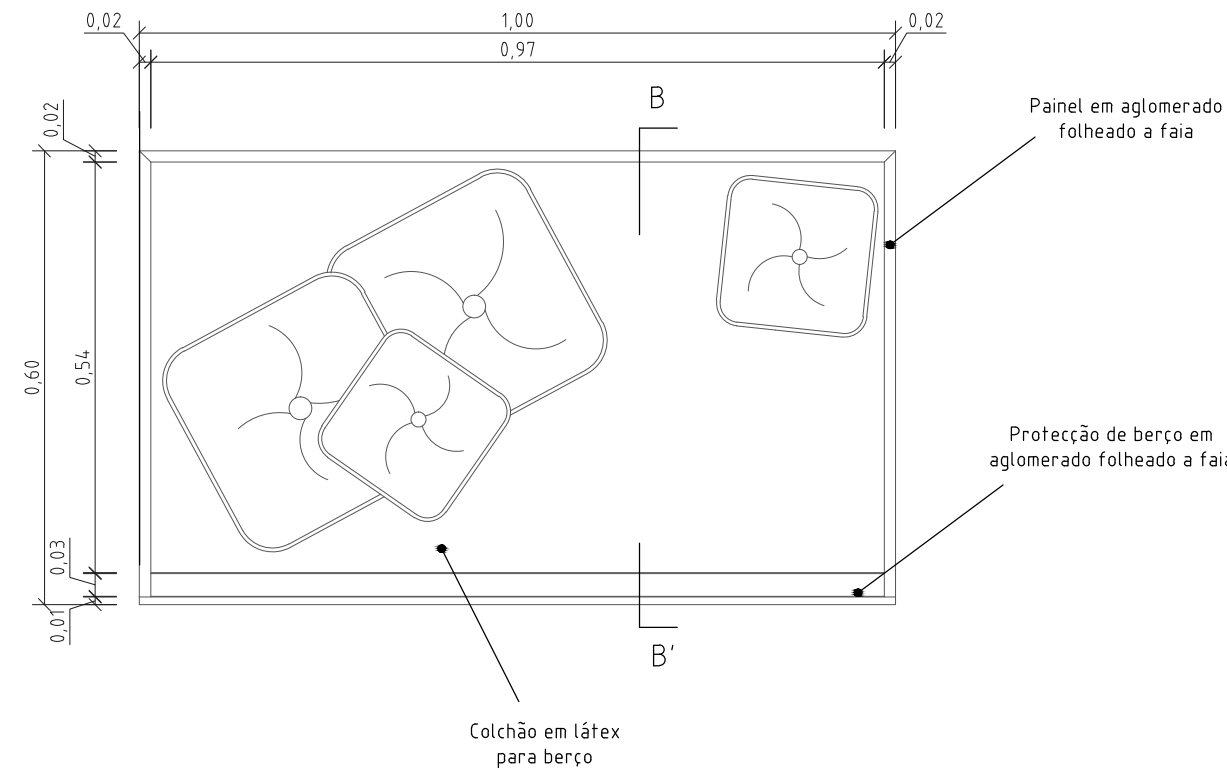
Todas as funcionalidades da peça estão sempre presentes, podendo ser usadas de novo, a qualquer instante. Quando funciona como assento, assemelha-se a uma arca no modo de utilização, e para isso a protecção do berço encontra-se escondida por uma ilharga vertical, que funciona também como travamento da parte inferior da protecção quando esta se encontra montada. Quando recebe a funcionalidade de berço e a protecção está em cima, é trancada na parte superior por um fecho em forma de gancho.



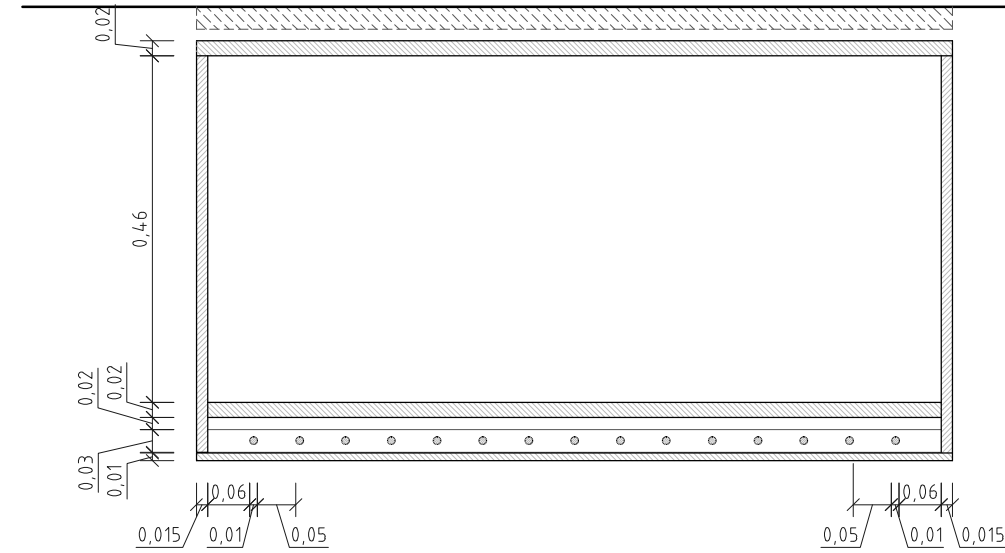
Fotografia 1094 | Estrutura do Berço
Fonte: Simulação em 3D da autora



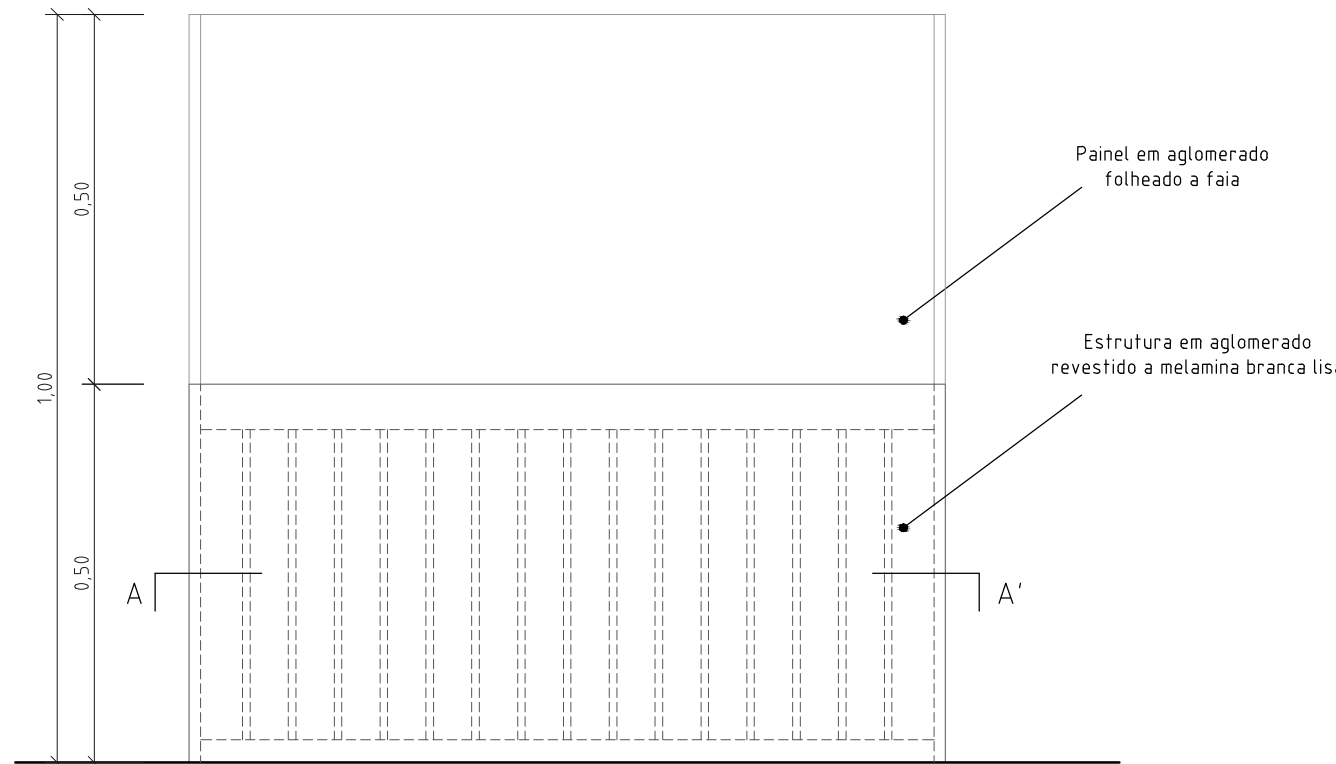
Fotografia 1105 | Berço | Assento | Arrumação
Fonte: Simulação em 3D da autora



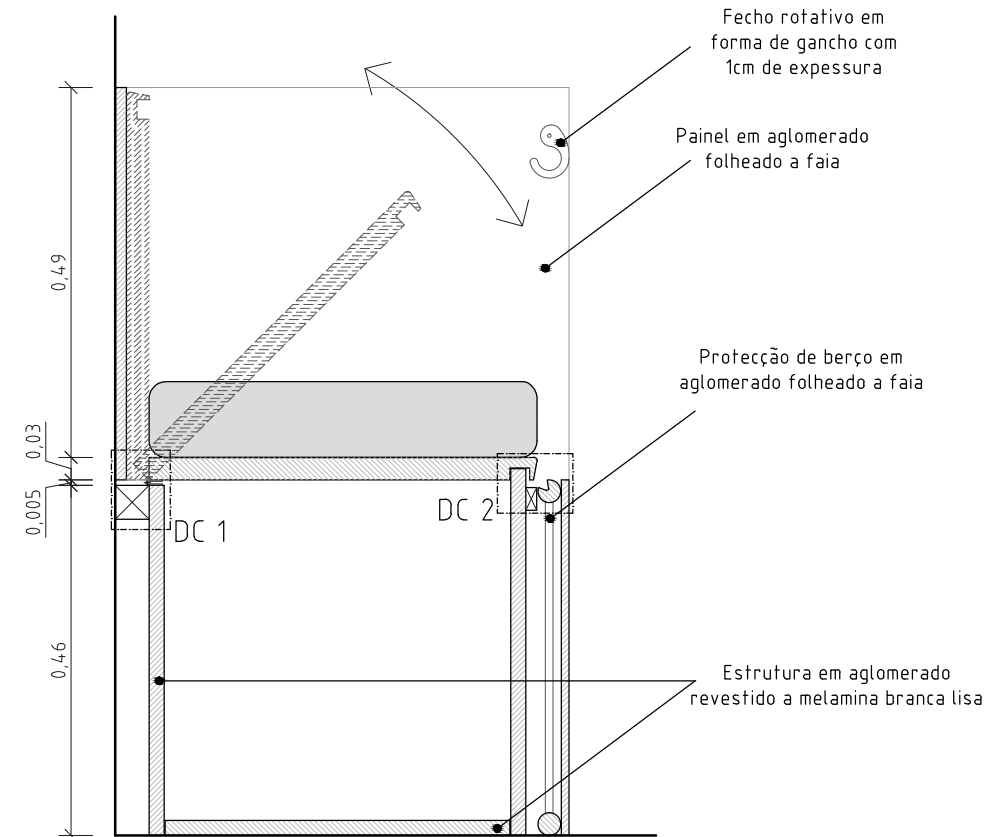
Desenho 015.1
Planta



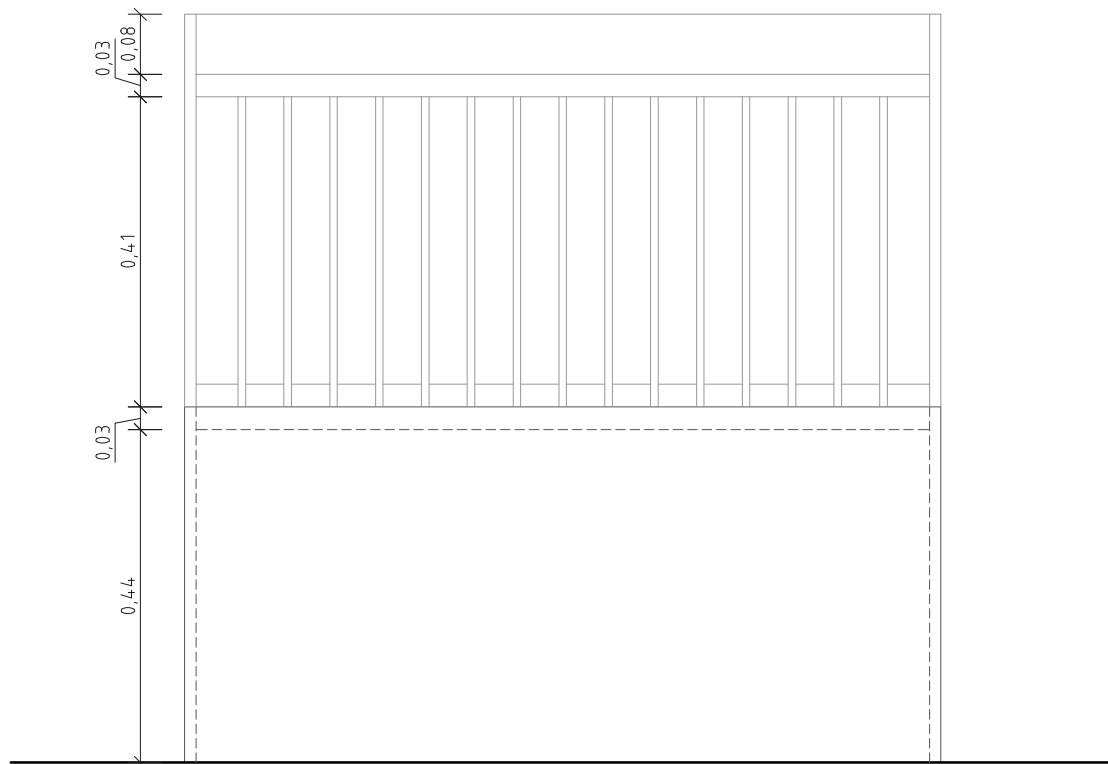
Desenho 015.2
Corte AA' (assento)



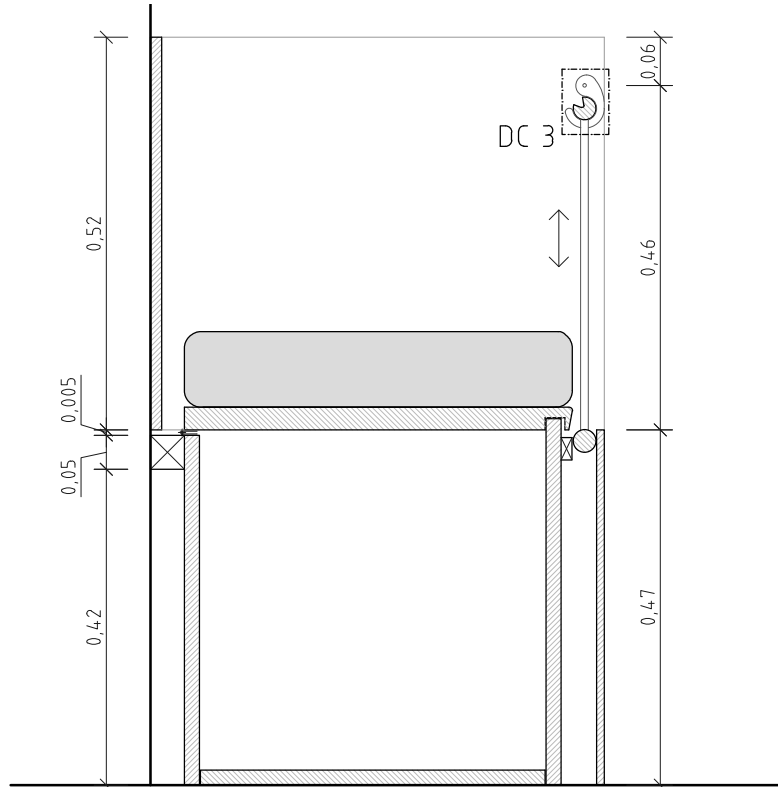
Desenho 015.3
Alçado Frontal (assento)



Desenho 015.4
Corte BB' (assento)

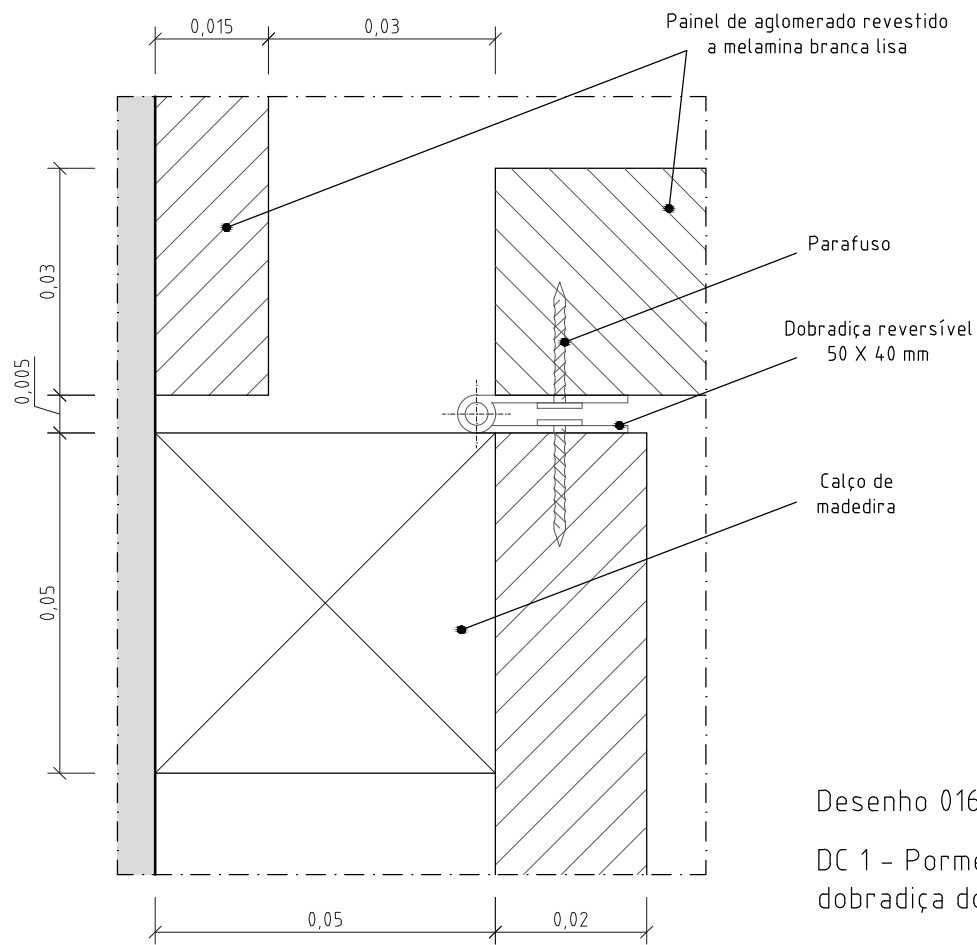


Desenho 015.5
Alçado Frontal (berço)

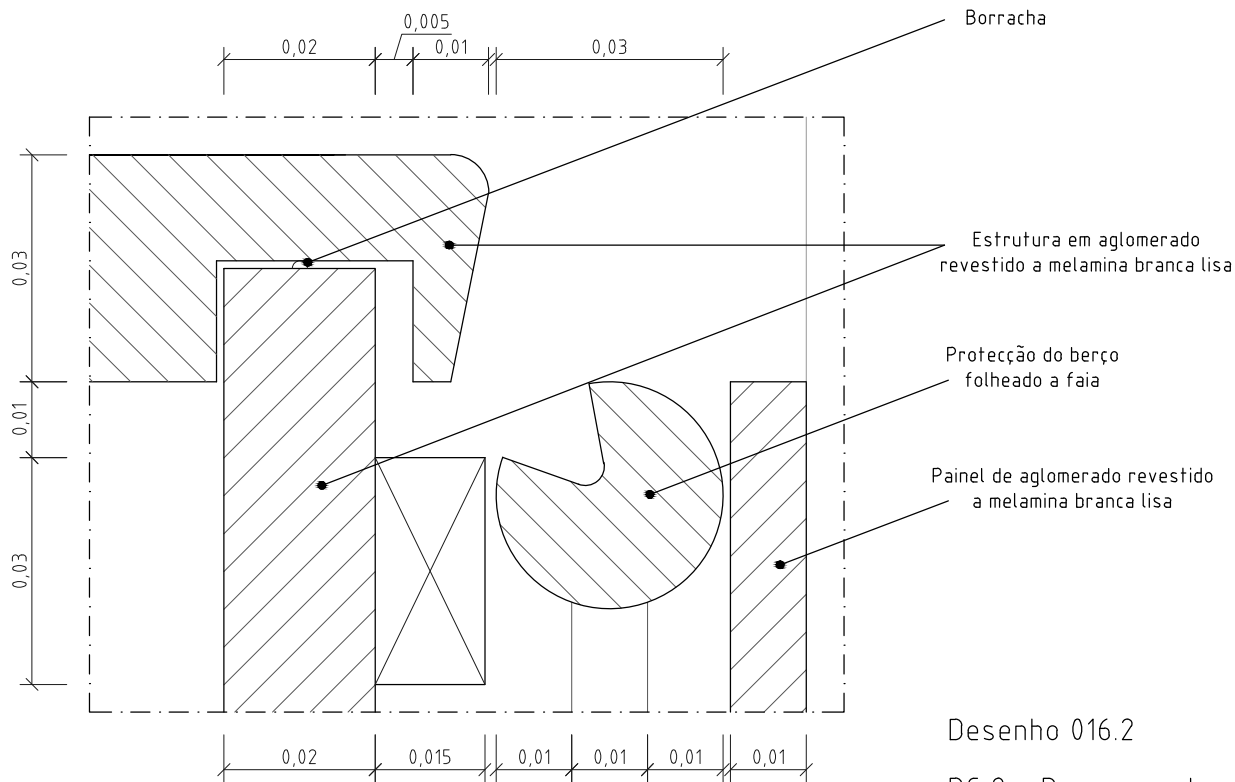


Desenho 015.6
Corte BB' (berço)

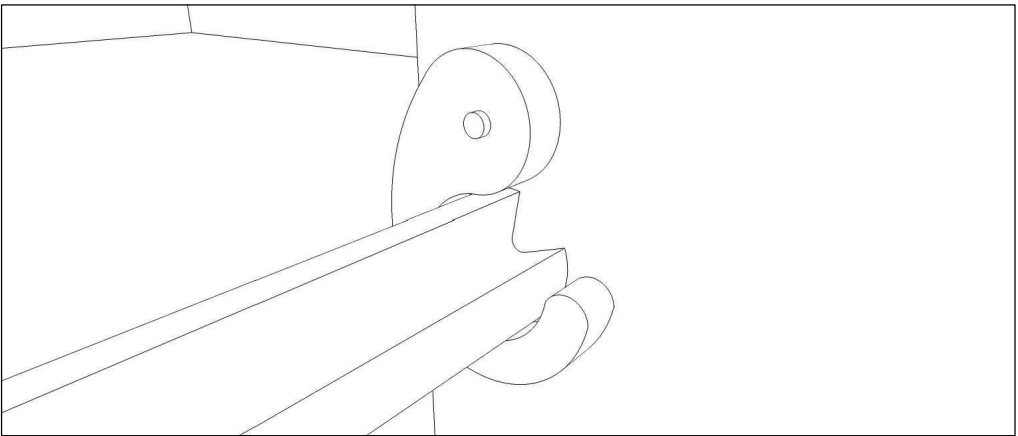
FUNDACO Ricardo do Espirito Santo, Silva ESA Escola Superior de Artes Decorativas			ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues		
PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro			LOCAL Bairro da Boavista		
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAO SOCIAL			FASE PROJECTO Proposta		
DESENHO Berço Assento Arrumao			DATA Novembro 2017		
ESCALA 1:10	UNIDADE Metros	FORMATO A3+	NO DESENHO 015	PÁGINA 203	



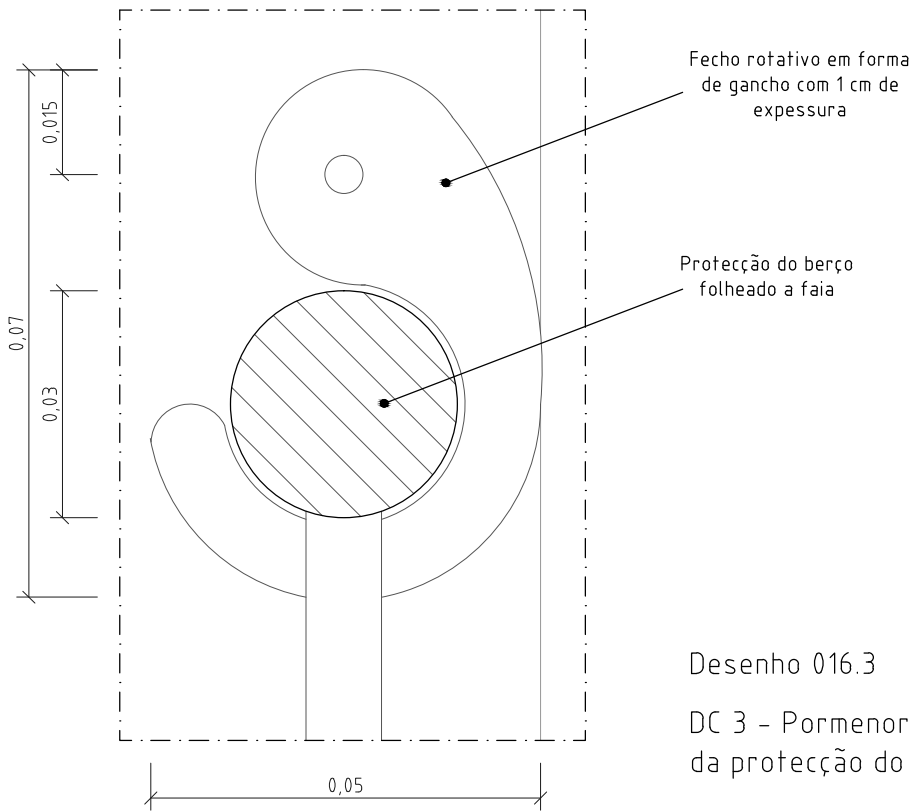
Desenho 016.1
DC 1 – Pormenor da
dobradiça do assento



Desenho 016.2
DC 2 – Pormenor do encaixe do
tampo do assento



Pormenor da tranca da protecção do berço em axonometria



Desenho 016.3
DC 3 – Pormenor da tranca da
protecção do berço

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo, Silva. ESAD Escola Superior de Artes Decorativas		ORIENTADORES Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues
		PROJECTO AUTORIA Bárbara Mateus Loureiro
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista
DESENHO Pormenores Técnicos do Berço Assento Arrumação		FASE PROJECTO Proposta
		DATA Novembro 2017
ESCALA 1:1	UNIDADE Metros	FORMATO A3+
		Nº DESENHO 016
		PÁGINA 205

• Estante •

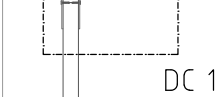
Tendo em conta a área reduzida dos quartos e a necessidade constante de mobiliário diferente para cada faixa etária, pelas diferentes necessidades, foi criada uma estante que permite ao utilizador alternar a disposição das alturas das prateleiras. Criam-se, assim, diferentes móveis na mesma peça, oferecendo uma rentabilização máxima do espaço.

É uma peça simples, de linhas rectas, que funciona exclusivamente através de encaixes. Numa primeira fase, como *changing station*, onde os pais preparam o seu bebé, isto é trocar fraldas, dar banho e vestir, e onde têm todos os produtos necessários para estas tarefas. Na segunda fase, quando o bebé crescer, as prateleiras podem ser adaptadas para uma mesa de brincar, onde a criança tem todos os seus brinquedos. Nesta sequência, o adolescente passa a ter uma secretária, onde pode estudar e arrumar todo o seu material de escritório.

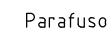
Esta estante é composta por duas ilhargas verticais com aberturas de 50 em 50 centímetros, de maneira a que as prateleiras, também com aberturas, possam ser encaixadas e removidas. Por uma questão de segurança e de maneira a facilitar a colocação das prateleiras, as ilhargas encontram-se presas às paredes através de esquadros angulares. A transformação desta peça permite uma maior durabilidade no ciclo de vida da criança e a criação de espaços diferentes no mesmo quarto ao longo do tempo.



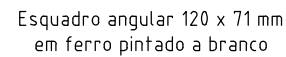
Fotografia 1116 | Estante
Fonte: Simulação em 3D da autora



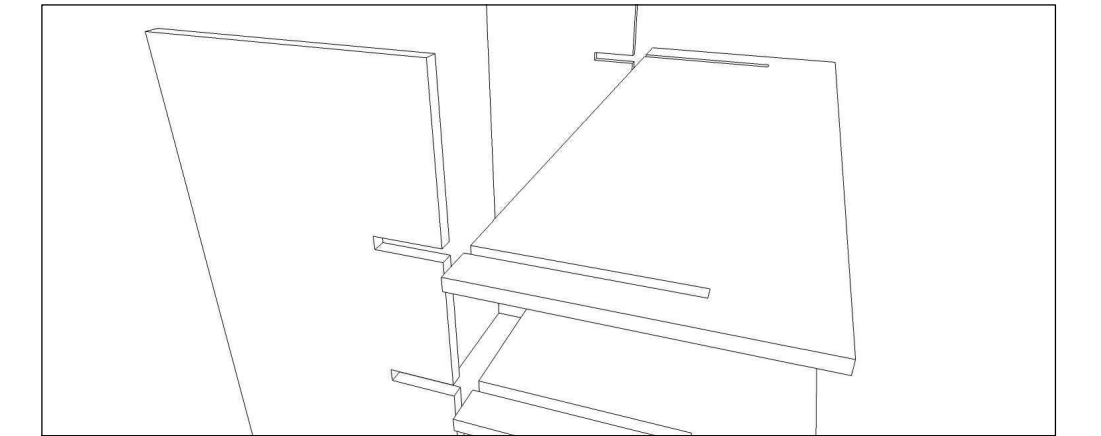
Planta
Escala 1:10



DC 1 - Pormenor de fixação à parede
Escala 1:1



Alçado Frontal
Escala 1:10



Pormenor do encaixe das prateleiras em axonometria

FUNDAÇÃO Ricardo de Espírito Santo Silva ESAD Escola Superior de Artes Decorativas 		OBJECTOS/ADRES: Doutora Cristina Costa Gomes Mestre Arquitecto Pedro Rodrigues	
		PROJECTO AUTORIA: Bárbara Mateus Loureiro	
PROJECTO ANDAR MODELO PARA HABITAÇÃO SOCIAL		LOCAL Bairro da Boavista	
DESENHO Estante Pormenores Técnicos da Estante		FASE PROJECTO Proposta	
		DATA Novembro 2017	
ESCALA 1:10 1:1	UNIDADE Metros	FORMATO A3+	Nº DESENHO 017
			FOLHA 209



Considerações finais

Considerações finais | 213

Bibliografia | 219

| Simulação em 3D da sala de estar e refeições na primeira fase proposta para o andar-modelo

| Fonte: Modelação em 3D pela autora

Numa primeira fase desta dissertação foi feito um enquadramento histórico, do geral para o particular, em que se procurou perceber a origem do problema da habitação, como se deram as alterações urbanísticas e porquê. Primeiramente foi estudada a Revolução Industrial e as transformações que se fizeram sentir durante este período na vida da população, em termos de trabalho, higiene e habitações. Abordaram-se as consequências desta Revolução, nomeadamente o êxodo rural, os fluxos migratórios dos campos para as cidades e, em alguns casos, até mesmo para o estrangeiro. Tendo em conta que estas mudanças aconteceram em grande número, teve de se perceber a resposta que as cidades ofereceram em termos urbanísticos.

Seguidamente, o estudo focou-se no nosso país, no lento processo de industrialização e nos contornos particulares que a Revolução Industrial teve em Portugal. Analisou-se a nova organização urbanística e as mudanças que se fizeram sentir devido ao crescimento quase forçado de Lisboa, o qual procurou responder às necessidades de uma população cada vez mais numerosa. Procedeu-se à análise da evolução dos empreendimentos urbanísticos e da aceleração da construção de prédios para habitação, devido ao surto demográfico, centralizando o estudo na habitação e bairros operários de Lisboa, marcados pela sobrelotação e por um agravamento das condições de higiene e habitabilidade.

Numa segunda parte do trabalho procurou-se explicar um pouco do processo de urbanização da capital, mais precisamente, como apareceram e evoluíram os bairros sociais, tendo-se assumido estes como estruturas de acolhimento à nova classe de proletários. O porquê de terem chegado ao estado de degradação e descaracterização em que muitos se encontram e o estigma negativo a que são associados por parte do resto da população, a dita exclusão social. Para tal, foi abordado o percurso evolutivo destes bairros, os projectos e as constantes tentativas de inclusão social. Partiu-se da análise dos bairros clandestinos e da percepção da necessidade de uma reestruturação do parque habitacional para o estudo da intervenção directa do Estado neste âmbito, concretizada na construção de bairros sociais e casas económicas. Conclui-se que, apesar de várias tentativas, a dispersão de esforços para a resolução das carências neste domínio conduziu a que a habitação fosse um problema recorrente e persistente no tecido histórico.

Neste princípio, num terceiro momento, foi necessário conhecer as novas experiências habitacionais, que responderam com rapidez à escassez habitacional sofrida durante a I Guerra Mundial, tanto no estrangeiro como em Portugal. Foram estabelecidos padrões mínimos para uma produção em massa, tendo sido introduzido o conceito de alojamento mínimo. O tratamento do habitar implicou perceber as necessidades da nova sociedade que nasceu com o mundo industrial, ou seja os nossos casos de estudo. Para isso foi necessário estudar os novos modos de vida, de maneira a traçar um perfil, com foco nas classes mais baixas, para adequar a habitação às necessidades actuais da nova sociedade. Avaliou-se o papel social que a casa representa. Enquanto palco da vida íntima divide-se em espaço de motivações pessoais e familiares, transformando-se no lugar da memória pela relação com os objectos pessoais, onde se estabelecem relações familiares e pessoais. Procedeu-se também ao estudo da beleza, origem e conceito do belo e como este influencia o nosso quotidiano e a importância que tem nas nossas habitações, nomeadamente como factor de apaziguamento. O principal propósito foi provar a importância do *design* nas nossas vidas, que vai muito além da estética, e torna os nossos dias mais práticos e confortáveis.

As dimensões reduzidas do novo parque habitacional levaram a uma utilização intensiva das divisões, que por sua vez gerou uma polivalência dos espaços. Assim sendo, numa quarta fase, percebendo a necessidade não só de economia espacial mas principalmente de adaptabilidade à mudança, o estudo focou-se em estratégias de flexibilidade. Primeiramente foi estudada a habitação, analisando-se as várias divisões e respectivas funções, de maneira a perceber como os espaços podem mudar conforme a utilização que os moradores lhes dão. Assim sendo, com o objectivo de conseguir espaços domésticos que se adaptem a necessidades e aspirações futuras, isto é habitações flexíveis propícias à mudança e evolução, procurou-se estudar mobiliário flexível e, como através deste os espaços, podem ser alterados, parcial ou totalmente.

Chegando-se à conclusão que sem flexibilidade no mobiliário dificilmente esta pode existir, percebe-se a sua importância, dado que abre todo um leque de possibilidades de apropriação no alojamento. Este adapta-se a necessidades que possam surgir, com base num conhecimento de condições prévias, que possibilitem a capacidade de evoluir, não sendo algo estático que conduza as nossas vidas.

Numa fase anterior ao projecto propriamente dito, procurou-se estudar casos já conhecidos que fizessem referência à habitação mínima e ao conceito de flexibilidade. Assim, foram escolhidos dois projectos: um francês, a *Unité d'Habitation* de Marselha, da autoria de Le Corbusier; e um português, cuja escolha recaiu sobre o bairro da Malagueira, o ícone da habitação evolutiva em Portugal, de Álvaro Siza Vieira. São projectos que, de uma maneira ou outra, se encontram relacionados com o desenvolvido neste trabalho. Começou por se fazer um breve enquadramento histórico dos projectos, passando para uma análise descritiva de ambos. No primeiro caso, uma abordagem centrada no edifício e, no segundo, do complexo habitacional, terminando com uma análise ao nível dos interiores. Conclui-se que, a *Unité d'Habitation* foi pensada como uma máquina para responder às necessidades dos seus moradores, afirmando-se como um projecto funcionalista. Já o segundo caso foi estudado precisamente pelo seu sistema evolutivo, havendo uma relação directa com a família, que pode transformar a habitação a par das suas necessidades.

Relativamente ao projecto, este dividiu-se em duas secções. Começou-se pela memória descritiva, em que se explicou o seu conceito geral e se realizou um enquadramento do objecto de estudo, avaliando-se a situação actual do parque habitacional social, dos ambientes característicos destes bairros e da sua população. Concluiu-se com a sua evolução e uma pequena análise do bairro da Boavista, bem como a justificação da sua escolha.

Com todos estes factores em vista, desenvolveu-se o projecto, começando por apresentar o andar modelo e as alterações propostas a nível de interiores, tal como a importância de criar ambientes apaziguadores e funcionais para um grupo social desfavorecido, neste caso específico. Analisaram-se as divisões, propondo-se um modelo de adaptabilidade a três fases de vida, estipuladas com base na evolução de um agregado familiar-tipo. Esta flexibilidade foi estabelecida através do mobiliário, que permite não só a sua durabilidade na habitação, mas permite acima de tudo a modelação e transformação do espaço ao gosto e necessidade do seu utilizador.

Visto a proposta ser desenvolvida com a preocupação de se adaptar aos vários bairros sociais, implica que não exista um cliente concreto com exigências e gostos específicos, contudo, ao estudar o público-alvo percebemos as suas necessidades. Desta maneira, percebendo a abrangência do público e as respectivas necessidades a que se

destina este projecto, é fulcral o planeamento para o homem-comum/família-tipo, que seja adaptável a várias personalidades e famílias. Foi então pensado um modelo que disponibiliza um leque de possibilidades, ao nível da alteração do espaço, sendo sugeridas três propostas, puramente ilustrativas da liberdade que os moradores passam a ter para adaptar a habitação às suas necessidades. O que se propõe é a criação de uma habitação, na qual o mobiliário responda às necessidades da vida familiar e permita a adaptabilidade dos espaços no decurso da vida.

A criação de pequenas flexibilidades é, então, feita através do mobiliário, que, pela sua transformação e/ou deslocação no espaço permite a criação de vários espaços dentro da mesma divisão. Assim, cada família tem a possibilidade de alterar e adequar a sua habitação às suas necessidades. Os equipamentos acabam, também, por se tornar mais baratos, ao longo do tempo, pela durabilidade e multifuncionalidade que oferecem.

O ponto central deste projecto é, talvez, o *open space*, composto pela sala de estar, pela sala de jantar e cozinha, onde as famílias têm uma maior liberdade de adaptar o espaço à evolução do seu agregado familiar ou ao seu gosto. Sem obras, isto é, sem alterações estruturais, a mesma habitação consegue responder às necessidades de uma família ao longo de um período de 20/30 anos, disponibilizando uma casa a custos baixos para apoio à população. Esta durabilidade é apenas permitida graças à flexibilidade.

Claramente que, em termos decorativos e de equipamento proposto neste trabalho, este é puramente simbólico, visto as famílias terem já o seu próprio mobiliário. Contudo, este pode ser adaptado ao projecto proposto, tendo em conta que a escolha do equipamento foi feita tendo em atenção os seus preços, visto tratar-se de um grupo social com dificuldades financeiras. Os ambientes propostos, propícios a alterações, são planeados com a preocupação de encorajar os jovens a passar mais tempo nas suas habitações, e a não fugirem para o exterior, onde por vezes acabam por enveredar por situações complicadas. Tendo também em conta que este projecto se destina a uma população frequentemente negligenciada, o facto de lhes ser disponibilizado um espaço em condições, organizado e funcional, é o suficiente para começarem a sentir-se apoiados e a cuidarem das suas habitações com outro gosto e carinho.

Após uma análise das funções e exigências que podem ser atribuídas a cada divisão, comprova-se o quão exigente e complicado é o tema da habitação. Neste caso

em específico, tendo em conta as dimensões reduzidas de cada divisão, procurou-se economizar os espaços ao máximo. Recorrendo a mobiliário que permite várias funções, oferecendo uma polivalência a cada divisão, prolongando a vida útil da habitação no geral, facilitando a vida económica destes agregados familiares, que têm na sua habitação um vasto leque de possibilidades, que podem usufruir nas várias etapas da sua vida.

A habitação, por ser um dos temas mais complexos, uma vez que oferece um conjunto interminável de soluções, requer muitas vezes um olhar mais clínico, introduzindo as melhorias necessárias num espaço disfuncional. Esta complexidade deve-se precisamente ao facto de responder e se adaptar a inquilinos diferentes, cada um com o seu modo de habitar, de apropriação e organização do espaço, com vivências e experiências diferentes, factores estes que o *designer* de interiores não pode, nem deve descurar, adaptando o seu trabalho ao gosto e aos ideais do cliente.

É verdade que tratando-se de um tema tão pessoal, cada um adequa o espaço conforme o seu gosto e necessidades. Porém, o projecto procura atestar que o *designer* não impõe o seu gosto, mas ajuda a tornar um espaço mais funcional, conforme as necessidades do cliente, dando a sua opinião profissional sobre determinada situação.

De maneira a que este programa seja bem-sucedido, para além de necessitar de funcionar como um programa apoiado institucionalmente, tal como funciona o projecto *Life*, a selecção dos candidatos deverá ser feita com base em concurso, isto é, depois de um processo de avaliação, os candidatos serem escolhidos.

Concluindo, este trabalho representa também uma contribuição para dinamizar processos de reabilitação urbana. Porém, um factor a ter em conta é o facto de que a criminalidade e os comportamentos característicos deste público-alvo não se resolvem apenas com a criação de programas onde a inclusão social é por vezes forçada, em casos mais extremos com intervenção forçada da polícia, ou pela intervenção dos assistentes sociais. No caso deste projecto do *designer* de interiores, passa principalmente por um acompanhamento de especialistas que trabalhem a nível da inclusão e da exclusão social.

| BIBLIOGRAFIA |

AAVV, *A habitação em Portugal*, Lisboa, Neogravura, 1963.

AAVV, *Bairro da Boavista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2006.

AAVV, *Diagnóstico social dos bairros sociais da Malagueira em Évora*, Évora, Habévora – Gestão Habitacional, E.M., 2007.

AAVV, *Residir em Habitação a Custos Controlados*, Lisboa, INH – Instituto Nacional de Habitação, 2000.

AMARAL, Francisco Keil, *Lisboa, uma cidade em transformação*, Torres Vedras, Publicações Europa-América, 1969.

ASHTON, Thomas S., *A Revolução Industrial*, 6ª ed., Mem Martins, Publicações Europa- América, s.d.

BAPTISTA, Fernanda Manuela Morais, *Paisagens espontâneas e o desejo por novas formas de habitar: o desafio dos bairros clandestinos*, Lisboa, 2001 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado).

BARATA, José Fernando Nunes, *Habitação: um problema essencial*, Coimbra, Edição da Biblioteca Nacional, 1956.

CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 4ª ed., Porto, Editora Limiar, 1978.

CASTRO, Fernando Jácome de, “Bairros Económicos”, in *Problemas de Urbanização*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, pp. 195 – 210.

DOMINGUES, Alexandre Carlos Grilo e SOARES, Nuno Pires, “População”, in *Consolidação e Maturidade demográfica de uma área metropolitana*, Lisboa, [s.n.], s.d.

DOUGLAS-COOPER, Helen e KERR-JARRET, Andrew, *A vida quotidiana nestes 100 anos*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, SA, 2001.

DUARTE, Carlos S., “Elementos Sociológicos do Habitat Urbano”, in *Revista Arquitectura*, nº 69, Lisboa, Iniciativas Culturais Arte e Técnica, 1960, pp. 22 – 29.

FERREIRA, António Fonseca, “Política(s) de habitação em Portugal”, in *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº6, Porto, Edições Afrontamento, 1988, pp. 54 – 73.

FERREIRA, Maria Júlia, *Habitação Social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Lisboa, 1988 (Trabalho para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado).

FERREIRA, Fátima Cordeiro G. et al., *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.

FIEL, Charlotte e Peter, *Design do século XX*, s.l, Taschen, s.d.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

FROTA, José, “O Bairro da Malagueira”, in *Revista Évora Mosaico*, nº11, Évora, Câmara Municipal de Évora, 2012, pp. 4 – 5.

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, 6ªed., Lisboa, Editorial Presença, 2006.

GOMES, Maria Noémia Sequeira, *A Família Contemporânea (1910-1926)*, Lisboa, 2003 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, texto policopiado).

GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1982.

GUERRA, Isabel, “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Departamento de Sociologia, ISCTE, 1997, pp. 165 – 176.

GURVITCH, Georges, *As Classes Sociais*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.

JANARRA, Pedro, *A política urbanística e de habitação social no Estado Novo – O caso do Bairro de Alvalade de Lisboa (entre o projecto e o concretizado)*, Lisboa, 1994

(Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, texto policopiado).

KEMP, Tom, *A Revolução Industrial na Europa do século XIX*, Lisboa, Edições 70, s.d.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 6ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LÉGER, Jean-Michel e MATOS, Gisela, “Siza Vieira em Évora – Revisitar uma Experimentação”, in *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 9, Lisboa, Dinâmia’CET-IUL, 2004, pp. 42 – 50.

LEITE, Carolina, *Eva, depois do paraíso – modos de habitar e identidade no percurso migratório*, Braga, 1998 (Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho, texto policopiado).

LINO, Raúl, *Casas Portuguesas – alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, 2ª ed., Lisboa, Edição Valentim de Carvalho, 1933.

LOBATO, Luís Guimarães, *O problema da habitação em Lisboa – subsídios para o seu estudo*, in *Separata da Técnica*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1950.

LOPES, Carlos Nuno Lacerda, *Projecto e Modos de Habitar*, Porto, 2007 (Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, texto policopiado).

MARTINS, Pedro e PIMENTA, Carlos, *A habitação em Lisboa – caminhos de uma capital europeia*, Bruxelas, Grupo Liberal, Democrático e Reformista, s.d.

MATHIAS, Peter e DAVIS, John A., *As Primeiras Revoluções Industriais*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda., 1998.

MATIAS, J., FERNANDES, Deniz e MARQUES, Raúl, *Portugal na mão: pequeno dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Gomes & Rodrigues, s.d.

MOREIRA, Ana Silva, *À procura dos novos modos de habitar*, Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa Faculdade de Arquitectura, texto policopiado).

PAULINO, Vicente, *A casa como espaço familiar e espaço social: um estudo semiótico do espaço*, Lisboa, [s.n.], s.d.

PINTO, Maria Teresa Costa, *Modelos de Habitat, Modos de Habitar – dinâmica individual e imaginário social na promoção clandestina do habitat*, Lisboa, 1992 (Trabalho para a prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado no ISCTE, texto policopiado).

RELPH, Edward, *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70, s.d.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa*, in Separata de *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XII – 23, Lisboa, [s.n.], 1977.

SANTOS, Marco Gui Alves dos, *Flexibilidade e mutação: Proposta de um sistema modular flexível para habitação colectiva na Covilhã*, Covilhã, 2012 (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade da Beira Interior, texto policopiado).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O terceiro mundo contra o Portugal Ultramarino (1951-1960)*, História de Portugal Vol. XVII, Lisboa, Editorial Verbo, s.d.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal – Da Monarquia para a República*, Nova História de Portugal Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

SILVA, Cláudia Sofia Oliveira da, *Habitação mínima e evolutiva – O repensar do espaço habitacional*, Coimbra, 2016 (Dissertação de Mestrado Integrado apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, texto policopiado).

SINGLY, François de, *Sociologia da Família Contemporânea*, 4ª ed., Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2010.

TAVARES, Edmundo, *A Habitação Portuguesa – Casas Modernas*, Lisboa, Bertrand (irmãos), s.d.

Pesquisa por sites

<http://www.suapesquisa.com/industrial/consequencias.html>

<http://revolucao-industrial.info/movimentos-operarios.html>

<http://revolucao-industrial.info/>

<http://pt.slideshare.net/jdlimaaear/do-campo-cidade-3006900>

<http://pt.slideshare.net/DeniseVilaca1/xodo-rural>

<http://pt.slideshare.net/carla77/a-expanso-urbana-e-suas-consequencias>

<http://pt.slideshare.net/pegadafs/aula-exodo-rural-urbanizao>

<http://www.suapesquisa.com/industrial/>

<http://6avqhgp.blogspot.pt/>

<http://pt.slideshare.net/sandramvsousa/portugal-na-segunda-metade-do-sculo-xix>

<http://pt.slideshare.net/cabaptista/a-vida-quotidiana-sculo-xix>

<http://www.arquiteturaportuguesa.pt/a-cidade-do-sec-xix/>

<http://pt.slideshare.net/mariafimgomes/revoluo-liberal-portuguesa-de1820>

<http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt/quem-somos.html>

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar>

<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/02/09/o-que-e-que-falhou-nos-bairros-sociais/>

<https://musgueirasul.wordpress.com/2013/03/27/origem-da-habitacao-social-1900-ate-1960/>

<http://www.porto.pt/http://www.porto.pt/noticias/habitacao-municipal-em-discussao-no-porto>

<http://expresso.sapo.pt/actualidade/portugal-usa-modelo-ultrapassado-de-bairros-sociais=f391537>

<https://www.idealista.pt/news/etiquetas/habitacao-social>

<http://observador.pt/2015/06/25/camara-lisboa-investe-25-milhoes-na-recuperacao-bairros-sociais/>

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar/melhoria-da-qualidade-do-parque-habitacional/programa-integrado-de-gestao-e-requalificacao-dos-bairros-municipais>

http://pt.slideshare.net/anapmarques59/habita-social-incluso-e-excluso-social-3277455?next_slideshow=1

<http://www.gebalis.pt/Instituicoes/ProjetosGEBALIS/Paginas/Projeto-Life.aspx>

https://www.researchgate.net/publication/279931591_NOTAS_SOBRE_A_SITUACAO_DA_HABITACAO_SOCIAL_EM_PORTUGAL_-_GEOGRAFIA_PROBLEMAS_E_OPORTUNIDADES (última consulta: 05/04/2017?)

<https://www.publico.pt/2016/10/17/local/noticia/ha-42-novos-projectos-para-melhorar-a-vida-nos-bairros-prioritarios-de-lisboa-1747767> (última consulta: 05/04/2017)

<http://www.auladearte.com.br/estetica/belo.htm#axzz4QmQKmdV5>

<http://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/1177724>

<http://esteticaehistoriadarte.blogspot.pt/2009/04/o-belo.html>

<http://revistadonna.clicrbs.com.br/noticia/conceito-do-que-e-belo-muda-com-o-passar-do-tempo/>

<http://www.audaces.com/br/educacao/falando-de-educacao/2015/04/15/o-conceito-de-belo-na-estetica-grega> (última consulta: 08/12/2016 às 19h52)

<http://www.mutari.com.br/blog/curiosidades/o-que-e-o-belo> (última consulta: 13/12/2016 às 16h03)

<http://esteticaehistoriadarte.blogspot.pt/2009/04/o-belo.html> (última consulta: 16/12/2016 às 12h103)

<http://www.thinking-big.com/blog/a-importancia-do-belo> (última consulta: 16/12/2016 às 13h04)

<http://www.auladearte.com.br/estetica/belo.htm#axzz4QmQKmdV5> (última consulta: 18/12/2016 às 23h19)

<http://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/1177724> (última consulta: 19/12/2016 às 02h09)

<http://revistadonna.clicrbs.com.br/noticia/conceito-do-que-e-belo-muda-com-o-passar-do-tempo/> (última consulta: 19/12/2016 às 02h27)

- <https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Beauty&prev=search> (última consulta: 20/12/2016 às 00h29)
- <http://science.jrank.org/pages/8445/Beauty-Ugliness-Function-Beauty.html> (última consulta: 20/12/2016 às 15h51)
- <https://construfacilrj.com.br/psicologia-das-cores-nos-ambientes/> (última consulta: 29/03/2017 às 00h27)
- <http://criticanarede.com/enigmadaarte.html> (última consulta: 21/12/2016 às 03h02)
- <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/vitor-figueiredo/> (última consulta: 22/12/2016 às 19h53)
- <http://www.jn.pt/artes/interior/nuno-teotonio-pereira-o-arquiteto-que-defendeu-a-habitacao-social-e-combateu-o-regime-4990236.html> (última consulta: 22/12/2016 às 21h52)
- <https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://peopleplacespace.org/frr/design-and-social-responsibility/&prev=search> (última consulta: 02/01/2017 às 19h46)
- <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=201&cf=3> (última consulta: 03/01/2017 às 03h35)
- <http://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier> (última consulta: 10/02/2017 às 23h35)
- https://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Unite_d%C2%B4habitation_de_Marselha (última consulta: 11/02/2017 às 00h19)
- <http://pt.slideshare.net/ARQ210AN/01-unidade-de-habitaao-de-marselha> (última consulta: 11/02/2017 às 00h30)
- <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza> (última consulta: 13/02/2017 às 20h59)
- <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3393> (última consulta: 13/02/2017 às 23h57)

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt> (última consulta: 14/02/2017 às 00h30)

<https://www.westwing.com.br/joe-colombo/> (última consulta: 15/04/2017 às 17h51)

<http://www.design-museum.de/en/exhibitions/detailpages/joe-colombo.html> (última consulta: 16/04/2017 às 00h20)

http://www.r-and-company.com/biography_detail.cfm?designer_id=51 (última consulta: 16/04/2017 às 00h50)

<https://www.connox.com/design-knowledge/visiona-expositions.html> (última consulta: 16/04/2017 às 19h31)

<http://socks-studio.com/2013/10/16/joe-colombo-total-furnishing-unit-1971/> (última consulta: 16/04/2017 às 20h08)

<http://www.design-is-fine.org/post/52462386349/joe-colombo-private-apartment-in-milan-1971-in> (última consulta: 16/04/2017 às 21h07)

<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/02/09/o-que-e-que-falhou-nos-bairros-sociais/> (última consulta: 22/10/2017)

<https://www.publico.pt/2015/02/27/local/noticia/habitacao-social-esta-velha-e-nao-chega-para-a-procura-1687445> (última consulta: 22/10/2017 às 23h42)

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar/melhoria-da-qualidade-do-parque-habitacional/programa-integrado-de-gestao-e-requalificacao-dos-bairros-municipais> (última consulta: 23/10/2017 às 00h51)

<http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt> (última consulta: 01/11/2017 às 19h09)

Anexos

Anexo A | Questionário sobre o *designer* de interiores e a habitação social

HABITAÇÃO PRIVILÉGIO ou DIREITO

No âmbito do mestrado em Design de Interiores, está a ser conduzido um estudo e projecto relativo à habitação social. Com o objectivo da inserção desta profissão numa vertente social e ajuda no planeamento e organização da habitação na economia de espaços.

Para a consolidação deste estudo, engloba-se um pequeno questionário relativo à profissão do designer de interiores e às alterações que deverão ser feitas nos bairros sociais.

Pedimos que responda com maior sinceridade e espontaneidade possível, não existindo respostas certas ou erradas.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso deste projecto, como tal asseguramos o seu anonimato assim como a confidencialidade dos dados recolhidos, pelo que não é necessária a sua identificação em parte alguma.

*Para informações adicionais ou esclarecimento de eventuais dúvidas podem ser esclarecidas junto da aluna Bárbara Mateus Loureiro, aluna nº 350702 da Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, através do email: loureiro.m.barbara@gmail.com
Agradeço desde já a sua colaboração!*

I | APRESENTAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1 Idade

- ☐ -20
- ☐ 20 - 30
- ☐ 30 - 40
- ☐ 40 - 50
- ☐ 50 - 60
- ☐ 60 +

2 Sexo

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3 Nacionalidade

4 Estado Civil

- ☐ Solteiro / a
- ☐ Casado / a
- ☐ Divorciado / a
- ☐ Viúvo / a

5 Habilitações Literárias

- ☐ Ensino Básico
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Outro

II - DESIGN DE INTERIORES

6 Considera que o *Design* de Interiores se destina apenas às classes mais altas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7 No que acha que se foca a profissão do *designer* de interiores?

8 Acha que o *designer* de interiores faz perder a individualidade da habitação?
(marca pessoal)

- ☐ Sim
- ☐ Não

9 Se fosse remodelar a sua habitação contrataria um *designer* de interiores?

Porquê?

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

10 Acha importante a intervenção do *designer* de interiores nas habitações?

☐ Sim

☐ Não

Algun comentário...

11 E em espaços comerciais?

☐ Sim

☐ Não

Algun comentário...

III – INTERVENÇÃO EM BAIROS SOCIAIS / REMODELAÇÃO DOS BAIROS SOCIAIS

12 Conhece alguém que mora num bairro social em Lisboa?

☐ Sim

Qual é o bairro?

☐ Não

13 Mora num bairro social em Lisboa?

☐ Sim

Se sim, o que gostaria de ver alterado ou faz falta na sua habitação?

☐ Não

14 Considera importante a intervenção do *designer* de interiores em bairros sociais?

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

15) Acha que vale a pena a reabilitação dos bairros sociais?

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

16) Na sua opinião uma reabilitação ajudaria na inclusão social da população destes bairros?

☐ Sim

☐ Não

17) Na sua opinião a reabilitação dos bairros seria bem aceite pela população dos mesmos?

☐ Sim

☐ Não

18) Acha que esta intervenção ajudaria na maneira como vemos os bairros sociais?

☐ Sim

☐ Não

Se não, que mais poderia ajudar?

19) Se fossem estipulados compromissos as habitações seriam mantidas em melhores condições?

☐ Sim

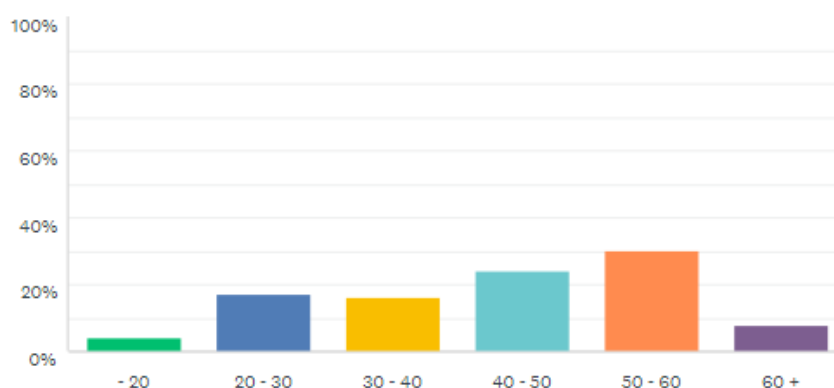
☐ Não

20) Que tipo de compromissos poderíamos oferecer em troca na sua opinião?

Obrigada pela sua ajuda!

Respostas

1 Idade



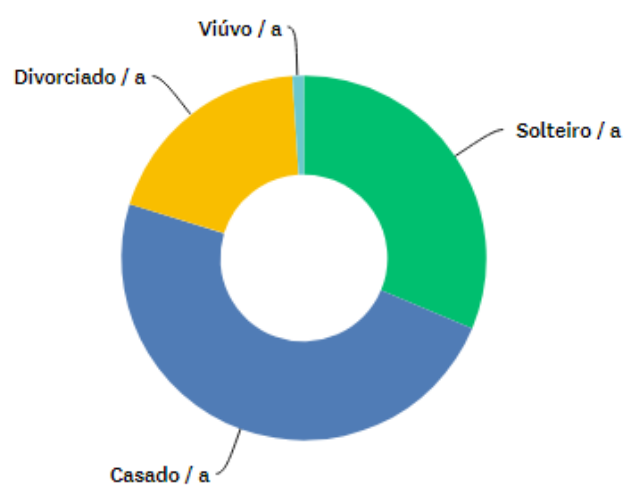
2 Sexo



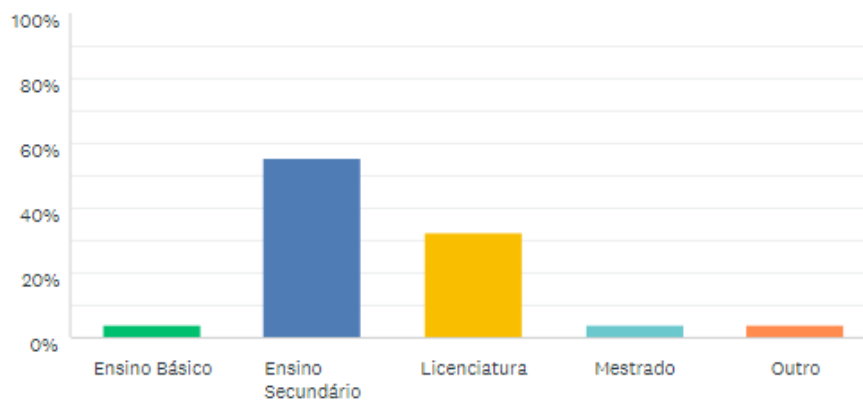
3 Nacionalidade

Dos 100 respostas colectadas todas mostram que os inquiridos são de nacionalidade portuguesa.

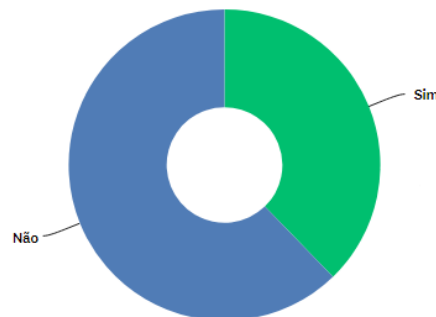
4 Estado Civil



5 Habilitações Literárias



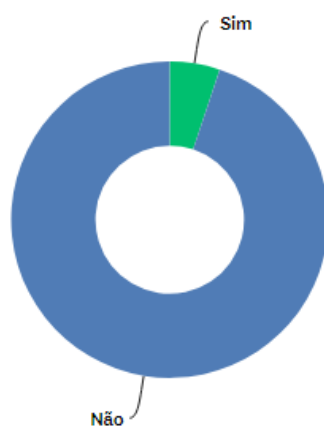
6 Considera que o *Design* de Interiores se destina apenas às classes mais altas?



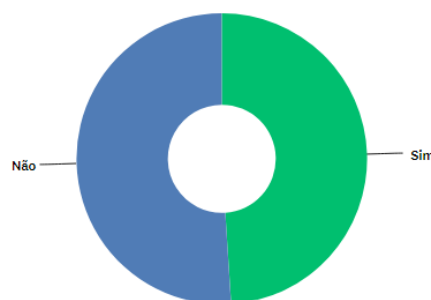
7 No que acha que se foca a profissão do *designer* de interiores?

Apesar da grande maioria dos inquiridos afirmar que o *designer* de interiores trata exclusivamente a decoração nas habitações e a criação de “espaços agradáveis”, uma percentagem, menos de metade, afirma que este profissional tem a preocupação de perceber as necessidades e gosto dos clientes, que aliados ao conhecimento do *designer* – em termos de materiais, acústica, térmica e ergonomia – resultam no planeamento das melhores soluções para determinados espaços, objectivando uma optimização e harmonia espacial. Claramente nas respostas percebe-se que associam o *designer* de interiores à habitação privada e muito poucos a espaços comerciais.

8 Acha que o *designer* de interiores faz perder a individualidade da habitação?
(marca pessoal)

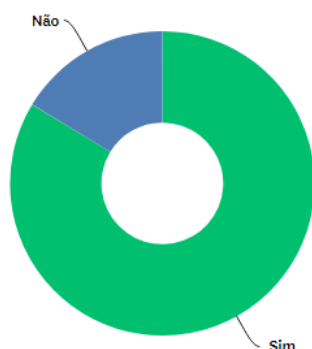


- 9 Se fosse remodelar a sua habitação contrataria um *designer* de interiores?
Porquê?



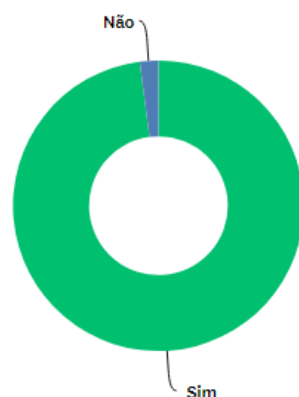
51% das respostas foi negativa, uns por motivos financeiros, outros, por quererem ser eles próprios a tratar das suas casas. As respostas positivas, foram justificadas por muitos por precisarem de ajuda para organizar, melhorar e maximizar os espaços, bem como, ajudar na concretização de ideias.

- 10 Acha importante a intervenção do *designer* de interiores nas habitações?



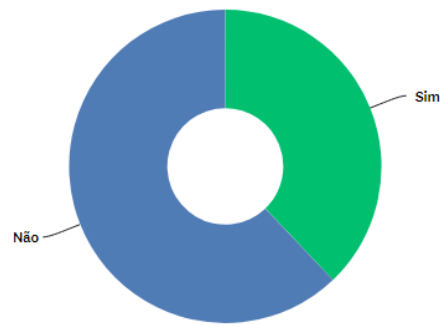
Apesar da grande maioria ter respondido que sim, uns afirmam que a importância da intervenção deste profissional depende das possibilidades financeiras, outros, apesarem de responderem 'sim' dizem não ser essencial. Enquanto que a maior parte percebe que o *designer* de interiores pode trabalhar dentro de um orçamento predefinido.

- 11 E em espaços comerciais?

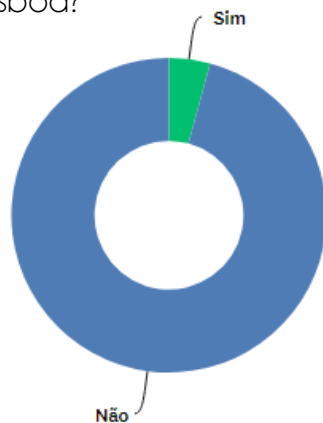


98% das respostas foram positivas pelo facto dos inquiridos acharem que se justifica mais a intervenção nestes espaços por terem de agradar a um maior número de pessoas, sendo necessário espaços mais apelativos.

12) Conhece alguém que mora num bairro social em Lisboa?

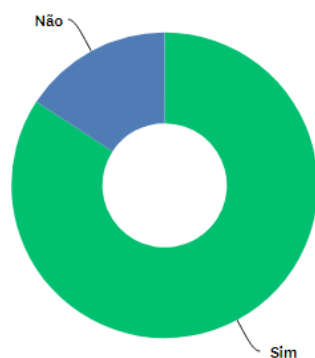


13) Mora num bairro social em Lisboa?



Dos poucos inquiridos que moram em bairros sociais salientam que as maiores necessidades dizem respeito ao espaço em si, isto é, a falta de organização e as áreas reduzidas das habitações. Fazem também referência à questão dos materiais utilizados e o desconforto causado por alguns deles.

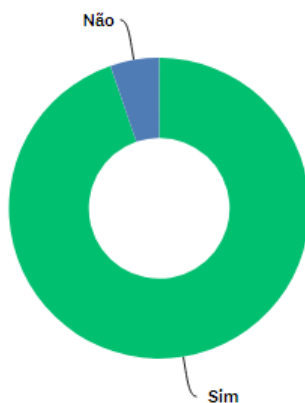
14) Considera importante a intervenção do *designer* de interiores em bairros sociais?



A grande maioria responde que realmente é importante a intervenção em bairros sociais, justificando que todos têm direito ao usufruto de uma habitação em condições e de se sentirem bem nas suas casas. Admitindo que é necessário levar alguma dignidade a este parque habitacional. Uma pequena percentagem afirma até que pode ajudar os seus moradores a terem uma outra atenção e cuidado pelas suas habitações, ajudando também a melhorar a imagem geral dos bairros, dissipando o estigma a que estão associados. Esta intervenção pode contribuir para a estabilidade emocional e auto estima

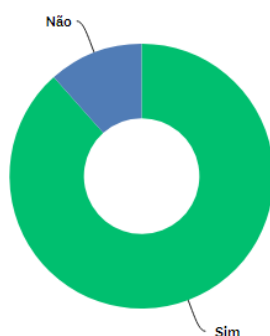
das pessoas, ajudando na inclusão social. Alguns dos que responderam positivamente têm também noção que esta intervenção só seria possível com apoio de instituições. A minoria que respondeu não ser importante a intervenção em bairros sociais justifica a sua resposta por serem locais problemáticos e que à partida não seria dado o devido valor.

15) Acha que vale a pena a reabilitação dos bairros sociais?

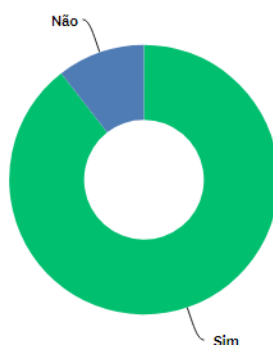


A grande maioria dos inquiridos responde que sim, pois afirma que se trata de um contributo para a inclusão social evitando a discriminação. Houve também quem afirmasse que é um direito termos habitações em condições, pelo que se precisa de uma reabilitação urgente. Muitos também chamaram à atenção que nestes espaços existem seres humanos e precisam de ser tratados e vistos como tal. Esta reabilitação ajudaria também no melhoramento do espaço urbano da cidade.

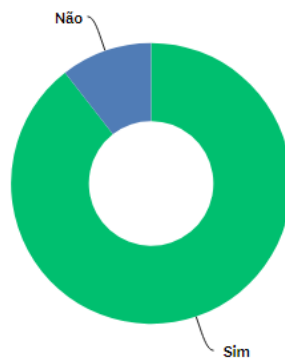
16) Na sua opinião uma reabilitação ajudaria na inclusão social da população destes bairros?



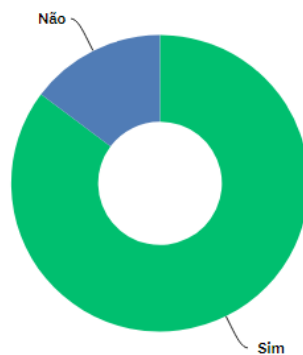
17) Na sua opinião a reabilitação dos bairros seria bem aceite pela população dos mesmos?



- 18) Acha que esta intervenção ajudaria na maneira como vemos os bairros sociais?



- 19) Se fossem estipulados compromissos as habitações seriam mantidas em melhores condições?



- 20) Que tipo de compromissos poderíamos oferecer em troca na sua opinião?

De um ponto de vista geral os inquiridos não souberam responder, contudo, uma pequena minoria sugeriu que os moradores estivessem envolvidos no processo de reabilitação, e que houvesse um acompanhamento e ajuda social.